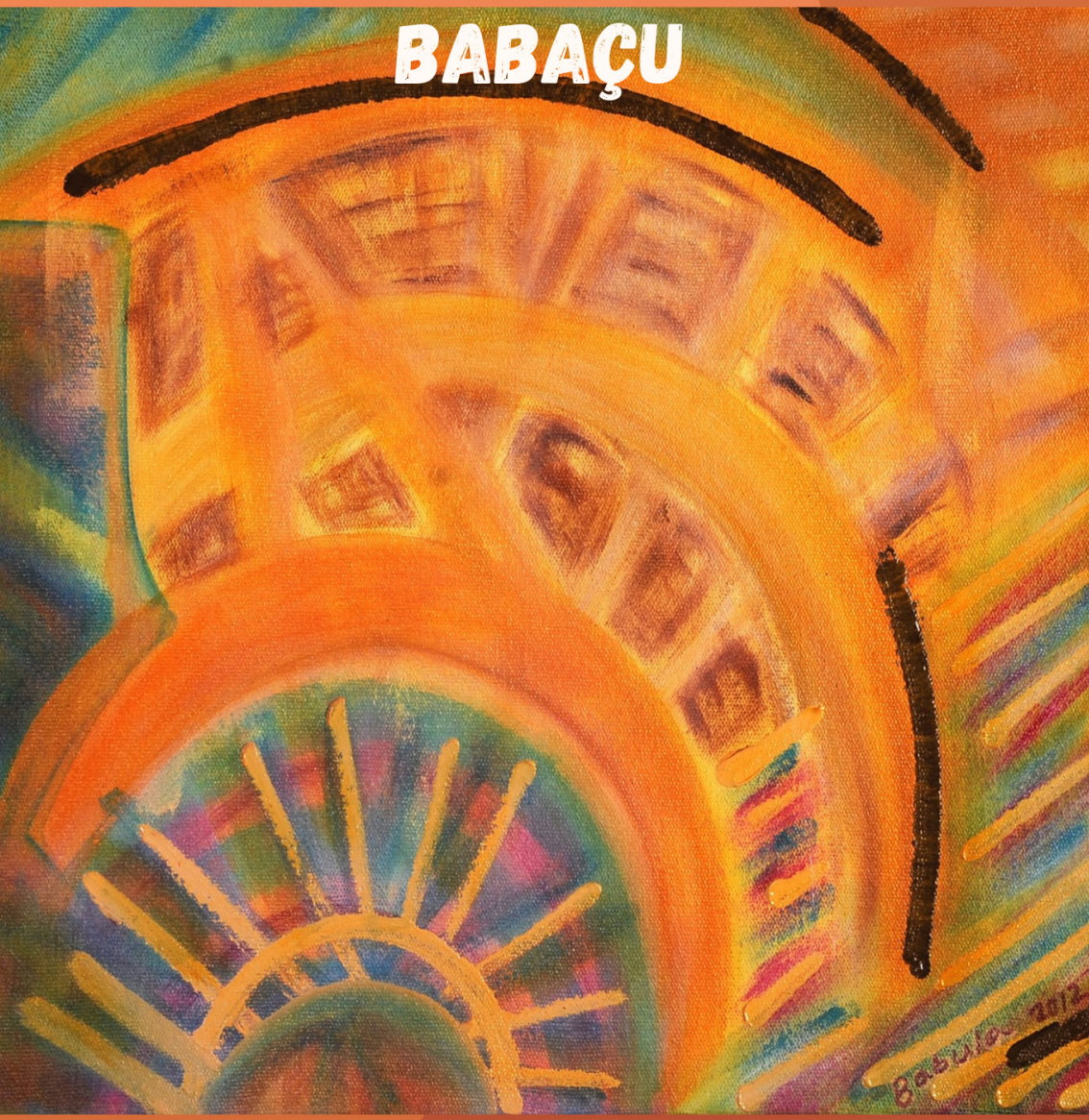
CAMPO INTELECTUAL E GESTÃO DA ECONOMIA DO BABAÇU



EDITORA UEMA

Cynthia Carvalho Martins

CYNTHIA CARVALHO MARTINS

CAMPO INTELECTUAL E GESTÃO DA ECONOMIA DO BABAÇU: DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS ÀS PRÁTICAS TRADICIONAIS DAS *QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU*

EDITORA UEMA
São Luís
2021

© copyright 2021 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

CAMPO INTELECTUAL E GESTÃO DA ECONOMIA DO BABAÇU

EDITOR RESPONSÁVEL
Jeanne Ferreira Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL
Alan Kardec Gomes Pachêco Filho • Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte • Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar • Emanoel Cesar Pires de Assis
Emanoel Gomes de Moura • Fabíola Oliveira Aguiar
Helciane de Fátima Abreu Araújo • Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva • José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr • Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcelo Cheche Galves • Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza • Maria Claudene Barros
Rosa Elizabeth Acevedo Marin • Wilma Peres Costa

Diagramação: Paul Philippe
Capa: Rosana Carvalhal Martins Babula

Martins, Cynthia Carvalho.

Campo intelectual e gestão da economia do babaçu: dos estudos científicos às práticas tradicionais das quebradeiras de coco babaçu [recurso eletrônico] / Cynthia Carvalho Martins. – São Luís: EDUEMA, 2021.

180 p.

Livro eletrônico

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-89821-53-3

1.Conflitos sociais. 2.Extrativismo - Babaçu – Aspectos econômicos. 3.Quebradeiras de coco. I.Título.

CDU: 316.35:634.616

EDITORA UEMA
Cidade Universitária Paulo VI - CP 09 Tirirical - CEP - 65055-970 São Luís – MA
www.editorauema.uema.br – editora@uema.br

EDITORA UEMA

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS **07**

INTRODUÇÃO **11**

PARTE I

PRODUÇÃO INTELECTUAL E EXTRATIVIMO DO BABAÇU **26**

CAPÍTULO 1

OS "COLECIONISTAS" E A PRODUÇÃO DE ETNOGRAFIA EM ÁREAS INDÍGENAS **34**

1.1 A propriedade de posição dos "colecionistas" **34**

1.2 Os museus como instituições de produção de conhecimento: a organização das coleções e seus princípios classificatórios **37**

1.3 A interpretação dos "colecionistas": as expedições e o trabalho de campo **39**

1.4 Os "colecionistas" e a descrição do meio físico **40**

1.5 Os "colecionistas" e a ênfase nos critérios biológicos e no recolhimento dos artefatos materiais **42**

1.6 "Colecionistas" e extrativismo do babaçu **45**

1.7 O tema tecnologia e os "colecionistas" **49**

1.7.1 A categoria "selvagens" **51**

1.7.2 A categoria "matuto" **54**

1.7.3 A "técnica matuta" em Raimundo Lopes **55**

1.7.4 Os "tipos regionais" em Raimundo Lopes **55**

1.8 Colecionistas e tecnologia **55**

1.8.1 A "primitividade" associada a machados semi-lunares em Nimuendajú **55**

1.8.2 Machado como tecnologia rudimentar: os artefatos materiais demarcando estágios evolutivos.....**58**

1.8.3 Máquina de quebrar coco babaçu associada à tecnologia avançada: a tecnologia como possibilidade de progresso.....**60**

CAPÍTULO 2

OS "INTERVENCIONISTAS": PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL **62**

2.1 Propriedade de posição dos "intervencionistas".....**62**

2.2 Os "intervencionistas" e a economia do babaçu.....**64**

2.3 Os "intervencionistas" e as "visitas" às áreas de babaçuais **66**

2.4 Bondar e Teixeira Leite: produção intelectual e propostas de dinamização da economia maranhense **67**

2.5 Orlando Valverde e a análise da estrutura agrária maranhense.....**70**

2.6 A categoria "caboclo" e a noção de integração na produção dos "intervencionistas".....**72**

2.7 As máquinas de quebrar coco babaçu na interpretação dos "intervencionistas".....**75**

CAPÍTULO 3

AS COMPETÊNCIAS INTELECTUAIS E AS DISCIPLINAS MILITANTES: NOÇÕES EM ESTADO PRÁTICO E CATEGORIAS DE AUTODEFINIÇÃO **80**

3.1 Estudos acadêmicos: extrativismo do babaçu e conflito **82**

3.2 "Intelectuais específicos": competências e disciplinas militantes **84**

3.3 Trabalhos reconhecidos por instâncias burocráticas: prêmios e distinções **96**

3.4 Trabalhos produzidos no âmbito da assessoria do MIQCB e a globalização dos conflitos **99**

3.5 O Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia: o conhecimento científico redefinido na sua relação com o capital militante 101

CAPÍTULO 4

UMA REFLEXÃO SOBRE O MEU ITINERÁRIO INTELECTUAL: DE ASSESSORA A PESQUISADORA 108

PARTE II

AS LUTAS POLÍTICAS, PRÁTICAS TRADICIONAIS E TECNOLOGIA 116

CAPÍTULO 5

AS LUTAS POLÍTICAS CONTRA A EXPROPRIAÇÃO.....120

5.1 Vínculos iniciais das lideranças com Igrejas e Sindicatos e os múltiplos pertencimentos 122

5.2 Estruturação das formas organizativas: a categoria quebradeira de coco babaçu como instrumento de ação coletiva 129

CAPÍTULO 6

DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL E ARTICULAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS 137

CAPÍTULO 7

TECNOLOGIA E RACIONALIDADE SOCIAL 145

7.1 O campo de disputas em torno da tecnologia 146

7.2 Representação das extrativistas ligadas ao MIQCB em relação à quebra manual e mecânica do coco babaçu.....155

7.3 A máquina de quebrar coco associada à impossibilidade dos diferentes usos do babaçu 161

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 164

9 REFERÊNCIAS 167

AGRADECIMENTOS

Aos professores Delma Pessanha Neves e Alfredo Wagner Berno de Almeida, pela dedicação, apoio e confiança no meu trabalho. Seus ensinamentos foram de grande valia para meu aperfeiçoamento profissional.

À professora Delma, que dedicou seu valioso tempo na minha orientação e se empenhou com afinco para que este trabalho fosse realizado, minha gratidão. Apesar da distância geográfica, conseguimos estabelecer laços intelectuais e afetivos que contribuíram muito para o meu crescimento profissional e pessoal. Agradeço também o apoio recebido durante minha estadia em Niterói.

Ao professor Alfredo Wagner, por ter me dado a oportunidade de ser pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia e aprender que a produção de conhecimentos pode ser útil para aqueles sobre os quais pretendemos escrever. Agradeço ainda pelo exemplo de dedicação ao exercício da prática da pesquisa, aliada à valorização das pessoas que com ele trabalham. Sem sua força interior, certamente teria sido mais difícil concluir esta tese, cuja finalização se deu na sede do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, em Manaus, onde tive a alegria de ter conhecido pessoas solícitas em resolver os probleminhas que aparecem e que são próprios de final de tese.

Aos demais professores do Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFF, em especial à Dra. Eliane Cantarino O'Dwyer, Dra. Gláucia Oliveira da Silva e Dra. Simoni Lahud Guedes.

Às famílias que me receberam em suas casas, no período do trabalho de campo: a família do senhor Hildo e dona Alaídes, em Ludovico (MA); a família de dona Nice Machado Aires, que me acolheu em Bairro Novo, Penalva (MA).

Aos meus pais, Carlos Alberto Castro Martins e Maria José Carvalho Martins, que sempre acreditaram em mim e concordaram com minhas posições e decisões, por serem pais que respeitam a liberdade de escolha dos filhos.

Ao meu querido filho, Carlos Juarez Martins Medeiros, pela paciência em agüentar a mamãe estudando o tempo todo e dedicando tão pouco tempo a levá-lo para passear, pegar água na geladeira, fazer lanche, conversar, brincar e fazer o dever de casa. E que, apesar dessas ausências, me proporciona momentos tão felizes. Ele adora ouvir as histórias de minhas viagens, é um filho maravilhoso!

Ao meu irmão, Helenio Carvalho Martins, por ser tão prestativo, compreensivo e, principalmente, por conversar comigo "quase sendo eu".

A Zé Maria Medeiros, por me ensinar que a imperfeição faz parte do caminho. Sem dúvida, ele contribuiu muito comigo quando estive ausente de São Luís, tanto no período que estive em Niterói, cursando as disciplinas, como quando viajava para realização do trabalho de campo. Ele assumiu muito bem as responsabilidades de pai. No final da tese, deu força em tudo. Por ser poeta e

músico, me deu muita alegria e quando, por algum motivo, a tristeza aparecia, ele cantava, fazia graça para ver meu riso. Agradeço à sua família por ter ficado com nosso filho em vários momentos dessa jornada.

À minha amiga Patrícia Portela, grande companheira no Rio de Janeiro, que contribuiu muito com o trabalho, dando sugestões, emprestando livros, discutindo comigo. Quando estive em viagem para o Rio de Janeiro, me levou para conhecer a cidade, passear, hospedou-me em sua casa, sempre com uma voz amiga.

Aos amigos que compõem minha rede de relações profissionais e afetivas e que são verdadeiras luzes no meu caminho. Cada um contribuiu à sua maneira, emprestando livros, lendo a tese, sugerindo, ouvindo as dúvidas e inseguranças. São eles: Helciane Araújo; Joaquim Shiraishi Neto; Arydimar Vasconcelos Gaioso; Benjamin Alvino de Mesquita; Ana Paulina Soares; Ana Cristina Pinheiro Silva; Benedita Freire; Davi Pereira Júnior; Ana Carolina Mendes; Luciene Dias Figueiredo; Miguel Henrique Pereira da Silva; e Luane Lemos.

À minha amiga Babula, uma guia durante esses anos. Aos amigos da Fraternidade Colibri, em especial Humberto e seu Daniel, novos amigos da minha trajetória espiritual.

À diretora do curso de Medicina da Universidade Estadual do Maranhão, Dra. Rose Marie de Jesus Jácome Castelo Gomes, que sempre me deu apoio junto à instituição. Agradeço ainda aos meus alunos do curso de Medicina pela abertura intelectual em compreender a importância da antropologia para suas práticas profissionais.

Aos amigos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), pelas inúmeras oportunidades que me proporcionaram no exercício do meu ofício como antropóloga. Quero agradecer a confiança por terem me convidado para a audiência pública em Brasília, para a entrevista do Canal Saúde, no Rio de Janeiro, e para as palestras no Tocantins. Agradeço à dona Maria Adelina de Souza Chagas, dona Maria Querubina Silva Neta, dona Nice Machado Aires, dona Maria de Jesus Bringelo, dona Nonata, dona Emília, dona Cledeneuza e às demais integrantes do MIQCB.

Aos amigos do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), em especial Borges, Francinete e Danilo.

Aos amigos da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), em especial Francinaldo, Miguel, Silvianete, Terezinha e Valdener.

Aos amigos do movimento para Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Tocantins (APA-TO), Yuke e Palmeira.

E, finalmente, aos amigos do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), senhor Manoel da Conceição, e dona Denise.

Às pessoas que concederam entrevistas para esta tese: Antônio Sousa; José

Mário Ferro Frazão; José Alves; Edílson; D. Emília Alves da Silva Rodrigues; Raimunda Nonata Nunes Rodrigues; Maria Adelina de Sousa Chagas; Maria Querubina da Silva Neta; Sebastiana Ferreira Costa e Silva (Dona Moça); Francisco Ferreira Lima, conhecido como Franció; Nazira Pereira da Silva, conhecida como Naná; Diolinda Reis, conhecida como Dió; Conceição Alves Nascimento; D. Zuleide; Márcio Souza; Maria Clarinda Maximiano de Oliveira; Nice Machado Aires; Maria Eulália M. Nunes; Maria Francinete; Eusébia Alves; Alaídes Alves; Raimundo Nonato de Oliveira; Maria Regina; Fabrício; Maria de Jesus Ferreira Bringelo (Dijé); Antônia Gomes de Sousa; Francisco Conceição; José Bacelar; Valldener Miranda; Maria do Socorro Teixeira; Domingas de Fátima Freitas; Dona Ivanilde, de Itaguatins (TO); Maria da Paz, de Itapecuru (MA); Dona Celestina, de Lago da Pedra; Seu Luís, gerente da Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco (COOPPALJ).

Aos amigos do Grupo de Estudos Sócio-Econômicos da Amazônia (GESEA / UEMA): Davi, Adaildo, Ana Raquel, Poliana, Aldicléia, Isaías, Miguel e Jhiuliane.

Agradeço ainda aos meus amigos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), que contribuíram de maneira significativa nos momentos finais da redação desta tese: Luís Augusto Pereira Lima; Laura Adriana Chamo; Emmanuel Almeida Farias Júnior; Elieyd Sousa de Menezes; Pedro Albuquerque. E a Luís, que auxiliou nos mapas e deu atenção a detalhes que poderiam passar despercebidos.

Às amigas da Normatiza, que auxiliaram na formatação deste trabalho: Clarisse Cordeiro Medeiros e Luzimar Gomes Aroucha.

"(...)" os limites de um livro nunca são nítidos, nem rigorosamente distintos: nenhum livro pode existir por si mesmo; ele está sempre em uma relação de apoio e de dependência em relação a outros: é um ponto em uma rede e comporta um sistema de indicações que remetem – explicitamente ou não – a outros livros, textos ou frases"

Michel Foucault

INTRODUÇÃO

Pelo presente trabalho, tenho em vista examinar a produção científica e intelectual, assim como as mudanças de significado conceituais e analíticas, no que se refere aos estudos sobre o que se poderia chamar, de forma abrangente, de extrativismo do babaçu. No início do século passado, esses estudos estavam centrados nas potencialidades desse produto vegetal como recurso básico para a reprodução física e cultural dos indígenas. Nos anos 1950, os intelectuais continuam a focalizar a espécie vegetal e suas potencialidades como dinamizadoras da chamada "economia do babaçu"[1].

Posteriormente, os pesquisadores passaram a estudar os conflitos ocasionados pelas disputas em torno da terra e pelo acesso às áreas de babaçuais. Na atualidade, os estudos científicos têm deslocado o foco do quadro natural e do meio físico para a análise das relações sociais, com ênfase naquelas estabelecidas entre as extrativistas referidas a unidades de produção familiar e suas instituições políticas e entidades de representação; ou entre elas e os aparatos públicos responsáveis pela viabilização de políticas governamentais para esse segmento.

Uma primeira constatação a ser ressaltada é que, para cada uma das modalidades interpretativas examinadas, prevalece uma categoria própria, designativa dos que se dedicam ao extrativismo e à agricultura. Assim, no início do século passado, a categoria usualmente empregada para designar aqueles que se dedicavam ao extrativismo era "primitivos". Isso porque o foco de análise estava centrado na demonstração do estágio de desenvolvimento cultural do país, a partir da ênfase na figura emblemática dos índios e de grupos sociais aproximados.

Quando o babaçu começa a ser visto como possuindo possibilidades de dinamizar a economia regional, a categoria empregada pelos diferentes produtores intelectuais e científicos passa a ser "caboclo", que remete a um tipo intermediário, com possibilidade de, através da integração à economia nacional, passar à condição de "civilizado". Mais tarde, precisamente entre os anos 70 e 80 do século passado, o Maranhão recebe inúmeros pesquisadores, a maioria antropólogos, que estudam os conflitos e classificam esses segmentos como "camponeses".

A partir dos anos 90, com o surgimento das organizações da sociedade civil que empregam a categoria quebradeiras de coco babaçu, os estudos passam a privilegiar a expressão auto-classificatória. A incorporação da forma de auto-classificação das extrativistas ao conhecimento científico é marcada por uma série de mudanças na relação pesquisadores – pesquisados. Com base nessas clivagens, procuro refletir, no decorrer desta tese, sobre o papel dos produtores intelectuais e

1 Convencionei utilizar aspas para as categorias empregadas pelo conhecimento científico, os termos oficiais e das agências de cooperação técnica e citações curtas de livros; o itálico, para os termos utilizados pelos entrevistados e as citações das entrevistas e o sublinhado para os títulos de livros, periódicos e passagens de entrevistas a que necessitei dar destaque.

científicos, intérpretes do extrativismo do babaçu, em cada um desses momentos.

Para efeito de explicação preliminar, importa sublinhar que, situada na região de transição entre o Nordeste e a Amazônia, a área de ocorrência de babaçuais corresponde a cerca de 18 milhões de hectares, com distribuição desde o vale do Parnaíba até o Tocantins-Araguaia. Essa região tem sido objeto de intervenções de caráter político-administrativo, sobretudo no século XX, seja no sentido de dinamizar a produção do babaçu, incentivando notadamente grupos empresariais específicos, seja no sentido de propor a adoção de tecnologias tidas como mais modernas e eficientes para a quebra do coquilho, visando à extração da amêndoa do babaçu. No momento atual, o valor econômico do babaçu se vê acrescido tanto pelo aumento da demanda pela indústria de cosméticos quanto pelo crescente interesse na produção de bio-combustíveis.

A seleção dos autores esteve centrada na noção de descontinuidade (FOUCAUT, 2004, p. 29). Para analisar a construção da categoria quebradeira de coco babaçu e o conseqüente conflito em torno das inovações tecnológicas de transformação do babaçu, tomei enunciados proferidos por autores que produziram sobre a "economia do babaçu" em diferentes momentos históricos e a partir de campos disciplinares diversos. Entretanto, destaco que a produção bibliográfica sobre a economia do babaçu está compreendida num intervalo de tempo datado com certa precisão: ela se concentra no período que se estende do início do século passado até o momento atual.

Analiso enunciados que não se restringem à unidade de uma ciência. Examino projetos governamentais, trabalhos correlatos ao tema "economia do babaçu", depoimentos de diferentes agentes socais e anotações em diário de campo. Para além da análise de uma situação localizada, incluí impressões resultantes de técnicas de observação direta realizadas em diferentes momentos de minha trajetória profissional.

Para entender o processo de construção da categoria quebradeira de coco babaçu, analiso a produção dos anos 1930 e 50, bem como as redefinições nas formas de classificação do extrativismo, das extrativistas e dos processos tecnológicos correspondentes. Essa produção constrói, de maneira naturalizada e auto-evidente, categorias como "primitivos", "caboclos" e "matutos". São categorias estigmatizantes, que desqualificam aqueles diretamente envolvidos nas práticas artesanais e de base familiar do extrativismo vegetal e se colocam em oposição às formações discursivas dos anos 1990. Tais formações discursivas, ao contrário, tendem a positivar o extrativismo e as extrativistas e já usam diretamente o termo quebradeiras de coco.

Essa análise das diferentes formações discursivas, tanto acadêmicas quanto burocrático-institucionais, e suas implicações neste processo de afirmação política, é que permitirá a não hierarquização dos saberes e o rompimento com as pré-noções, como sugere Bachelard (1996, 22), contribuindo para delimitar com mais rigor o objeto de pesquisa. Tais formações discursivas não são, portanto,

nem ciências atuais em gestação, nem ciências outrora reconhecidas como tais, depois caídas em desuso e abandonadas em função das exigências novas de ditames científicos mais recentes. Elas constituem unidades de uma natureza e de um nível diferente do que hoje se chama de ciência. Para caracterizá-las, a distinção entre o científico e o não científico não é pertinente. Foucault amplia as possibilidades de análise afirmando que "Os territórios arqueológicos podem atravessar textos literários ou filosóficos, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais e decisões políticas" (FOUCAULT, 2004, p. 205).

Considero que está ocorrendo um esforço de criação de novas categorias associadas ao termo quebradeira de coco e a institucionalização de um quadro funcional que vem dando suporte para a instauração da luta pela reconceitualização de significados. Os integrantes desses quadros funcionais utilizam a categoria quebradeira de coco babaçu com um sentido positivo. Ocorre, com essa categoria, um processo similar àquele que se verifica com o termo agricultura familiar. Ambos foram assumidos tanto por pesquisadores de múltiplas disciplinas quanto pela representação política (NEVES, 2007, p. 9).

Ao mostrar as categorias empregadas em cada momento histórico, procuro refletir sobre a política constituída nesses campos de produção de saber e o papel dos intelectuais em cada um desses contextos. Num primeiro momento, os intelectuais estavam atrelados às políticas do Estado e sem qualquer autonomia de produção. O campo intelectual propriamente dito se encontrava em estado de formação e o que se configurava eram quadros institucionais que produziam sem qualquer autonomia, com produção vinculada diretamente ao financiamento público.

Algumas perguntas se impõem: por que, contemporaneamente, a categoria quebradeira de coco ganhou visibilidade? Por que a racionalidade social das famílias, interpretada pela produção intelectual como sem relevância, passou a adquirir um reconhecimento? Em que medida minha própria produção teórica se relaciona com as mudanças nesse campo intelectual e passa a valorizar o saber dessas famílias, sem reduzir suas atividades meramente ao aspecto econômico? Como minha trajetória intelectual influencia no resultado da pesquisa?

Busco analisar, portanto, uma multiplicidade de estudos que tratam direta ou indiretamente desse tema ou que se mostram como corolários de ação dos grupos sociais a ele referidos, notadamente das mulheres extrativistas, que se autodefinem como quebradeiras de coco babaçu, e sua economia de base familiar. Como indicarei adiante, tais estudos sugerem distintas abordagens que ora enfatizam os aspectos econômicos referidos às vicissitudes do exercício de uma atividade ocupacional, ou tratados como vetor de desenvolvimento regional; e ora conferem primazia aos aspectos políticos, com ênfase nos conflitos em torno dos recursos naturais e nos movimentos sociais a eles referidos. Subjacente à lógica desses estudos, vislumbro a possibilidade de analisar diferentes

esquemas explicativos que incorporam, direta ou indiretamente, o princípio da "racionalidade" (GODELIER, 1968, p. 8) seja ela simplesmente econômica ou social.

Assim, tomo como referência analítica as considerações de Godelier e suas críticas às perspectivas de interpretação formal, adotadas pelos representantes da economia-política e da antropologia econômica. Nesse sentido, para além da análise crítica das diferentes interpretações, volto-me, à descrição da minha própria trajetória intelectual, marcada por posições diferenciadas no interior desse campo. Na terceira parte, analiso as lutas políticas das extrativistas na defesa de uma forma de racionalidade social nem sempre reconhecida pelos aparatos de poder. Analiso o campo de disputas em torno do tipo de tecnologia considerado adequado às extrativistas. O tema tecnologia é analisado porque a invenção das máquinas de quebrar coco babaçu aparece com recorrência nos autores escolhidos para análise como a solução para a saída do estágio atrasado para o desenvolvido. Já as extrativistas possuem representações diferenciadas da tecnologia e consideram a quebra manual mais adequada à manutenção de seu modo de vida, fundamentado numa racionalidade social própria.

No meu caso, as etapas de campo podem ser divididas, de maneira sumária, em três fases: na primeira, mantive interações com as mediadoras dos movimentos sociais que organizam as extrativistas e, devido à proximidade com esse segmento, tomei suas representações como absolutas, o que gerou dificuldades na construção de um olhar analítico. Num segundo momento, durante a realização da pesquisa que subsidiou a campanha do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), incidente sobre a devastação e venda do coco inteiro, encontrava-me ligada ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Por essa razão, viajei para várias localidades na região ecológica dos babaçuais, com a finalidade de produzir um mapa que mostrasse a representação das extrativistas acerca dos problemas por elas vividos. Somente na última fase do trabalho de campo, quando defini as localidades para permanecer por um período prolongado, pude ampliar as possibilidades de análise. Eu estava diante de mulheres que se apresentavam como quebradeiras de coco babaçu, integravam unidades familiares específicas e passaram por um processo de formação que lhes garantiu a elaboração de discursos e práticas que as diferenciavam das demais extrativistas. Elaborei, na segunda parte desta tese, uma reflexão sobre minha própria trajetória como pesquisadora, a fim de demonstrar em que medida a posição ocupada por aquele que realiza a pesquisa influencia nos seus resultados. Mesmo não tendo incorporado todos os dados de campo nesta tese, permaneci por dias consecutivos junto a essas famílias, condição fundamental para a realização deste trabalho.

No que se refere às políticas de intervenção na produção extrativa do babaçu, desde o início do século XX, tem-se um conjunto de trabalhos de teor científico que tomam o extrativismo como objeto de análise ou como tema e

problema, do mesmo modo que as palmeiras se mantiveram como tema de inspiração literária para autores consagrados, desde, pelo menos, os poemas de Gonçalves Dias. Essa dispersão e abrangência dos diferentes enunciados referidos ao babaçu assinalam visões distintas, muitas vezes colidentes, que me possibilitam fazer referência a um campo de debate.

Como instrumento de análise, esse campo de debate a respeito do babaçu permite descrever os atos, as práticas e as relações sociais travadas por indivíduos ou grupos situados em distintas instâncias de poder. Permite também revelar determinados esquemas explicativos que, ao tomarem o babaçu como tema, problema ou objeto de investigação, não dispensam a produção de imagens sobre os grupos sociais referidos à área de ocorrência dos babaçuais. Isto é, eles corroboram para a construção de representações sociais relacionadas, de maneira usual, à designada economia de base familiar, notadamente às extrativas.

Proponho-me a explicitar os meandros desse campo de debate referido ao babaçu, mediante a descrição de um grupo de enunciados que sugerem a dispersão e a abrangência das interpretações correntes sobre o babaçu. Tomo, pois, como ponto de partida, a descrição de enunciados referidos a gêneros distintos de produção intelectual: trabalhos científicos, como teses, dissertações e monografias; trabalhos premiados por instâncias públicas; diagnósticos que subsidiam a ação dos poderes públicos e movimentos sociais; trabalhos encomendados pelos poderes públicos para orientar as práticas extrativistas e as diversas modalidades de intervenção.

De outra parte, cumpre destacar quem são aqueles que detêm o poder e a autoridade para tratar do tema; ou quem são aqueles que detêm os critérios de competência e de saber e as condições legais para elaborar discursos sobre o babaçu. Posso adiantar, a esse respeito, que tais intérpretes estão relacionados a domínios disciplinares distintos, tais como a biologia, a geografia, a antropologia e a economia. São profissionais de formações acadêmicas diversas, ligados a diferentes domínios do saber e que produzem diferentes discursos sobre o tema enfocado.

Não se trata, contudo, de analisar a profusão de discursos sobre o babaçu em si e por si mesmos, isto é, de tomá-los apenas como instrumentos de comunicação e de conhecimento, como algo restrito à fala e à linguagem pura e simples; mas trata-se de perscrutar o sistema de relações sociais subjacentes à produção desses discursos. Inicialmente, entre o início e a metade do século passado, é mais conveniente falar na construção de um quadro institucional formado por autores que elaboram uma produção intelectual sobre o babaçu. Até mesmo porque essa produção estava muito atrelada aos interesses de desenvolvimento regional, não possuindo a autonomia necessária para se considerar a construção de um campo intelectual propriamente dito.

Para analisar o momento subseqüente, tomo como instrumento de análise o conceito de campo intelectual, tal como elaborado por P. Bourdieu, na intenção

de descrever as relações de força que se têm em jogo quando se trata de falar sobre o babaçu. Proponho-me a pensar o conjunto dos enunciados enfocados a partir do conceito de "campo intelectual" (BOURDIEU, 1968, p.106), de forma a explicitar disputas entre agentes e sistemas de agentes pela interpretação legítima da economia do babaçu.

Não pretendo analisar tão somente o conteúdo intrínseco dos trabalhos, realizando uma análise interna; nem apenas o contexto em que foi realizada a interpretação erudita. Busco a análise das relações sociais na organização do campo intelectual, entendido como "um campo magnético, constituído por sistema de linhas de força, em que os agentes ou sistema de agentes, atuam como forças que, se dispondo, lhe conferem uma estrutura específica num dado momento do tempo" (BOURDIEU, 1968, p. 106).

Ao tomar para análise a produção de autores situados em momentos distintos da estruturação desse campo intelectual, deparei-me com uma complexa teia de relações sociais que precisei deslindar. Vi-me diante de uma intrincada rede de agentes conjugados, consoantes a uma temporalidade não exatamente linear, e de um conjunto aditivo de elementos justapostos. De certo modo, os estudos em exame estão referidos ao sistema de relações sociais no interior dos quais se realiza a criação como ato de comunicação. Os autores selecionados fazem parte de um campo intelectual e a posição particular que eles ocupam, ou seja, as propriedades de posição, vinculam-se às propriedades intrínsecas (BOURDIEU, 2004) e, particularmente, a um tipo de participação no campo cultural enquanto sistema de relações entre temas e problemas. Ou, como diria Foucault (2000, p. 89), "cada livro representa um ponto dentro de uma teia de relações sociais".

Sob uma dada dimensão de análise, poder-se-ia sugerir a prevalência de um "campo de reflexão sobre o babaçu", em face da criação de agências ou a instituição de sistemas de agentes direcionados especificamente para lidar com esse produto vegetal. Como exemplo, podem ser citados a Comissão do Babaçu e o Grupo de Estudos sobre o Babaçu, instituídos formalmente nos anos 1950 pelo poder público, para dinamizar a economia do babaçu, inserindo-a no desenvolvimento regional. Agências como essas disputam não apenas a interpretação legítima sobre a rentabilidade econômica do babaçu, mas corroboram para construí-lo como "problema social", como questão própria a uma dada região e cuja resolução passa a ser vista como de responsabilidade principal dos planejadores regionais.

Nesse sentido, ao me dispor a descrever as vicissitudes da constituição de um campo de reflexão sobre o babaçu, busco evidenciar uma relação suscetível de ser observada entre as estruturas do campo intelectual e o campo do poder. A descrição focaliza os agentes e os sistemas de agentes que conferem particularidade à estrutura do campo enfocado, sugerindo que as condições de possibilidade para a produção de um conhecimento erudito sobre o babaçu são autorizadas tanto por instâncias de produção e reprodução intelectuais propriamente ditas quanto por instâncias referidas à estrutura de poder. Estas últimas, no entanto, não

dispensam os critérios de competência e saber científicos, de modo que recorrem a intelectuais "notáveis" para a elaboração de planos, programas e projetos que visam ao desenvolvimento da região.

Assim, os diferentes gêneros de produção de conhecimento que selecionei e coligi, para efeito de análise, estão remetidos a um determinado estado do campo intelectual. Considero as disputas e tensões em jogo a partir das relações de força, que são orientadas para a imposição de uma certa interpretação sobre a região, que se pretende a mais legítima.

Pensar nos agentes e agências referidos à produção de conhecimento sobre o babaçu como integrantes de uma estrutura específica do campo intelectual significa estar atento para estados distintos de produção científica, levando em conta a estruturação do campo em dado momento e em dada sociedade. Nesse sentido, os produtos intelectuais a serem analisados são indissociáveis das especificidades do campo enfocado e apontam para contextos histórico-sociais singulares.

Não tenho a intenção de analisar a totalidade dos agentes e agências de produção de conhecimento científico que integram o campo intelectual referido à região enfocada[2]. Busco analisar tão somente os agentes e sistemas de agentes diretamente referidos à produção de conhecimentos a respeito do babaçu e ressaltar que o processo de estruturação do campo intelectual enfocado sugere uma relativa autonomia face a outros domínios do poder. Em outras palavras, as clivagens temporais a que irei me reportar não apontam para um contexto que assegure aos autores uma colocação de seus bens culturais no mercado, de forma a garantir minimamente uma autonomia à produção intelectual.

As agências de produção, reprodução e consagração intelectual, no Maranhão, são recentes, datam do início do século XX, e não dispensam recursos públicos ou privados para sua criação, além de manterem estreitas relações com outros domínios do poder. Além disso, no que se refere aos estudos científicos, a tutela institucional sempre esteve muito presente através de financiamentos públicos. Só recentemente intelectuais egressos das universidades públicas procuram, de forma tímida, conquistar esse mercado editorial.

---

2 A esse respeito, consultar: NUNES, Patrícia M. Portela. 2000. Medicina, poder e produção intelectual. São Luís: UFMA-PROIN-CS. Ao se dispor tratar das relações entre a medicina e as estruturas de poder, esse trabalho descreve o processo de estruturação do campo intelectual referido ao Maranhão, precisando a criação das primeiras agências de produção e reprodução de conhecimento científico e intelectual em âmbito regional. Ao fazê-lo, a autora aponta para as vicissitudes do campo intelectual enfocado e relativiza a idéia de autonomia do campo intelectual, especificando as relações dos produtores de conhecimento científico e intelectual com outros domínios de poder, a exemplo do poder político ou do poder religioso. Isto é, ela observa que a criação das primeiras escolas e faculdades do Maranhão contou com o apoio de instituições religiosas ou de agentes referidos às estruturas de poder. Além disso, ela também observa que os produtores intelectuais dispunham de um número restrito de agências para publicação de seus trabalhos (notadamente a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão), bem como a principal editora de toda uma geração de intelectuais, o antigo SIOGE.

O campo intelectual e seu processo de estruturação devem ser considerados em referência a diferentes estados da produção que tomam o extrativismo do babaçu como foco de análise. Além disso, há que se considerar que, enquanto instrumento de análise, o conceito de campo intelectual dispensa critérios geográficos de distinção. Ou seja, não se trata de territorializar o conceito, como se a produção referida ao babaçu estivesse atrelada à geografia, insinuando, com isso, que os autores enfocados com referência ao campo intelectual a que me reporto fossem todos naturais do Maranhão ou produzissem dentro dos limites político-administrativos desta unidade da federação. Os estados de produção de conhecimento científico e intelectual apontam para a vigência de diferentes situações que permitem relativizar o dado da naturalidade.

O que pude perceber, a partir do levantamento que realizei, é que há autores naturais do Maranhão que produziram de fora; e outros que, mesmo não sendo naturais deste estado, produziram sobre situações observadas em áreas de predominância dos babaçuais3.

Em outros termos, pode-se afirmar que o conceito de campo intelectual autoriza analisar a produção intelectual de autores que sequer coexistiram ou estiveram referidos a um mesmo tempo. Entretanto, por se aterem a uma mesma polêmica ou tomarem o mesmo objeto de investigação, autorizam análises comparativas.

O reconhecimento do valor econômico do babaçu data do início do século XX, notadamente a partir da Primeira Guerra Mundial, quando se realizaram as primeiras exportações da amêndoa in natura para a Alemanha. Antes desse período, inexistiam estudos sistemáticos sobre o extrativismo e a chamada "economia do babaçu", à exceção de esparsas referências botânicas às palmeiras, tomadas de forma genérica como compondo a paisagem, ou de menções literárias e breves alusões burocrático-administrativas nos relatórios dos presidentes da província.

Essa ausência de referências sistemáticas à "economia do babaçu" na produção intelectual não significa que o produto não tivesse valor de troca e fosse um bem essencial para indígenas e "camponeses" da região. Em verdade, o extrativismo do babaçu, conciliado com as lides agrícolas, contribuía significativamente para a reprodução social e econômica desses grupos, como bem atestam os estudos realizados nos anos de 1930, por autores que convencionei

3 Há pesquisas antropológicas realizadas no Maranhão por autores clássicos da antropologia. Alguns desses estudos abordam a questão dos camponeses e alguns deles fazem referência ao babaçu. Nem todos foram tomados para análise nesta tese. Limito-me a citá-los pela sua relevância: Otávio da Costa Eduardo, que realizou trabalho de campo em Santo Antônio dos Pretos, município de Codó, apresentado na Nortwestern University, em 1946, com orientação de M. Herkovitz; o estudo de Charles Wagley e Eduardo Galvão sobre os Tenetherara, coordenado pelo próprio Charles Wagley., M. Herkovitz e Charles Wagley, por sua vez, foram orientados por Franz Boas. Há ainda o estudo de Nunes Pereira, que realizou, em 1946, uma etnografia da casa das Minas para a Universidade do Brasil, sob forte influência de Artur Ramos.

chamar de "colecionistas", os quais realizaram trabalho de campo notadamente no Maranhão e no Tocantins.

A partir dos anos 1940-50, entretanto, consolida-se a noção de intervenção planejada na economia. Com isso, os estudos passam a ter em vista a dinamização da economia do babaçu, sendo encomendados pelo poder público. Tal gênero de produção intelectual passa a ser incentivado no momento em que a matéria-prima começa a ter valor econômico expressivo, face às demandas do mercado internacional e à industrialização acelerada do Centro-Sul do país. Nesse período, o extrativismo do babaçu é pensado como alternativa para o desenvolvimento econômico da região, em virtude da propalada "decadência da lavoura". O pensamento erudito se volta para o extrativismo e institui novos esquemas interpretativos para analisar a economia regional, conforme a interpretação consagrada por uma plêiade de eruditos que cristalizaram uma forma de interpretar a região enfocada.

Com a desagregação das grandes fazendas de algodão que predominaram no Maranhão, ao final do século XIX, o extrativismo do babaçu passou a ser visto como uma alternativa para a dinamização da economia. Para tanto, os planejadores regionais consideravam necessário eliminar os resquícios do que era considerado como atraso, sempre associado à atividade agrícola e extrativa. Vale ressaltar que, no Maranhão, o processo de desagregação de fazendas de algodão se diferencia de outras situações históricas de dissolução dessas unidades. Foi a queda do preço do algodão no mercado internacional, na segunda década do século XIX, atrelada à entrada de outros países no mercado, como os EUA, que ocasionou a desagregação das fazendas. Esse processo de desagregação, portanto, não tem como marco a libertação dos escravos, distinguindo-se das periodizações ortodoxas. Foi essa chamada "decadência da lavoura" que permitiu às famílias que se dedicavam às lides agrícolas e ao extrativismo consolidar sua autonomia produtiva e sua permanência na terra.

Com a desvalorização desse recurso básico, algumas áreas foram doadas pelos senhores ou por ordens religiosas aos escravos, enquanto que outras foram simplesmente abandonadas (ALMEIDA, 1983). Em verdade, o que os historiadores considerados clássicos têm chamado de "decadência da lavoura" deve ser interpretado como "decadência" para os que se situavam no topo da hierarquia; para os ex-escravos, índios e descendentes de índios, essa "decadência" teria sido um dos fatores que permitiu a permanência na terra.

Selecionei um tema, estabeleci recortes e priorizei uma certa modalidade interpretativa. Em decorrência, delineei os lugares a partir dos quais os autores produzem seus discursos e delimitei as posições sociais ocupadas por diferentes produtores de conhecimento e as respectivas agências às quais eles se vinculam. Essas escolhas me levaram a considerar o Maranhão como um lócus específico de observação dos autores selecionados ou como realidade empiricamente observável para o conjunto de trabalhos analisados.

Esse campo intelectual que privilegia a análise das extrativistas se constitui, no presente, numa via de acesso à reflexão sobre as formas de luta das extrativistas que se autodesignam quebradeiras de coco babaçu contra a expropriação e pelo reconhecimento de seus modos de vida. Tal possibilidade se coloca em função dos vínculos dos intelectuais, nesse momento histórico específico, com aqueles que compõem o quadro dos líderes das "formas organizativas". Incluo a minha própria produção intelectual nesse contexto, ressaltando que o antropólogo sempre fala de algum lugar e muda de posição ao longo da realização de uma pesquisa. Analiso a minha passagem da condição de assessora para pesquisadora na parte II desta tese. Foi a minha trajetória, que inclui formas de interação diferenciadas com os líderes das "formas organizativas" e, posteriormente, com suas famílias e outras extrativistas não vinculadas às formas de mobilização, que permitiu a construção da análise que apresento nesta tese.

Na terceira parte deste trabalho, explicito os aspectos da racionalidade social das famílias com que me relacionei durante a pesquisa. Ressalto que essa percepção das relações sociais para além da análise do critério meramente econômico se tornou possível em função da posição que ocupo nesse campo específico.

Presenciei, no caso desses produtores intelectuais dos anos 1990, itinerários diferenciados. Há aqueles que sempre estiveram ao lado das frentes de luta das famílias e contribuíram para a criação das "formas organizativas", possuindo vínculos diretos com famílias. Esses se iniciam como assessores dos movimentos sociais e passam, em seguida, para a condição de produtores intelectuais. Há outros que passam a incorporar os quadros institucionais dos movimentos sociais, após a realização de seus estudos, principalmente graduação e profissionais que concluem seus mestrados. Há pesquisadores que se dedicam há mais de dez anos ao acompanhamento e assessoramento aos movimentos sociais que organizam as extrativistas e que, posteriormente, investem seus conhecimentos acumulados no âmbito da militância em produção acadêmica sistemática, destacando-se na obtenção de graus como de mestres e doutores.

No caso da minha trajetória, inicio realizando pesquisas e posteriormente passo à condição de assessora. Após a experiência na assessoria, retorno realizando trabalho de campo para escrever uma tese de doutorado. Quando retornei para a realização do trabalho de campo, as famílias ainda me viam como assessora do movimento, e isso, por um lado, facilitou e, por outro, dificultou a pesquisa. A facilidade estava na confiança que as famílias depositavam na minha pessoa e no desprendimento dos relatos; a dificuldade residia em ter acesso à representação daqueles que não se constituíam em líderes em perceber as diferenciações internas e relativizar as categorias de entendimento que, tempos atrás, eu tomava como absolutas.

Em verdade, os pesquisadores que desenvolveram pesquisas junto às designadas quebradeiras de coco babaçu e que cito no capítulo 3 da parte I desta

tese tiveram um envolvimento que extrapolou a mera produção de conhecimentos científicos. Para alguns pesquisadores, os vínculos perduraram através da assessoria a essas "formas organizativas". Poder-se-ia considerar, inclusive, tomando a trajetória desses intelectuais, que a produção de conhecimento científico requer não apenas métodos específicos de produção e análise, mas também uma temporalidade própria, distinta daquela concernente à percepção seja dos "problemas sociais", seja do "senso comum", seja do jornalismo ou mesmo da política, conforme observou P. Bourdieu (1983, p. 38). Isto é, se, para os comunicadores de massa, por exemplo, a imediaticidade dos fatos constitui quesito indispensável ao exercício do jornalismo, o mesmo não se aplica à produção de conhecimento científico, sobretudo quando se tem em jogo a análise de processos sociais. Esses intelectuais mantêm vínculos com formas de mobilização que ultrapassam o momento de realização da pesquisa, configurando uma temporalidade mais dilatada, que reflete uma relação de pesquisa aprofundada na dinâmica de reivindicações de reconhecimento dos direitos territoriais.

Para caracterizar esses produtores intelectuais, recorro à noção de intelectual específico, trabalhada por Foucault. Ao se reportar ao tipo de intelectual que denomina "específico", o pensador francês destaca sua propriedade para tornar as lutas políticas mais localizadas e como esse intelectual leva em consideração fatores intrínsecos a essas realidades específicas. As considerações desse autor estão inscritas na realização de uma digressão sobre o papel do "intelectual específico", pensado por oposição ao que entende por "intelectual universal". Apesar de Foucault propor uma reformulação sobre a função do intelectual específico, considera que somente este, pela própria posição que ocupa, específica e localizada, pode combater o regime político, econômico, institucional de produção da verdade, constituindo esse o verdadeiro problema político dos intelectuais na atualidade (FOUCAULT, 1979, p. 8-14).

O campo de produção intelectual que se configura a partir dos anos 1990 não se constitui, todavia, num campo homogêneo. Comporta, ao contrário, diferenciações e hierarquias. Há os estudos cujos produtores são diretamente vinculados às universidades federais e estaduais; há outros que produzem visando subsidiar os movimentos sociais que organizam as extrativistas, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu. Há estudos que foram objetos de prêmios e distinções e, ainda, aqueles que foram produzidos com a participação direta das extrativistas na produção do conhecimento. Nessa última categoria, incluem-se os trabalhos produzidos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nesse caso, as extrativistas passam da condição de objeto de reflexão para a condição de produtoras de conhecimento. As relações de pesquisa são redefinidas. A complexidade desse campo está, justamente, no fato de um mesmo produtor intelectual estar referido simultaneamente a vários campos, ou seja, aquele que produz uma monografia ou uma tese pode, num momento posterior, produzir no âmbito da assessoria do movimento social. Ou seja, a posição desse intelectual não é fixa.

Há relações de poder colocadas em cada momento da produção intelectual analisada e mudanças no papel dos intelectuais nos diferentes contextos em que se inserem suas produções. Preciso as relações sociais que esses intelectuais estabelecem com outros domínios de poder, seja com fontes financiadoras de seus estudos ou com as instituições às quais estão vinculados. As interpretações que tomam ora direta, ora tangencialmente o babaçu como tema permitem o acesso a enunciados ancorados em momentos históricos precisos.

Essa preocupação com a análise do campo intelectual se relaciona diretamente com um tema recorrente na sociologia e na antropologia: o papel que esse intelectual ocupa na sociedade e as responsabilidades que se colocam para esse sujeito na sua pretensão à elaboração do discurso legitimador.

A divisão que realizei permite deslindar de maneira sumária a existência de três modalidades de intelectuais: os "colecionistas", com interesse científico, na montagem de coleções e que classificam seus estudos como descobertas; os "intervencionistas", que, atrelados às estruturas do poder regional, vinculam seus discursos às possibilidades de intervenção aplicadas a um conhecimento considerado útil; e, finalmente, os "intelectuais específicos", que entram com a sua competência científica na luta contra a expropriação dos meios de produção e do saber dos grupos sociais que estão pesquisando.

Os "colecionistas" consideram o extrativismo do babaçu como um dos pilares da reprodução dos indígenas. Apesar desse reconhecimento, consideram esses povos como representantes de um estágio inicial do desenvolvimento humano. Essa concepção se reflete diretamente na ênfase que conferem aos critérios biológicos. Já os "intervencionistas" se vinculam mais diretamente à defesa de uma racionalidade econômica que dinamize a economia regional. Estão interessados na superação do suposto atraso que marca a economia de base familiar.

Os intelectuais que estou chamando de específicos reconhecem a racionalidade social dos grupos e somam forças com as lutas políticas dos grupos contra a expropriação. Essas lutas políticas são justamente pelo reconhecimento das diferentes formas de produzir desses grupos e de seus saberes. Produzem em contraposição à expropriação causada pelos projetos de implantação do cultivo de soja, de implantação das siderúrgicas, dos projetos agropecuários e outros que apostam somente numa possibilidade de crescimento econômico.

Na parte II desta tese, apresento uma reflexão sobre a minha trajetória intelectual e demonstro em que medida o aprofundamento teórico e o contato com uma literatura específica da área de antropologia permite passagens nas formas de percepção da situação investigada.

Na parte III, analiso os fundamentos da racionalidade social dos grupos que pesquiso, possível de ser demonstrada em função do trabalho de campo que realizei junto às famílias que conciliam o trabalho nas áreas de cultivo com o trabalho no extrativismo do coco babaçu. Recorro à análise da constituição e

papel das formas organizativas, que possuem o papel precípuo de defender as famílias contra uma possível transformação das condições de trabalho familiar e ampliar o diálogo com as instâncias de poder governamental. Demonstro como a expressão quebradeira de coco babaçu passa por uma mudança de significado em função da organização das extrativistas; há uma passagem dessa categoria do plano da prática de uma atividade para o plano político de defesa de um modo de vida. A construção da categoria sociopolítica quebradeira de coco babaçu obscurece aspectos da vida cotidiana, como as atividades agrícolas e o papel da família, não somente como unidade básica de produção e consumo, mas também como fundamental no repasse de saberes que extrapolam as atividades econômicas em si.

Tomo como fundamento a representação das extrativistas sobre sua forma de produzir, sobre os instrumentos de trabalho e sobre os recursos naturais, a fim de demonstrar que essa representação se associa diretamente a uma prática que valoriza o trabalho familiar.

Ao observar as práticas cotidianas das famílias, percebi que há uma distinção entre essa racionalidade social e o modo de produção que visa à incorporação empresarial de seus subprodutos no mercado. As práticas e mesmo as técnicas empregadas pelas famílias são funcionais ao seu modo de vida e, portanto, seria um equívoco considerá-las como atrasadas ou como impedindo um desenvolvimento regional, como pensavam os "colecionistas" e os "intervencionistas". São relações sociais que orientam o que os economistas classificam como relações econômicas. Assim, conforme veremos, a implementação dos roçados e o trabalho na agricultura possuem uma relação direta com o calendário de festas; os subprodutos do babaçu são utilizados no âmbito familiar e contribuem para a reprodução das famílias; há uma série de atividades e serviços cotidianos que não entram no cálculo meramente econômico.

Ainda na parte III dedico um capítulo para refletir sobre a tecnologia cultural4, explicitando o campo de disputas entre os interesses empresariais e os interesses das extrativistas.

Tomarei como objeto a discussão em torno da tecnologia considerada apropriada para o beneficiamento do coco babaçu. A ênfase, de um lado, na representação das mulheres extrativistas mobilizadas através de formas organizativas próprias; e de outro, a representação de planejadores de programas governamentais. Há um campo de disputa acirrada entre essas formas de classificação. Analiso a representação das extrativistas em relação à quebra manual, à quebra mecanizada, às palmeiras e ao instrumento de quebra.

Diante do surgimento das formas organizativas das extrativistas responsáveis pela quebra do coco babaçu, essa discussão se torna mais complexa.

---

4 Tomo o termo tecnologia cultural de Haudricourt (1987), em função da relevância do conceito para a análise que estou realizando. Entretanto, considero que o termo tecnologia cultural traz em si uma tautologia, já que toda tecnologia é cultural.

De um lado, elas defendem projetos que não eliminam a quebra manual. De outro, os planejadores de projetos governamentais, em nível estadual, insistem na implantação de uma máquina de quebrar coco que possa substituir o trabalho das extrativistas e propiciar o que chamam de uma "racionalização da produção".

O objeto que tomo para estudo impõe uma reflexão sobre os diferentes tipos de saberes que estão em jogo, os quais evidenciam uma polêmica entre agentes referidos a diferentes domínios de poder. A polêmica traduz uma disputa pela legitimidade do tipo de tecnologia considerada adequada ao beneficiamento do coco babaçu. Antes de tomar como evidente a polêmica em questão, importa investigar por que o início e a permanência do debate em torno da economia do babaçu remetem e remeteram necessariamente, ao longo do tempo, a uma discussão sobre tecnologia. Ou ainda por que a tecnologia ocupa um lugar de destaque nas diferentes formações discursivas.

A construção da categoria não é, entretanto, um mero reflexo das estratégias de ação de organizações internacionais ou dos mediadores. É construída por um processo de mobilização e vínculos anteriores das lideranças com estruturas consideradas mais permanentes, como os sindicatos e a Igreja. São diferentes situações sociais referidas a uma forma de existência coletiva que não dispensa, de nenhum modo, o domínio político das relações sociais para afirmar uma determinada identidade. Apesar da formação das novas formas organizativas e de um enfraquecimento dos sindicatos, a trajetória das lideranças passou por uma formação política decisiva nas entidades sindicais e na Igreja. Há ainda diferentes formas de pertencimento dessas extrativistas, que ocupam posições diferenciadas e elaboram seus discursos de acordo com a posição ocupada.

Parto para a análise da representação que as próprias extrativistas atribuem aos elementos associados a sua prática, como a quebra manual e mecânica, ao extrativismo e às palmeiras. Demonstro como o discurso das lideranças incorpora categorias que nem sempre são utilizadas por famílias sem um envolvimento direto com as lutas políticas. As extrativistas que se constituem em líderes possuem representações mais homogêneas em relação à mecanização da agricultura, isso porque passaram por processos de formação similares. Elas defendem explicitamente a quebra manual em contraposição à quebra mecânica, elegem instrumentos de trabalho como símbolo de sua luta, defendem a quebra manual e invertem a representação que os planejadores dos projetos elaboram sobre esses instrumentos, ao considerá-los como atrasados e ultrapassados. Já para as extrativistas que estão fora do movimento social, a atividade de quebra de coco, assim como o extrativismo, representa a possibilidade de reprodução.

São essas as reflexões realizadas no âmbito do presente trabalho de pesquisa. Espero contribuir para o estabelecimento de um debate sobre a relação que há entre a produção intelectual voltada para o extrativismo e as práticas tradicionais das autodesignadas quebradeiras de coco babaçu. Penso que as representações elaboradas no campo científico não estão dissociadas das práticas dessas

extrativistas e que, ao longo do tempo, esse conhecimento passou a incorporar também a representação dessas famílias sem simplesmente produzir estereótipos sobre suas práticas. Essa mudança na representação do próprio conhecimento não se deu sem um processo de luta dessas famílias.

PARTE I: PRODUÇÃO INTELECTUAL E EXTRATIVIMO DO BABAÇU

Os autores selecionados para análise produzem de acordo com sua posição no campo intelectual em dado contexto histórico-social. Nessa perspectiva, as interpretações podem ser lidas como priorizando ou a racionalidade social ou uma racionalidade econômica dos grupos. Traduzem uma forma de percepção articulada com um jogo de posições que oscilam entre os interesses comerciais e os interesses daqueles que se dedicam à atividade agrícola articulando-a com o extrativismo. Os autores que designei como "colecionistas", vinculados a um propósito acadêmico, privilegiaram classificar os grupos sociais e o meio ambiente no qual estavam inseridos. Seu foco de preocupação estava distante dos aspectos econômicos do babaçu e, mesmo sem defender a inserção dos grupos sociais em diferentes circuitos de mercado, defendiam o "modo de vida civilizado" como o mais adequado, em contraposição ao "modo de vida primitivo". Estavam presos a um padrão interpretativo evolucionista. Mesmo tratando dos mitos e exaltando as qualidades dos índios, viam o modo de vida destes como transitório para uma outra fase do desenvolvimento da humanidade.

Nesse primeiro momento da estruturação do campo intelectual tomado para análise, prevalece um conjunto de agentes e agências exógenas a essa unidade da federação que estou designando como "Maranhão". São autores que agregavam aos procedimentos de trabalho de campo a coleta de objetos da cultura material que pudessem compor coleções das principais instituições científicas e museus, tais como o Museu Nacional. Esses autores não tomam como objeto a economia do babaçu em si, e sim o projeto político de visibilidade de uma nação e suas singularidades culturais. Sua produção intelectual, portanto, é baseada na coleta de artefatos visando à composição de coleções para serem expostas em museus. A partir desse projeto político, a economia do babaçu é analisada não por si mesma, mas para falar de uma região e do povo que a habitava. Selecionei três autores que realizaram trabalho de campo junto a povos indígenas que praticavam o extrativismo do babaçu: Fróes de Abreu, Curt Nimuendajú e Raimundo Lopes.

Aqueles autores que denomino de "intervencionistas", por sua vez, escrevem num momento em que a economia desses grupos é vista como devendo ser incorporada ao mercado capitalista, interpretado como em formação / expansão, em meados do século passado. Daí considerarem somente a racionalidade econômica, sem uma percepção ampliada dos modos de vida intrínsecos aos grupos sociais. Utilizam a categoria "caboclos" para se referirem às famílias que praticavam, de maneira combinada, o extrativismo e a agricultura. Consideram-na uma categoria que remete a um momento liminar, entre o "selvagem" e o "civilizado", e que, por isso mesmo, aponta para uma possibilidade de inserção no modelo econômico defendido como eficaz para o desenvolvimento da economia regional. Importava fazê-los consumidores e trabalhadores a serviço do

desenvolvimento. Importava, em decorrência, defender um aumento constante da produtividade.

Os autores que convencionei designar como "intervencionistas", Orlando Valverde, Gregório Bondar e Teixeira Leite, tomados para análise no segundo capítulo da parte I, produziram suas interpretações acionados pelo poder público para subsidiar o planejamento da economia regional no sentido de dinamizá-la, a partir da integração dessa economia aos circuitos de mercado. Essa integração do babaçu aos mercados, possibilitada pela unidade fabril, pressupunha mudanças nas relações de produção. Para que a intervenção fosse eficaz, fazia-se necessária a viabilização de estudos científicos. Era prática comum do poder público recorrer a profissionais consagrados e de outras unidades da federação, para produzirem conhecimentos que pudessem subsidiar a implementação de políticas. Esses intelectuais tinham vínculos com representantes das estruturas de poder local.

A produção teórica dos "intervencionistas" relaciona-se diretamente com a noção de soerguimento da economia do babaçu, já que a comercialização desse produto passa a ser vista como possibilidade de saída da aludida "decadência da lavoura". Os investimentos financeiros se voltaram principalmente para a inserção do babaçu na economia regional. O que estava em jogo, atrelado aos incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo Estado à iniciativa privada, eram os investimentos numa tecnologia de beneficiamento que otimizassem os lucros empresariais. Os investimentos centravam-se na transformação dessa economia doméstica numa economia de mercado. No caso das famílias que se dedicam ao extrativismo conciliado com a atividade agrícola, há uma série de constrangimentos que impossibilitariam a inserção direta numa economia de mercado. As próprias condições de uso dos recursos naturais limitariam essa possibilidade e a condicionam (NEVES, 2003, p. 2).

A análise do campo intelectual dos "intervencionistas" é marcada pela elaboração de planos de governo que pudessem organizar as intervenções do poder público. Os "intervencionistas" produzem num momento de consolidação da noção de intervenção em nível federal, como forma de promover a chamada modernização. A criação da SUDENE, a partir da Lei 36.921, de 1959, consolida o projeto de intervenção pública via programas desenvolvimentistas em nível federal. Esse órgão do poder público promoveu o financiamento para instauração de fábricas de babaçu no estado do Maranhão via subsídios diretos aos comerciantes. Implementou, também, projetos conhecidos como de "colonização", que pudessem "fixar o homem a terra", em clara contraposição a um suposto "nomadismo" que aparece com força na produção intelectual desse período para caracterizar os grupos humanos que se dedicavam à agricultura e ao extrativismo. O objetivo precípuo da SUDENE se constituía em encontrar soluções que permitissem a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões geo-econômicas do Brasil. Para tal fim, foram engendradas ações de grande impacto, tais como a colonização do Maranhão, projetos de irrigação

em áreas úmidas, cultivo de plantas consideradas resistentes às secas e outras.

A economia de base familiar é interpretada por esses estudos como dificultando o desenvolvimento da economia regional. As regras econômicas dos agricultores e extrativistas são vistas como entraves ao progresso do comércio e da produção. O que esses autores ignoram é que há situações cujas ações têm finalidades não propriamente econômicas, tendo, portanto, múltiplas significações. O econômico pode representar somente uma face de um modo de organização social muito mais complexo. Torna-se inapropriado reduzir a atividade econômica à produção, à repartição e ao consumo de bens, sem correr o risco de amputá-la do campo imenso da produção e da troca dos serviços (GODELIER, 1968, p. 390).

Os "intervencionistas" se constituem em mediadores do campo burocrático e do campo intelectual com habilidades para atribuir a objetividade, a neutralidade e o desinteresse necessários à legitimação da representação burocrática dos problemas. Nessa situação, o papel desses intelectuais tem similaridades com a noção de perito, desenvolvida por Bourdieu (1989, p. 34-44). Pode-se destacar que, para esse autor, o perito lança mão, muito freqüentemente, da autoridade científica no intuito de legitimar uma espécie de universalidade atribuída aos problemas oficiais. Ocupa, pois, uma posição privilegiada no que tange ao trabalho de produção desses problemas, uma vez que são respaldados pelos temas e problemas definidos pela ação do Estado.

Os "intervencionistas" consideravam ineficazes os sistemas econômicos diferenciados e não orientados para uma noção de lucro. Contrastavam suas visões com as representações e práticas das famílias, que, conforme apresentarei na terceira parte desta tese, centrava-se numa maneira de produzir na qual o econômico se vincula a outras dimensões da vida, como ao religioso e aos próprios padrões culturais.

Vinculados aos interesses das sociedades industriais modernas, de mercado ou planificadas, os "intervencionistas" consideravam as regras econômicas dos grupos sociais que conciliavam a agricultura com o extrativismo como entraves ao progresso do comércio e da produção. Para eles, interessava mudar ou destruir o velho edifício econômico irracional desses grupos para pôr o mundo de acordo com os princípios da razão (GODELIER, 1968, p. 311).

Assim, essa reflexão se achava dedicada à tarefa de explicar o funcionamento diferente de dois sistemas econômicos históricos dos quais um ainda estava em vias de nascer no âmago do outro; e de justificar ideologicamente a superioridade de um sobre o outro, sua racionalidade econômica, categoria central da reflexão (GODELIER, 1968, p. 312).

Nos anos 1970, identifiquei um novo grupo de produtores intelectuais, com vínculos com o Museu Nacional, que realizam trabalho de campo no Maranhão. São estudos que, mesmo sem fazer referências explícitas ao extrativismo do babaçu, estudam os conflitos decorrentes da concentração fundiária; os

efeitos da implantação de grandes projetos para as famílias que se dedicam à agricultura e ao extrativismo, bem como às frentes de expansão. Esses produtores de conhecimento são representantes do que poderia chamar como uma segunda geração de intelectuais com vínculos com o Museu Nacional que realizaram pesquisas no Maranhão.

A esse exemplo, pode ser citada a equipe coordenada pelo professor Roberto da Mata, contratada para avaliar o papel da missão religiosa no estado. Tinha como integrantes Regina Prado, Terri Aquino, João Pachêco de Oliveira, Laís Mourão e Alfredo Wagner Berno de Almeida. Essa equipe pesquisou na região da Baixada Maranhense, incluindo os municípios de Alcântara, Bequimão e Guimarães, nos anos 1970. Mesmo sem tratar diretamente do tema babaçu, produziu estudos que possuem relevância para o entendimento da formação histórica do estado. Almeida e Mourão escreveram, em fins de 1974 e janeiro e fevereiro de 1975, em co-autoria, o texto "Questões agrárias no Maranhão", sobre os conflitos gerados pelas políticas agrárias implementadas no estado. Essas políticas incentivaram a venda de terras públicas e geraram conflitos entre os pretensos proprietários, moradores de áreas de ocupação antiga e os migrantes das frentes de expansão. Ainda na década de 1970 do século passado, o pesquisador Otávio Velho, orientado por Roberto Cardoso de Oliveira, pesquisou no Norte do Brasil. A pesquisa fazia parte do Projeto Brasil Central, do Museu Nacional. Estudou as frentes de expansão com ênfase na relação entre a fronteira e o extrativismo do babaçu.

No ano de 1975, estiveram pesquisando na região do Mearim os antropólogos Neide Esterci e Alfredo Wagner Berno de Almeida, no âmbito das atividades do projeto Emprego e Migração (Museu Nacional, FINEP). Nos anos seguintes, também realizaram pesquisas nessa região maranhense os antropólogos Leonarda Mussumeci, Luiz Eduardo Soares e Hortense Mercier, integrantes do Projeto sobre Hábitos Alimentares, também executado no âmbito do Museu Nacional, orientado por Otávio Velho.

A partir dos anos 1990, delineia-se uma produção teórica que passa a privilegiar a análise do modo de vida dos grupos sociais a partir de observações diretas do seu cotidiano. Trata-se de estudos que mantêm o trabalho de campo como técnica de coleta de dados, mas instituem uma mudança na forma de interpretar, que prescinde do observador externo enquanto profissional habilitado a classificar a partir de um repertório de traços vistos como objetivos. Esses estudos instituem, com isso, uma descontinuidade no âmbito da produção de conhecimento antropológico, passando a privilegiar o que é socialmente relevante para os próprios atores / agentes. Essa mudança na forma de abordar é acompanhada, por assim dizer, de uma modificação na própria percepção sobre o sentido da produção intelectual, que deixa de ser vista como algo hermético, fechado em si e direcionado a um público restrito de pares intelectuais, e passa a ser considerada como indissociável de formas de intervenção.

É nesse período que as famílias responsáveis diretamente pelas atividades extrativas e agrícolas passam a se organizar em lutas políticas contra as expropriações causadas pela implantação de projetos com viés empresarial. Configura-se, no campo intelectual, uma produção que concilia os ditames da competência intelectual com as disciplinas militantes. Esses intelectuais, vinculados inicialmente às universidades locais, produzem num momento posterior à eclosão das mobilizações pelo acesso à terra. Nesse momento, passam a figurar no plano organizativo, além dos sindicatos, outras instituições de mobilização, caracterizadas nesse estudo como formas organizativas.

Por formas organizativas entendo as múltiplas instâncias de participação das mulheres extrativistas que compõem o que é classificado, usualmente, como o movimento. São associações e cooperativas gerenciadas por extrativistas que se autodesignam como quebradeiras de coco babaçu. Elas instituíram formas de agregação denominadas de grupos de estudos, núcleos, cantinas, cooperativas, clubes e as diferentes unidades produtivas que compreendem fábricas de sabonete, prensas de óleo e unidades de produção de azeite com uso de forrageira. No contexto de organização das extrativistas, ocorre um processo de construção da categoria quebradeira de coco babaçu que passa a ser acionada, inclusive nos estudos científicos, por projetos governamentais de implementação de políticas públicas e agências de cooperação internacional que priorizam o financiamento de projetos aos denominados "movimentos de gênero". A categoria quebradeira de coco passa a ser acionada como categoria política e não simplesmente como associada ao desempenho de uma atividade econômica. Configura-se em articulação com a criação dessas "formas organizativas" uma produção intelectual com viés diferenciado. Nessa produção intelectual, ocorrem transformações nas regras de formação dos enunciados científicos que passam a privilegiar, sobretudo, a análise da organização política dos "agentes sociais", em vez de se deter em análises que enfatizam o "quadro natural".

Mesmo rompendo com a divisão que separa pesquisadores e militantes, essa produção teórica não renuncia à análise crítica em nome de uma ação política. Pierre Bourdieu chama atenção para toda uma sorte de problemas sociais que entraram de contrabando na sociologia (BOURDIEU, 1989, p. 36). Considerada de modo acrítico, a incorporação desses problemas no âmbito da produção de conhecimento sociológico resulta não apenas em análises acríticas sobre o mundo social, mas encerra em implicações políticas (BOURDIEU, 1989, p. 44). Há obstáculos nessas aproximações entre pesquisadores engajados num trabalho militante e militantes ligados a um empreendimento de pesquisa. Isso ocorre em virtude de cada um dos atores sociais ser submetido a leis e lógicas diferentes. Entretanto, observando que a experiência de pesquisa é em si mesma indissociável do universo político, considero indispensável pensar sobre o papel dos intelectuais na sociedade e sobre as diferentes formas de intervenção destes no mundo social.

Foucault, ao discutir sobre o papel dos intelectuais, opõe dois tipos que encarnaram de forma distinta o problema político dos intelectuais: o "intelectual universal", que se pretendia fazer ouvir como representante do universal e que se julgava portador de uma consciência a ser difundida no seio das massas; e o "intelectual específico", que, sem tal pretensão, adquirira uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas, posto que, ao trabalharem em setores determinados, se defrontavam com problemas que eram específicos e "não universais" (FOUCAULT, 1979, p. 9). Por abandonarem o "universal" e o "exemplar", esses intelectuais passaram a produzir uma reflexão mais pontual referida a lutas concretas (de natureza específica), voltadas para a discussão de pontos precisos relacionados seja às condições de trabalho, seja às condições de vida.

Seria essa posição localizada, segundo Foucault, que autorizaria intelectuais distintos a participarem de uma politização global dos intelectuais. Além disso, o abandono do universal produziria, como efeito, um deslocamento do lugar da ação do intelectual: se, durante o século XIX e começo do XX, a atividade de escritor foi tida como instância privilegiada de atuação do intelectual, com a emergência dessa nova modalidade de intelectual, a possibilidade de intervenção se encontra atrelada à própria instituição a partir da qual o cientista produz seu conhecimento, seja ela o laboratório, a universidade, o hospital ou o asilo. Ou seja, é através da sua atuação nessas instituições que o intelectual passa a ter possibilidade de intervir, posto que apenas nesse nível ele tem acesso aos combates mais locais, mais pontuais e específicos.

Dito de outro modo, é em nome de uma verdade científica "local" que Foucault vê a possibilidade de intervenção dos cientistas nas lutas políticas hodiernas. Das considerações do autor depreendem-se determinados atributos exigidos desse novo tipo de intelectual. A arte de bem escrever e as preocupações com o estilo dão lugar a um conhecimento detalhado sobre problemas específicos, que requerem um certo grau de experimentação e objetivo aplicado, tal como nos trabalhos desenvolvidos pelo terceiro grupo de intelectuais aqui analisados. Não se trata, todavia, de um mero conhecimento aplicado, nem de conhecimento útil, mas de um conhecimento aprofundado em realidades localizadas.

No âmbito da antropologia, poder-se-ia considerar que o trabalho de campo se coloca como condição de possibilidade à produção de um conhecimento pormenorizado, seja sobre uma dada cultura, sociedade ou estilo de vida. Visto como técnica de obtenção de dados característica da antropologia, seu exercício permite aos antropólogos ter acesso a um saber particular, a um saber local e diferencial, que não se ajusta a sistematizações de caráter formal veiculadas pelo discurso científico e cristalizadas por intermédio de coerências funcionais. A prática da pesquisa antropológica faculta ao pesquisador o acesso aos combates de caráter local a que se refere Foucault, autorizando a produção de um conhecimento habilitado a acoplar conhecimentos científicos às memórias locais.

Certamente, não se trata de considerar o trabalho de campo como simples técnica de obtenção de dados, negligenciando a dinâmica da relação de pesquisa, mas de ter em vista que este passa a ser atualizado em associação com uma forma de abordar que não descarta o que é socialmente relevante ou significativo para os agentes sociais. Nesse sentido, a realização de pesquisas empíricas não apenas coloca o antropólogo diante de situações de conflitos localizados e específicos, pois que direcionados a determinados opositores, como ainda faculta a produção de um conhecimento mais detido sobre as lutas sociais, que não ignora a ótica daqueles saberes produzidos pelos agentes sociais no confronto com seus opositores.

No caso da produção analisada nesta tese, percebi que profissionais de outras disciplinas, orientados por antropólogos, passam a incorporar as técnicas de trabalho de campo para demonstrar aspectos que aparecem generalizados nos estudos produzidos em suas áreas específicas de conhecimento. Nesse campo, podem ser mencionados geógrafos que questionam a construção de fronteiras como naturais e demonstram as territorialidades específicas que se delineiam a partir da delimitação das áreas de atuação dessas "formas organizativas". Podem ser mencionados também pedagogos, que analisam a relação entre saber não formal e educação, entre saber instruído e outros saberes.

A relação entre produção intelectual e mobilização política dos líderes, que representam famílias dedicadas ao extrativismo e às atividades nas roças, incorpora uma dimensão que vai além da mera militância do intelectual. Há uma verdadeira divisão social do trabalho entre militantes, intelectuais e líderes. Os produtores intelectuais incorporam o saber dos líderes na construção de seus estudos e trabalham com categorias classificatórias dos informantes. São várias possibilidades de parcerias, que incluem a formação de quadros de profissionais para atuarem na posição de assessores ou, ao contrário, a profissionalização de alguns assessores.

Outra possibilidade é o uso dos critérios de competência e saber desses intelectuais para subsidiar a elaboração de projetos de fortalecimento institucional às "formas organizativas", para o levantamento de violação de direitos, que podem ser denunciadas por órgãos representativos e para subsidiar reivindicações junto ao poder público.

A mobilização política que leva à defesa da racionalidade social é compartilhada por líderes e intelectuais. Ela se configura na reivindicação pela permanência de um modo de vida e contra a expropriação proporcionada pela implantação de projetos econômicos como a sojicultura, a produção de carvão vegetal, a pecuária e a mecanização do extrativismo com vistas a atender somente às empresas produtoras de sabão, óleos vegetais e sabonete.

Nos estudos produzidos a partir dos anos 1990, o fator econômico aparece articulado com outras dimensões da vida social. O econômico não é analisado de forma autônoma e independente. Os estudos enfatizam a identidade social como

um elemento a ser considerado e que, de certa forma, desestabiliza a perspectiva economicista. Enfim, há uma valorização da racionalidade social dos grupos.

Passo nas próximas páginas, a análise mais detida dessas diferentes produções intelectuais que tomam o extrativismo como tema. A forma de apresentá-las deve ser considerada como um recurso metodológico, ao invés de um esquema rígido de enquadramento dos autores. Foi possível identificar similaridades nas formas de apresentação dos autores, assim como em algumas categorias utilizadas para classificação dos agentes sociais. Entretanto, cada autor possui especificidades irredutíveis a uma periodização, já que há uma descontinuidade na produção do conhecimento científico.

CAPÍTULO 1: OS "COLECIONISTAS" E A PRODUÇÃO DE ETNOGRAFIA EM ÁREAS INDÍGENAS

1.1 A propriedade de posição dos "colecionistas"

A fim de caracterizar a propriedade de posição dos principais autores que estudaram os índios, extrativistas e pescadores, particularmente na região dos babaçuais, apresento, a seguir, uma tabela que possui como objetivo precípuo situar o ano da produção, o lugar do trabalho de campo, a instituição à qual os autores estavam ligados e os critérios de competência e saber a que estão referidos.

Para efeito de exposição, privilegiei uma apresentação por ordem cronológica, evidenciando as modalidades de produção de conhecimento científico e saberes práticos. Essa forma de abordagem parte do pressuposto de que a noção de capital intelectual não se reduz ou está associada ao caráter cumulativo das informações, posto que se referem basicamente a uma rede de relações sociais. Nesse sentido, o quadro ora apresentado explicita uma estrutura de relações entre os autores que passam por uma instituição científica determinada, qual seja, o Museu Nacional.

AUTOR	FORMAÇÃO / DISCIPLINAS	LIVRO / ANO	LOCAL DA PESQUISA / ETNIA	VÍNCULO C / O MUSEU NACIONAL
S. Fróes de Abreu	Químico e Geógrafo	Na Terra das Palmeiras (1931)	Maranhão/ Guajajara/ Canella	Sim
Curt Nimuendajú	Sem formação acadêmica	Os Apynaje (1939)	Goiás / Apinayé	Sim, eventual
R. Lopes	Literato	Torrão Maranhense (1916) Antropogeografia (1936) Pesquisa Etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão (1938)	Baixada Maranhense	Sim, naturalista

Quadro 1: Autores "colecionistas".

Sílvio Fróes de Abreu (1901-1972) foi um químico e geógrafo brasileiro especializado na descrição das regiões naturais brasileiras, com ênfase nas principais jazidas minerais. Foi um dos pioneiros na questão da conservação dos recursos naturais, publicando e realizando conferências, durante a década de 1940, sobre a utilização eficiente e não predatória dos minérios estratégicos do Brasil. Foi diretor do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) antes de ser transferido para o Gabinete da Presidência da República, para ser um dos fundadores do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final da década de 1930, e um dos mais importantes colaboradores da Revista Brasileira de Geografia. No ano de 1950, voltou ao INMETRO, do qual foi diretor de 1952 a 1953 e onde trabalhou até sua aposentadoria. Realizou trabalho de campo em regiões com predomínio de babaçuais em 1929-1930. Fróes de Abreu foi um dos primeiros a produzir um estudo sistemático sobre o extrativismo do babaçu e seu trabalho apresenta as características da produção da sua época, com fortes influências das ciências naturais na descrição do meio físico e das características biológicas dos povos indígenas[1].

Curt Nimuendajú trabalhou no Museu Paulista e em missão aos seguintes museus: Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Nacional e Museu do Gotemburgo. Mesmo sem formação acadêmica, o autor ocupou cargo público no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no período inicial de sua criação, sob direção de Rondon. Sua trajetória é marcada pela realização de trabalhos referidos a diferentes grupos indígenas que viviam em áreas de babaçuais, sobre os quais escreveu etnografias como Os Apinayé. O autor do livro Os Apinayé é de origem alemã, tendo se deslocado para o Brasil no ano de 1903. Recebeu esse nome dois anos mais tarde dos índios Guarani no oeste de São Paulo e sul do Mato Grosso. Curt Nimuendajú visitou a aldeia dos Apinayé a primeira vez em 1928, mais precisamente as quatro aldeias existentes: Mariazinha, Cocal, Gato Preto e Bacaba, na região do Araguaia / Tocantins.

Os povos indígenas referidos às paisagens com predominância de palmáceas interessavam sobremaneira a Nimuendajú, que nos anos de 1914 e 1915 visitou as aldeias de Tembé, Urubu e Timbira, tendo voltado aos Tembé no ano de 19212.

Quando Herbet Baldus, que estava escrevendo sua Bibliografia Crítica da Etnologia brasileira, solicitou de Nimuendajú informações sobre sua trajetória intelectual, obteve a seguinte descrição do próprio Nimuendajú:

> Quer que lhe mande uma história da minha vida. É simples – nasci em Jena, no ano de 1883, não tive instrução

1 O autor realizou trabalho de campo junto aos índios Guajajara e Urubu Kaapor, respectivamente nas regiões do Mearim e Baixada Maranhense. Essas regiões geográficas atualmente possuem coordenação regional do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

2 Cf. Pereira, presidente do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas, no livro "Curt Nimuendajú, síntese de uma vida e de uma obra" (Belém: MPEG, 1946, 60 p.).

> universitária de espécie alguma, vim ao Brasil em 1903, tinha como residência permanente até 1913 São Paulo, e depois Belém do Pará, e em todo o resto foi, até hoje, uma série ininterrupta de explorações... Fotografia minha não tenho (NIMUENDAJÚ apud FARIAS, 1998, p. 209).

Raimundo Lopes produziu o livro Torrão Maranhense no ano de 1916[3]. Formado em letras, tornou-se, posteriormente, naturalista do Museu Nacional, instituição em que permaneceu até sua morte, no ano de 1941. Vale ressaltar que, apesar de sua formação em letras, a produção intelectual de Lopes é mais conhecida no âmbito da geografia.

A estruturação do campo da reprodução de conhecimento científico referido à geografia se dá nas décadas de 1940 e 1950, através da ação do IBGE e da criação das faculdades de filosofia no país. Foi a partir daí que os domínios institucionais referidos à geografia, à história, e à antropologia começaram a se estruturar. Essas faculdades eram divididas em quatro áreas: filosofia, pedagogia, história, geografia e letras, tendo como objetivo formar professores nessas áreas para o ensino médio. Isso não quer dizer que antes disso não existissem agências específicas que reunissem agentes em torno dessas formações acadêmicas, como as faculdades. Mas não eram agências de reprodução de conhecimento científico. Raimundo Lopes morre em 1941, antes da constituição desses campos de conhecimento. Ou seja, ele está referido a um estado de produção de conhecimento científico em que o campo da antropologia estava se estruturando em torno de museus e com profundos vínculos com as ciências médicas e com a arqueologia. O quesito do trabalho de campo já ressaltava nos procedimentos dos chamados naturalistas.

Raimundo Lopes cursou também a faculdade de Direito, embora não a tenha concluído. Sua família é constituída por "intelectuais notáveis", alguns deles ocupando cargo na estrutura administrativa local, nos anos de 1920-30. Ele é irmão do também pesquisador Antônio Lopes, que estudou a formação histórica do município de Alcântara, em monografia clássica do IPHAN, de 1947, e sobrinho de Gonçalves de Magalhães, que escreveu, em 1865, sobre os "calhambolas" e a Balaiada.

Aliás, o Torrão Maranhese tem como proposta produzir uma descrição geográfica que não seja de gabinete, centrada na observação direta dos fatos. Lopes utiliza técnicas de escavação para retirar objetos que pudessem atestar a ancianidade da ocupação da região da Baixada Maranhense[4]. Denominou essa geografia de geografia do tempo. Dos autores selecionados, é o único que critica explicitamente a mera descrição das paisagens e dos quadros naturais sem referência

3 Poderia também constar no quadro "Os autores colecionistas" o artigo de Raimundo Lopes "Os Tupis do Gurupi, Atlas del XXV Congresso Interamericano" (LOPES, 1932, p. 139-171).

4 Lopes focalizou suas observações de campo em Viana, município onde atualmente se localiza a sede do MIQCB.

ao povo e às formas de ocupação anteriores. Lopes agrupou informações sobre os povos Tembé, Guajajara e muitos artefatos constam das coleções do Museu Nacional.

1.2 Os museus como instituições de produção de conhecimento: a organização das coleções e seus princípios classificatórios

Os autores que convencionei designar de "colecionistas" têm em comum tanto a preocupação com o estudo dos índios em áreas de ocorrência de babaçuais, quanto vínculos formais ou eventuais com o Museu Nacional. Outro critério de aproximação concerne ao emprego das mesmas técnicas de recolhimento de artefatos para montagem de coleções para museus. A ênfase dos procedimentos de trabalho de campo se concentrava na cultura material do grupo e na descrição dos seus critérios biológicos através de medidas e verificações biométricas. O colecionismo predominou no Brasil no início do século passado nas interpretações referidas ao campo da produção de conhecimento sobre "outros povos", empreendidos não necessariamente por antropólogos de formação. Ao centrarem seu trabalho no recolhimento do maior número possível de artefatos a fim de serem classificados, remetiam à possibilidade de remontar à origem e ao estágio evolutivo dos grupos.

A ordem de exposição dos seus trabalhos, os temas privilegiados e a abordagem possuem similaridades no que se refere aos temas e à forma de abordá-los. Essas similaridades estão de certa forma condicionadas ao momento histórico em que foram produzidas, com predominância das recomendações da antropologia física.

Ao realizarem suas "monografias", tal como designavam suas análises, pretendiam apresentar a variedade dos grupos sociais existentes no país e a diversidade cultural a partir da construção de "tipos". Atribuíam características à personalidade desses arquétipos, de acordo com as características biológicas traduzidas também por medições efetuadas em campo.

Para um país que estava caminhando no sentido da construção de uma nacionalidade, a explicitação dessas diferenças se tornava fundamental na desconstrução da idéia de nação como representando uma homogeneidade de povos.

Os autores tomados como referência produziram num período de consolidação, em diferentes partes do território nacional (Rio de Janeiro, São Paulo, Belém), dos museus, então instituições dedicadas à pesquisa e ao agrupamento de materiais de diferentes povos. Permitiam um contato intenso entre pesquisadores de diferentes matizes. Vincularam-se à primeira instituição de cunho científico do país com reconhecimento como instância de consagração acadêmica, com acervo copioso e exposições permanentes: o Museu Nacional. Não estão referidos à estrutura do campo intelectual considerado regionalmente, e sim

a uma instituição com reconhecimento nacional e vínculos com outras instâncias de consagração internacional. Os museus eram, nesse sentido, desvinculados das relações de poder local.

No caso do Museu Nacional, o predomínio da noção de coleção e de estímulo aos estudos nas áreas de biologia e botânica já estava presente muito antes da produção dos autores que estou convencionando chamar de "colecionistas". Trata-se de uma instituição conhecida inicialmente como Museu Real, fundada em 1808, no âmbito de um projeto colonialista e que se manteve como referência de estudos que atualmente classificamos como antropológicos. O momento de produção dos autores que tomei para análise é marcado por uma redefinição na política científica do Museu Nacional, que passou a valorizar o estudo dos grupos humanos, em vez de somente a montagem de coleções e exposições de espécies botânicas. Os grupos humanos eram classificados pelo tronco lingüístico e o nome do pesquisador aparecia fortemente vinculado ao dos índios que estudava: os Apinayé e Nimuendajú; os Parecis e Roquette Pinto; os Canela e Fróes de Abreu (FARIA, 1993, p. 59).

Os museus de etnografia europeus precisavam ter em seu acervo artefatos de diferentes povos, de maneira que os grupos étnicos de todos os continentes ficassem representados em suas exposições. Cria-se um mercado de bens simbólicos, daí o vínculo de autores como Nimuendajú com essas instituições. Esse autor se relacionou diretamente com os grandes nomes da antropologia européia e forneceu material etnográfico para museus como o Museu de Gotemburgo, na Suécia, que comprou desse autor coleções de artefatos dos índios Apinayé. Segundo Faria (1993, p. 211), a atividade de Curt Nimuendajú encontrou apoio e estímulo por parte dos agentes do campo intelectual que dirigiam e controlavam o mercado de bens simbólicos. O valor desse material tornava o trabalho etnográfico praticamente autofinanciado.

O extrativismo do babaçu aparece, nesses estudos, como uma atividade econômica fundamental para a reprodução das famílias e a ênfase recai sobre o seu uso doméstico, no âmbito familiar. O valor comercial enfocado estava nos artefatos materiais, e não nas possibilidades de comercialização do babaçu em si.

No colecionismo, os detalhes culturais são tratados como espécies classificáveis em categorias distintas e que evoluem gradualmente, daí o termo "coleções", empregado para designar o conjunto de artes, crenças e costumes. Nessas interpretações, o esquema evolucionista de explicação não deixa de ser atualizado, orientando, como salienta Faria, "o que pensar, como pensar e como ordenar as coisas pensadas" (FARIA, 1993, p. 45).

Os "colecionistas" visavam a uma produção antropológica que conseguisse construir uma teoria geral, válida para todos os povos, daí a necessidade de recolher o maior número de materiais, colecioná-los e em seguida classificá-los. Objetivavam perceber os possíveis contatos entre os povos, as migrações, para chegar, enfim, à origem da humanidade. Relacionavam o artefato material

utilizado na transformação da natureza ao estágio evolutivo dos povos estudados. Com essa prática, atualizavam os princípios evolucionistas.

Produzem num momento de redefinição na própria política do Museu Nacional, que passa a ser definida por uma valorização do conhecimento de "outros povos". Além de recolher objetos materiais, importava produzir conhecimentos e descrições sobre os grupos humanos, e não somente na área das ciências naturais. Mais que a montagem de coleções naturalistas, importava as informações sobre os grupos considerados diferenciados na sociedade brasileira.

1.3 A interpretação dos "colecionistas": as expedições e o trabalho de campo

A interpretação dos "colecionistas" está fundamentada na realização de trabalho de campo com uma permanência mais detida do pesquisador nas áreas pesquisadas. Essa permanência nem sempre se dá numa só localidade. Ocorrem viagens sucessivas, com passagens por diferentes grupos indígenas (Figura 1). Fróes de Abreu percorreu os municípios do Mearim, passando por Barra do Corda, Pedreiras, Bacabal, Arari, Itapecuru, Coroatá, Codó e Caxias. Raimundo Lopes percorreu o Mearim e o Pindaré, com concentração de observações na Baixada Maranhense, principalmente no município de Viana, sua terra natal. O trabalho de Nimuendajú, que tomei para análise, é monográfico: restringe-se a um único grupo indígena – os apynayés[5], localizados no então norte de Goiás.

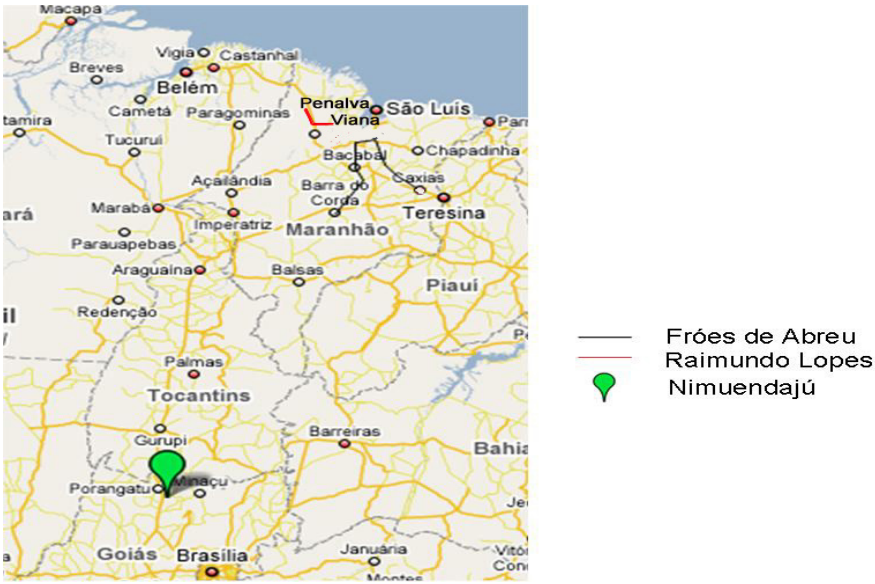


Figura 1: Áreas de realização das "expedições" dos autores "colecionistas".

5 Também realizou pesquisa de campo junto aos Canela, Guajajara, Tembé e Timbiras, povos que se situam na região ecológica dos babaçuais.

As análises estão condicionadas à maneira como se deu o trabalho de campo. No caso dos autores que percorreram vários municípios, as descrições são mais abrangentes, com pretensão de apresentar uma estrutura física daquela unidade da federação como um todo. Propiciam elementos para uma divisão do estado, seja com as chamadas zonas (LOPES, 1970, p. 117), seja a partir do mapeamento das áreas indígenas (ABREU, 1931, p. 98). Em ambos os casos, os autores apresentam um mapa do estado do Maranhão. Curt Nimuendajú faz um trabalho localizado, com a apresentação de desenhos dos artefatos utilizados pelos índios no dia-a-dia, como cestos, bolsas, arcos e outros.

O termo "expedição" é utilizado para designar essas viagens realizadas, indicando um deslocamento em busca de diferenças entre povos ou em busca do novo e para a possibilidade de trazer amostras do que se viu na viagem. Os autores tinham como objetivo trazer artefatos que demonstrassem, de certa forma, o exotismo dos povos distantes.

1.4 Os "colecionistas" e a descrição do meio físico

Outra característica desses estudos era a descrição do meio físico, da geografia das regiões visitadas e dos recursos minerais, do clima, da vegetação e das chamadas riquezas minerais e vegetais. Trata-se de uma forma de interpretar característica desse momento histórico, influenciado pela prática dos naturalistas viajantes referidos a expedições científicas, predominantes no século anterior à produção dos "colecionistas" (FARIA, 2006, p. 19).

No estudo de Fróes de Abreu, essa valorização do meio natural pôde ser percebida com maior ênfase do que no trabalho de Raimundo Lopes. A geografia do tempo de Raimundo Lopes recupera aspectos históricos da formação do Maranhão, com fartas referências ao modo de vida dos grupos sociais e com descrição dos tipos de habitação e das atividades econômicas.

Curt Nimuendajú privilegia os aspectos históricos e concentra suas observações sobre as aldeias que está estudando. Apresenta as características geográficas das aldeias sem pretender discorrer sobre relevos e climas. Expõe com maior ênfase os rios.

Em todos os trabalhos, essa descrição do meio físico, da fauna e da flora, aparece no início do livro, figurando como um prelúdio da descrição das características biológicas.

Reproduzo, a seguir, trechos dos trabalhos de Fróes de Abreu, Raimundo Lopes e Nimuendajú, respectivamente, a fim de demonstrar esse padrão explicativo em conferir ênfase, no caso dos dois primeiros, ao meio e nos aspectos históricos, no caso de Nimuendajú:

> Em resumo, pode-se dizer que no Maranhão não há, propriamente, serras provocadas por movimentos

> tectônicos. À parte as pequenas elevações da formação das barreiras terciárias, os relevos são representados pelos restos de camadas que resistiram à atividade erosiva (...) Se a divisão – planície e planalto – não fosse bastante justificada, levando-se em conta somente as altitudes, visto como a diferença de cotas não passa da ordem de grandeza duma centena de metros, diferenças de vegetação e de clima tão accentuadas, – justificariam amplamente a classificação adoptada (...) A região ocupada pela mata equatorial – o "oeste" desconhecido – enquadra-se, provavelmente, no tipo physiographico da planície (ABREU, 1931, p. 7).
> É preciso notar, entre a formação dos estuários e os demais aspectos da invasão do mar, uma diferença: na erosão das partes litorais exteriores, as ondas realizam, naturalmente, a principal parte da ação direta. A maré é um elemento que completa, desenvolve, orienta a ação mecânica das vagas. Nos estuários, o papel do movimento de fluxo é mais exclusivo, específico, tanto mais quando é sobretudo nos recortes e canais da costa que ele se apresenta sob a forma de verdadeira corrente, é uma lei estabelecida a do aumento das marés nas reentrâncias da beira-mar (...) as formas estuárias são os mais importantes recortes da costa maranhense, e as nossas baías não são mais do que a parte anterior das grandes embocaduras fluviais (...) os aspectos variáveis destas resultam de circunstâncias do relevo e da conformação geral da costa (LOPES, 1970, p. 13).

A descrição dos aspectos históricos por ordem temporal aparece com força na monografia sobre os Apinayé de Nimuendajú:

> Os primeiros civilizados a alcançar essas alturas foram os jesuítas PP. Antônio Vieira, Francisco Velloso, Antônio Ribeiro e Manoel Nunes, que, entre 1633 e 1658, empreenderam quatro entradas, Tocantins acima, a fim de descerem índios para as aldeias do Pará (...) Em 1673 o bandeirante paulista Pascoal Pais de Araújo desceu com a sua tropa pelo Tocantins até mais ou menos 4° de latitude Sul, onde escravisou a tribo dos Guarajú, habitantes da margem direita (...). Em 1721 o Tocantins foi navegado por Domingos Pinto de Gaya que depois subiu também o Tocantins, segundo diz, até 22° 22', portanto, quase até a confluência com o Pará (...) (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 9).

A referência aos rios está muito presente nos estudos, já que esses se constituíam em meios de transporte privilegiados e, em algumas situações, permitiam, inclusive aos pesquisadores, o acesso às áreas. Fróes de Abreu considera que os rios dão valiosas indicações sobre as regiões que visitam, pois é percorrendo o seu curso que, gradativamente, vai entrando em contato com os índios que estuda. Suas referências principais são os rios Mearim e Itapecuru.

1.5 Os "colecionistas" e a ênfase nos critérios biológicos e no recolhimento dos artefatos materiais

Predominam, nesse período, as classificações e coleções dos artefatos materiais e também dos próprios seres humanos. A noção de coleção estendia-se à classificação das línguas e dos denominados "tipos humanos". Eram comuns os glossários, no final dos trabalhos, contendo um conjunto de palavras de origem indígena[6].

Há uma característica comum aos livros produzidos nesse período: referências, acompanhadas de fotos e desenhos a bico de pena, dos principais instrumentos utilizados e tabelas com dados antropométricos.

Os livros reproduziam de forma fidedigna as concepções e teorias predominantes no período, desde os determinismos, geográfico e biológico, até a tentativa de situar os diferentes povos na escala evolutiva. Os autores retomam a noção de origem dos indígenas, remontam os primeiros contatos desses últimos com os bandeirantes, mesclando informações de teorias predominantes na área da biologia, com descrições minuciosas do dia-a-dia dos povos indígenas.

Nessa produção intelectual, a ênfase interpretativa incide nos fatores biológicos e na qualificação dos agentes sociais como "primitivos". A descrição dos índios aparece indissociável do quadro natural, ou melhor, como fazendo parte desse quadro. Os artefatos materiais falam por si sós, como se fosse possível estudar o instrumento sem recorrer à análise das relações sociais estabelecidas pelo seu uso e às referências sobre quem utiliza.

No caso do livro de Fróes de Abreu, aparecem fotos de instrumentos como os cacetes e buzinas dos Canelas, que foram doados pelo autor ao Museu Nacional (ABREU, 1931, p. 182-183), desenhos de pinturas corporais (ABREU, 1931, p.183) e fotos de pilões (ABREU, 1931, p. 184). Aparece também uma tabela com as medidas dos índios Guajajara, contendo dados sobre a estatura,

6 A preocupação em compor coleções leva os autores desse período, incluindo S. Fróes de Abreu, a buscar informações, a partir do trabalho de campo, sobre vários grupos étnicos. Esse autor, com o objetivo de catalogar todos os aspectos da vida desses grupos, apresenta glossários, nos quais constam as principais palavras utilizadas, no caso, pelos índios Guajajara e Canella (ABREU, 1931, p. 157-163; 201-207). No vocabulário Guajajara, colhido por S. Fróes Abreu, nas aldeias S. Pedro e Colônia, no alto Mearim, em setembro de 1928 aparece o termo Itádí para caracterizar o machado (ABREU, 1931, p. 160).

altura do umbigo, altura sentada, altura do nariz, largura do nariz, índices cefálicos, facial e nasal medidos pelo próprio Fróes de Abreu em 1928 (ABREU, 1931, p. 146). O nome de Silvio Fróes de Abreu figura na lista dos nomes dos arqueólogos[7] vinculados à citada instituição[8].

Esses instrumentos são reproduzidos ao longo das páginas sem qualquer referência a quem os produziu e a seus usos. Tal procedimento, típico dos naturalistas, tem relação com a falta de preocupação desses autores em enfatizar que esses grupos possuíam uma tecnologia cultural e que os objetos expostos nos museus como arte etnográfica possuíam usos que não prescindiam de saberes. Atualmente, as etnografias que procedem à descrição dos instrumentos explicitam também a autoria, as formas de uso, os movimentos corporais empregados e a funcionalidade da tecnologia cultural para as unidades de produção familiares (HAUDRICOURT, 1987, p. 80-96).

São fartas as descrições que S. Fróes Abreu faz de instrumentos de trabalho e adornos dos índios Canela e Guajajara. O autor os descreve e diferencia seus usos entre uma e outra etnia. Os instrumentos mais utilizados pelos Canela seriam os arcos e flechas de tipos classificados como comuns e que teriam muitas semelhanças com os instrumentos dos Guajajara, além de enxadas, foices, facões e espingardas, que ganhavam de presente ou trocavam por instrumentos produzidos pelos que integravam a tribo (ABREU, 1931, p. 30).

No trabalho O Torrão Maranhense, de autoria de Raimundo Lopes, há referência ao recolhimento de artefatos a serem doados ao Museu Nacional. São citadas as flechas de ponta de ferro e apitos de coco babaçu feito pelos índios Urubu, recolhidos na região dos lagos da baixada do Pindaré, nas cercanias de Penalva (LOPES, 1970, p. 72). A maioria desses instrumentos, doados ao Museu Nacional, foi recolhida dos índios Urubu-kaapor, das cercanias de Penalva e Viana. Segue um trecho do livro onde o autor ressalta o recolhimento de artefatos dos índios Urubu, do Maranhão, para compor o acervo do Museu Nacional:

> Sua pacificação foi difícil, sendo tentada no alto Turi e finalmente realizada no Gurupi, no posto de pacificação Pedro Dantas e subsidiariamente no posto de assistência Felipe Camarão (Jararaca, em 1929-30). Visitamo-los nestes postos, em nossa excursão de 1930, obtendo, para o Museu Nacional, uma coleção de artefatos dessa tribo ativa e artista, especialmente os seus ornatos – verdadeiras jóias de plumas, feitas à custa da riqueza da ornitofauna das suas

7 Nesse período, a "antropologia" e a "arqueologia" estavam muito próximas. Para uma análise da relação entre essas duas ciências, consultar Antropologia: duas ciências, de autoria de Luís de Castro Faria (2006).

8 Na listagem dos arqueólogos ligados ao Museu Nacional, aparece a seguinte referência à coleção de S.Fróes de Abreu: Oferecimento de Fróes de Abreu – 1927 – Santa Catarina. Material cerâmico e lítico: total de peças = 42 Estado de conservação: REGULAR.

> selvas (OS TUPIS DO GURUPI; A NATUREZA E OS MONUMENTOS CULTURAIS apud LOPES, 1970, p. 166).

Curt Nimuendajú também contribuiu para a organização do acervo do Museu Nacional. Dentre os artefatos que coletou, havia "machados semi-lunares" dos Apinayé. Classificou-os em "machados de guerra", que seriam de maiores dimensões que os demais, dos quais encontrou somente dois exemplares; e outros, que classifica como pequenos machados cerimoniais, alguns dos quais com indícios de degeneração da lâmina (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 29).

Quando os "colecionistas" elaboraram suas interpretações, o campo de conhecimentos antropológicos ainda estava se consolidando no Brasil. Não havia a constituição de escolas no sentido de agrupar autores representantes de determinadas correntes e reproduzi-las de maneira sistemática. Entretanto, a descrição do meio físico e dos caracteres biológicos dos índios é um padrão explicativo predominante em outros autores, mesmo que realizando trabalho de campo junto a outros grupos que não têm a prática do extrativismo do babaçu como fundamental para a reprodução da vida material e simbólica.

Esse padrão explicativo pôde ser percebido no livro Rondônia, de autoria do médico e antropólogo E. Roquete Pinto. Esse livro aparece como resultado do acompanhamento sistemático do autor à conhecida Expedição Rondon, que percorreu a região conhecida como Serra Norte, no Mato Grosso[9], no ano de 1907. O objetivo principal dessa expedição teria sido abrir uma linha telegráfica, ligando localidades distantes do estado do Mato Grosso à então capital do país, Rio de Janeiro. Nesse livro, os índios são descritos a partir do tipo físico e as suas características são analisadas a partir do método denominado "retrato falado", importado das ciências jurídicas e médicas pela etnografia[10].

As notações do "retrato falado" e as mensurações eram efetuadas de acordo com as fichas individuais usadas no Museu Nacional. Ao defender o uso do "retrato falado", o autor coloca que a grande vantagem dessa maneira de proceder é permitir a caracterização dos tipos antropológicos encontrados, ao abrigo de qualquer incerta apreciação individual. No "retrato falado"[11], os traços principais da cabeça humana são registrados por notação convencional, e cada figura é decomposta em

---

9 Cândido Mariano da Silva Rondon, oficial do corpo de Engenharia Militar, em 1907, foi encarregado pelo governo da república de ligar a capital, Rio de Janeiro, pelo fio telegráfico, aos territórios do Amazonas, do Acre, do Alto Purus do Alto Juruá por intermédio da capital do Mato Grosso. (PINTO, 1938, p. 55).

10 Para caracterizar o tipo antropológico mais geral, recorre ao "retrato falado". Recorre ao método Bertillon, que justifica o não emprego da fotografia métrica por dificuldade em transportar o material necessário para o campo (PINTO, 1938, p. 118).

11 O autor remonta às bases do método do "retrato falado", situando sua origem no século XV. Tal técnica teria sido utilizada pela primeira vez por Leonardo Da Vinci, no ano de 1452. Segundo Roquete Pinto, nem o próprio Bertillon, que posteriormente desenvolveu a técnica do "retrato falado", sabia que alguém a teria inventado quatro séculos antes.

seus elementos fundamentais. São considerados, na definição dos tipos, os órgãos que os biólogos acreditam sofrer acentuadas influências ancestrais, como a fronte e formato do nariz e das orelhas (PINTO, 1938, p. 119). Da comparação entre os dados obtidos, surge, segundo o autor, espontaneamente, um certo tipo, a ser classificado pelo antropólogo. Para classificar os tipos antropológicos, utilizava-se, ainda, uma tabela denominada dermocrômica, uma espécie de tabela de cores, também utilizada no Museu Nacional. A tabela apresentava uma classificação das tonalidades de peles dos chamados "aborígines" no Brasil.

As dimensões do nariz, da orelha e da cabeça eram medidas com base na conhecida lei Quetelet, que as classificava pelos qualificativos pequeno, médio e grande, que comportam ainda vários graus que, na prática, deveriam ser levados em conta (PINTO, 1938, p. 119-120).

Os "colecionistas", ao se referirem aos índios como "primitivos", operavam com a noção de isolados e se referiam a esses grupos como estando num estágio considerado inferior da evolução humana. Já os "intervencionistas" se referem a um "tipo intermediário", mestiçado, parcialmente integrado à sociedade nacional, classificado como "caboclos". São construções de categorias que dizem respeito a uma forma de percepção; não significa que, no momento de produção dos "colecionistas", inexistiam outros grupos sociais além dos índios.

Os "colecionistas" estão referidos a um estado da produção intelectual em que se constrói esse conceito de "primitivo" associado, em algumas situações, ao tipo de técnica utilizada para a transformação da natureza. O princípio de construção das teorias desses autores é de que os povos indígenas estariam na infância da humanidade e necessitariam evoluir e chegar ao estágio civilizado.

1.6 "Colecionistas" e extrativismo do babaçu

O babaçu aparece nesses trabalhos como fundamental na reprodução dos grupos sociais. É geralmente referido na descrição do meio físico (ABREU, 1931, p. 52) ou no relato das principais atividades econômicas (NIMUENDAJÚ, 1983; LOPES, 1970). Em Fróes de Abreu, a ênfase é dada nas palmeiras, das quais ele menciona três tipos: o babaçu, a carnaúba e o buriti.

Em Lopes, o babaçu aparece como uma riqueza com possibilidade de manutenção das famílias e, ao mesmo tempo, como possibilidade de riqueza do estado (LOPES, 1970, p. 84). Já no trabalho de Nimuendajú, o babaçu figura como atividade extrativa de reprodução dos Apinayé, juntamente com a atividade na roça, pesca, criação de pequenos animais e caça (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 70-76). Há, nos trabalhos de Lopes e Nimuendajú, referências a outras utilidades do babaçu para a unidade de produção familiar, como para produção de artesanato e feitura de casas.

S. Fróes Abreu faz referência à utilização da palmeira, pelo que chama

de "os primeiros homens que habitaram o Maranhão"[12], que utilizam seus frutos e suas palhas para feitura de habitações e utensílios diversos. Remete, assim, para uma ancestralidade do extrativismo, que é associada ao uso da categoria "selvagem" para caracterizar os que se dedicavam à coleta. Quando se refere às primeiras utilizações do babaçu, atribui essas utilizações ao que denomina os "selvagens", designados também por ele como "indígenas". Segue o trecho:

> Chronicas muito antigas nos ensinam que selvagens das bandas do Itapecurú comiam o palmito das palmeiras, muito abundantes nos mattos daquella região. Das mesmas palmeiras faziam suas casas, seus cestos, esteiras e tantos outros objectos da civilização indígena. É licito suppor que aproveitassem as sementes do coco, tão fáceis de obter em grande parte do Maranhão, de modo que os palmeirais de babaçu, que hoje apresentam uma das bases da riqueza maranhese, já em tempos pré-historicos constituiriam "riqueza" para os povos que habitavam a terra naquellas épocas (ABREU,1931, p. 64).

O autor ressalta que as exportações de semente que ocorreram no ano de 1914 só foram possíveis em função do trabalho de crianças e mulheres. Entretanto, nesse estudo, a atividade do extrativismo do babaçu é atribuída ora aos homens, ora às mulheres e crianças.

A referência à "primitividade", por sua vez, aparece não somente aos índios, mas a outros segmentos, como aos moradores da fazenda Veneza, em Caxias, que, segundo o autor, utilizavam instrumentos rudimentares para produção de cachaça e rapadura. Segundo o autor, somente uma coisa destoava de tanta "primitividade": era uma máquina a vapor, de pipo vertical, 15 cavalos, que substituía a habitual junta de bois (ABREU, 1931, p. 39).

Os trabalhos analisados recorrem à categoria "nomadismo" para caracterizar a vida social desses grupos e a precariedade da posse de bens. O uso da palha para feitura de artefatos materiais ou mesmo de casas é associado ao "nomadismo". A palha do babaçu figura como algo provisório, sem durabilidade, facilmente descartável. Associam os deslocamentos constantes dos índios à noção de nomadismo. As casas de palha facilitariam os deslocamentos, por serem facilmente reconstruídas em outras localidades. Estariam de acordo com o modo de vida desses povos.

Há, em Lopes, referência a outros usos das palhas do babaçu, como para

12 Essa busca das origens da humanidade a partir dos tipos considerados primitivos aparece em diferentes formações discursivas. Como desdobramento dessa análise, tem-se uma vertente do discurso médico com pretensão antropológica, como os estudos de Olavo Correia Lima, que caracteriza o tipo maiobense como um dos habitantes ancestrais das terras do Maranhão.

o cercamento de áreas de pesca e como reservatório de água durante as secas. (LOPES, 1970, p. 165).

Em Lopes, a referência ao "nomadismo" aparece em diferentes momentos, seja quando descreve a atividade pastoril, considerada a verdadeira vocação da indústria do Maranhão, seja quando descreve os ranchos de palha para salga dos peixes, identificados na Baixada Maranhense. O nomadismo não teria sido deixado de lado com as frentes migratórias que vieram da Bahia. Ele continuaria sendo praticado por aqueles que adentraram os sertões do sul do Maranhão para se dedicar à pecuária e em outras regiões do estado, como na Baixada Maranhense. O vaqueiro da Baixada se diferencia do baiano por não usar roupas de couro (LOPES, 1970, p. 134). Os criadores, segundo o autor, conciliam a atividade pastoril com a pesca e vivem a transportar seu gado, por vezes morando temporariamente em retiros: "Assim, se transporta o gado, de Viana ou de Pindaré, para os campos de Vitória do Mearim ou de Cajapió. Análogo movimento se dá dos campos baixos de Pinheiro para os de Santa Helena" (LOPES, 1970, p. 34).

As rancharias de salga de peixe são descritas como possuindo ranchos ou edificações temporárias, feitas de pindoba, que seria a palha da palmeira de babaçu ainda nova. Tais ranchos seriam armados à beira dos lagos e rios, e por vezes tornando-se verdadeiras povoações improvisadas sob a direção dos "chefes de rede". Em tais habitações moravam os salgadores de peixe com suas famílias, estabeleciam-se os quitandeiros, isso em determinado período do ano, na Baixada Maranhense. O autor denomina de "nomadismo piscatório" esse processo, herdados pelos pescadores dos índios amazônicos e tupis (LOPES, 1970, p. 146).

Na descrição das casas, o autor ressalta as denominadas "casas jirau", descritas como ranchos de palha, firmadas por grossas paliçadas que fazem corpo com o andar habitável. Tais ranchos seriam comuns em toda a Baixada Maranhense, em áreas de inundações periódicas. Na cheia dos rios, a curiosa moradia, suspensa sobre as águas, só se torna acessível por canoas e igarités, donde a comparação que o autor faz dessas moradias com Veneza. Segue o trecho da descrição de uma casa jirau em Viana, terra natal do autor:

> Vem à enchente, e o lago se espraia, cercando e invadindo a "Ponta", a rua e os becos transformam-se em canais, onde as embarcações circulam; e surge assim, periodicamente, o aspecto originalíssimo de uma Veneza, alegre e rústica, de palha... (LOPES, 1970, p. 138).

Segundo Raimundo Lopes, os três tipos de habitação predominantes na Baixada, o rancho, o sítio e a fazenda, admitem uma variante que é a habitação jirau. Haveria, assim, uma hierarquia entre esses tipos de habitação, sendo o rancho o mais primitivo, em função de ser construído com palhas de babaçu (LOPES, 1970, p. 130).

Com relação aos artefatos de palha de babaçu, merece destaque a análise

de Nimuendajú. Ele ressalta que, na área dos Apynayé, há um grande número de palmeiras de babaçu e que os índios utilizam suas amêndoas oleosas, suas folhas e suas palhas (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 9). O autor descreve os diferentes usos que os índios dão aos artefatos de palha e não os associa à noção de nomadismo, tal como Lopes (1970). Em diferentes momentos do trabalho, aparecem fotos de cestos, bolsas, caixinhas e esteiras feitas com palha de babaçu e buriti (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 75). Cita que o distintivo dos guerreiros (pemb) é feito de uma testeira de palha de babaçu, de cujo nó, sobre o meio da testa, saem três pontas, duas para os lados e uma para cima (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 95).

Segundo Nimendajú, o costume das mulheres de levarem para o mato uma cuia na cabeça, como se fosse um boné, e recolherem tudo que encontram de útil no trajeto, constitui uma reminiscência do tempo em que a coleta era uma atividade constitutiva do grupo (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 74). Apesar de no passado o extrativismo ter tido um maior peso, atualmente ainda o praticam com freqüência.

A referência às esteiras[13] feitas com a palha de babaçu aparece em diferentes momentos do texto, dentre eles: a) nos rituais de morte, o corpo é ornamentado e enrolado numa esteira feita de palha de babaçu, para em seguida ser enterrado; b) quando se refere às práticas alimentares, ressalta que os alimentos eram dispostos numa esteira de palha de babaçu (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 54); c) quando relata as câmaras de reclusão, onde os rapazes permaneciam por vários dias, nos ritos de iniciação, diz que os bolos de carne eram recebidos pela brecha da parede de esteiras (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 24).

A respeito da noção de nomadismo, vale ressaltar que a literatura e os discursos técnico-empresariais se referem com freqüência às quebradeiras de coco como nômades, o que tem suscitado leituras críticas (ALMEIDA, 1995, p. 22-23). São as seguintes caracterizações que remetem à idéia de nomadismo das extrativistas: afeitos à vida errante (FERREIRA, 1952 apud ALMEIDA, 1995, p. 23), apontam nomadismo na atividade da roça (LEAL; SAINT CUR, 1972 apud ALMEIDA 1995, p. 23), semi-nomadismo (GALVÃO, 1955 apud ALMEIDA 1995, p. 23). Em oposição ao chamado nomadismo, o discurso técnico-empresarial do início da década de 1950-60 delineia uma intervenção governamental ancorada no que denomina de "fixação do homem ao meio" (ALMEIDA, 1995, p. 23).

No que se refere à agricultura, a idéia de "nomadismo" conteria dois sentidos. O primeiro, referido às áreas de ocupação recente ou à incorporação de novas terras por segmentos "camponeses" em deslocamento, e outro mais próximo ao rodízio das áreas em regiões de colonização antiga. O outro sentido estaria relacionado ao rodízio de terras em regiões de ocupação antiga, ou seja, a procura de novas áreas para plantio. O instrumento de ação fundiário então preconizado

13 As esteiras são chamadas pelas extrativistas do Maranhão de meaçaba, que é como denominam também a palha de babaçu.

seria a denominada colonização (ALMEIDA, 1995, p. 23). A classificação como "nômades" é utilizada sem muito critério, seja para interpretar indígenas, seja para interpretar as extrativistas.

A consideração do extrativismo do babaçu como uma atividade econômica fundamental dos grupos indígenas, presente em todos os autores analisados, deve ser interpretada como uma valorização da racionalidade social dos grupos. A explicitação das muitas utilidades dos artesanatos e do babaçu para a alimentação dos indígenas reforça a consideração dessa racionalidade. Eles não estão interessados na inclusão dessa economia no mercado, e sim em demonstrar a importância do babaçu para outros aspectos da vida do próprio grupo. Esse olhar para dentro está relacionado à desvinculação com as estruturas de poder local. Apesar disso, a representação que elaboram do extrativismo e das extrativistas está centrada numa visão evolucionista. Eles estão sempre ressaltando o caráter do que classificavam como "primitivo" e "rudimentar" dos povos que praticam o extrativismo.

1.7 O tema tecnologia e os "colecionistas"

A concepção que atrela nível tecnológico a classificação dos povos em estágios evolutivos está presente na visão dos "colecionistas". Importava, inicialmente, recolher o maior número de artefatos materiais, colecioná-los e, em seguida, classificá-los com o objetivo identificar os possíveis contatos entre os povos, identificar migrações, para chegar, enfim, à origem da humanidade. Eles relacionavam o artefato material utilizado na transformação da natureza ao estágio evolutivo dos povos estudados. Essa era a visão dos autores evolucionistas,

principalmente Morgan[14], Taylor[15] e

14 Lewis H. Morgan, um autor de referência na construção do pensamento evolucionista na antropologia, possui, em seu livro clássico intitulado "Sociedade Primitiva", um capítulo cujo título expressa de forma clara a importância que os artefatos da cultura material possuíam na classificação dos agrupamentos humanos. Trata-se da parte 1, intitulada "Desenvolvimento da inteligência através das invenções e descobertas", no capítulo "Períodos Étnicos." O étnico aqui não está relacionado a critérios de autodesignação de agrupamentos sociais e sim a estágios, períodos hierárquicos onde se pressupunha a inteligência como inata e passível de se desenvolver de acordo com a evolução das descobertas. Para ele, a existência da raça humana remonta a épocas imemoriais e se perde numa longínqua antiguidade. O papel do cientista seria procurar saber de que modo viveu a humanidade durante todos esses séculos recuados, de que modo os "selvagens" atingiram a condição de "superiores da barbárie", no que denomina como "lenta progressão de ritmo quase imperceptível que passa posteriormente da barbárie para a civilização" (MORGAN, 2005, p. 41-66). O autor se pergunta qual a razão de as tribos e outras nações terem ficado para trás no caminho do progresso. Nesse caso, a chave explicativa para o entendimento dos motivos da evolução é a tecnologia. As invenções e descobertas são consideradas como em direta relação com o progresso da humanidade. Para construir sua classificação dos estágios evolutivos, Morgan partiu de teorias produzidas por arqueólogos dinamarqueses que classificavam as idades em "idade da pedra", "do bronze" e "do ferro". Morgan considera que os progressos do conhecimento exigem outras subclassificações. Ele divide os estágios em "selvagem", "barbárie" e "civilizado". Os dois primeiros estágios aparecem subdivididos em "antigo", "médio" e "recente" e cada um desses em "inferior", "médio" e "superior". O estágio civilizado aparece subdividido em "antigo" e "moderno". A fase inferior do estado "selvagem" é classificada como a infância da humanidade e termina com a descoberta do fogo e com a predominância do peixe como meio de subsistência fundamental; a fase média do estado "selvagem" inicia com a predominância do peixe como meio de subsistência fundamental e cessa com a invenção do arco e da flecha. Essa última invenção inicia a fase superior do estado "selvagem", que acaba com a invenção da cerâmica (MORGAN, 2005, p. 41-66).

15Taylor retoma a noção de estágios evolutivos com variações, já que admite a existência de processos mentais similares entre os homens de diferentes partes do mundo e levanta a hipótese de involução – para ele, os grupos sociais poderiam descer na escala evolutiva. Nesse sentido, esse teórico não é adepto do evolucionismo unilinear e nega por vezes a noção de origem comum entre os povos. Para ele, as coincidências de mito, por exemplo, não têm relação com uma mesma origem entre os povos e sim com a unidade psíquica, ou seja, com as similitudes entre os processos mentais. A cultura é definida como um tema adequado para o estudo das leis do pensamento e da ação humana (TAYLOR, 2005, p. 69). Para ele, há estágios culturais, uns superiores em relação a outros. Trata-se de uma postura completamente diferente daquela defendida mais tarde por Franz Boas, cujo interesse estava centrado nas diferenças culturais, nas especificidades dos povos. Ao caracterizar o princípio fundamental do seu livro, afirma que está centrado na atenção à civilização das tribos inferiores. O autor considera que a uniformidade que tão amplamente permeia a civilização pode ser atribuída, em grande medida, à ação uniforme de causas uniformes e que seus vários graus podem ser vistos como estágios evolutivos. Daí ser possível classificar grupos com características de raça e ocupando posições espaciais diferentes num mesmo estágio. Com relação à inspiração no método das ciências naturais, são ressaltados com freqüência, no trabalho de Taylor, a unidade e a fixidez das leis naturais, as seqüências de causa e efeito e o caráter cumulativo dos fatos, ou seja, todo fato dependeria do que se passou antes dele e atuaria no que vem depois. O autor transpõe esses princípios para o estudo dos grupamentos humanos, já que, para ele, a história da humanidade é parte da história da natureza. Para Taylor, a natureza humana, assim como as circunstâncias de vida dos diferentes povos, apresenta semelhanças que podem ser traçadas na comparação das raças que se encontram em torno do mesmo grau de civilização (TAYLOR, 2005, p. 67-100).

Frazer[16], para quem um dos critérios fundamentais para classificação das etapas correspondia aos instrumentos utilizados na transformação da natureza.

1.7.1 A categoria "selvagens"

Quando os "colecionistas" escreveram seus estudos, o quadro institucional dos conhecimentos antropológicos ainda estava se consolidando no Brasil. Não havia a constituição de escolas no sentido de agrupar autores representantes de determinadas correntes. Apesar disso, a noção de primitivo é recorrente.

Silvio Fróes Abreu faz referência à utilização da palmeira pelo que chama de "os primeiros homens que habitaram o Maranhão", que utilizavam frutos e suas palhas para feitura de habitações e utensílios diversos. Remete, assim, a uma ancestralidade do extrativismo associada à categoria "selvagem" para caracterizar os que se dedicavam ao extrativismo.

Quando se refere às primeiras utilizações do babaçu, esse autor as atribui ao que denomina os "selvagens", designados também por ele como "indígenas":

> Chronicas muito antigas nos ensinam que selvagens das bandas do Itapecurú comiam o palmito das palmeiras, muito abundantes nos mattos daquella região. Das mesmas palmeiras faziam suas casas, seus cestos, esteiras e tantos outros objectos da civilização indígena. É licito suppor que aproveitassem as sementes do coco, tão fáceis de obter em grande parte do Maranhão, de modo que os palmeiraes de babassú, que hoje apresentam uma das bases da riqueza maranhese, já em tempos pré-historicos constituiriam "riqueza" para os povos que habitavam a terra naquellas épocas (ABREU, 1931, p. 64).

O autor ressalta que as exportações de semente que ocorreram no ano de 1914 só foram possíveis em função do trabalho de crianças e mulheres. Nesse

16 Um outro autor evolucionista cuja obra ultrapassou o âmbito da antropologia e abraçou uma produção intelectual mais ampla, ganhando popularidade entre públicos diferenciados, foi o inglês James Frazer. Sua interpretação no livro O Ramo de Ouro sobre os objetos da cultura material inclui a dimensão relacionada à visão do sobrenatural dos povos que estariam no momento classificado como mágico. Os objetos teriam a função de transmitir a magia, seja pelo contágio, seja pela similaridade. Tal princípio é considerado universal, já que há uma universalidade nas práticas dos agrupamentos humanos, donde o autor ter agrupado, no já citado livro, exemplos de povos localizados em diferentes partes do planeta. James Frazer já está fazendo a passagem do evolucionismo para a corrente difusionista. Considera que os contatos entre povos provocam trocas culturais. Já considera a impossibilidade de reconstrução a partir de uma origem primeira, uma vez que os selvagens de hoje são primitivos apenas num sentido considerado absoluto, e não relativo (FRAZER, 1908, p. 108).

estudo, ora a atividade do extrativismo do babaçu é atribuída aos homens, ora às mulheres e crianças.

Essas referências aos homens como responsáveis pela quebra do coquilho aparecem ainda em Bondar (1952a, p. 9). Pode ser que tal consideração seja resultado de uma falha na observação do autor ou de um automatismo no pensar, que atribui ao masculino todas as atividades econômicas executadas fora do plano doméstico.

A categoria "primitivo", associada à de machado de pedra, aparece de forma recorrente no livro intitulado Rondônia, de autoria de Roquette Pinto. Esse autor, mesmo realizando suas pesquisas em Goiás, numa área onde não há babaçu, pode ser citado para ilustrar que se tratava de uma forma de classificação recorrente em diferentes autores referidos aos estudos sobre os indígenas. Assim, Roquette Pinto faz referência a um objeto que remete a um passado ainda mais distante que a fase atual que os índios estariam vivendo: o machado de pedra. Tal objeto, levado para o Museu Nacional, teria servido, na interpretação do autor, para produzir fogo. Sua existência teria sido conhecida por aqueles que pesquisavam os sambaquis. O autor faz referência ao uso que os índios dão a esse objeto – utilizado para partir pequenos cocos. Nas suas palavras: "trata-se de uma pedra com algumas covinhas, onde cabia a polpa de um dedo. A pedra era, todavia, muito maior do que as encontradas geralmente nos sambaquis" (PINTO, 1938, p. 224). Trata-se da possibilidade de interpretar aspectos culturais de um povo a partir dos artefatos materiais e de associar o uso do machado de pedra ao "primitivismo"[17].

Ao longo do trabalho, são inúmeras as referências aos índios da Serra Norte – Nambikuara, Parecis – como pertencentes ao que denomina idade da pedra (PINTO, 1938, p. 48, 164, 167). O tipo de machado caracteriza o estágio

17 A recorrência ao colecionismo pôde ser percebida na classificação dos machados feita nos anos 1960 por encomenda do Museu Nacional. Tal classificação foi apresentada ao público como a nota prévia apresentada na VI Reunião de Antropólogos. A classificação foi produzida por Maria da Conceição de M. C. Becker e Denizart P. de Mello Filho. Nesse, os autores, em trabalho realizado para o Museu Nacional, classificaram os diferentes tipos de machados recolhidos, na expedição Rondon, por missionários e pesquisadores, e os classificaram por "área cultural" em que foram encontrados. Conforme a nota que pretende apresentar a sistematização do material recolhido em campo durante a Comissão Rondon, havia uma variedade de machados que precisava ser organizada, classificada. Selecionaram, dentre a variedade existente no Museu Nacional, os chamados machados da série A, definidos como os que possuem uma porção bem demarcada, com a finalidade específica de reter um cabo, isto é, entalhe, sulco ou ombro. Os machados são classificados da seguinte maneira: tipo Trombeta (Pará), tipo Itaituba (Amazonas, Pará e Maranhão), tipo Rio Fresco I (Amazonas, Pará e Acre), tipo Rio Fresco 2 (Amazonas e Pará), Tipo Sacuri (Amazonas e Pará), tipo Uaupés (Amazonas) e tipo Jiparaná (Mato Grosso). O sistema de classificação adotado estabelece as medidas de cada um dos machados, o número de exemplares disponíveis no Museu Nacional e no Goeldi, descreve a forma do talão, corpo e gume de cada exemplar, a técnica de feitura (se foi lascado previamente antes de receber picotagem ou não) e se há evidência de uso (BECKER; MELLO FILHO, 1963, p. 142-147).

evolutivo. O trecho a seguir apresenta de forma clara os contrastes que o autor identifica entre os europeus e os índios da região percorrida, contraste solidificado por sua então recente estada no velho mundo:

> (...) Dormir naquela noite inesquecível em que a sorte me tinha feito surpreendeer, vivo e ativo, o homem da pedra, recluso no coração do Brasil, a mim, que acaba de chegar da Europa, e estava ainda com o cérebro cheio do que a terra possue de requintado, na diferenciação evolutiva da humanidade (PINTO, 1938, p. 167).

Em consonância com essa visão de Roquette Pinto, tem-se o método arqueológico levado a cabo pelos arqueólogos. No sentido literal de reconstrução, aparece como plausível de ser utilizado pela corrente evolucionista da antropologia[18]. Através de sua aplicação seria possível reconstruir a história de uma tribo "pré-histórica" a partir de restos materiais.

A esse respeito, vale a pena retomar a discussão sobre o machado, instrumento utilizado pelas quebradeiras de coco como elemento identitário e freqüentemente interpretado pela antropologia evolucionista como elemento da cultura material, que possui um significado relevante na reconstrução das etapas evolutivas dos povos. Ao longo de mais de dois séculos, a interpretação desse elemento da cultura material foi ressemantizada. Importa hoje como esse elemento é representado pelas extrativistas no presente, e não sua capacidade de assinalar etapas evolutivas.

No trabalho de Silvio Fróes Abreu, o machado aparece relacionado à pouca produtividade e à primitividade dos grupos. Assim, quando relativiza a fome voraz dos índios, esse autor o faz tendo em vista a pouca produtividade gerada em função dos instrumentos utilizados, que leva a uma produção insuficiente para repor as energias gastas no trabalho:

> De modo que, a propalada gula dos índios é um phenomeno natural, que se manifestaria em qualquer grupo civilizado que fosse posto em condições idênticas, longe dos centros civilizados, sem armas, sem machinismos, apenas com duas ou três pica-paus, arcos e flechas, foices e machados velhos, o matto para caçar e o rio para pescar (ABREU, 1931, p. 123).

18 No ano de 1963, durante a realização da VI Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em São Paulo, o machado apareceu como símbolo do evento. Ao declarar aberta tal reunião, em 8 de julho, na Biblioteca Pública de São Paulo, Herbet Baldus apresentou como símbolo da reunião e por extensão dos antropólogos, um machado em forma de âncora, dos índios Jê, considerada a maior família lingüística exclusivamente brasileira. Enfatiza que o machado é objetivo de estudo tanto da etnologia quanto da arqueologia. Naquela ocasião, o machado foi representado, nas palavras de Baldus, como "símbolo da amizade e da fé que une a família antropológica do Brasil para sempre" (BALDUS, 1963, p. 15).

A referência à mecanização como forma de superação do atraso no Maranhão já está presente no trabalho de S. Fróes Abreu. Segundo o autor, não se manda um homem fazer o que pode ser feito por uma máquina, o que não exclui a influência do fator humano nos padrões de civilização. Inclusive considera que é preciso povoar o Maranhão para que esse estado se desenvolva, já que, para esse autor, um centro civilizado é sempre um lugar populoso (ABREU, 1931, p. 271).

Há autores que criticam a possibilidade de estudar as relações sociais de uma sociedade a partir, simplesmente, da análise de um artefato material; e que criticam também a equação simples do uso do machado, tal como utilizado pelos chamados "primitivos", enquanto meio de destruição das florestas. Para Castro Faria, não seria possível estudar a pesca analisando somente as redes. É necessário reter o olhar no pescador. Outrossim, o uso de um mesmo instrumento não significa uma homogeneidade cultural dos grupos. Ou seja, um mesmo instrumento pode ser utilizado por segmentos sociais diferenciados e ter um significado específico e um resultado diferenciado em cada uma dessas situações sociais (FARIA, 1998).

1.7.2 A categoria "matuto"

A partir da leitura do livro Rondônia, percebi o uso de categorias estigmatizantes para os índios, classificados como "matutos" (PINTO, 1938, p. 104), "atrasados que ainda dormem no chão" (PINTO, 1938, p. 150) e "pertencentes à idade da pedra" (PINTO, 1938, p. 167). Essa forma de classificação aparece vinculada aos tipos de instrumentos utilizados para transformar a natureza, classificados como não comprados, ou seja, artesanais e desqualificados, por remeterem a noções como isolamento. Ressaltam, nessa interpretação, os machados, a que há várias referências ao longo do livro, que não coincidem com as páginas nas quais figuram as fotos. São classificados como de pedra e de aço.

Os primeiros eram utilizados antes da chegada dos viajantes, enquanto os segundos são interpretados como resultado da colonização. As descrições apontam à introdução do machado de aço como recente. Há um relato segundo o qual, somente três anos antes da expedição Rondon, esses machados de aço foram introduzidos como forma de facilitar os contatos. Segundo Roquete Pinto, presenciar essa passagem do machado de pedra para o machado de aço corresponde a acompanhar uma mudança relacionada à evolução desses índios. Segue a transcrição do trecho:

> Agora mesmo, os machados de pedra não existem mais na Serra Norte; cada índio já possui machado de aço. Riem-se até os Nambikuáras daquele venerável instrumento que, há dois ou três anos, era elemento fundamental da sua vida, derrubando mel e fazendo roçados (PINTO, 1938, p. 20).

1.7.3 A "técnica matuta" em Raimundo Lopes

A categoria "matuto" aparece em Raimundo Lopes, mais precisamente no trabalho intitulado Antropogeografia. Na primeira parte desse trabalho, intitulada economia primitiva e extrativa, o autor classifica a quebra manual do coco babaçu como "técnica matuta". Segue o trecho:

> As máquinas foram inventadas, mas não se pode ainda dispensar a "técnica matuta" de quebrar coco a machado. Por outro lado, esse ouro parado das amêndoas, que vi lançar à balança das bodegas do interior como expressão corrente das compras, foi sofrendo no seu preço a concorrência de outros óleos vegetais, nacionais e estrangeiros (LOPES, 1956, p. 197).

Mesmo sendo de um outro período, incluo essa pequena citação de Raimundo Lopes a fim de demonstrar que a categoria "matuto", incorporada nas falas quotidianas de forma a inferiorizar os grupos, também foi empregada pelos estudos ditos científicos.

1.7.4 Os "tipos regionais" em Raimundo Lopes

Para Raimudo Lopes, o Maranhão apresenta diferentes tipos regionais. Há o pescador ribeirinho, classificado como indolente e como sendo reflexo quase fiel do "selvagem"; o vaqueiro dos campos baixos, considerado mais empreendedor e aventureiro; o lavrador rude, sempre sóbrio; o sertanejo do chapadão, considerado ambicioso, sendo um tipo divergente do predominante, conservando-se indiferente como produto lídimo da elaboração étnica interior, cujo impulso principal veio do São Francisco, do Sul. Há ainda o sanluisense, considerado um tipo burguês, avesso à violência, grave, com um pouco da atividade mole do mulato. O tipo sanluisense refletiria a fraqueza de originalidade atribuída à cidade de São Luís. Para o autor, a capital do Maranhão nunca se destacou em nenhuma luta e nela nunca se realizou qualquer reforma social ou revolução (LOPES, 1970, p. 195).

1.8 Colecionistas e tecnologia

1.8.1 A "primitividade" associada a machados semi-lunares em Nimuendajú

Nimuendajú analisa o significado dos machados semilunares em diferentes povos, ressaltando que a zona onde se encontram esses machados coincide arqueologicamente com a zona de expansão dos Jê. Discorda que os

machados semilunares encontrados no Baixo Amazonas tenham ali chegado por via de comércio intertribal, como admite Rydén. Nesse sentido, descarta para essa situação a possibilidade de difusão, afirmando: "parece-me antes, que representavam variações de tipos mais 'primitivos' de machados de lá mesmo" (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 95).

O machado semilunar é citado ainda como um instrumento utilizado em casos de assassinato no interior da própria tribo. Nas palavras do autor:

> Antigamente, quando ocorria um assassinato na tribo e os parentes do assassino conseguiam demover os do assassinado a não vingar o crime pela morte do assassino, impunha-se ao criminoso a tarefa de agarrar um inimigo vivo que era entregue ao vingador, o qual lhe quebrava o crânio com um machado semilunar, entregando-o depois ao assassino. Para tal fim, organizava-se, eventualmente, uma sortida especial. Se o assassino, porém, não conseguia render nenhum inimigo, o vingador o batia com o machado ou cacete, mas não o matava. Com isto dava-se, definitivamente, por encerrada a questão (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 96).

Nimuendajú afirma que, para alguns grupos, como os Tremembé, o machado semilunar estava associado à lua nova e era costume deixar essa arma depositada sobre o cadáver do inimigo morto. Já entre os Apinayé e os Timbira orientais, não há nenhuma associação do machado com a lua. Entre os Timbira, os Kayapó setentrionais, os Akwê e os Kaingang, ao invés do machado semilunar, o cacete que era colocado ao lado do corpo do morto (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 95).

Nimuendajú diferencia o significado dos machados semilunares entre os diferentes povos, recorrendo para isso aos autores que estudaram o significado desses machados:

> Segundo Kissenberth, os machados semilunares eram o distintivo dos Wayangá ou membros do conselho dos velhos, entre os Kayapó Setentrionais. Não se dá isto entre os apinayé, que com o nome de vayangá designam o curandeiro. Tão pouco, são eles distintivos o chefe, como relata Pohl (NIMUENDAJÚ, 1983, p.71), com referência aos Poracramekran (Ponrekamerkra) (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 96).

Com relação aos machados cerimoniais, o autor afirma que ainda são utilizados nas iniciações dos rapazes (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 96).

Em casos de morte durante a guerra, aquele que cometia o assassinato teria que passar dez dias em jejum, sendo permitido somente água e beiju de

mandioca, além de pimenta, que teria que ser ingerida em grande quantidade. De volta à guerra, precisava ficar sempre na retaguarda e apartar conflitos de outrem. No seu retorno à aldeia, os guerreiros realizavam uma dança na praça, pintados de preto e portando na mão direita, na altura do ombro, um machado semilunar com as suas compridas franjas de algodão. Na ocasião os dançarinos abriam o círculo para que o guerreiro entrasse. Do contrário, seriam derrubados. Findo o jejum, comiam tatu e usavam enfeites especiais (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 97).

A leitura do livro Os Apinajé, repleto de descrições, pode nos levar a afirmar que uso dos machados e utensílios feitos manualmente não pode ser reduzido a uma dimensão utilitária. Aliás, as leituras apontam que os artefatos produzidos artesanalmente, incluindo os enfeites, em geral possuem usos variados, servido para mediar relações sociais, incluindo as cerimoniais. Um exemplo: entre os apinayé há pedras que servem de quebra-nozes e que são misturadas com o urucu para servir na pintura das moças. Essas mesmas pedras são socadas, trituradas e utilizadas nos rituais de iniciação das moças, que urinam sobre o pó de pedras socadas para que alcancem uma idade avançada e não morram de parto. Então, há toda uma simbologia que orienta as práticas, não reduzidas à garantia da mera reprodução do grupo.

Os artefatos podem ainda ser utilizados para indenizar a família de uma moça que, mesmo não sendo destinada a ser uma rapariga pública e que seja prometida em casamento formal, tenha tido intercurso sexual pré-marital. Mesmo descrevendo essa indenização em objetos de uso e enfeite como uma prática antiga, Nimuendajú ressalta que, até o momento em que realizou seu trabalho de campo, tal costume ainda era praticado (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 61).

Esse uso ritual dos enfeites e armas aparece com força na etnografia de Nimuendajú. O autor afirma que, nos rituais de transmissão de nomes, aparecem situações de rapazes que portam flechas e outras armas, classificadas como puramente rituais, imprestáveis para qualquer fim prático (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 24).

Entre os Apinayé, seja nos ritos de passagem que envolvem a iniciação dos rapazes – a festa Alu'ti – seja no momento da vida quotidiana ou mesmo nos rituais de morte, os artefatos, incluindo os feitos de palha de babaçu, aparecem referidos ao plano ritual e não como meros instrumentos utilitários na transformação da natureza. É assim que o ritual de passagem dos rapazes para a condição de guerreiros é marcado pela doação de enfeites que simbolizam a entrada no universo dos pemb (guerreiros).

A classificação de um objeto como artesanal é externa e parte daqueles que estão inseridos nas relações de mercado. São esses também que tendem a caracterizar um determinado objeto como artesanal, no sentido de não terem utilidade prática. Na representação dos índios Apinayé, torna-se difícil essa separação entre artefatos cerimoniais e utilitários, já que, por vezes, as duas dimensões fazem parte de um mesmo processo.

O uso do machado não aparece nas descrições de Nimuendajú como referido somente à prática do extrativismo. Os machados, por exemplo, aparecem com freqüência nos mitos Apinayé. Consta, nessa etnografia, que os índios usavam machados de pedra e lascas de pedra. Descrevendo a cerimônia Peny-tág, um jogo de bolas de borracha com palhetas para rebater, praticado pelos guerreiros (pemb), o autor faz referência às facas de pedra:

> Chefiados pelos cabos[19] e munidos de cuias, saem os Pemb do seu acampamento à procura de um lugar no taboleiro onde existam mangabeiras (Hancornia speciosa, Apinayé: peny) em número suficiente. Junto da primeira mangabeira que encontram fazem alto. O cabo dos Kolti encostam na casca de pau uma lasca de pedra cortante e faz um risco para baixo, sem ferir a casca. Só depois vão procurar outras mangabeiras que ferem com a faca de pedra juntando o látex nas cuias. De volta ao acampamento fabricam as bolas da seguinte maneira (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 50).

1.8.2 Machado como tecnologia rudimentar: os artefatos materiais demarcando estágios evolutivos

A associação entre tecnologia e estágios de evolução não é preterida no âmbito da produção intelectual, porquanto o machado não deixe de ser percebido como instrumento tecnológico representativo de um determinado estágio. O machado serve para identificar um modo de existir pensado como distinto e/ou exótico, ou seja, é atualizado como símbolo de distinção que se presta para marcar a diferença entre o "eu" e o "outro", entre o mundo social do "pesquisador" e do "pesquisado". Esses autores a que faço menção estão referidos a diferentes estados de produção do conhecimento.

Mesmo as interpretações antropológicas de cunho evolucionista associam o machado a períodos evolutivos. O progresso técnico é interpretado como separando cada vez mais o homem das atividades manuais. Essa interpretação dicotômica não considera que os avanços tecnológicos só foram alcançados graças ao trabalho dos artesãos. Remontando ao período inicial da chamada revolução tecnológica, Werner Plum ressalta que os grandes progressos da tecnologia não teriam sido possíveis sem o trabalho dos artesãos. De acordo com suas palavras,

> A fabricação de máquinas automáticas de fiar e tecer, de relógios de bolso e de outros relógios, certamente não teriam

19 Em nota de rodapé da página 32 do livro Os Apinayé, aparece a seguinte explicação para o termo cabo: Nimuendajú usa o termo cabo, no sentido de líder do grupo, possivelmente o teria tomado do português falado pelos Apinayé.

> sido possíveis sem a ajuda dos artesãos, que de tornear a madeira passaram a tornear os metais à confecção de moldes e que usaram sua experiência artesanal para interpretar as instruções de engenheiros e cientistas (PLUM, 1979, p. 93).

Roquette Pinto, em Rondônia, descreve e apresenta figuras dos machados de pedra, encontrados entre os índios da Serra do Norte durante a expedição de 1912. Segundo Roquette,

> Os machados de pedra lascada têm um tipo uniforme. Todos de diábase, cuneiformes, pesam dois kilos, em média. São encabados num pedaço do caule volúvel, talvez de uma Bauhinia. O breu e os laços de fios, postos para fixar a pedra, dão ao instrumento solidez surpreendente (nº 11.958 – Coleção Museu Nacional) (PINTO, 1938, p. 54).

Relata ainda que o machado de aço facilitou o contato entre os participantes da expedição e os índios. Os primeiros presenteavam os segundos com os machados de aço, que, segundo o autor de Rondônia, exercia um fascínio sobre os índios.

No livro Rondônia, o machado aparece associado a quatro características dos classificados como selvagens: a primeira se refere à noção de destruição por povos selvagens daquilo que é considerado civilizado, através do machado; a segunda aparece relacionada à facilidade no estabelecimento dos contatos entre os de dentro e os de fora do grupo; a terceira abrange as noções designativas de "troca", reforçando a idéia do isolamento ou não inserção na economia de mercado; e finalmente, o tipo de material do qual é feito o machado também aparece como indicativo do estágio no qual o povo se encontra (PINTO,1938).

Com relação ao machado metálico, as referências encontradas em trabalhos antropológicos apontam que esse utensílio veio substituir o machado lítico[20] e teria sido utilizado em função de sua eficácia e rapidez na derrubada e corte de árvores. Tal substituição do machado lítico pelo machado metálico, em geral, é avaliada como negativa, já que teria propiciado uma destruição da natureza e uma alteração de determinado padrão cultural (PINTO, 1938).

A respeito da segunda referência, o próprio Rondon teria oferecido machados de aço como presente, a fim de facilitar os contatos com os nambikuáras (PINTO, 1938, p. 58). Ao lado do machado, aparecem presentes como fósforos, contas, miçangas e outros adornos como reforçando a noção de isolamento e dificuldade em adquirir bens que eles não produziam. O fato de produzirem instrumentos artesanais não atenua o que o autor denominou como "fascínio pelos instrumentos alheios ao seu modo de existir" (PINTO, 1938, p. 170).

---

20 O machado lítico teria sido utilizado há cerca de 5.000 anos pelos indígenas do Maranhão (LEITE, 2003, p. 327), que se distribuem pela denominada "região ecológica do babaçu".

Outro artefato muito utilizado nas trocas era o chapéu, comparado em termos de valor ao machado: "Apreciam um chapéu. Por um chapéu dão quase tanto valor quanto um machado de ferro" (PINTO, 1938, p. 239).

As interpretações de Fróes de Abreu apontam para a relação entre os machados semilunares e as práticas guerreiras. Aliás, quando fomos avançando nas interpretações, percebemos que em geral os machados designados como semilunares aparecem no capítulo onde os autores tratam das guerras intertribais ou com os designados brancos (ABREU, 1931, p. 181).

1.8.3 Máquina de quebrar coco babaçu associada à tecnologia avançada: a tecnologia como possibilidade de progresso

Em Fróes de Abreu, há referências à necessidade de investimento por parte do Estado em máquinas de quebrar coco babaçu. O discurso sobre a necessidade de dinamizar a economia do babaçu através da quebra mecânica do coquilho aparece em autores da década de 1930, como Froes de Abreu. Segundo ele, o futuro da economia do babaçu se mostrava promissor, principalmente em função da elevada produtividade desse vegetal e da facilidade em se estabelecerem vias de transporte. A facilidade de transporte é atribuída à topografia do Maranhão, considerada suave, e aos cursos d'água navegáveis. No livro A Terra das Palmeiras, há descrições dos resultados das análises químicas das sementes, fotos de palmeiras e de cocos cortados transversalmente. Há ainda descrições minuciosas do fruto do babaçu, baseadas em estudos científicos.

A preocupação com a conquista de um mercado para o óleo é recorrente no estudo de Fróes de Abreu. A principal dificuldade que o autor aponta para a expansão da indústria do óleo está relacionada ao que chama "a separação da rija protecção formada pelo endocarpo, ou seja, a retirada da amêndoa" (ABREU, 1931, p. 67). O autor ressalta, ainda, a necessidade de investimento por parte do Estado na exportação do óleo, ao invés de exportar somente da amêndoa. A exportação da amêndoa estaria se dando para indústrias de países como Alemanha, Holanda e Dinamarca, e somente uma pequena porção seria exportada para São Paulo e Rio de Janeiro (ABREU, 1931, p. 67).

Com relação às máquinas de quebrar coco, o autor expõe sua visão sobre as máquinas justamente quando está tratando da possibilidade de melhor aproveitamento da amêndoa pela indústria. Para ele, os modelos ainda são inadequados, embora já existam alguns que, segundo o autor, são capazes de prestar o que denomina bons serviços na prática (ABREU, 1931, p. 67). A possibilidade de aproveitamento do babaçu em nível comercial aparece vinculada à introdução da máquina de quebrar coco, conforme o depoimento a seguir:

> Quando entrar na prática uma machina de rendimento satisfatório e se estabelecerem companhias com trabalho

> organizado, os cocaes de babassú – que há cerca de vinte annos nada valiam – passarão a constituir uma considerável fonte de riquezas para o Maranhão e para o Brasil (ABREU, 1931, p. 265).

CAPÍTULO 2: OS "INTERVENCIONISTAS": PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

2.1 Propriedade de posição dos "intervencionistas"

> *Tem uma geração dos anos 50 que é eminentemente operativa. Só sabia funcionar gerencialmente. Eram mais "gerentes de projetos" que cientistas, mas eram chamados de cientistas, agiam institucionalmente como cientistas e produziam conhecimentos como gerentes, não produziram conhecimento de ciência. Em decorrência vejam as indústrias de óleos vegetais, que foram incentivadas com recursos públicos e estão abandonadas em ruínas. Onde estão consiste num sítio de uma verdadeira arqueologia industrial. Absoluto naufrágio de planejadores regionais. Uma arqueologia industrial recente, de meio século, de uma iniciativa dos anos 50 e isto não foi repensado. Já nasceram ruínas, embora com justificativa dita científica e racional (ALMEIDA, 2006b, p. 41)*[1]

Trabalharei três autores que produzem vinculados às estruturas de poder regional no momento em que o poder público passa a intervir na economia do babaçu, no sentido de dinamizá-la a partir de sua integração aos circuitos de mercado. São eles: Orlando Valverde; Edgard Teixeira Leite; e Gregório Bondar. Apresento-os no quadro a seguir, a fim de situar melhor as suas propriedades de posição:

AUTORES	ANO	GÊNERO LITERÁRIO	INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Gregório Bondar	1952	Artigos Boletim Associação Comercial	Conselho Nacional de Economia / Associação Comercial	Biólogo
Edgard Teixeira Leite	1952	Exposição do Conselho Nacional de Economia	Conselho Nacional de Economia	Economista
Orlando Valverde	1957	Geografia Econômica no Meio Norte	Conselho Nacional de Geografia / Grupo de Estudo do Babaçu	Geógrafo, agrônomo

Quadro 2: Autores "intervencionistas".

1 Palestra proferida em 22 de janeiro de 2005, no Workshop Internacional "Iniciativas promissoras e fatores limitantes para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais como alternativa à degradação ambiental na Amazônia", pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Gregório Bondar, biólogo russo, produziu no âmbito de um projeto financiado pelo Conselho Nacional de Economia (CNA), no ano de 1954, que visava dinamizar a economia do babaçu. A comissão do CNA que visitou o Maranhão, chefiada pelo vice-presidente do Conselho Nacional de Economia, o economista Edgard Teixeira Leite, realizou trabalho de campo sistemático em áreas ecológicas de prevalência de babaçuais nos estados do Maranhão e Piauí. Gregório Bondar ficou responsável por estudar a botânica do babaçu, tendo em vista sua experiência nos estudos das palmáceas, iniciado na Bahia. A Associação Comercial do Estado do Maranhão recebeu a equipe e organizou os aspectos operacionais que permitiram à equipe executar o trabalho de campo. Com relação a Gregório Bondar, selecionei como referência, para fins desta análise crítica, os artigos produzidos para o Boletim da Associação Comercial no decorrer do ano de 1952.

Edgard Teixeira Leite produziu sobre economia do babaçu, no âmbito do Conselho Nacional de Economia. Elabora, juntamente com outros economistas ligados ao Conselho Nacional de Economia, uma exposição de motivos, solicitando ao governo federal que o já referido conselho estudasse o aproveitamento do babaçu. Integrou, no ano de 1952, uma comissão que percorreu São Luís, Parnaíba, Pedreiras e Caxias com o objetivo de levantar informações que ajudassem a propor medidas passíveis de dinamizar a economia do babaçu. O autor, nascido na cidade de Paraíba do Sul, em 1895, pertencia a uma família tradicional fluminense, sendo neto do Barão de Vassouras. Formou-se na Escola de Agricultura de Pinheiro e na Faculdade de Direito de Niterói, tendo se especializado em biologia vegetal. Apesar dessa formação acadêmica, tem muitos trabalhos na área de economia, daí ser reconhecido mais como economista, integrando inclusive o Conselho Nacional de Economia. Trabalhou no projeto pioneiro da Estação de Experimentação de Escada (PE), para onde se mudou em 1917. Em 1919, ingressou na vida política e se elegeu prefeito da cidade pernambucana de Gameleira (1919-1922). Foi secretário geral da Sociedade de Agricultura de Pernambuco, sendo, posteriormente, designado para ocupar o cargo de Secretário de Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no governo de Lima Cavalcanti.

Orlando Valverde produziu no âmbito do Conselho Nacional de Geografia e do Grupo de Estudos sobre o babaçu, criado em 1957, pelo Decreto nº 41.150. Tal grupo foi oficialmente instituído a fim de produzir estudos que pudessem apresentar sugestões para o desenvolvimento da produção do babaçu que fossem acatadas pelo poder público.

Os geógrafos e afins já ocupavam posição privilegiada no campo intelectual maranhense desde o início do século XX, a exemplo dos trabalhos de Fran Paxêco (1913 e 1916), Antonio Dias (1921), Rubem Almeida (1947) e outros. Nesse período, a preocupação dos geógrafos não era apenas de apresentar ações necessárias para promover o crescimento econômico maranhense. Eles

escrevem, sobretudo, com o intuito de ajudar os leitores a conhecer o Maranhão. Sua produção intelectual não está diretamente relacionada à formulação de políticas públicas. Posteriormente, a partir da década de 1950, com o trabalho de Orlando Valverde, há uma adaptação dos geógrafos aos padrões de competência que estavam se afirmando, daí os geógrafos principiarem o interesse em Economia Política (BELLO FILHO, 2004, p. 25).

2.2 Os "intervencionistas" e a economia do babaçu

Com relação aos estudos científicos que tomam o babaçu como tema, enfatizo que, nos anos 1950, o "lugar da produção" está articulado a uma "noção de intervenção governamental"[2]. Essa noção de intervenção, por sua vez, alicerça-se em grande medida no argumento da modernização do extrativismo, a partir da eliminação da quebra manual e da invenção de uma máquina que pudesse mecanizar o processo de extração da amêndoa. São três as unidades discursivas que apóiam a intervenção a partir da ação dos planejadores públicos: a economia, a biologia e a geografia. Os autores que trabalho estão ligados aos conselhos de economia e geografia e possuem formação nessas áreas. Assim, no Maranhão, são os economistas, antes dos geógrafos, que passam a pensar a região como lugar de intervenção[3].

Os autores tomados para análise percebem que a integração do babaçu aos mercados externos e internos implica mudanças nas relações de produção, daí defenderem a transformação na maneira de produzir dos grupos sociais.

A produção baseada no trabalho familiar, associada a atividades agrícolas e extrativas, é vista como um entrave para a instauração de um novo modelo de racionalidade econômica, baseado no trabalho assalariado. Propunham ademais mudança radical na forma de ocupação da terra, fortalecendo os grandes proprietários em detrimento dos denominados posseiros.

Predomina, nesse período, uma valorização do planejamento como instrumento de ação governamental para garantir o desenvolvimento regional. São elaborados os primeiros planos de desenvolvimento por economistas, que passam a ter um reconhecimento nas instâncias de poder e assessoram os chamados "planos de governo", que no Maranhão vão corresponder a cada gestão. Em decorrência, é montada uma estrutura burocrática para propor soluções para a crise econômica do estado, a partir do soerguimento da economia do babaçu e das recomendações dos conselhos nacionais de economia e geografia e do Grupo de Trabalho sobre o

2 Posteriormente, com a emergência de formas organizativas dirigidas pelas agentes sociais responsáveis diretamente pela atividade de quebra do coco, delineia-se uma produção que passa a investir em temas como identidade, movimentos sociais e etnia.

3 Há uma inversão do esquema clássico proposto por Bourdieu (1989, p. 107-132), que, ao analisar o campo de disputas das ciências em torno do conceito de região, coloca a geografia como a ciência pioneira a pensar a região como um espaço meramente físico, como área.

babaçu. Estava em jogo o desenvolvimento do Maranhão, a partir da instauração de um mercado consumidor e de investimento em tecnologias, transporte. Tem-se, enfim, a consolidação de um sistema produtivo classificado como racional.

O governo pretendia intervir na economia, a partir de ações planejadas e fundamentadas no conhecimento científico. É com esse propósito que, no ano de 1957, o governo federal encomendou ao Conselho de Economia um estudo sobre o aproveitamento econômico do babaçu. O conselho reuniu documentos, abrangendo o estudo da oleaginosa, sob todos os aspectos, e recolheu depoimentos de pessoas autorizadas no assunto (LEITE et al, 1952). Posteriormente, decidiu criar uma Comissão do Babaçu que promovesse o exame direto da situação. Edgar Teixeira Leite e Gregório Bondar integraram essa equipe.

É ainda através de proposta do Conselho Nacional de Economia, enviada à Associação Comercial do Maranhão, que é criado, em 1980, o Instituto do Babaçu, Integrado ao Ministério da Agricultura e com sede em São Luís. A ACM já se destacava na estrutura do campo intelectual maranhense, desde a década de 1940, como uma unidade de financiamento de pesquisa. Seus associados orientavam o governo na implementação de ações que pudessem contribuir com a dinamização da economia. Implantou, no período de 10 de abril de 1946 a 31 de dezembro de 1947, a "Campanha da Produção Agropecuária"[4], firmada a partir de um termo de contrato da ACM com o governo do estado, que visava incrementar o sistema produtivo estadual. É o momento do investimento no desenvolvimento regional proporcionado também pelo setor comercial, que contribuiu para promover o "desenvolvimento regional".

Antes da hegemonia da economia política como disciplina fundante, consolidada com a elaboração dos planos regionais, os empresários, com acesso a leituras diversificadas que lhes garantia certa erudição, figuravam como intelectuais. Os membros da Associação Comercial do Maranhão, que se constituiu a partir do ano de 1942 em órgão consultivo do executivo estadual, através do Decreto Federal de nº. 10.073, de 24 de julho, eram simultaneamente consultores do estado. À medida que se consolida o prestígio da economia política, os empresários são alijados da posição de assessores de economia, que passa a ser ocupada pelos que têm formação acadêmica em economia, quais sejam: cientistas especializados em assuntos econômicos (BELLO FILHO, 2004, p. 51).

O problema do babaçu estava condicionado a transformações no sistema econômico e na instauração de uma racionalidade econômica que favorecesse o

4 A Campanha da Produção foi instituída pela Associação Comercial do Maranhão, que organizava os comerciantes maranhenses, em 1947. Visava retirar o Maranhão do atraso a partir do investimento na pequena produção e no extrativismo. Lacroix, estudando os diferentes regulamentos da referida campanha, destaca as seguintes prioridades: serviços de amparo aos produtores, com ênfase no cultivo da terra; transporte; assistência médica; assistência técnica agrícola, dentre outros (LACROIX, 2004, p. 57-58). A concepção segundo a qual os empresários assumiriam a responsabilidade do estado, substituindo a lentidão peculiar à burocracia estatal, está presente no estudo de Lacroix (2004, p. 28).

desenvolvimento do Estado. O papel da ciência na orientação do planejamento parecia imprescindível, daí a importação de quadros técnicos para produzir estudos voltados para a intervenção, contratados para fundamentar, através de meios considerados científicos, as ações públicas.

Orlando Valverde e Edgad Teixeira Leite, pertencentes ao Conselho Nacional de Economia, são vinculados ao campo de poder local e ligados a conselhos nacionais com vínculo direto às instâncias de poder, como a Presidência da República, à qual os referidos conselhos se reportavam diretamente.

São promulgadas leis que permitem a exploração do babaçu e a dinamização da economia. Na década de 1940, ocorreram incentivos por parte do governo para a instauração de empresas, principalmente empreendimentos paulistas, para a exploração do babaçu. Um dos incentivos era a exploração livre que essas empresas poderiam fazer nas áreas de babaçuais localizadas em terras públicas, de acordo com o Decreto-Lei n°. 573, de 19 de junho de 1942. A partir de 1950, o Estado principia uma intervenção, a fim de garantir a exploração potencializada do babaçu. Em 22 de dezembro de 1952, foi promulgada pelo governo uma lei que proibia as derrubadas de "Palmeira de Babaçu".

Os estudos dos "intervencionistas" provêm da necessidade de dinamizar a produção de babaçu ou "propor soluções urgentes para o aproveitamento dessa riqueza, que estava passando por dificuldade marcada por uma queda na produtividade"[5] (VALVERDE, 1957, p. 151). Valverde classifica seu estudo como versando sobre problemas industriais e de abastecimento da matéria-prima, assunto que classifica como de natureza técnica e econômica. Seria necessário conhecer as condições de ocorrência natural do babaçu, de sua exploração e do seu comércio atuais e os principais entraves para uma produção satisfatória (VALVERDE, 1957, p. 151).

2.3 Os "intervencionistas" e as "visitas" às áreas de babaçuais

Uma característica desses estudos são as "visitas" sistemáticas às áreas pesquisadas, com realização de observações diretas das situações a serem interpretadas. O termo visita denota passagens, sem permanência prolongada.

Gregório Bondar passou vinte dias em campo na região do Mearim (MA), recolhendo material que pudesse levar a uma classificação botânica das palmeiras. Ao final do seu estudo, apresentou relatórios contendo uma parte escrita, além de desenhos e fotografias sobre os resultados de suas pesquisas. Parte desses estudos foi publicada nos Boletins da Associação Comercial do Maranhão no ano de 1952.

5 Segundo Valverde, nos dez anos anteriores à produção do seu livro, houve uma produção mais acentuada de arroz que de babaçu, isso não em função de escassez da palmeira, e sim da subutilização dessa riqueza (VALVERDE, 1957, p. 51).

Orlando Valverde realiza seu trabalho de campo em áreas de concentração de babaçuais no Maranhão, classificadas como Meio Norte, mais precisamente nos vales do Itapecuru e do Parnaíba e calhas do Mearim e do Pindaré. Apresenta aspetos relacionados à ocupação do território, diferenciando-se dos autores que produzem antes, que não tocam na questão da terra e das dificuldades de acesso dos chamados "caboclos" a esse recurso.

Os processos sociais em curso, no momento da produção intelectual dos autores analisados, centram-se na possibilidade de consolidação de um sistema produtivo que possa promover um desenvolvimento regional. Entretanto, cada um deles ocupa uma posição dentro do campo intelectual, expressa na construção dos seus discursos. Estão produzindo sobre a atividade econômica, focalizando-a seja da perspectiva biológica, a planta propriamente dita (BONDAR, 1952) ou do ponto de vista das articulações entre comportamento e meio ambiente.

São interpretações diferenciadas em função do vínculo dos autores, marcadas, portanto, por oposições explícitas. Transcrevo, a seguir, um trecho do livro de Orlando Valverde que explicita esse campo de disputa das ciências na definição da visão e di-visão do mundo social (BOURDIEU, 1988, p. 15-58).

> A esse respeito Bondar fornece números absolutamente inverossímeis, resultantes, sem dúvida, de falsas informações. Escreve ele que a palmeira de babaçu pode dar até 16 cachos por ano, produzindo em média 4 cachos por pé. Em nenhum dos inquéritos, dos muitos que realizamos, as informações ultrapassam um total de 6 e a média de 1 ou 2 cachos, o que está muito mais de acordo com nossas observações de campo (VALVERDE, 1957, p. 152).

2.4 Bondar e Teixeira Leite: produção intelectual e propostas de dinamização da economia maranhense

A primeira preocupação de Bondar consistiu em eliminar o que ele denomina confusão em relação à espécie de palmeira predominante no norte do Brasil. Ele enfatiza que algumas publicações do Ministério da Agricultura ressaltam que a palmeira nortista é da mesma espécie da predominante em duas dezenas de municípios baianos, fato que o autor contesta. Ele contesta ainda que as palmeiras de babaçu do Maranhão e do Piauí sejam as mesmas predominantes em Minas Gerais, como afirmam os estudos anteriores.

Gregório Bondar contribui para a elaboração de estudos que evidenciem a diferença entre os vários tipos de palmeiras existentes no Brasil, demonstrando a especificidade da palmeira de babaçu. Segundo esse autor, há gêneros diferentes de palmeiras que se distinguem pelo tipo de flores e número de amêndoas. O babaçu predominante no Maranhão seria da espécie "Orbignia speciosa".

O autor remonta às classificações anteriores elaboradas por viajantes e observadores das palmeiras do Brasil. O primeiro autor que mencionou a existência das palmeiras no Brasil teria sido Von Martius. Esse autor teria sistematizado o Pindorama brasileiro e descrito o babaçu do Mato Grosso e da Amazônia como sem flores masculinas. Classificava tal espécie como "Attalea speciosa". Quem primeiro contradisse a noção segundo a qual só havia flores masculinas foi Barbosa Rodrigues, naturalista que dirigiu o Jardim Botânico de Manaus. Ele retificou o erro de nomenclatura cometido por Martius e classificou a espécie como "Orbignia martiana".

Somente em 1903 a nomenclatura foi fixada definitivamente como Orbignia speciosa, a partir de regras internacionais de botânica. A confusão procedeu do fato, segundo Bondar, de os estados do Maranhão e Piauí terem ficado fora das rotas percorridas pelos investigadores da flora brasileira. É nesses estados que se encontram, segundo o autor, as maiores concentrações da espécie "Orbignia speciosa".

Bondar atribui ao setor ligado ao comércio o que denomina a glória de ter retirado o babaçu do que classifica como "os sonolentos catálogos da sistemática e transformado a palmeira numa realidade econômica, com enormes perspectivas no cenário nacional" (BONDAR, 1952, p. 7).

Mesmo quando recorre a autores que tratam do tema, a ênfase recai nos aspectos que poderíamos chamar de "natureza da palmeira e dos seus frutos". Cita, por exemplo, a classificação da palmeira por Barbosa Rodrigues, para quem o tipo de palmeira predominante no Maranhão se constituía na mais bonita, mais majestosa e mais graciosa do Brasil. Continua com a seguinte citação: "vista de perto, é um verdadeiro colosso pela grossura, tamanho das folhas e espádices" (BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, 1952a, p. 3).

As informações pormenorizadas em relação ao tempo de produção da árvore, quantidade de frutos por árvore e quantidade de amêndoas por coco deveriam servir aos interesses comerciais, permitindo um maior planejamento da indústria que trabalhava com a comercialização do óleo, que nesse período já se incorporava ao mercado interno.

A ênfase na importância nacional do babaçu estava centrada num redirecionamento do mercado, já que inicialmente as exportações de babaçu estavam direcionadas para o mercado externo, principalmente durante as duas grandes guerras mundiais, quando os estoques de óleo vegetais dos países em guerra ficaram escassos.

Segue uma descrição retirada de Gregório Bondar, na qual podemos observar a predominância do argumento centrado no aspecto botânico da palmeira:

> Atinge o caule do babaçu 15 a 20 metros de altura e até 45 centímetros de diâmetro. Conserva na copa de 15 a 20 folhas congestas, com o comprimento de mais de 9 metros (...) É palmeira monóica, com inflorescências cíclicas,

> estando as flores femininas e masculinas válidas separadas por robustas espádices próprias. Produz em média por pé e ano, de quatro a seis enormes cachos de volumosos cocos, em número de várias centenas numa inflorescência. Na exploração do babaçu, a média é calculada em quatro cachos por pé e ano e a média de frutos aproveitáveis por cacho varia de 200 a 300, dependendo do solo e do espaço disponível para a árvore (...) nos cocos aproveitados, o número de amêndoas varia de um a seis e o peso, por amêndoa, de uma a quatro gramas. A média estabelecida experimentalmente é de 4 amêndoas por fruto, com duas gramas do peso da amêndoa. A produção média de um pé de babaçu é calculada em 8 quilos de amêndoa, contendo 67% de óleo (BONDAR, 1952a, p. 13).

O estudo é publicado em capítulos nos boletins da Associação Comercial, que congrega empresários de vários setores comerciais do Maranhão, inclusive os donos das fábricas de sabão e óleos vegetais. O fato de publicar o resultado de suas pesquisas em capítulos no boletim da Associação Comercial evidencia o vínculo desse intelectual com os representantes do setor comercial do Maranhão. São estudos que apresentam cálculos precisos sobre o valor monetário que pode ser extraído de cada palmeira de babaçu. Tais cálculos mostram que estava em jogo uma orientação dos estudos para subsidiar as intervenções empresariais.

O autor faz referências às exportações de óleo e torta de babaçu, apresentando números exatos dos volumes de óleo que saíram pelo porto do Itaqui, desde o ano de 1912. O referido porto exportou nesse ano o equivalente a 588 quilos de amêndoas. No ano seguinte, a exploração pulou para 17.000 quilos. Em 1915, subiu para 836.408 quilos e, posteriormente, em 1948, passou para 4 mil toneladas de óleo. O autor fala ainda da exportação da torta de babaçu para a Europa, que visava alimentar o gado leiteiro.

O autor cita a visão do chefe da Comissão de Estudos sobre o Babaçu, Edgar Teixeira Leite, que atrela o aumento da produção à fixação do homem ao solo e à garantia do espaçamento entre as palmeiras.

O espaçamento entre as palmeiras também aparece, para Bondar, como sendo necessário para dinamizar a produção, tendo em vista que, nas condições de observação do autor, as palmeiras estariam demasiadamente juntas ou abafadas por outra vegetação altiva, o que as tornaria pouco produtivas ou de difícil acesso, já que elas se encontrariam no que chama "mata fechada"[6] (BONDAR, 1952a, p. 9-10).

6 O espaçamento defendido pelo autor é de 300 a 400 palmeiras por hectare. Em depoimento colhido pela pesquisadora em campo, há denúncias de que, no momento do chamado "raleamento", permitido pelo IBAMA, a prioridade dos fazendeiros é derrubar as palmeiras classificadas como macho, que não produzem frutos. Essa estratégia empresarial é definida como uma maneira de "acabar com as amêndoas e deixar somente as palmeiras". Nessa situação, há um aparente cumprimento da lei de raleamento.

Dentre as sugestões para aumento da produtividade por pés e por média de amêndoas por coco, o autor ressalta a necessidade de transformar o babaçu em planta cultivada. A partir desse cultivo, classificado como racional, o babaçu poderia competir com o coqueiro, que, segundo Bondar, progrediu pouco em função da deficiência de cálcio dos solos dessas terras. A tecnologia defendida por Bondar para valorizar essa flora classificada como rica seria investir no estudo de modificação genética da planta, via seleção e hibridação.

Edgard Teixeira Leite, que integra a comissão que visa examinar in loco a situação da economia do babaçu, propõe, juntamente com outros economistas que integram o referido conselho, as seguintes medidas ao poder público: fixação do homem ao meio; desenvolvimento com exploração intercalar, visando à melhoria das condições de vida da população rural; criação e incremento dos serviços necessários à saúde e educação da criança, reeducação do adulto, assistência médica, sanitária e judiciária; racionalização da produção; instalação de estabelecimentos para o estudo do babaçu, sob diversos aspectos, para orientação racional das culturas e realização de pesquisas e experimentações sobre a industrialização integral da oleaginosa e melhoria de sua utilização, notadamente da quebra mecânica do coco; incremento do sistema de transporte; entendimento com os governos interessados para concessão de terras devolutas (LEITE et al., 1952, p. 14-15).

2.5 Orlando Valverde e a análise da estrutura agrária maranhense

Orlando Valverde elabora severa crítica em relação à representação das palmeiras elaborada por poetas e literatos. Desloca o foco para a necessidade de desenvolver o Maranhão, mediante o que denomina uso racional dos recursos naturais.

Segundo esse autor, o aspecto econômico das possibilidades de exploração da palmeira não teria sido explicitado por nenhum autor antes do século XIX. A literatura ressalta somente aspectos poéticos, ligados à beleza das palmeiras, e não à possibilidade de essas palmeiras melhorarem as condições de vida dos homens. Cita como exemplo a inspiração poética que a palmeira teria causado ao poeta Gonçalves Dias, no clássico "minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá." Para Valverde, os poetas não atribuíam a essa riqueza natural qualquer valor econômico (VALVERDE, 1957, p. 164).

Valverde, mesmo enfatizando os aspectos do quadro natural, ressalta o caráter de concentração e ocupação das terras no estado do Maranhão. Há passagens do livro em que sinaliza a chegada dos chamados grileiros, que teriam cercado terras devolutas. Para esse autor, as terras do Mearim e do Pindaré eram devolutas no período que classifica como ocupação pioneira – por "cearenses" e "piauienses". Em seguida, teria surgido a figura do grileiro, instala-se o aforamento e começam os conflitos (VALVERDE, 1957, p 152). Trabalha como o conceito

de Zona Pioneira, de L. Waibel, mais precisamente do livro As zonas pioneiras do Brasil.

Estabelece diferenciações entre o que denomina de "região pioneira moderna", nos vales do Mearim e do Pindaré, e a "região pioneira antiga", que inclui o vale do Itapecuru. Na primeira, os terrenos são considerados mais férteis e a produção estaria voltada para o mercado interno. Constituía-se de aglomerados rurais, em função do regime das pequenas propriedades. As zonas pioneiras antigas já teriam tido um papel preponderante no abastecimento externo e se constituíam pela prevalência do que chama de um habitat disperso, marcado pela dispersão das casas (VALVERDE, 1957, p. 173-174). Nesse sentido, o estudo empreendido por Valverde ultrapassa a dimensão meramente econômica, indo um pouco além, incorporando aspectos até então desconsiderados, tais como o fato de o Maranhão ter passado de área de atração de migrantes para área de repulsão (VALVERDE, 1957, p. 151). Valverde refuta a associação das migrações de nordestinos em função das secas (VALVERDE, 1957, p.165), ou seja, trabalha a noção de seca como uma construção que visava justificar a falta de políticas para essa região. O autor propõe que a colonização inclua demarcação e entrega de títulos de propriedade, a fim de "por cobro à torpe indústria da grilagem" (VALVERDE, 1957, p. 150).

Ao analisar o processo de colonização, demonstra a diferença entre a ocupação do migrante, designado "cearense", e aquela dos que já estavam estabelecidos nas terras, classificados como "maranhenses". São tipos sociais que possuem um ethos diferente, condicionado pelas relações de poder estabelecidas com os proprietários das terras. O "cearense" compõe as chamadas frentes pioneiras, possui mais autonomia, sem um sistema de autoridade definido. Já o chamado maranhense está preso a vínculos com as autoridades locais.

A construção desses tipos se dá sem uma análise aprofundada do sistema de relações sociais. Valverde se limita a atribuir características aos "cearenses" e aos "maranhenses", valorizando positiva ou negativamente esses atributos, sem analisar a diferenciação da posição desses trabalhadores frente aos vínculos com os agentes econômicos dominantes. Esse sistema de dominação tradicional é visto como atrasado, marcado por uma subordinação violenta e passível de causar estranhamento ao pesquisador.

O autor descreve as relações sociais que observa, assim como as condições de vida das famílias de agricultores e extrativistas, e as classifica como atrasadas. Mesmo enfatizando as diferentes formas de ocupação da terra, desconsidera a racionalidade social desses grupos, focalizando sempre a economia como o aspecto fundamental para a promoção do chamado desenvolvimento do estado. A atividade econômica dos agricultores e extrativistas é interpretada como entrave ao crescimento econômico.

Ao lidar com os sistemas econômicos, Valverde se preocupa com a divisão social do trabalho familiar. Considera a diferença entre a atividade econômica

dos homens, mais dedicados à atividade agrícola, e a das mulheres, ligadas às atividades artesanais e ao extrativismo.

A categoria quebradeira de coco aparece na legenda de uma fotografia do livro de Valverde (p. 157, foto nº 30), onde figuram duas mulheres adultas e três crianças, com a seguinte legenda: "Quebradeira de babaçu em atividade, em Quelru (Vale do Itapecuru). A moça em pé pode quebrar até 10kg de amêndoas por dia, a menina à direita 5 a 6 quilos e as duas menores, entre elas 2 quilos cada. A família tem 8 filhas". A categoria quebradeira de coco aparece referida a uma atividade feminina e reduzida ao plano econômico. O valor das extrativistas responsáveis pela quebra do coco aparece reduzido à quantidade de coco quebrado.

2.6 A categoria "caboclo" e a noção de integração na produção dos "intervencionistas"

Bondar (1952) e Valverde (19857) produzem nos anos 1950, período que corresponde a uma etapa da prevalência, na antropologia, dos estudos sobre a integração dos povos, com predominância da categoria "caboclos". Esses autores, sem formação em antropologia, incorporam o termo para classificar aqueles que se dedicam à atividade agrícola e extrativa.

Vale ressaltar que os antropólogos Charles Wagley e Eduardo Galvão, precursores dos estudos sobre o fenômeno descrito nos EUA como "cabloclization", estiveram realizando campo no Maranhão, entre os anos 1943 e 1945 junto aos Tenetherara, que resultou no livro Os índios tenetherara – uma cultura em transição. Eles, assim como os "intervencionistas", num momento posterior, referem-se àqueles que se dedicam à prática agrícola e são denominados como "caboclos". Segundo esses autores, a formação da "cultura cabocla", que dataria dos séculos XVI e XVII, ainda poderia ser observada através do estudo dos índios Tenetherara.

Consideram a possibilidade de transformação dos Tenethehara, classificados como índios tribais, em integrados à população rural (WAGLEY; GALVÃO, 1961, p. 184). Para os autores, há um processo gradual e de contínua destribalização e amálgama de grupos indígenas como os Tenethehara, num contexto mais amplo, da cultura rural do norte do Brasil (WAGLEY; GALVÃO, 1961, p. 183). Charles Wagley, que foi orientado por Franz Boas, antropólogo estadunidense notabilizado na primeira metade da década de 1940 como estudioso da região dos babaçuais, integrava a missão técnica norte-americana instituída a partir do Acordo de Washington em 1942.

Mesmo sem discorrer sobre a economia do babaçu, esses estudos mostram como na antropologia predominava uma concepção de que os índios iriam se integrar à economia regional, concepção que também está presente no estudo realizado pelos autores que convencionei chamar de "intervencionistas". Esses estudos enfatizavam a destribalização dos povos, ou seja, o "caboclo" era pensado

como um tipo intermediário entre os "selvagens" e os "civilizados". Com o tempo, o "caboclo" seria integrado à civilização e se tornaria um consumidor[7].

Ao longo dos artigos produzidos por Gregório Bondar e recolhidos nos boletins da Associação Comercial, aparece a referência a "caboclos" para designar os responsáveis pela quebra de coco, conforme transcrito a seguir:

> Nem todas as palmeiras, bem conformadas, são exploradas pelo caboclo. O babaçu criou variedades. Há as que produzem duas, e, mesmo, apenas uma amêndoa por fruto. O caboclo, colhendo cocos para quebrar, despreza esses frutos como pouco rendosos. Aproveita apenas os frutos bojudos, que garantem de quatro a seis amêndoas por coco. Cerca da metade ou mais, é abandonado no palmeiral, tornando-se pasto do bicho do coco, o pachymerus nucleorum (BONDAR, 1953b, p. 15).

Segundo Gregório Bondar (1953), para incrementar a produção, seria necessário aumentar o que classifica como população rural, dando-lhe garantia da propriedade do solo, enraizando o homem à terra e ligando a sua existência ao trato e à exploração do babaçu.

Já Orlando Valverde (1957) relaciona características físicas dos "caboclos maranhenses" e "caboclos cearenses" às formas de comportamento, demarcando diferenciações entre os tipos, de acordo com a forma de ocupação da terra. Diferencia o morador mais antigo, que denomina maranhense, do morador que se deslocou via frentes pioneiras, no caso o "cearense", atribuindo características negativas aos primeiros e positivas aos segundos, conforme trecho transcrito a seguir:

> Apesar da tremenda influência igualitária da miséria, existem diferenças profundas nos aspectos sociais e psicológicos dos "caboclos cearenses" e "piauienses" do vale do Mearim e dos "caboclos maranhenses" do vale do Itapecuru. O "cearense" é trabalhador, tem iniciativa, está disposto a abrir caminho a um futuro melhor para sua família, a qualquer preço. Esta é um clã patriarcal; não obstante, todos trabalham: homens, mulheres e crianças. O respeito à honra do lar, sobretudo no que toca às mulheres, tem qualquer coisa de místico. As infrações a esse código não-escrito são lavadas com sangue, à "peixeira". Os crimes são freqüentes e o jogo um flagelo social. O caboclo maranhense é um vencido: a condição de

7 No seu artigo Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959, Eduardo Galvão reproduz esta formulação, ao descrever os agentes sociais da área cultural do Pindaré-gurupi: "População cabocla de atividade agrícola e extrativa (babaçu) cuja fixação e estabillização data da segunda metade do século XIX" (GALVÃO, 1960, p. 32).

> dependência econômica, a tradição escravista, a indolência o derrotaram. A sua função social quase se reduz à de mero reprodutor da espécie. As mulheres, porém, trabalham desde tenra idade. Desde os 6 ou 7 anos começam a quebrar coco para se vestir e se enfeitar, mas aos 16 ou 17, na maioria, se prostituem (VALVERDE, 1957, p. 33).

Na situação descrita, além dos estigmas negativos atribuídos aos "caboclos", a representação das mulheres também é marcada por estigmas. O autor estabelece uma ordem hierárquica e considera os "cearenses" e "piauienses" como "mais trabalhadores" e com mais iniciativa que o "caboclo maranhense". Essa concepção se incorporou à representação partilhada no presente sobre "maranhenses" e "cearenses".

Os "caboclos maranhenses" são descritos como aqueles que sobrecarregam as mulheres de serviço. As "mulheres maranhenses" começariam a trabalhar muito cedo, quebrando coco para comprar enfeites. Os "caboclos cearenses", ao contrário, são descritos como sabendo proteger suas mulheres e como atribuindo a elas um caráter místico, no sentido de sagrado. Qualquer ameaça a essa aura sagrada seria vingada com crimes, ou a honra seria lavada com sangue. Continua, conforme mostram os excertos a seguir, a ressaltar os estigmas negativos das mulheres classificadas como caboclas, que, do ponto de vista do autor, se insinuavam para os viajantes, classificados como inocentes em relação ao poder de sedução dessas mulheres:

> Os laços de família são frouxos. As cenas mais degradantes observam-se em restaurantes à beira da rodovia-tronco de Codó a São Luís, em que jovens adolescentes servem mesas e provocam os viajantes ao deboche, ante os olhos indiferentes dos parentes mais velhos. Nesta região, as figuras do motorista de caminhão e do caixeiro-viajante desempenham papel de degradação social (VALVERDE, 1957, p. 186).

O sistema agrícola dos denominados "caboclos" é considerado pelo autor como o mais atrasado do mundo e o atraso da região é atribuído à falta de tecnologia, às práticas artesanais. O livro é ilustrado com fotos de casas cobertas de palhas de babaçu, acompanhadas de legendas e textos que associam tais moradias a formas primitivas. Abaixo, um trecho retirado do livro, no qual o autor classifica o modo de vida desse segmento como primitivo e suas práticas de trabalho como carregadas de ações ilegais:

> São "caboclos" do Itapecuru, uma população socialmente inferiorizada, indolentes que vegetam em uma vida miserável nas fazendas cultivando roças e criando porcos; praticam

> o sistema agrícola mais antigo do mundo (VALVERDE, 1957, p. 172).

O termo "caboclo" serve para caracterizar os "maranhenses", bem como os "cearenses" e os "piauienses" que se deslocam para o Maranhão pelas frentes migratórias. Então, o caboclo a que os autores fazem referência incorpora uma multiplicidade de situações. A categoria é utilizada indistintamente para fazer referências aos índios mestiçados e aos negros de áreas de ocupação antiga. O termo caboclo é utilizado ainda para se referir àqueles que se deslocam pelas regiões de fronteira agrícola e ocupação recente.

Ao conferir visibilidade ao que denomina "caboclo", os "intervencionistas" estão enfatizando o caráter de integração desses povos à sociedade nacional; estão afirmando que eles evoluíram da condição de "primitivos" e estão prontos para consumir e se integrar ao mercado hegemônico.

Os autores estão se referindo a um processo de mudança na condição dos índios que passam a ser reconhecidos como "caboclos", tipo intermediário que atende a essa demanda da produção para o mercado.

Prevalece, nas interpretações desses autores, a visibilidade aos grupos sociais que precisam ser ressaltados em cada momento como compondo a sociedade brasileira. Se os "intervencionistas" silenciam sobre os índios, os "colecionistas" silenciaram sobre os supostamente integrados, designados como "caboclos". No entanto, enfatizar um dos tipos não significa necessariamente que o outro não exista.

2.7 As máquinas de quebrar coco babaçu na interpretação dos "intervencionistas"

A preocupação em descobrir ou aperfeiçoar as denominadas máquinas de quebrar coco babaçu aparecia como prioridade dos investimentos públicos. Investir nas referidas máquinas, que figuram como peças-chave no desenvolvimento regional, estava relacionado à necessidade dos comerciantes de eliminar a sua dependência em relação às extrativistas, de quem compravam as amêndoas através de intermediários. Funcionava da seguinte forma: as extrativistas quebravam o coco, vendiam nas bodegas ou quitandas e as trocavam ou vendiam por produtos do seu consumo diário – café, açúcar, sal e querosene. Posteriormente, o dono das bodegas vendia essas amêndoas para os intermediários que atuavam nos municípios. Essa comercialização existe até o presente, principalmente em função de as máquinas não serem completamente eficazes. Hoje, há empresas que possuem máquinas e ainda compram amêndoas de intermediários.

Os autores que analisei fazem referências constantes a essas máquinas como propulsoras do progresso e interpretam a quebra manual como atrasada e passível de ser substituída. Destaca-se que, nos anos 1950, o poder público

investe em setores considerados estratégicos, como transporte, eletrificação rural, fixação do homem à terra. O debate sobre a necessidade de mecanizar o setor rural ressurge.

Com a preocupação em industrializar, há, por parte do poder público e do setor empresarial, uma tentativa de atrelar à indústria o modo de produzir das áreas rurais. Estava em jogo a imposição de uma racionalidade capitalista adequada ao ritmo da indústria e que atendesse à demanda do mercado externo. Para que tal objetivo fosse alcançado, era necessário atrelar o sistema produtivo das famílias que se dedicavam à agricultura e ao extrativismo a partir da introdução de instrumentos mecanizados, como arados, tratores, máquinas de quebrar coco e outros. Nesse período, os investimentos centravam-se na implantação dessas máquinas de quebrar coco nas indústrias de beneficiamento.

Pelas leituras, identifiquei que o debate a respeito da necessidade de substituir o trabalho manual por máquinas de quebrar coco já estava presente em Fróes de Abreu. Embora de uma forma secundária e marginal, no contexto dos autores "colecionistas", a preocupação com a mecanização já estava presente. No excerto a seguir, Fróes de Abreu faz referência à necessidade de introduzir essas máquinas e descreve a forma como o trabalho era desenvolvido pelas extrativistas, considerando essa forma de trabalho como penosa:

> Colocando-os contra o guma dum machado e percutindo-os fortemente com um macete de pau, conseguem romper o rijo pericarpo e separar as sementes. É necessário investir em máquinas (ABREU, 1931, p. 68).

No trabalho de Gregório Bondar, identifiquei uma referência à ineficácia da quebra manual, que não daria conta de potencializar a produção do que denomina o número assombroso de palmeiras. Apesar disso, incorpora a consideração de Edgar Teixeira Leite e propõe a fixação do homem à terra, apontando a quebra manual como garantindo trabalho para os homens do campo.

Uma das causas, apontadas por Valverde, para o fracasso dos empreendimentos empresariais é a quebra manual. O autor apresenta uma descrição da maneira como a quebra do coquilho é realizada e atribui essa atividade às mulheres. Segue um trecho em que o autor descreve a quebra manual:

> Para isso (quebrar o coco e retirar as amêndoas) usam um machado que elas mantêm de gume virado para cima, prendendo-o com as pernas; enquanto com uma das mãos manejam o coquilho sobre a lâmina, ao mesmo tempo, com a outra, vão dando pancadas com um pedaço de pau (VALVERDE, 1957, p. 156).

Tal sistema de quebra manual é classificado como rudimentar e, segundo o autor, os compradores e exportadores atribuem a escassez e mau preparo das amêndoas à indolência e má fé dos denominados "caboclos".

Valverde, mesmo detendo-se na análise da economia do babaçu e levantando a necessidade de incrementar a indústria, preocupa-se com o processo de expropriação decorrente, ou seja, com os efeitos da entrada da máquina e do aumento da produtividade sobre as famílias que se dedicavam à agricultura e ao extrativismo. Defende a fixação do homem à terra como forma de suprimir o "nomadismo", que considera um atraso.

A referência a essas máquinas de quebrar coco é acompanhada de um discurso segundo o qual nunca foi inventado um modelo realmente eficaz, de forma que a necessidade de novos investimentos é sempre ressaltada[8].

A discussão em torno da implantação de instrumentos mecanizados inicia no âmbito empresarial e permanece durante quase um século atrelada a noções como "desenvolvimento", "racionalidade economia", "aumento da produtividade" e "retirada da população do atraso".

As máquinas de quebrar coco babaçu são classificadas por Bondar como ineficazes[9]. Há a citação de um ditado classificado por esse autor como do povo, segundo o qual as máquinas para quebrar o babaçu seriam qualificadas como "máquinas para o babaçu quebrar" (BONDAR, 1952a, p. 9).

Valverde elabora críticas às intervenções até então empreendidas pelo poder público na economia do babaçu. Cita as fábricas de produção de óleo vegetal que faliram e as classifica como "cadáveres de indústria", a exemplo da fábrica de Quelru[10], em Itapecuru, e das diversas fábricas em São Luís. Dentre os

---

8 A primeira cotação da amêndoa data do ano de 1891, pela empresa de fabricação de sabonetes Martins & Irmãos. Anunciava comprar a 140 réis o quilo de amêndoas, então denominadas vianda. O preço era maior que o da farinha de mandioca, vendida a 100 réis o quilo. As primeiras instruções dessa empresa para que a amêndoa fosse retirada com facilidade consistia em queimar o coco em rumas com fogo de coivara (MEIRELES, 1992). A coivara é uma técnica de cavar no chão um buraco para facilitar o ateamento do fogo. É utilizada até hoje para a feitura do carvão de madeira ou das cascas de coco babaçu. Ou seja, a dificuldade em extrair as amêndoas sem o processo de quebra manual já existia nesse período. As primeiras "fábricas" de produção de óleo já se deparavam com a dificuldade em romper a casca do babaçu para retirada da amêndoa. Daí os primeiros estudos ditos científicos ressaltarem a importância dos avanças tecnológicos direcionados ao extrativismo, com relevância para a invenção de uma máquina de quebrar coco.

9 Em relação à ineficácia dos modelos tecnológicos que investem na quebra do coquilho, eles estão referidos aos primeiros quebradores mecânicos, presentes no período da Primeira Guerra Mundial. Reaparecem com as "máquinas de quebrar coco", que absorveram vultosos investimentos públicos no período da Segunda Guerra Mundial e permanecem atualmente no discurso dos planejadores governamentais ligados aos órgãos estaduais de fomento à agricultura. O tema da invenção de uma máquina de quebrar coco passou a ser assunto do plano jurídico e, inclusive, de concursos públicos nos anos 1950. Foi instituído oficialmente um concurso para premiar a máquina mais eficaz. É o exemplo da Lei número 680, de março de 1915, que autoriza o governo a contratar com um ou mais proponentes e introduzir, no Estado, máquinas portáteis apropriadas à quebra do coco babaçu.

10 Tal fábrica movimentou o setor industrial maranhense e paulista nos anos 1940, com um

consideráveis erros apontados pelo autor aos projetos que investiram no babaçu, destaca: falta de planejamento; existência de várias máquinas inadequadas e que não funcionam satisfatoriamente (VALVERDE, 1957, p.179). Todo esse investimento caiu por terra e essa área hoje pode ser considerada, nas palavras de Valverde, um cemitério industrial.

O estudo de Valverde é normativo, ou seja, oferece solução para o soerguimento da denominada economia do babaçu. Propõe, para o aumento da industrialização: a quebra mecânica, que forneceria solução para a falta de oferta regular de matéria-prima (VALVERDE, 1957, p. 191); a criação de plantations dedicadas à cultura de um conjunto de plantas oleaginosas; e o incentivo de pesquisas para a obtenção de máquinas de quebrar coquilho com alto rendimento. Considera esse problema antigo e de difícil solução, já que os modelos de máquinas inventados até o momento em que realizou seus estudos mostravam-se inadequados. Segundo o autor, no Departamento de Propriedade Intelectual do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, existiam 48 requerimentos de patentes de máquinas de quebra de coco e semelhantes. Segundo o autor, nenhuma dessas máquinas resolveu definitivamente o problema, que continua em aberto (VALVERDE, 1957, p. 191).

Dentre as causas que o autor atribui para a existência dos "cemitérios de fábricas", destaca: máquinas inadequadas que não funcionam satisfatoriamente; falta de orientação técnica; prodigalidade no crédito; e má organização das empresas. Os compradores e exploradores, por sua vez, segundo Valverde, atribuem a escassez e o mau preparo das amêndoas à indolência e má-fé dos "caboclos" (VALVERDE, 1957, p. 179). Segue o excerto onde esse último ponto é ressaltado:

> De fato, esse preparo está bem longe das condições ideais. Ainda está muito divulgada a idéia de que a quebra do coquilho só deveria ser feita sem ferir as amêndoas, pois isto provocaria a oxidação, prejudicando a qualidade. Esse inconveniente não existe, mormente quando se faz a secagem antes ou depois da quebra. Quando é feita antes, facilita a separação da amêndoa e do coquilho. Uma cabocla de Quelru, interrogada a esse respeito, respondeu: "Coco seco é bom para quebrar, mas atrasa no peso". Como a mercadoria é vendida aos quilos, eles vendem no mesmo dia em que quebram. Usam ainda mil e um recursos que os favoreçam no peso. Deixam, por exemplo, certa quantidade

investimento da ordem de 3.800.000 cruzeiros, em moeda da época e a construção de uma denominada cidade industrial em Itapecuru. Nesse espaço, seriam instalados equipamentos, laboratórios, com uma abrangência de 3.500 metros quadrados construídos e 1.800 metros quadrados, para moradia dos gerentes, técnicos e trabalhadores, em torno de 400 pessoas, dispondo de energia elétrica, água encanada e esgotos (O Estado do Maranhão, BUZAR: 2005).

> de cascas aderentes às amêndoas, juntam terra, areia, etc. Normalmente, a quantidade de impurezas contidas numa saca de babaçu corresponde a 10% do peso. Numa fábrica de São Luís foi-nos exibida uma saca contendo 50% de impurezas [...] os "caboclos" lançam mão também de outros recursos, para evitar a "quebra" no peso das amêndoas de babaçu. Às vezes, se não podem vendê-las logo, molham-nas com água salgada. Outros, precisando muito de dinheiro, cortam o cacho verde, cobrem-no com folhas e fazem, em cima, uma fogueira leve, no dia seguinte, quebram o coco e vendem as amêndoas [...] (VALVERDE, 1957, p. 179-80).

Sintetizando, os estudos analisados acima, produzidos a partir da década de 1950, apontam para um investimento numa produção teórica com vistas à intervenção. As designações para caracterizar os que praticam agricultura e extrativismo são "caboclos" e "matutos". Trata-se de estudos que possuem um viés evolucionista e apontam para um processo de "caboclização" (WAGLEY; GALVÃO, 1961). O argumento central é o de que se faz necessário intervir, viabilizar uma tecnologia que possa permitir a passagem para uma condição considerada como "civilizada".

CAPÍTULO 3: AS COMPETÊNCIAS INTELECTUAIS E AS DISCIPLINAS MILITANTES: NOÇÕES EM ESTADO PRÁTICO E CATEGORIAS DE AUTODEFINIÇÃO

O terceiro grupo de autores representa um determinado estado da estrutura do campo intelectual, marcado inicialmente por temas e problemas referidos a conflitos sociais e por uma forma de abordar que constrói a autoridade científica através da produção de um conhecimento acadêmico. Assiste-se a um deslocamento: os pesquisadores não estão mais referidos a museus, enquanto coleções e exposições, ou a órgãos oficiais de planejamento, mas se referem a instituições de ensino e pesquisa. Sobressaem os gêneros de produção universitária, atrelados a currículos e grades acadêmicas. Concomitantemente, tem-se a emergência de "novos movimentos sociais" com seus quadros técnicos, que também se voltam para produzir intelectualmente sobre aqueles temas já mencionados.

Para fins de apresentação, dividi essa produção, que compreende as quatro últimas décadas, em três tópicos, agrupando diferentes produtores intelectuais, ainda que referidos todos eles às ciências sociais e em especial à antropologia. Nesse agrupamento inicial, têm-se os alicerces da autoridade antropológica como dispositivo de interpretação das realidades empiricamente observáveis. Os seus integrantes têm formação acadêmica vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e desenvolvem pesquisas no Maranhão, refletindo sobre a ação colonizadora das missões religiosas, sobre os conflitos sociais causados pela concentração de terras e sobre as oposições entre a lógica dos pretensos proprietários e das famílias, designadas, nesse período, como camponesas.

São estudos que incorporam o conceito teórico de camponês para apreender a situação social das unidades familiares que se dedicam à agricultura e ao extrativismo. As variações do conceito de camponês, num significado polissêmico, apresentam uma constelação de categorias explicativas: "campesinato livre", "campesinato de fronteira", "protocampesinato escravo", "frente pioneira" e "frentes de expansão". De acordo com essas variações, têm-se noções operativas que apóiam a descrição de realidades localizadas: "uso comunal das terras" e "uso comum das terras". Esses autores, em sua maioria, produzem academicamente, respondendo a exigências institucionais do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGAS)– Museu Nacional. Apesar de se referirem a vínculos com lideranças sindicais, seus estudos estão fundamentados em trabalho de campo e não se restringem ao discurso dos mediadores.

A seguir, tem-se a produção teórica das Universidades Federal e Estadual do próprio Maranhão, que passaram a ganhar espaço nos anos de 1990. São estudos

produzidos a partir do vínculo dos produtores intelectuais com as diferentes "formas organizativas" que compõem os movimentos sociais. Inicialmente, o vínculo desses pesquisadores é com o Maranhão, enquanto unidade político-administrativa. Posteriormente, ocorre sua dispersão por diferentes unidades da federação, para dar continuidade às suas pesquisas em cursos de mestrado e doutorado em antropologia, sociologia, economia e história. Esses produtores intelectuais contribuem para a construção da categoria sociopolítica quebradeira de coco babaçu, trazendo o extrativismo para o elenco dos temas focalizados, bem como constituição das "formas organizativas", associações, cooperativas, os movimentos sociais, a construção de identidades étnicas, os processos de territorialização e outros temas correlatos. A categoria que aparece com mais força para caracterizar as extrativistas é quebradeira de coco babaçu, uma vez que as pesquisas privilegiam as formas de autodesignação dos agentes sociais.

Além da produção acadêmica, tem-se, nesse período, um gênero de produção intelectual que opera com noções práticas de conceitos teóricos e com elementos dos saberes tradicionais. Trata-se de documentos analíticos justificando reivindicações e pleitos diversos, produzidos no âmbito da assessoria ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Tais documentos são financiados, sobretudo, por agências internacionais de cooperação técnica.

Incluem-se ainda os trabalhos que ganharam prêmios e distinções concedidos por organizações governamentais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que instituiu o prêmio Margarida Alves para trabalhos com foco nas discussões denominadas de "gênero".

Outra modalidade de produção intelectual são os estudos que incorporam o saber militante e deslocam o papel das mulheres extrativistas que, ao invés de serem objeto de conhecimento, passam também à condição de produtoras de conhecimentos. Esses estudos são produzidos no âmbito do MIQCB, em 2005, e posteriormente no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que envolve pesquisadores de várias universidades da Amazônia: UFAM, UEA, EFPA, UFMA, UEA e UFAC. Os estudos e mapas resultantes do trabalho de pesquisa são produzidos com a participação direta das lideranças de formas organizativas que incluem associações, sindicatos, cooperativas e movimentos sociais. Essas líderes, que podem ser tidas como intelectuais orgânicos, participam do trabalho de campo juntamente com os pesquisadores, apontando as situações que devem aparecer nos mapas e nos textos explicativos[1].

Analisando a propriedade de posição dos autores desse terceiro momento, percebi que eles podem transitar de uma configuração intelectual a outra, deslocando sua perspectiva analítica. Isso mostra que as posições e as próprias construções teóricas de um mesmo autor passam por transformações ao longo do tempo.

---

1 Sobre intelectuais orgânicos, consultar A. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Para analisar a estrutura desse campo intelectual, procedi à organização dos trabalhos em quadros ilustrativos que bem explicitam a posição do autor e seu gênero de produção intelectual. Tal procedimento permite distinguir as modalidades interpretativas que se configuram em cada momento histórico.

3.1 Estudos acadêmicos: extrativismo do babaçu e conflito

O primeiro quadro, exibido abaixo, apresenta as pesquisas acadêmicas desenvolvidas entre 1971-1977 por pesquisadores vinculados ao Museu Nacional que, na condição de antropólogos, elegeram situações sociais empiricamente observáveis no Maranhão – lócus privilegiado para realização de trabalho de campo:

Autor / título	Formação	Trabalho de campo	Propriedade de posição	Tema / Problema	Agência financiadora	Situação empírica	Data de publicação/ elaboração	Grau
VELHO, Otávio Guilherme[2]. Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do Processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972	Antropólogo	1969	Professor PPGAS – Museu Nacional	Fronteira e frente de expansão	Sem referência	Sudoeste Maranhão	1973-1974	Doutorado
MOURÃO, Laís; ALMEIDA, Alfredo Wagner. Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo. São Luís: 1974	Antropólogos	1974-75	Mestrandos PPGAS – Museu Nacional	Dinâmica da estrutura social do campo maranhense e planejamento para a área rural	Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão	Maranhão	1975	Sem referência
Autor / título	**Formação**	**Trabalho de campo**	**Propriedade de posição**	**Tema / Problema**	**Agência financiadora**	**Situação empírica**	**Data de publicação/ elaboração**	**Grau**
MOURÃO, Laís. O pão da terra. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1975	Antropóloga	1971-72	Mestranda PPGAS – Museu Nacional	Uso comunal das terras – Baixada Maranhense	Sem referência	Alcântara e Bequimão (Maranhão)	1975	Doutorado
ESTERCI, Neide. Formação do Campesinato em Pedreiras (MA). São Luís, 1976	Antropóloga	1975	Pesquisadora, Projeto Emprego e Migração – Professora do IFCS –UFRJ	Formação do campesinato maranhense e conflito	Sem referência	Maranhão	1976	Sem referência

Quadro 3: Estudos Acadêmicos: Extrativismo do Babaçu e conflito social

2 Otávio Velho orientou ainda, nos anos 1970, vários trabalhos de pesquisa no Maranhão, dentre os quais: MUSSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. Dissertação de Mestrado. UnB, 1988; e SOARES, Luiz Eduardo.

Otávio Velho, que realizou seu trabalho de campo na região tocantina em 1969, elegeu como temática inicial a ocupação de áreas novas, ou seja, a fronteira em movimento. Para tanto, recorreu ao conceito de frente de expansão, procedendo à elaboração de sua dissertação de mestrado sob a orientação de Roberto Cardoso de Oliveira, no âmbito do PPGAS – Museu Nacional. Nos desdobramentos dessa atividade, ampliou o interesse inicial para uma análise comparativa da relação entre campesinato e fronteira com outras situações históricas, tal como os Estados Unidos e a Rússia da segunda metade do século XIX[3].

Laís Mourão realizou seu trabalho de campo na Baixada Maranhense em 1971-1972, para fins de elaboração de sua dissertação de mestrado junto ao PPGAS – Museu Nacional. Essa atividade foi realizada no âmbito do projeto de avaliação da ação missionária de religiosos canadenses que estavam atuando na Baixada desde 1959. O consultor dessa pesquisa foi o antropólogo Roberto Da Matta, que então era o coordenador do PPGAS – Museu Nacional[4].

O estudo de Mourão e Almeida (1979), denominado "Questões agrárias no Maranhão", elaborado entre dezembro de 1974 e fevereiro de 1975 a partir de uma solicitação da Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão, visava levantar subsídios para a elaboração do plano de governo 1975-78. Tem como proposta uma análise global dos fatores socioculturais e institucionais condicionantes da atividade econômica no Maranhão. Os autores optaram, no entanto, por uma delimitação do objeto de estudo que tomasse como referência as relações sociais no meio rural maranhense, identificando, a partir daí, os fatores institucionais e socioculturais que atuam na composição e na dinâmica socioeconômica específica do meio rural. O extrativismo do babaçu foi analisado a partir da crise dos latifúndios nas áreas de colonização antiga, notadamente do Itapecuru e da Baixada Maranhense.

Esterci analisa a formação do campesinato na região do Médio Mearim (MA), mais precisamente na região de Pedreiras, com ênfase nos conflitos sociais.

Não pretendo me deter na análise dos autores citados, somente me circunscrevendo às condições de possibilidade dessa produção. São estudos acadêmicos da primeira metade dos anos 1970, que empregam o termo camponês para se referirem aos grupos sociais estudados e são marcados por uma ênfase nos conflitos sociais e na ocupação das terras.

3.2 "Intelectuais específicos": competências e disciplinas militantes

A produção intelectual levantada nos anos 1990 é marcada por uma proximidade com temas relativos à emergência dos movimentos sociais, aos

3 O resultado desta pesquisa consiste na tese de doutorado "Capitalismo autoritário e campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento". São Paulo: Difel. 1976.

4 Participaram também Da pesquisa na Baixada, coordenada por Roberto da Matta, a antropóloga Regina Prado e, como assistentes de pesquisa, Terri Valle de Aquino, João Pacheco e Alfredo Wagner.

processos diferenciados de territorialização, que abrangem uma diversidade de situações, e à mobilização política de agentes sociais que resistem à expropriação. As formações discursivas construídas a partir dos anos 1990 dão visibilidade às iniciativas desenvolvidas por "formas organizativas" peculiares em áreas desapropriadas após conflitos de terra.

Delineia-se, a partir desse momento, uma produção com viés diferenciado. São estudos realizados nas universidades, que tendem a enfocar o caráter positivo do extrativismo e a valorizar a identidade coletiva das extrativistas, objetivadas em movimentos sociais (HOBSBAWN, 1995). A ênfase passa a ser na forma de classificação e na autoclassificação. A categoria quebradeira de coco babaçu passa a ser usada de maneira abrangente e com um certo automatismo de linguagem. É como se ela, por si só, fosse auto-explicativa, nos meandros da força política adquirida pelos movimentos sociais.

Essa produção acadêmica reforça a importância dos chamados movimentos sociais, acentua o critério de gênero e privilegia o discurso das lideranças, prioritariamente mulheres. Esses estudos impõem uma classificação que passa a ser considerada como legítima via reconhecimento coletivo, contribuindo para uma reversão dos estigmas direcionados ao extrativismo e às extrativistas. Trata-se de um conjunto de dissertações, ensaios e artigos que tomam como foco as mulheres extrativistas, designadas como quebradeiras de coco babaçu, e não mais a "economia do babaçu", como o faziam os estudos produzidos por "intervencionistas". Verifica-se uma mudança profunda na forma de abordagem.

Os quadros seguintes apresentam os títulos levantados. O quadro 4 sistematiza os itinerários de pesquisadores que produziram teses de doutorado; o quadro 5 sistematiza os itinerários que resultaram em monografias de conclusão de cursos de graduação e dissertações de mestrado:

Autor	Grau	Itinerário	Tema / Problema	Situação empírica	Data da defesa
MESQUITA, Benjamim Alvino de. A transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000. Tese de doutoramento em economia defendida na Universidade Paris III, 2006, 516 p.	Sorbone, Paris III	Professor da UFMA – Mestre CPDA – Doutor pela Universidade de Paris III	Análise da expansão da pecuária no Maranhão e sua relação com a expansão do capital	Sul do Maranhão	2006
SHIRAISHI NETO, Joaquim. O direito das minorias –passagem do "invisível" real para o "visível" formal? Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. 237 p.	Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná	Assessor jurídico da CPT, MIQCB e ASSEMA; Doutor em Direito; professor da UEA	Direito étnico das minorias e movimentos sociais	Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará	2004
PORRO, Noemi S. M. Rupture and resistance: gender relations and life trajectories in the babaçu palm forests of Brazil. A dissertation presented to the graduate school of the University of Florida in partial fulfillment of therequirements for the degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, Gainesville. 2002. 364p.[5]	Universidade da Flórida (EUA)	Fundadora da ASSEMA – doutora em antropologia	História de vida e relações de gênero	Médio Mearim Maranhense	2002
Autor	**Grau**	**Itinerário**	**Tema / Problema**	**Situação empírica**	**Data da defesa**
PORRO, Roberto. Palms, pastures and swidden fields: political ecological trajectories and socio-natural transformations in peasant communities in Maranhão, Brazil. A dissertation presented to the graduate school of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the degree of doctor of philosophy. University of Florida, 2002	Universidade da Flórida (EUA)	Fundador da ASSEMA – doutor em antropologia	Política ecológica	Médio Mearim Maranhense	2002

Quadro 4: Quadro demonstrativo de itinerários que resultam em teses de doutorado

5 A autora defendeu também a sua dissertação de mestrado na University da Flórida e realizou o seu trabalho de campo na região do Médio Mearim Maranhense. Segue a referência: PORRO. Noemi. Changes in peasant perceptions of development and conservations. Dissertação de Mestrado. Gainesville, FL. University of Florida, 1997.

Autor	Grau	Itinerário	Tema / Problema	Situação empírica	Data da defesa
NETO, José Evaristo de Lima. Pesquisador e ator: uma reflexão sobre o processo de trabalho / pesquisa junto a uma organização de trabalhadores rurais no Maranhão. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2004.	Graduado em Ciências Sociais (UFMA); mestre (CPDA)	Pesquisador-assessor da ASSEMA; mestre pelo CPDA	Mediação posição pesquisador/ assessor	Lago do Junco (MA)	2004
NETO, José Evaristo de Lima. O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais no município de Lago do Junco – MA, associadas à ASSEMA			Formação de associações de trabalhadores rurais	Lago do Junco (MA)	2007
AYRES JÚNIOR, José Costa. A organização das quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim Maranhense e a reorganização de um espaço regional. UFSC, 2007. Florianópolis, SC, 2007.	Mestre em economia Universidade Federal de Santa Catarina	Participou como assessor temporário em projeto financiado pela war on want para o MIQCB	A organização política das quebradeiras de coco babaçu	Médio Mearim Maranhense	2007
Autor	**Grau**	**Itinerário**	**Tema / Problema**	**Situação empírica**	**Data da defesa**
FIGUEIREDO, Luciene Dias. Do espaço doméstico ao espaço público – lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. Belém: 2005. 198 p.	Mestre – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura (UFPA)	Assessora da ASSEMA (por 13 anos); mestrado no Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura; doutorado em antropologia (UFPA)	Análise da atuação das lideranças em seus espaços públicos e domésticos	Região do Médio Mearim Maranhense	2005

REGO. Josualdo Lima. Pensando o conceito de região no caso do processo de mobilização política do Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu (MIQCB). Monografia de conclusão do curso de Geografia	Graduação em Geografia (UFMA)	Pesquisador; mestre em Geografia pela USP	Fronteira; instituição de uma idéia de região a partir das áreas de atuação do MIQCB	Área de atuação do MIQCB: Baixada Maranhense, Região de Imperatriz; Médio Mearim Maranhense; sudeste do Pará; norte do Piauí; Bico do Papagaio (Tocantins)	2004
Autor	**Grau**	**Itinerário**	**Tema / Problema**	**Situação empírica**	**Data da defesa**
LAGO, Maria Regina Teixeira. BABAÇU LIVRE e roças orgânicas – a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiar e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre	Mestre – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura (UFPA)	Graduação em Ciências Sociais (UFMA); participou da avaliação institucional do MIQCB; professora da UNITINS	Análise do processo de implantação das denominadas roças orgânicas	Médio Mearim Maranhense	2004
Autor	**Grau**	**Itinerário**	**Tema / Problema**	**Situação empírica**	**Data da defesa**
LEMOS, Luane. Posse agroecológica na comunidade das chamadas quebradeiras de coco babaçu. Setembro 2002. Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão	Graduada em direito (UFMA)	Pesquisadora-assessora jurídica do MIQCB	Análise da expectativas de direito de acesso a áreas de babaçuais em domínios públicos e privados	Região do Mearim (MA)	2002

ANTUNES, Marta Oliveira. O caminho do empoderamento na superação da pobreza: o caso das quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores (as)rurais da área de atuação da ASSEMA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA. Rio de Janeiro, 2002	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Graduação em Economia (UFMA); assessoria a um projeto da Actionaid, financiado ao MIQCB	A organização política das quebradeiras de coco babaçu	Médio Mearim Maranhense	2002
Autor	**Grau**	**Itinerário**	**Tema / Problema**	**Situação empírica**	**Data da defesa**
ROCHA, Helianane Oliveira. A representação de educação pelas quebradeiras de coco babaçu da comunidade de Ludovico: Uma análise dos critérios de construção social dos conceitos de educação e escola. Monografia de conclusão do curso de Pedagogia	Graduada em Pedagogia (UFMA)	Pesquisadora; coordenadora do PRONERA	Educação e movimento social	Lago do Junco (MA)	2001
PEREIRA, Miguel Henrique. Estudo sobre as cooperativas de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Dissertação defendida no Mestrado em Políticas Públicas. São Luís (MA): Mimeo., 2000, 180p.	Mestre em Políticas Públicas (UFMA)	Pesquisador-assessor do programa de políticas públicas da ASSEMA	Análise da constituição das cooperativas de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues	Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (MA)	2000

Autor	Grau	Itinerário	Tema / Problema	Situação empírica	Data da defesa
CARVALHO, Cynthia Martins. Agricultura extrativismo e garimpo na lógica camponesa. Dissertação defendida no Mestrado em Políticas Públicas. São Luís (MA): Mimeo., 2000, 180p. Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida	Mestre em Políticas Públicas	Pesquisadora; assessora do MIQCB; doutoranda em Antropologia pela UFF; professora da UEMA	Análise das condições de reprodução do campesinato a partir da inter-relação entre agricultura, garimpo e extrativismo	Esperantinópolis, Lima Campos e Lago do Junco	2000
GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. Mobilização e mediação: análise sobre a formação de uma entidade de assessoria e mobilização em áreas com projetos de assentamento – ASSEMA. Dissertação defendida no Mestrado em Políticas Públicas. São Luís (MA): mimeo, 2000, 180p. Orientador: Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida	Mestre em Políticas Públicas	Pesquisadora – participou da avaliação da ASSEMA; professora da UEMA	Análise da formação da ASSEMA	Região do Médio Mearim Maranhense	2000
Autor	**Grau**	**Itinerário**	**Tema / Problema**	**Situação empírica**	**Data da defesa**
ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Memória, mediação e campesinato: estudo das representações de uma liderança sobre as formas de solidariedade, assumidas por "camponeses" na chamada Pré-Amazônia Maranhense (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas). São Luís: 2000.	Mestre em Políticas Públicas UFMA	Pesquisadora Assessora da ASSEMA; doutoranda em Sociologia pela UFCE	História de vida do líder camponês Manuel da Conceição	Município de Imperatriz	2000

Quadro 5: Quadro demonstrativo de itinerários que resultam em monografias e dissertações de mestrado

Esse grupo de autores, que estou agrupando sobre a designação de "intelectuais específicos", representa um estado de produção intelectual relativamente autônomo, com forte vínculo com as "novas formas organizativas" e com sua inserção institucional referida, notadamente, às universidades públicas.

Esses autores analisam e concomitantemente contribuem, através de seus critérios de competência e saber, para dar visibilidade às situações de mobilizações encetadas pelos representantes dessas formas organizativas. Tem papel destacado na criação de cooperativas e de associações voluntárias da sociedade civil que militam na defesa do extrativismo de babaçu. A partir de uma consciência ambiental aguda, participam de campanhas de preservação dos babaçuais, produzindo relatórios e materiais de divulgação, e assessoram a elaboração das leis municipais que proíbem a derrubada de palmeiras e asseguram o livre acesso aos babaçuais. Também produzem uma recuperação da fala das mulheres extrativistas na cena política oficial, em contraposição à produção burocrática dos planejadores e "intervencionistas".

Essa produção intelectual contribui para publicizar o MIQCB e se concentra na região central do Maranhão, conhecida como Médio Mearim Maranhense. Trata-se de uma região caracterizada pela densidade da ocupação de famílias de pequenos produtores agrícolas e extrativos que permaneceram nas terras a partir da desagregação das fazendas monocultoras de algodão. Nas três primeiras décadas do século XX, convergiram para essa região as frentes migratórias nordestinas provenientes do Piauí e do Ceará. No período de 1970 a 80, essa região foi marcada por intensos conflitos agrários, com a pressão dos projetos agropecuários sobre as terras dos cocais, que eram transformadas em pastagens artificiais.

Nesses estudos, percebe-se a prevalência de um repertório de temas construídos pela mediação de determinadas agências financiadoras, que gravitam em torno de questões como meio ambiente, agroextrativismo, sustentabilidade e tecnologia socialmente apropriada. Trata-se de uma produção ligada principalmente à Universidade Federal do Maranhão, mas cuja dispersão abrange universidades de outros estados e países, acompanhando, de certo modo, a demanda de pesquisadores por cursos de mestrado e doutorado. O mapa abaixo demonstra a saída desses pesquisadores para instituições localizadas em outras unidades da federação e até para outros países:

Figura 2: Mapa demonstrativo da saída dos pesquisadores de São Luís para outras unidades da federação e outros países.

Cataloguei trabalhos sobre o extrativismo do babaçu nas Universidades Estadual e Federal do Maranhão e constatei que há diferenças sensíveis nas produções dos autores vinculados a uma ou a outra instituição. Na UEMA[6], há um investimento na produção de trabalhos eminentemente técnicos, centrados em princípios operativos que visam ao aumento da produtividade e à racionalidade

6 Cataloguei, no levantamento que realizei na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), os seguintes estudos: LOPES, Aurilu Torrente. A criação de uma nova ferramenta de trabalho para a quebra de coco de babaçu na comunidade de Ludovico, Estado do Maranhão. Monografia de graduação apresentada à faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, na área de Desenho Industrial. São Paulo, 2003. 105 p.; PORTO, Maria José Fernandes. Estudo preliminar de dispositivo de quebra e caracterização dos parâmetros físicos do coco babaçu. Universidade Estadual do Maranhão UEMA: 2004. Dissertação de mestrado profissional apresentado à comissão de pós-graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica. São Luís, 2004. 61p; FRAZÃO, José Mário. Simulação de modelos agroecológicos de intervenção em áreas de babaçu e planejamento de uma agricultura sustentável para o município de São Domingos do Maranhão. Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Curso de Mestrado em Agroecologia. Orientador: José de Jesus Sousa Lemos. São Luís. 1998.
Os dois primeiros trabalhos propõem dispositivos para quebra mecânica do coco. Tratam da discussão tecnológica a partir de propostas concretas de protótipos de máquinas de quebrar coco. Tais estudos tratam do processo de automação para extração da amêndoa e apresentam detalhados testes laboratoriais para determinar a umidade, o diâmetro do coco e das amêndoas, testes para verificar a força de impacto necessária para quebrar o coco – enfim, experimentos que investem na quebra manual. O último trabalho listado foi produzido por José Mário Frazão, subgerente da SEAGRO, responsável pela implantação dos projetos governamentais que investem na viabilização das máquinas de quebra do coco babaçu.

econômica do extrativismo do babaçu. As pesquisas referentes à UFMA valorizam a racionalidade social dos grupos, privilegiam os saberes práticos e têm uma interpretação positiva das novas formas de organização adotadas pelos grupos estudados. É possível perceber uma tentativa de produzir conhecimento aplicado, combinando a ação pedagógica com a produção acadêmica.

Quando se examinam as fontes financiadoras desses estudos, registra-se a presença do Estado através de instituições de pesquisa como o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) e a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPEMA), no âmbito estadual. Vale destacar que, no ano de 2006, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) abriu uma linha de financiamento de projetos para os denominados grupos étnicos e, dentre os segmentos sociais a serem beneficiados, eram mencionados de maneira explícita as quebradeiras de coco babaçu.

As monografias citadas foram produzidas por alunos do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) da UFMA, que congrega uma equipe multidisciplinar que tem investido na produção de monografias sobre as quebradeiras de coco. Tais trabalhos abordam temas como movimentos sociais, fronteiras, campesinato, educação, dentre outros. A coordenadora do GERUR, Dra. Maristela de Paula Andrade, por sua vez, possui projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ que têm as quebradeiras de coco babaçu como objeto de estudo.

Cataloguei, no ano de 2000, três dissertações de mestrado defendidas no Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. O referido mestrado firmou convênio com entidades representativas como a ASSEMA, e os pesquisadores realizaram trabalho de campo com o apoio dessa entidade, cujos técnicos facilitavam inclusive os contatos dos trabalhadores com os pesquisadores.

Analisando o itinerário desses pesquisadores, observei que, após a conclusão de seus cursos, eles ingressam nas equipes de assessoria dos movimentos sociais. As universidades regionais passam a formar quadros de assessores que contribuem para a elaboração de projetos, avaliação, acompanhamento e implementação de políticas públicas. Simultaneamente, tem-se uma ênfase nas ações pedagógicas, de modo que esses profissionais passam a ministrar cursos de formação para os que integram as formas organizativas. Têm-se assessores dos movimentos sociais que passam a investir na sua formação acadêmica e a refletir, cientificamente, sobre os processos sociais que acompanhavam no âmbito da denominada militância.

Presencia-se uma mudança na forma de abordagem, com estudos produzidos por mediadores que conseguem passar da condição de assessores de associações, cooperativas, entidades de apoio e assistência técnica para aquela de pesquisadores universitários. Esses possuem o acúmulo de conhecimentos de situações localizadas; a visão crítica dos projetos governamentais implementados; e relações sociais que facilitam uma inserção junto aos grupos sociais estudados. O capital militante, tal como definido por Matonti e Poupeau (2005), é canalizado para o universo acadêmico. A noção de "capital militante" tem em

vista chamar a atenção para os aprendizados conferidos pela "militância", sendo esses aprendizados o resultado da adesão a dadas instituições (partidos políticos ou sindicatos). A passagem para essas instituições forneceria um "capital escolar de substituição" (espécie de educação não formal) que lhes assegura certa capacidade de se orientar no espaço político. Isto é, para dar conta dessa capacidade de se orientar, os mecanismos de sua aquisição e incorporação, é que se revela útil a noção de "capital militante" (MATONTI; POUPEAU, 2005).

Falar em "capital militante", para os autores, é insistir sobre uma dimensão do engajamento que o "capital político" não dá conta inteiramente, sendo este tomado como uma forma de capital simbólico, nascido da autoridade reconhecida pelo grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 89). Incorporado sob a forma de técnicas, de disposições para agir, intervir ou simplesmente obedecer, o "capital militante" recobre um conjunto de saberes e de saber-fazer passíveis de serem mobilizados e também de serem "reconvertidos" em outros planos da vida social. Ou seja, essa noção se coloca como uma maneira de analisar a lógica dos investimentos militantes, para a qual as crenças individuais seriam insuficientes.

As pesquisas incidem nas regiões onde é mais forte a presença das "formas organizativas" vinculadas aos movimentos sociais.

Não localizei estudos sobre as extrativistas produzidos a partir dos anos 70, em áreas onde não houvesse a intervenção de políticas governamentais, a presença de agências internacionais e ou a ação organizativa dos movimentos sociais. Essa produção contrasta vivamente com os estudos anteriores, dos "colecionistas" e dos "intervencionistas". Os trabalhos marcam a consolidação dos estudos sobre movimentos sociais e incorporam plenamente a categoria quebradeira de coco babaçu reconhecendo a forma de autodefinição política das extrativistas. Esses deslocamentos na interpretação de fenômenos políticos recentes, longe de corresponderem às situação objetivas, figuram como construções possíveis em contextos de mobilização apoiados em critério de gênero e com raízes locais profundas. (HOBSBAWN, 1995, p. 72).

Esses estudos deslocam o foco de análise do quadro natural e dos critérios biológicos para a análise do papel político das extrativistas, face ao processo de expropriação. Os trabalhos tratam da constituição dos movimentos sociais e das associações e cooperativas. Enfatizam experiências tecnológicas direcionadas ao agro-extrativismo, bem como a garantia dos direitos étnicos e territoriais de identidades coletivas como as quebradeiras de coco babaçu e os quilombolas. A categoria quebradeira de coco passa a ser usada com um certo automatismo de linguagem. É como se ela, por si só, fosse autoexplicativa, nos meandros da força política adquirida pelo MIQCB, e projetada sobre a vida social.

Como explicar essa proliferação de trabalhos científicos sobre as quebradeiras de coco e sua tendência ascensional? É certo que o próprio governo já havia investido em estudos, levantamentos sistemáticos e criado grupos de trabalho sobre a chamada "economia do babaçu". Entretanto, a ampla veiculação

de informações e a produção ampliada de conhecimentos sobre extrativistas responsáveis pela extração das amêndoas de babaçu data dos últimos nove anos. Essa visibilidade coincide com o momento de construção da categoria sociopolítica quebradeira de coco babaçu. Houve um trabalho coletivo de criação de novas categorias associadas ao termo quebradeira de coco e a criação de um quadro institucional que deu suporte à consolidação da luta pela reconceitualização de significados que passaram a vigorar. Ocorreu com essa categoria um processo similar àquele que se deu com o termo agricultura familiar. Ambos foram assumidos por pesquisadores de múltiplas disciplinas e pelas distintas representações políticas. (NEVES, 2007, p.9).

Essas publicações possuem como marca o emprego da categoria quebradeira de coco seguida de atributos positivos conferidos à mobilização e às práticas tradicionais das extrativistas. Os trabalhos que abordam as experiências desenvolvidas por projetos direcionados às "formas organizativas" que congregam as extrativistas não desconsideram, todavia, a relação entre a atividade agrícola e a atividade extrativa (LAGO, 2002; SILVA, 2000). Dependendo das situações escolhidas para análise, aparecem outras categorias como pequeno produtor (SILVA, 2000), trabalhadoras rurais (ANTUNES, 2002), "camponeses" (FIGUEIREDO, 2005; MARTINS, 2000) e outros que explicitam as modalidades de vínculo das mulheres extrativistas com a unidade de produção familiar.

Lago (2000) e Silva (2000), que estudaram as experiências com as roças classificadas como orgânicas[7] e o papel das cooperativas, respectivamente, ressaltam com freqüência a divisão sexual do trabalho e a composição das unidades de produção familiar.

As referências bibliográficas listadas acima, que, conforme vimos, investem em temas que positivam a categoria quebradeira de coco babaçu, são produzidas notadamente por assessores ou ex-assessores dessas "formas organizativas". Os autores possuem relações com os entrevistados, que refletem a confiabilidade adquirida ao longo do trabalho de assessoria. Além disso, verifica-se um capital cultural acumulado ao longo do trabalho político de negociação com as agências internacionais e com órgãos de ação fundiária e demais aparatos do poder público.

O levantamento dos municípios onde foram realizadas as pesquisas aponta para um critério de seleção implícito que orienta as escolhas para os que possuem "formas organizativas" consolidadas e que articulam em diferentes planos organizativos as quebradeiras de coco babaçu. As pesquisas incidem na região que articula o maior número de extrativistas, nos cocais onde se registram as experiências de beneficiamento do babaçu mais exitosas, conhecida como Médio Mearim Maranhense.

---

7 As roças orgânicas são experiências que visam eliminar, com o tempo, a prática da roça queimada. O trabalho nas roças orgânicas é prioritariamente masculino. No caso do trabalho de Silva (2000), os homens também aparecem como tendo um papel fundamental no processo administrativo e gerencial das cooperativas.

Os estudos refletem os meandros da relação pesquisador / ator e as suas implicações para a construção da pesquisa e dos conhecimentos específicos que estão em jogo. Por vezes, essa relação se torna tema da pesquisa, como no caso de Neto (2004). Em outras situações, as pesquisas apresentam um capítulo no qual os autores refletem sobre suas relações com o grupo estudado. (FIGUEIREDO, 2005; SILVA, 2000).

Por vezes, o pesquisador estabelece vínculos com as extrativistas a partir da assessoria a entidades consideradas parceiras das "formas organizativas" ou que financiam algum projeto. É o caso de Antunes (2002), que teve seu primeiro contato com o Brasil através do Projeto de Treinamento de Pós-Graduados da União Européia – Programa Alpha. Tratava-se de um programa de intercâmbio científico coordenado pelo Departamento de Ciências Sociais da Roskilde University, na Dinamarca, e cuja entidade receptora no Brasil foi o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Posteriormente, trabalhou na Actionaid Brasil, que financia projetos da ASSEMA.

Os estudos listados acima levam a um questionamento das formas de classificação das extrativistas e do extrativismo como atividade "primitiva" e relacionada ao atraso, conforme tratavam os estudos de pretensão científica do início do século passado.

A construção da categoria quebradeiras de coco como categoria política contradiz, por si só, a forma de classificação predominante nas interpretações "evolucionistas". A ênfase está em torno do tipo organizacional ou no critério político organizativo, e impõe uma relativização das interpretações que adotam uma classificação linear das sociedades em estágios.

No momento atual, seria necessário repensar as categorias empregadas para classificar as extrativistas. Perdem força explicativa as classificações apoiadas na noção de "primitivos", ou mesmo de termos genéricos como "populações" ou "coletividades", inspiradas no vocabulário dos naturalistas (ALMEIDA, 2006b, p. 9). Da mesma maneira, perdem de vez seu vigor interpretativo os esquemas de análise inspirados no "processo de caboclização".

3.3 Trabalhos reconhecidos por instâncias burocráticas: prêmios e distinções

Os aparatos de estado exercem forte influência na construção de categorias de definição do mundo social e suas formas de reconhecimento são várias. No caso das quebradeiras de coco babaçu, a institucionalização de um prêmio literário sobre "gênero" expressa um modo próprio de os órgãos de ação agrária institucionalizarem os novos critérios de agrupamento social e as pautas de reivindicação dos movimentos sociais.

O critério de gênero deve ser tomado como um conceito criado a partir

da ação das agências de cooperação internacional. Posteriormente, passou a compor o repertório de expressões de comunicação das líderes dos movimentos sociais e a ser uma categoria reconhecida pelo poder público. Tal processo de construção ocorreu com outras categorias, como meio ambiente, comunidade, etnia, sustentabilidade, parceria e outras.

Entender esse processo de construção das categorias é condição necessária para que se possa ter uma visão crítica dos processos sociais, pois tais categorias não devem ser tomadas como dadas e usadas de modo automático.

O objetivo do prêmio Margarida Alves é valorizar o conhecimento de mulheres que tiveram um papel histórico nos processos de luta e preservar a memória das mobilizações. Os dois trabalhos contemplados pelo prêmio Margarida Alves que tratam do extrativismo do babaçu referem-se às formas de mobilização política das quebradeiras de coco e ao cotidiano das mulheres na vida doméstica. Torna-se evidente o reconhecimento oficial da relevância dessa questão para o órgão que define e implementa a política agrária oficial. A premiação se alinha aos demais dispositivos oficiais que tornaram as mulheres extrativistas um objeto das políticas de crédito e das ações fundiárias oficiais. Neste momento, a categoria quebradeira de coco babaçu começa a adquirir traços de auto-evidência, que dispensam as explicações usuais e as definições de quem são ou de que grupo social se trata.

Segue o quadro 6, no qual sistematizei os estudos que focalizam a relação entre o critério gênero e os movimentos sociais, tendo como referência empírica as mulheres extrativistas do babaçu:

Autor / título	Formação	Itinerário	Tema / problema	Agência financiadora	Situação empírica	Período
FIGUEIREDO, Luciene Dias. Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – a luta das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. In: Margarida Alves. II Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Organizadoras: Ellen Woortmann, Adriana L. Lopes, Andréa Butto e Carolina Molina. Brasília, MDA, 2007	Pedagoga	Assessora da ASSEMA por 13 anos; pesquisadora	Análise da atuação dos (as) líderes em seus espaços públicos e domésticos	Sem referência	Médio Mearim Maranhense	2007
ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: Margarida Alves. I Coletânea de Estudos Rurais e Gênero, Brasília, MDA, 2005	Socióloga	Assessoria da Actionaid	A organização política das quebradeiras de coco babaçu	Sem referência	Médio Mearim Maranhense	2005
Autor / título	Formação	Itinerário	Tema / problema	Agência financiadora	Situação empírica	Período

Quadro 6: Trabalhos que ganharam prêmio Margarida Maria Alves, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário

3.4 Trabalhos produzidos no âmbito da assessoria do MIQCB e a globalização dos conflitos

O reconhecimento da categoria quebradeiras de coco babaçu se amplia a partir dos anos 1990, com a ação das entidades de apoio e cooperação internacional que passam a financiar, diretamente, projetos para o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e as associações e cooperativas que lhe são adstritas.

A lógica de intervenção, mais célere que aquela da produção universitária e com objetivos de aplicação bem desenhados, induz essas pesquisas financiadas a serem montadas com apoio em mediadores externos. Assim, esses trabalhos contam, invariavelmente, com a ação mediadora de um pesquisador já vinculado ao movimento e que possui título acadêmico reconhecido, habilitando-o a coordenar o projeto. Bem ilustrativa dessa situação é a pesquisa "Mulher, terra e globalização", coordenada pela antropóloga Noemi Porro.

Há, ainda, pesquisadores que transitam entre cursos universitários e o trabalho continuado de assessoria ou de militância em organizações não-governamentais. Tais pesquisadores possuem um contrato de confiança tacitamente firmado com as mulheres extrativistas.

Devido à presença significativa dessas agências de cooperação internacional, começa a se verificar o que estou designando como "globalização dos conflitos"[8]. Assim como as formas de luta das extrativistas, os conflitos saem de uma dimensão localizada e passam a ser projetados de maneira mais ampliada, ganhando visibilidade, inclusive em outros países. Há estudos produzidos por funcionários dessas agências de financiamento e que são divulgados como uma publicação própria da entidade. É o caso do último artigo da lista, produzido pela War on Want, entidade inglesa que financia os projetos e que tem uma rede de distribuição de publicações na comunidade européia.

Este circuito passa a compor uma face cosmopolita do MIQCB, cujos membros se tornam presença obrigatória em eventos internacionais que discutem a produção extrativa não industrial, que delineiam campanhas contra o desmatamento de florestas tropicais e que preconizam pautas reivindicatórias de movimentos sociais.

---

8 Para Pierre Bourdieu, a globalização possui dois sentidos. Num sentido rigoroso, designaria a unificação do campo econômico mundial ou a extensão desse campo na escala mundial. O outro sentido estaria relacionado a uma polêmica econômica que visa unificar o campo econômico por todo um conjunto de medidas jurídico-políticas destinadas a suprir todos os limites a essa unificação, todos os obstáculos, em sua maioria ligados ao Estado-nação. Esse último sentido da globalização definiria a política neoliberal. Então, tem-se que a globalização não é um fenômeno natural, restrito a leis da técnica econômica; ao contrário, é uma política implementada por agentes e instituições (BOURDIEU, 2001, p. 100-101).

Autor- título	Formação	Itinerário	Tema-problema	Situação empírica	Período
PORRO, Noemi. Povos e da Pueblos da Floresta. URDC	Antropóloga	Assessora da ASSEMA – Pesquisadora - Doutora	Globalização e movimentos sociais	Área de atuação do MIQCB e Cobija (Bolívia)	2004
ANDRADE, Maristela de Paula & DIAS FIGUEIREDO, Luciene. Na lei ou na Marra. 2004. Actionaid Brasil	Antropóloga	Já referida	Leis de babaçu Livre	Mearim	2005
ANDRADE, Maristela de Paula. Mutirões, empates e greves. Divisão sexual do	Antropóloga	Professora da UFMA Pesquisadora	Leis de Livre acesso aos babaçuais	Mearim	2007
Autor- título	Formação	Itinerário	Tema-problema	Situação empírica	Período
trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu no Brasil. Lusotepia, BostonLeider, v.12, n.1-2, p. 175-190 Actionaid Brasil					
WAR ON WANT. Quebradeiras struggle	Publicação da War on Want	-	Criação e luta do MQICB	Área de atuação do MIQCB	2007

Quadro 7: Estudos produzidos com apoio de agências de cooperação técnica internacional

Atualmente, as agências de cooperação técnica que financiam o MIQCB estão localizadas principalmente na Europa, mais precisamente na Inglaterra, Itália e Alemanha. No mapa abaixo, relaciono as agências aos países respectivos:

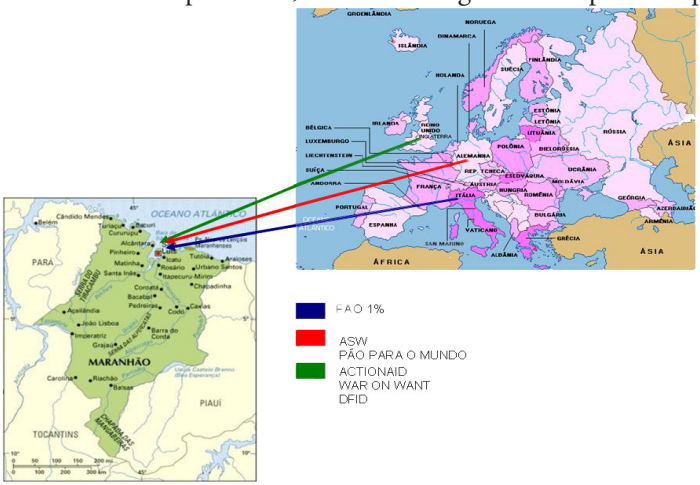


Figura 3: Mapas das agências que financiam o MIQCB

3.5 O Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia: o conhecimento científico redefinido na sua relação com o capital militante

Autor / título	Formação	Tema-problema	Situação empírica	Período
ALMEIDA, Alfredo Wagner. Quebradeiras de coco – identidade e Mobilização	Doutor em Antropologia (Museu Nacional)	Inventário de leis		1989
ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MESQUITA, Benjamin Alvino; ABREU, Helciane de Fátima et al. Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB-GERUR, 2000	Respectivamente: antropólogo; advogado; economista; e socióloga	Movimentos sociais	Área de atuação do MIQCB	1998
ALMEIDA, Alfredo Wagner; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia C. Carvalho. Guerra Ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Balaios Typografia, 2005	Respectivamente: doutor em Antropologia (Museu Nacional); doutor em Direito (UFPR); doutoranda em Antropologia (UFF)	Impactos dos grandes projetos na reprodução das mulheres extrativistas	Área de atuação do MIQCB	2005
SHIRAISHI NETO, Joaquim. Leis do Babaçu Livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: PPGSCA-UFAM / Fundação Ford, 2006. 77p.	Doutor em Direito (UFPR)	Inventário e análise das leis de babaçu livre	Área de atuação do MIQCB	
MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MENDES, Ana Carolina. Quebradeiras de coco babaçu do Mearim. Fundação Ford, 2006	Respectivamente: doutoranda em Antropologia (UFF); doutor em Antropologia (Museu Nacional); doutor em Direito (UFPR); socióloga, assessora MIQCB	Conflitos sociais no Mearim Maranhense	Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Igarapé Grande	2006
MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MENDES, Ana Carolina. Quebradeiras de coco babaçu do Piauí. Fundação Ford, 2006	Respectivamente: doutoranda em Antropologia (UFF); doutor em Antropologia (Museu Nacional); doutor em Direito (UFPR); socióloga, assessora MIQCB	Conflitos sociais no Piauí	Esperantina, J. Marques (PI)	2006

MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MENDES, Ana Carolina. Quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense. Fundação Ford, 2006	Respectivamente: doutoranda em Antropologia (UFF); doutor em Antropologia (Museu Nacional); doutor em Direito (UFPR); socióloga, assessora MIQCB	Conflitos sociais na Baixada Maranhense	Viana, Penalva (MA)	2006
Autor / título	**Formação**	**Tema-problema**	**Situação empírica**	**Período**
MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MENDES, Ana Carolina. Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz, Fundação Ford, 2006	Respectivamente: doutoranda em Antropologia (UFF); doutor em Antropologia (Museu Nacional); doutor em Direito (UFPR); socióloga, assessora MIQCB	Conflitos sociais em Imperatriz	Imperatriz (MA)	2006
MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MENDES, Ana Carolina. Quebradeiras de coco babaçu do Pará. Fundação Ford, 2006	Respectivamente: doutoranda em Antropologia (UFF); doutor em Antropologia (Museu Nacional); doutor em Direito (UFPR); socióloga, assessora MIQCB	Conflitos sociais no Pará	São Domingos do Araguaia	2006
MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MENDES, Ana Carolina. Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins. Fundação Ford, 2006	Respectivamente: doutoranda em Antropologia (UFF); doutor em Antropologia (Museu Nacional); doutor em Direito (UFPR); socióloga, assessora MIQCB	Conflitos sociais no Tocantins	São Miguel, Augustinópolis (TO)	2005
SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia. Quebradeiras de coco babaçu do quilombo Enseada da Mata	Respectivamente: doutor em Direito (UFPR); doutoranda em Antropologia (UFF)	Conflitos sociais na Baixada Maranhense	Penalva (MA)	2007

Quadro 8: Estudos sobre o extrativismo do babaçu produzidos no âmbito do PNCSA.

Outra vertente de produção intelectual sobre as relações sociais no extrativismo do babaçu refere-se às pesquisas elaboradas a partir da demanda de representantes das associações e cooperativas, visando à construção de um conhecimento específico. Para tanto, incorporam no trabalho de pesquisa as próprias mulheres extrativistas. Nessas pesquisas, as extrativistas se colocam como "sujeitos de conhecimento", ao invés de "objetos de estudo". Tal posição, além de dispô-las como "sujeitos de direito", cria condições de possibilidade para capacitá-las como assistentes nos trabalhos de campo, na marcação de pontos através de GPS para a montagem de mapas e nas demais etapas do processo de obtenção de dados, bem como na realização de entrevistas, coleta de músicas e produção de vídeos. O resultado mais marcante dessa modalidade de pesquisa são os estudos produzidos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, realizado pela PPGSCA-UFAM, financiado pela Fundação Ford e coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner. Nesse caso, os estudos são produzidos por solicitação dos (as) líderes e o conteúdo da produção obedece aos critérios de elaboração discutidos com as próprias extrativistas.

A primeira experiência no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia foi a produção do livro "Guerra ecológica nos babaçuais", que catalogou e analisou as diferentes iniciativas de implantação de grandes projetos na região ecológica dos babaçuais e levantou o alcance das devastações ocorridas em 2004-2005, bem como as violências praticadas contra famílias que se dedicam à agricultura e ao extrativismo. Registrou ainda as tentativas de intimidação dos processos de mobilização. Esse livro subsidiou inclusive a campanha do MIQCB contra as derrubadas de palmeiras, contra a venda do coco inteiro, lançada em 2005, na cidade de Teresina (PI).

A metodologia adotada centra-se em trabalhos de campo com acompanhamento direto dos líderes, que viajam com os pesquisadores e elencam as situações que devem ser analisadas e incluídas nos mapas. O material cartográfico é composto exclusivamente do que é considerado relevante pelos agentes sociais. As representações dos conflitos sociais são transpostas para os croquis. Em seguida, é realizada uma oficina, na qual pesquisadores e líderes discutem como elaborar os fascículos que sistematizam os resultados.

Além desse livro, o projeto já investiu na elaboração de sete fascículos com o tema extrativismo do babaçu, tal como representado pelas quebradeiras de coco. Os fascículos são lançados nas próprias localidades pesquisadas, e nesses lançamentos são convidadas autoridades municipais, políticos, professores e pesquisadores. Nos lançamentos, são as quebradeiras de coco que falam sobre os fascículos e os livros, assumindo de maneira pública a co-autoria. Em seguida, os fascículos são distribuídos nos povoados, nas sedes municipais e nas bibliotecas.

As cerimônias de lançamento têm se constituído em momentos de articulação entre diferentes "formas organizativas": associações, cooperativas e clubes de mães. As autodesignadas quebradeiras de coco babaçu possuem,

além disso, múltiplos pertencimentos, ou seja, participam de várias formas organizativas ao mesmo tempo, situação em que se autodenominam, simultaneamente, quebradeiras quilombolas ou quebradeiras pescadoras. Os lançamentos são momentos de ampliação e consolidação dessa rede de formas organizativas e dessas identidades múltiplas. O último fascículo escrito, intitulado "Quebradeiras de coco babaçu do quilombo Enseada da Mata", já demonstra a existência desses múltiplos pertencimentos. Assim, as formas de autodesignação estão incorporando, ao lado da categoria quebradeira de coco, outras categorias, como quilombolas, ribeirinhas, pescadoras e sem-terra.

CAPÍTULO 4: UMA REFLEXÃO SOBRE O MEU ITINERÁRIO INTELECTUAL: DE ASSESSORA A PESQUISADORA

As etnografias recentes – ou, mais exatamente, desde 1922, com B. Malinowski (1978) – têm oscilado entre destinar um capítulo à descrição da interação do pesquisador com o grupo estudado ou, ao contrário, fazer referência a essas interações ao longo da análise. Esse procedimento, longe de apontar para uma mera formalidade metodológica, orienta a própria compreensão do tipo de interpretação a ser empreendida. Essa inserção do pesquisador, quando explicitada, faz parte da própria análise e, no meu caso, ajuda na compreensão das vicissitudes do objeto de estudo. Não são somente os etnólogos que têm procedido à consideração do lugar do pesquisador na obtenção de informações. Os estudos sociológicos que buscam imprimir uma nova modalidade de análise, centrada na reflexividade, ressaltam igualmente o princípio de considerar o lugar da fala do pesquisador.

Há autores que ressaltam a necessidade de considerar os aspectos aparentemente irrelevantes do trabalho de campo, como a forma de apresentação do pesquisador ao grupo estudado (BOURDIEU, 1989, p. 31). Mais que isso, trata-se de considerar que o pensamento é sempre relacional, e que, portanto, não existem dados objetivos e apartados da forma como se teve acesso a eles, ou melhor, como foram construídos. Essa trajetória do pesquisador é sempre singular e marcada por diferentes posições, que nem sempre estão referidas apenas ao momento da realização da pesquisa em si.

Procuro mostrar, neste capítulo, como o trabalho foi construído, e não simplesmente apresentá-lo num estado acabado, como se fosse possível pensá-lo de forma "realista" ou como se fosse possível retirar dos dados uma objetividade impossível de ser questionada. O processo de construção dos dados perpassa todo o trabalho de pesquisa e, sobretudo, os procedimentos adotados no trabalho de campo, assim como a própria descrição das práticas dos informantes focalizados. Minha trajetória se constitui em objeto de reflexão, em função de me perceber vinculada ao que caracterizo, nesta tese, como o terceiro grupo de intelectuais: aqueles que refletem sobre suas práticas de pesquisa associando sua competência científica às formas de mobilização das famílias extrativistas e que passam a incorporar, nos seus estudos, as modalidades de autodefinição e de representação das próprias extrativistas. Realizei trabalho de campo e produzi concomitantemente aos trabalhos desta tese, seis fascículos, no âmbito do PNCSA, sobre as quebradeiras de coco babaçu, um fascículo sobre as quebradeiras de coco babaçu quilombolas.

Há diversas clivagens geográficas e temporalidades que marcam o trabalho de pesquisa ora apresentado. De um ponto de vista, elas podem ser

divididas da seguinte forma: atividade como assessora do MIQCB (2002-2003), atividade como pesquisadora do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2005-2008) e trabalho de campo nos povoados de Ludovico, município de Lago do Junco, e Enseada da Mata, município de Penalva. Na primeira situação, na condição de neófita, mantive interações com as mulheres que se autodenominam quebradeiras de coco babaçu, mediadoras das "formas organizativas", e tomei suas representações como absolutas. Não tomei a categoria quebradeira de coco como construída, e sim como dada. Num segundo momento, durante a realização da pesquisa sobre a devastação e venda do coco inteiro, estive num momento de liminaridade. O trabalho de campo para a construção de um livro que orientasse a campanha contra devastação e a venda do coco inteiro parecia insuficiente para a construção de uma tese do doutorado em antropologia. As exigências do programa de pós-graduação em antropologia eram outras e considero que ainda não tinha realizado a passagem para a condição de pesquisadora, no sentido mais amplo do termo.

Somente na última fase, marcada por uma vivência junto às famílias extrativistas e com a permanência por dias seguidos em seus povoados, consegui ampliar as possibilidades de análise e perceber os elementos de minha propriedade de posição. Eu estava diante de quebradeiras de coco que possuíam famílias e que passaram por um processo de formação que garantiu a elas a elaboração de discursos e práticas que as diferenciavam das demais extrativistas. Somente o trabalho de campo com técnicas de observação direta, levantamentos sistemáticos e observação do funcionamento das unidades de produção familiar e das contradições vividas no dia-a-dia, permitiram-me um maior aprofundamento. Somente na última fase do trabalho de campo, quando as leituras estavam mais adiantadas, pude perceber as diferenciações internas, os conflitos entre as que estão dentro e as que estão fora das "formas organizativas".

Nas etnografias consideradas clássicas, o antropólogo aparece, à primeira vista, como alguém de fora, completamente diferente dos seus informantes e sem a menor familiaridade com o grupo que pretende estudar. Ele precisa se familiarizar com aquele universo, desvendar as práticas e interpretar os signos que parecem ininteligíveis durante boa parte da realização do trabalho. No meu caso, a minha dificuldade inicial estava justamente em separar as categorias do grupo estudado e as categorias analíticas. A aparente proximidade vivenciada no período que trabalhei como assessora do MIQCB proporcionava poucos elementos para uma postura analítica. Essa suposta proximidade proporcionou uma "ilusão de conhecimento", da qual tive dificuldade para me desvencilhar, ao longo desses quatro anos de construção desta tese. Os contatos iniciais com as mulheres do movimento obscureceram aspectos de suas vidas "em carne e osso" (MALINOWSKI, 1978, p. 27). Permaneci presa à rede de relações dos mediadores e líderes durante mais de dois anos da pesquisa e, confesso, foi difícil o distanciamento. O envolvimento com a luta política das famílias e o interesse

no investimento de ações concretas dificultavam o estabelecimento de uma postura analítica. Essa dificuldade aparece descrita em outros estudos, quando os pesquisadores descrevem a passagem da condição de pessoas envolvidas com as práticas políticas dos grupos para a condição de pesquisadores com uma postura crítica (SANTOS, 1981, p. 43-45).

A minha experiência efetiva na assessoria do MIQCB ocorreu no período de agosto de 2002 a agosto de 2003. Quando iniciei a atividade de assessoria ao MIQCB, esse movimento funcionava numa pequena sala no próprio campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Essa sala havia sido cedida, administrativamente, em função de alguns professores da UFMA realizarem pesquisas junto a esse grupo social. Esses pesquisadores acadêmicos possuíam um grupo de estudos chamado Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR), coordenado pela professora Dra. Maristela de Paula Andrade e que funcionava ao lado da sala do MIQCB. Essa proximidade física dos espaços é representativa da proximidade que havia entre os intelectuais e os líderes.

Durante esse ano que permaneci na assessoria do referido movimento, estabeleci contato com diferentes agências de cooperação internacional que negociavam apoio técnico a partir do financiamento dos denominados projetos ao MIQCB[1]. Para além das relações locais, esses projetos propiciaram um certo cosmopolitismo ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Nesse sentido, foram oferecidos ao MIQCB cursos por profissionais de diferentes formações acadêmicas. Amplia-se o campo da mediação com a inserção de profissionais que passam a atuar na assessoria. Os líderes do MIQCB passam a viajar para outros estados e países a fim de apresentarem o andamento desses projetos. E, nas suas próprias interpretações, "aprendem de outra forma o que já sabiam". Ou, como me disse dona Moça: nós já trabalhávamos com meio ambiente e preservação, e, a partir do momento que passamos a viajar aprendemos a dizer o que é ecologia (Sebastiana Ferreira Costa e Silva, E- nº 09).

Pude perceber que a relação das extrativistas ligadas ao MIQCB com as agências financiadoras e de cooperação técnico-científica é marcada pela incorporação de categorias externas ao grupo, como as noções de "gênero", "etnia", "pobreza" e "comunidade", dentre outras. Há uma preocupação das líderes do

1 Dentre elas, caberia citar: a "Pão para o Mundo", uma ONG alemã ligada à igreja protestante, que financiou um projeto para fortalecimento institucional no valor de 100 mil reais; a ASW, ONG também alemã de menor porte que a PPM, que funciona a partir de doações da sociedade civil e apoiou um projeto de articulação entre as mulheres quebradeiras de coco do Mearim e aquelas da Baixada Maranhense; a FAO, que financiou a compra de três forrageiras em Palestina, Vila São José e Vila Santana, no Pará. Esse projeto funciona a partir da doação de 1% do salário dos funcionários da FAO, que se solidarizam com a situação dos países considerados pobres. Caberia citar ainda o projeto "Terra e Globalização", financiado pelo IRDC, do Canadá, que permitiu a articulação das quebradeiras de coco babaçu com as castanheiras da Bolívia e do Peru, mais recentemente um projeto financiado pela União Européia e apresentado pela Actionaid e pela War on Want, organizações não-governamentais inglesas.

MIQCB em não reduzir a atuação das "formas organizativas" às exigências de financiamento de projetos. Há um processo de negociação contínuo dessas líderes com representantes dessas agências. Apesar da imposição de temas e categorias, tais projetos permitem, em alguns municípios, certa autonomia em relação à aquisição de equipamentos e à viabilização de uma tecnologia que denominam socialmente apropriada.

A partir de tecnologias simples, metalúrgicos locais construíam equipamentos apropriados para o processo de beneficiamento do coco babaçu, em diálogo direto com as extrativistas, ajustando tais máquinas às suas necessidades técnicas. Vale ressaltar que esses projetos não eliminavam a quebra manual do coco babaçu. Esse processo de negociação, que permite certa adequação do equipamento às condições locais, não significa a inexistência de problemas. Ao contrário, observei que muitos são os dilemas vividos para manter tais experiências em andamento. A constante falta de energia elétrica, a não viabilização de energia trifásica, a quebra de equipamentos, a dificuldade em atender uma encomenda nos períodos de maior exigência nas áreas de plantio, como, por exemplo, na colheita ou panha do arroz, constituem obstáculos. Apesar disso, as extrativistas ligadas às "formas organizativas" possuem uma avaliação positiva desses projetos. Nas suas palavras, antes do conflito queriam comprar um jumento, após o conflito, compraram bicicletas e hoje o ideal é uma motocicleta (Diolinda Reis, E – nº 12).

Nesse período, de agosto de 2002 a agosto de 2003, realizei viagens nas quais pude observar as experiências tecnológicas desenvolvidas por diferentes cooperativas e associações, viabilizadas por projetos governamentais e fundamentadas na implantação das denominadas máquinas de quebrar coco. As visitas sucessivas e observações diretas das experiências de máquinas de quebrar coco mostraram claramente que essa inovação tecnológica atendia mais a interesses empresariais de um mercado de máquinas, do que propriamente aos interesses das extrativistas. As máquinas estavam paradas, enferrujando e sem nenhuma utilização.

Em contrapartida, quando viajei para os povoados onde os equipamentos haviam sido viabilizados a partir de "formas organizativas", percebi que as líderes incorporavam aos seus discursos as categorias de "preservação ambiental", "luta contra o latifúndio", "não uso de agrotóxico" e "modificação nas relações de gênero". Nesse período inicial, não percebia o processo de construção desses discursos. Como eles eram proferidos em prol de uma causa que me parecia justa, tendia a tomá-los como dados. Estava tomada por uma "militância" que dificultava o desabrochar da antropóloga. Ou melhor, estava num momento liminar, não era nem "militante", nem antropóloga.

Outro momento de percepção acurada se deu a partir de conversas informais, nos chamados encontros[2]. Há diferentes modalidades de encontros,

2 Segundo Almeida, o significado de encontro, no léxico dos movimentos sociais, corresponde a um mecanismo de decisão, equivalente a uma assembléia, a uma reunião deliberativa ou a uma

e através deles pude perceber as diferentes redes sociais das quais as quebradeiras de coco participam. Assim, há as "assembléias", que são momentos de eleição das coordenadoras, marcados pela presença das denominadas sócias. Há os "lançamentos de campanha", quando as fronteiras se alargam e há a participação de sócios, não sócios, representantes dos poderes públicos nos níveis municipal, estadual e federal, pesquisadores e simpatizantes. Participei ainda dos chamados "fóruns", como o Fórum Social Mundial, ocorrido no ano de 2000 em Porto Alegre. Todos esses foram momentos de visibilidade do movimento e de articulação com possíveis agentes financiadores. Ou dos encontros de intercâmbio, como o ocorrido em Cobija, na Bolívia, no qual as quebradeiras de coco organizadas no MIQCB, trocaram experiências com as castanheiras da Bolívia. Nesses encontros, torna-se praticamente impossível gravar entrevistas, já que as participantes se encontram com o tempo preenchido pelas muitas atividades. São oportunidades ímpares para se perceber os campos de disputa interna, em que se atualizam as diferenciações econômicas e políticas intrínsecas ao movimento social, no caso, o MIQCB.

O convite para participar de uma pesquisa que subsidiaria uma campanha contra a devastação e venda do coco inteiro na região ecológica dos babaçuais, financiada pelo MIQCB, viabilizou meu retorno ao campo. A pesquisa foi realizada a partir de uma parceria do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Passei, desde então, a ser pesquisadora do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (UFAM-FORD), financiado pela fundação Ford, sob a coordenação do antropólogo Alfredo Wagner. No trabalho de equipe, privilegiamos a construção de mapas elaborados com as informações que os próprios informantes achavam relevantes de serem explicitadas. As representantes das "formas organizativas" viajavam conosco e participavam diretamente da elaboração dos mapas, a partir da realização das oficinas – espaços interativos do nosso saber com o saber prático dos agentes sociais. Estive em campo, juntamente com o advogado Dr. Joaquim Shiraishi Neto, entre os dias 11 e 25 de março[3] e entre os dias 11 e 16 de abril[4] de 2005. Entre os dias 15 e 17 de junho,

---

consulta realizada pela coordenação junto àqueles que são por ela representados. Esse termo ganhou força a partir de 1985, quando se manifestam os primeiros indícios de uma crise na mediação exercida pelo movimento sindical, cujas decisões principais eram tomadas em assembléias das quais participavam exclusivamente os sócios quites, obrigatoriamente referidos a uma mesma base territorial. A participação nos denominados "encontros" mostra-se mais flexível, adotando critérios de participação coadunados com a situação de conflito diretamente referida (ALMEIDA, 2006a, p. 19).

3 Na ocasião, percorremos os municípios de Imperatriz e Cidelândia, no Maranhão; os municípios de São Miguel, Sítio Novo, Axixá e Praia Norte, no Tocantins; e os municípios de São Domingos do Araguaia, Brejo Grande e Palestina, no Pará.

4 Nesse período, estive em Esperantina, Campo Largo, Nossa Senhora dos Remédios e Joca Marques, no Piauí; percorri, na região do Vale do Mearim, os municípios de Capinzal do Norte, Pedreiras, Trezidela do Vale, São Luís Gonzaga, Lago do Junco, Igarapé Grande, Bernardo do

retornei a Imperatriz e Açailândia e complementei informações junto aos órgãos governamentais para a pesquisa. Realizei, ao final do trabalho de campo, uma oficina com representantes de todos os regionais do MIQCB, objetivando uma visão de conjunto e de contraste de uns face aos outros.

Esse trabalho de campo ocorreu em pleno "inverno", período chuvoso no qual as atividades empresariais relacionadas à derrubada, à cata do coco, ao corte do cacho e à feitura do carvão da casca ou do coco inteiro são menos intensas. Nessa etapa do campo, centrei minhas observações nos impactos das atividades empresariais sobre a reprodução das famílias extrativistas. Incluem-se, nesses projetos empresariais, a ação das siderurgias, a dos plantios homogêneos de soja e eucalipto e a de indústrias de produção de óleo do babaçu para exportação. Ademais, constatei que as práticas que encetam uma devastação estão se intensificando de forma crescente e de maneira difusa e aparentemente incontrolada.

A pesquisa me possibilitou conhecer aspectos que até então ignorava em relação ao extrativismo do babaçu, principalmente no que diz respeito à pressão que as extrativistas estão sofrendo face aos projetos empresariais. Percebi claramente as lógicas diferenciadas do grande proprietário e das famílias que se dedicam à agricultura e ao extrativismo. Pude relativizar a visão dos "colecionistas", que apostavam na inferioridade dessas sociedades. Pude ainda, posteriormente, ler com olhos críticos as referências bibliográficas produzidas sobre a "economia do babaçu". Portanto, o trabalho de campo possibilitou perceber que a proposta de intervenção dos autores que designei como "intervencionistas" beneficiava somente os grupos empresariais. Para as famílias, esses projetos significavam a desapropriação e a expropriação dos meios de produção, inclusive da terra. Esse trabalho de campo ajudou na análise da estruturação do campo intelectual referido a meu objeto de estudo. Pude perceber os deslocamentos nas categorias analíticas designativas dos agentes sociais e entender, inclusive, um pouco mais sobre a minha própria produção intelectual e a do projeto de pesquisa no qual estava inserida.

Entretanto, durante essa etapa de campo, pude conhecer de maneira mais direta a situação das mulheres extrativistas que não possuem vínculos com "formas organizativas". Convivi com as sem-terra que vivem na periferia da sede dos municípios. Essas quebram coco num sistema conhecido como barracão: vendem as amêndoas por R$ 0,50 e entregam todas as cascas de graça ao intermediário, que fornece carvão para as siderúrgicas. Geralmente possui um caminhão, arrenda uma área de fazenda, recolhe o coco e o transporta para o barracão, onde as mulheres trabalham na quebra, extraindo a amêndoa. Essa pesquisa me permitiu, ainda, percorrer quase toda região ecológica dos babaçuais.

Na consecução das relações de pesquisa, no âmbito desse projeto, as representações regionais da coordenação do Movimento Interestadual das

---

Mearim e Esperantinópolis; na região da Baixada Maranhense, estivemos em Penalva e Viana, passando rapidamente por Cajari.

Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) se articulavam previamente para receber a equipe de pesquisadores e designar uma ou mais coordenadoras e militantes para acompanhar o trabalho de campo. A primeira conversa ocorria nas próprias secretarias regionais do MIQCB[5], com a presença das assessoras e coordenadoras, que sugeriam quais as associações locais de contato e quais os povoados onde poderíamos observar in loco as situações a serem contempladas na pesquisa. Conhecia quase todas as nossas informantes e, em algumas situações, tive oportunidade de reencontrá-las em circunstâncias diferentes, na execução dos seus trabalhos cotidianos, nas lides de cultivo nas chamadas roças, na quebra de coco ou mesmo nas atividades de articulação política.

No decorrer do trabalho de campo, defrontei-me com situações ignoradas pelos órgãos governamentais responsáveis. A que mais me chamou a atenção concerne às transformações no processo produtivo, com a organização da produção por empreendedores industriais e, em correspondência, a figura dos chamados catadores de coco. Estes são trabalhadores aliciados por interesses das carvoarias e usinas de ferro gusa e de óleos vegetais para o desempenho de tarefas remuneradas por produção. Trata-se de atividades eventuais de coletar o coco inteiro e transportá-lo para os fornos. Tais tarefas são executadas em condições análogas às do trabalho escravo: os trabalhadores passam dias arranchados nos cocais, sobrevivendo em abrigos precários e em condições extremamente desfavoráveis e sem nenhum direito trabalhista assegurado. Imobilizados por dívidas e adiantamentos, tais trabalhadores não têm como resistir a seus contratantes e acabam imobilizados, aceitando toda sorte de imposições e constrangimentos.

As entrevistadas, associadas a diferentes "formas organizativas" e se auto-classificando como politicamente autônomas, possuem as informações mais detalhadas e um estoque de conhecimentos acumulado sobre as questões que envolvem o extrativismo do babaçu[6]. Para bem ilustrar isso, durante a etapa do trabalho de campo, realizei um levantamento detalhado das diversas iniciativas tecnológicas implementadas nos povoados percorridos durante a pesquisa e montei quadros ilustrativos dessas várias situações (ANEXO II).

O trabalho de campo citado acima resultou no livro e no mapa intitulados "Guerra ecológica nos babaçuais"[7]. Apesar de o meu olhar estar voltado, nessa pesquisa, para situações como a devastação ambiental, os impactos dos grandes projetos, as territorialidades específicas constituídas por diferentes grupos sociais,

---

5 O MIQCB possui secretarias nos seguintes municípios: Imperatriz, Viana e Pedreiras (MA); São Miguel (TO); São Domingos do Araguaia (PA); e Esperantina (PI).

6 As informantes sabem sobre as situações de derrubadas, envenenamento de pindovas, a intoxicação de trabalhadores eventuais que lidam com agrotóxicos, a venda do coco inteiro, o corte do cacho, a venda indiscriminada das cascas de carvão, as cercas elétricas para impedir a entrada das quebradeiras e sobre projetos governamentais implantados.

7 Livro publicado em co-autoria com o professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida e Joaquim Shiraishi Neto.

esse levantamento representou a oportunidade de obter uma visão geral dos processos sociais em andamento.

Após a publicação do livro, retornei ao campo no momento do lançamento do material produzido no âmbito da campanha[8]. Participei, no dia 25 de outubro de 2005, do lançamento interestadual em Teresina (PI). Participei, ainda: da oficina da Baixada, ocorrida em Penalva (MA), no dia 18 de novembro de 2005; da oficina de Imperatriz (MA), em três de março de 2006. Apresentei o livro "Guerra ecológica dos babaçuais" na oficina de mapas do Tocantins, ocorrida em São Miguel (TO) e na oficina do Mearim, ocorrida em Lima Campos (MA), ambas no mês de dezembro de 2005. Esses momentos eram de apresentação do material e de discussão com as quebradeiras de coco, que também incorporavam a seus discursos algumas categorias analíticas que havíamos introduzido no livro, como o termo ambientalização dos conflitos (LOPES et al, 2004, p. 17). Ocorria uma troca de informações e de saberes que recompensava o sacrifício de permanecer tantos dias longe de casa. Eu saía das reuniões com muitos papéis escritos pelas extrativistas sobre novas áreas de conflitos e situações que ainda não haviam sido incorporadas nos fascículos e livros.

Realizei entrevistas, procedi a anotações sistemáticas de conversas informais que mantive com assessores e extrativistas. Percebi que cada um dos entrevistados detém uma modalidade de conhecimento. Os assessores sabem mais sobre aspectos formais: quais entidades financiaram os projetos, qual o montante em recursos financeiros, quando o projeto terminaria e demais informações burocrático-administrativas. Os que trabalham nas unidades sabem mais sobre o processo de trabalho em si. Senti extrema dificuldade no momento das entrevistas, porque as entrevistadas achavam que eu já sabia das situações que elas me relatariam. Nessa etapa da pesquisa, não me sentia militante e muito menos pesquisadora, entretanto era vista como "parte" da mobilização.

O lançamento da campanha e dos fascículos regionais mobilizava as sedes municipais e contou com a participação de pessoas que vinham de povoados distantes, além de professores, vereadores, representantes de organizações não-governamentais de outros estados e poder público. Observei o valor atribuído às integrantes dessas "formas organizativas" e à publicização das situações reivindicadas. Nos lançamentos nos municípios de Penalva e Lima Campos (MA) ocorreram passeatas pelas ruas das cidades. Os participantes levavam faixas e cartazes contra a devastação dos babaçuais, dos juçarais e pelo livre acesso às áreas de babaçuais. Nesses dois municípios, o debate se concentrou na lei municipal de livre acesso aos babaçuais e houve a participação de autoridades como prefeitos e vereadores.

A permanência por vários dias numa mesma localidade ocorreu na última

8 Esse material incluiu ainda seis fascículos que elaboramos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Trata-se dos números de 1 a 6 da série Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos.

etapa do trabalho de campo. Nessas situações, permaneci hospedada nas casas das famílias, participando do seu cotidiano, morando com elas. Entre os dias 14 e 25 de julho de 2006, viajei para Penalva (MA), retornando entre os dias 18 e 21 de março de 2007. Entre os dias 28 de março e 10 de abril de 2007, estive em Ludovico, município de Lago do Junco (MA). Eu já havia viajado para esse povoado entre os dias 24 a 29 de janeiro de 2005, durante a primeira viagem de campo que realizei. Na ocasião, estive ainda nos municípios de Pedreiras, Esperantinópolis, Lago dos Rodrigues e Lago do Junco. Observei as experiências tecnológicas desenvolvidas por duas cooperativas de trabalhadores rurais: a Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis e a Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas Lago do Junco. Ambas foram criadas na década de 1980, com financiamento de agências multilaterais de cooperação internacional.

Observei também a experiência de fabricação de sabonete de babaçu localizada no município de Lago do Junco, mais precisamente no povoado de Ludovico, e implementada por uma associação de mulheres conhecida como Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR). Nas duas localidades em que permaneci por um tempo prolongado, fiquei hospedada em casas de líderes que foram eleitas no último pleito municipal como vereadoras quebradeiras de coco. Não havia como ficar hospedada em casas que não fossem indicadas pelas mediadoras, em função das relações de pesquisa já estabelecidas com elas. Na representação das lideranças do MIQCB, as vereadoras possuem uma condição financeira melhor e, portanto, casas mais propícias a receber uma pesquisadora.

O acesso a outras facções, ou seja, aquelas mais vinculadas à mobilização, ocorreu a partir de um esforço meu em romper com as pré-noções. As líderes achavam que eu deveria conversar somente com pessoas do movimento, porque sabiam mais sobre as lutas e estavam mais conscientes das situações. Expliquei que gostaria de conversar também com pessoas que não fossem vinculadas a associações, cooperativas e demais "formas organizativas". Há diferenciações internas entre as extrativistas que pertencem às "formas organizativas" e as que não pertencem. Em Ludovico, por exemplo, percebi que as líderes têm a terra garantida, enquanto as demais famílias pagam arrendamento.

Pude, nesses quinze dias em que fiquei no povoado, conhecer um pouco o dia-a-dia das famílias e obter informações sobre o seu cotidiano. Confirmei o suposto de que as famílias conciliam o trabalho agrícola com o extrativismo do coco babaçu. As famílias de Bairro Novo, por exemplo, todos os dias atravessam o Lago de Penalva com seus instrumentos para trabalhar nos denominados roçados. Identifiquei que o período da safra corresponde aos meses com menores índices pluviométricos – entre junho e novembro – exatamente quando o trabalho nos roçados é menos intenso. Colhem o arroz em maio e iniciam o preparo do terreno para o plantio no mês de novembro. No inverno (dezembro a maio), a atividade de coleta e quebra do coco é menos intensa. Segundo as informantes, torna-

se difícil adentrar a mata para coletar o coco babaçu. Algumas famílias colhem coco no verão, transportam-no e amontoam, geralmente, no fundo do quintal, a fim de quebrar no inverno. Esse coco, classificado como coco encharcado, é considerado ruim para quebrar. Dona Nice, por ser solteira, paga trabalhadores para realizar todo o serviço da roça. Segundo ela, sua roça é pequena, porque recebe como vereadora.

A família de seu Hildo e Dona Alaídes, em cuja casa fiquei hospedada, também paga trabalhadores nos diferentes momentos do ciclo agrícola. Eles permanecem muito ocupados com os trabalhos no movimento e no trabalho político. Os filhos homens possuem empregos fora do povoado.

As extrativistas inseridas em "formas organizativas" possuem, ademais, uma representação mais homogênea em relação às categorias de entendimento (DURKHEIM, 1976, p. 9). Elas questionam as máquinas de quebrar coco, reivindicam um saber que lhes seria específico e defendem a quebra manual. São mulheres que viajam, fazem cursos, falam em ecologia e questionam as políticas governamentais. Inclusive a crítica que elaboram em relação às máquinas de quebrar coco está relacionada ao próprio questionamento que fazem dos projetos governamentais. Isso porque esses projetos que investem em máquinas de quebrar coco são implementados por programas de governo e, na maioria dos casos, são um fracasso.

Foi em Ludovico e depois em Penalva que os aspectos cotidianos das famílias vieram à tona com mais evidência. Presenciei a dificuldade em conciliar a posição de líder das "formas organizativas" com as exigências familiares; as dificuldades em manter as áreas de plantio; em administrar os conflitos internos e, inclusive, em algumas situações, de aceitação pelos familiares e amigos dessas líderes de seus discursos sobre gênero. O papel do homem na unidade de produção, obscurecido até então no discurso militante, passou a ser mais ressaltado após essas etapas de campo. Percebi que os homens participam inclusive da atividade extrativa. Os homens quebram coco no período da entressafra. Coletam o coco e o transportam num jumento ou num cofo para o quintal da casa. Aí então a mulher procede à quebra. Esse aprofundamento na divisão sexual do trabalho extrativo e na compreensão das relações sociais ajudou muito na percepção dos limites de análise condicionados ao contato somente com as líderes.

Pude também entender a racionalidade social dessas famílias e o papel dos intelectuais que designei como específicos na defesa dessa racionalidade. As informantes possuem, em alguns casos, relações de amizade com esses pesquisadores. Elas me mostravam fotos de quando eles eram mais novos, mostravam os livros que ganharam e, no caso da produção da Nova Cartografia Social da Amazônia, apresentavam os fascículos e livros como tendo sido produzido por elas. "Esse é o nosso livro, que nós escrevemos" – ouvi essa frase em vários momentos do trabalho de campo em relação aos fascículos. Essa maneira de representar abriu possibilidades para repensar a relação entre a pesquisadora e os

entrevistados, evidenciando que as relações de pesquisa pressupõem um contato eivado em exigências tácitas, como um "contrato de confiança" (BOURDIEU, 2003, p. 9), que se expressa no produto final da pesquisa.

PARTE II: AS LUTAS POLÍTICAS, PRÁTICAS TRADICIONAIS E TECNOLOGIA

A partir dos anos 1990, as extrativistas passam a se organizar em torno do reconhecimento de suas práticas tradicionais e lutar pela manutenção de seus modos específicos de vida. Essas práticas tradicionais passam a ser reconhecidas como possuindo um valor simbólico que ultrapassa a dimensão meramente econômica. É nesse momento que a categoria quebradeira de coco babaçu passa a ser uma categoria política de autodesignação com visibilidade no campo intelectual.

A luta das quebradeiras de coco babaçu centra-se no reconhecimento da racionalidade social das famílias e na relativização da concepção segundo a qual a economia do babaçu deve se inserir, necessariamente, num circuito mais amplo do mercado de bens de consumo com valores de troca definidos.

Para as famílias que sobrevivem do coco babaçu, o valor dos subprodutos está relacionado à possibilidade de manutenção da unidade familiar. Há situações em que a finalidade das ações não é propriamente econômica. Nesses casos, o econômico representa somente uma face de um todo complexo que inclui a prestação de pequenos serviços, as regras de ajuda mútua, de solidariedade entre famílias, o agrupamento consoante à devoção a uma entidade religiosa ou aos critérios que norteiam as formas de cooperação simples.

Ao se organizarem em movimentos sociais, as extrativistas pretendem reivindicar a manutenção da racionalidade social de suas famílias e, conseqüentemente, a garantia de sua reprodução.

Quando uma extrativista retira o mesocarpo de babaçu para alimentar suas crianças ou o homem retira a palha de pindova para cobrir sua casa, ele não recebe dinheiro vivo por esses serviços. Isso não significa que esses serviços não tenham uma função no cálculo econômico do grupo. Ao contrário, eles estão referidos a uma rede de relações sociais com significações específicas. O fato de esses significados não se reduzirem a categorias contábeis e ao cálculo econômico definidor do grau de eficácia, não significa que eles deixem de contribuir para a reprodução das famílias. Se formos considerar somente a racionalidade econômica, tomada como possibilidade de inserção dos produtos no mercado, deixaríamos de fora da análise um sistema de produção e de relações sociais que orienta essa reprodução física e social.

Há ainda a produção de serviços que nem sempre são contabilizados pela definição formal de economia. Conforme Godelier, se não é completamente falsa, não basta, no entanto, para unificar num único domínio os dois grupos de fatos dos quais se deve dar conta (GODELIER, 1968, p. 314). Esse é o fundamento do que estou designando como racionalidade social e que fundamenta a crítica aos autores que designei como “colecionistas” e “intervencionistas”. Os primeiros,

influenciados pelo evolucionismo, classificavam a forma de produzir das famílias extrativistas, que também se dedicavam à agricultura, como atrasadas. E atribuíam esse atraso aos critérios biológicos e a supostos determinantes do meio físico. Os "intervencionistas", além de identificarem o funcionamento diferente de dois sistemas econômicos, consideravam que um ainda estava em vias de nascer no âmago do outro, e justificavam, ideologicamente, a superioridade de um sobre o outro, através de sua racionalidade (GODELIER, 1968, p. 300). Nesse debate ideal, a economia política se viu numa situação pendular entre a "ideologia" e a "ciência". Os "intervencionistas" pretendiam utilizar o que consideravam ciência como fundamento da intervenção, da ação supostamente objetiva dos planejadores regionais.

Essa racionalidade social só é reconhecida a partir da produção intelectual dos representantes do terceiro grupo analisado no capítulo anterior. Toda a produção intelectual precedente ressaltava a necessidade de promover o desenvolvimento a partir da implementação de máquinas de quebrar coco babaçu.

As formas de luta vividas como prática econômica, por se constituírem numa defesa desse modo próprio de viver, nem sempre são reconhecidas como as mais eficazes para a dinamização da economia regional. Os agentes sociais inseridos nessas lutas política, incluindo homens e mulheres, lutam para garantir a manutenção de um modo de vida fundamentado numa racionalidade que não se orienta pela reprodução do capital. Eles podem ser aproximados pela noção de "tecnologia cultural" fundamentada num saber adquirido pela experiência (HAUDRICOURT, 1987, p. 59). A designação "tecnologia cultural" pode parecer redundante, já que toda tecnologia não prescinde do trabalho humano. Apesar disso, incorporei tal designação ao trabalho por ser a classificação empregada por Haudricourt (1987), autor de referência, nesta pesquisa, para a discussão sobre tecnologia. Assim, a organização política visa à garantia da reprodução das famílias na condição de agricultores e extrativistas, a partir da defesa de atividades econômicas que não prescindem do trabalho familiar e não objetivam a obtenção de lucros nos moldes de uma economia de mercado. As famílias possuem, sobretudo, autonomia na administração do seu tempo, tomam as decisões relativas às suas áreas de plantio e coleta e são portadoras de um saber que inclui a produção de alguns de seus instrumentos de trabalho. A noção de tempo livre conjugada com a autonomia de decisão sobre o que plantar, onde, quando e "para quem vender" completa essa descrição. As esferas de produção e de colocação do produto no mercado são administradas pela própria unidade familiar.

Com relação àqueles que são representantes dos movimentos sociais, houve um processo de formação, no decorrer das lutas e mobilizações, que permitiu que essas líderes percebessem de forma mais acurada sua própria condição. Permitiu-lhes, também, elaborar um discurso crítico em relação às formas de intervenção governamental, que visam meramente ao desenvolvimento econômico. De certo

modo, a autodefinição e o advento de uma identidade coletiva passaram por esses atos e esse discurso de entendimento de si. Esses representantes possuem, assim, um discurso mais homogêneo, mais consensual, que incorpora categorias como "agroextrativismo", "gênero", "meio ambiente" e que, nem sempre, são compartilhadas com os demais membros de seus povoados.

Há diferenciações internas nos povoados e há disputas entre as líderes e as não líderes, que desfazem a visão idílica de equilíbrio e harmonia da comunidade. As líderes são porta-vozes das demais famílias, falam em seu nome e detêm o poder por delegação. Como passaram por um processo de luta pela terra, já possuem, na maioria dos casos, livre acesso ou controle dos meios de produção. Têm uma condição de vida mais estabelecida, que lhes permite maior liberdade de locomoção e um tempo livre para a ação político-representativa. A própria condição de líder, em que exerce a delegação, ou seja, "fala em nome de", marca uma diferenciação em relação às lideradas (BOURDIEU, 2004, p. 189). As líderes ampliaram suas relações sociais no processo de defesa de suas reivindicações.

Os atos de negociação têm uma função abrangente e cosmopolita, envolvendo órgãos públicos e entidades privadas. As relações derivadas dessas práticas dirigentes podem indicar vantagens simbólicas e até a obtenção de recursos financeiros de outras fontes, para além do trabalho nos roçados e no extrativismo. Não estou dizendo com isso que as líderes não exercem mais essas atividades extrativas. Ao contrário, a estratégia de reprodução familiar inclui de maneira constante e invariável o exercício das atividades citadas. Mesmo as líderes, quando não participam ativamente de todas as fases do ciclo agrícola, contribuem com recursos pecuniários para o pagamento de diárias a pessoas que possam efetivamente substituí-las.

Ocorre que as tarefas de delegação e as relações sociais mais ampliadas criam condições de possibilidade para que essas líderes tenham maior facilidade em conseguir alguma ajuda externa ao seu grupo familiar, seja em forma de serviços prestados por outros grupos familiares representados, seja por ganhos extras, obtidos através de mediadores externos que demandam sua participação em eventos regionais ou nacionais. Podem até mesmo conseguir um serviço mais estável para os filhos (as) em programas implementados pelo governo ou na própria rede de movimentos sociais e entidades voluntárias das quais participam. Uma situação bastante recorrente concerne ao trabalho de filhos de líderes no programa da Assistência Técnica Especial (ATES), do Ministério da Agricultura, que tem valorizado a participação das famílias nas políticas agrícolas e agrárias.

A ascensão social dos representantes ou delegados é fundamental para a imagem do grupo, que só possui existência coletiva através da organização. Além disso, quando o mediador fala, no plano externo, produz mudanças sobre seus representados, que leva a um reconhecimento mais amplo, modificando, inclusive, o grupo internamente (MARESCA, 1983, p. 22). Com apoio nesse pressuposto, explicitei o lugar do discurso dos entrevistados, sem deixar de considerar que

um discurso interfere no outro e que as extrativistas mais diretamente ligadas às "formas organizativas" exercem sua liderança ampliando também a participação das demais e repassando a elas algumas de suas concepções recentemente adquiridas pelo exercício da delegação. Esse modus operandi é elementar, pois, através dessas práticas, é possível perceber, ademais, como os próprios livros, artigos e fascículos produzidos sobre o extrativismo do babaçu são por elas apropriados.

Há formas de lutas das extrativistas na defesa de suas práticas tradicionais, principalmente no que se refere à discussão sobre tecnologia. Há um campo de disputas em torno da tecnologia considerada adequada à quebra do coco babaçu, considerando que os defensores da racionalidade econômica defendem a implantação de máquinas cujos sub-produtos são inadequados ao consumo da família. As formas de luta impõem uma nova classificação das extrativistas, agora autodesignadas quebradeiras de coco babaçu. Se, conforme vimos nos capítulos anteriores, os termos eram definidos pelos autores que compunham o quadro institucional dos intelectuais, com a organização das extrativistas se revêem se os estigmas na classificação até então empregada e prevalece a autodesignação.

CAPÍTULO 5: AS LUTAS POLÍTICAS CONTRA A EXPROPRIAÇÃO

> *Cada organização dessas possui um sentido, mas uma soma com as outras. É uma roda menor e uma roda grande, só que a roda menor não está dentro da maior, ela está só uma parte dentro, a outra parte dela já está articulada com outra* (Nice Machado Aires, E-nº17).

Nos últimos anos, os canais de comunicação que atuam nas unidades da federação onde há ocorrência de babaçu veiculam constantemente notícias mostrando o modo de vida das extrativistas e informando sobre fatos relativos à atividade que exercem. Noticiam eventos, encontros e audiências que contam com a participação dessas mulheres extrativistas, referindo-se a elas como quebradeiras de coco babaçu, bem como denúncias de trabalho infantil e de ação ilegal de carvoarias. São reportagens televisionadas, notícias de jornais e documentários de circulação regional e nacional, que informam sobre suas formas de luta, a história de constituição dos seus movimentos, suas experiências produtivas, enfim, abordam diferentes aspectos de sua vida cotidiana. Na denominada "era da informação", essas manifestações trazem à tona o que estava na invisibilidade (CHAMPAGNE et al, 1989, p. 60) e atestam a passagem de uma existência atomizada para uma existência coletiva.

Essa construção da categoria sociopolítica quebradeiras de coco babaçu ocorreu a partir de um processo de luta desencadeado pelas próprias extrativistas e que, posteriormente, ganhou força no campo científico, conforme já explicitei. No ano de 2006, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) abriu uma linha de financiamento de projetos de pesquisa para os denominados "grupos étnicos" e dentre os segmentos a serem beneficiados apareciam de maneira explicita as quebradeiras de coco babaçu. Do mesmo modo, elas têm sido citadas, também, em discursos proferidos por representantes do executivo, que ressaltam com freqüência a necessidade de investimento no agroextrativismo. Elas têm recebido prêmios por inovações tecnológicas, como aquele concedido pelo Banco do Brasil à ASSEMA no ano de 2004. Além disso, são recebidas em audiências especiais por autoridades governamentais, onde apresentam formalmente suas reivindicações. Tal processo de publicização e de reconhecida evidência demonstra como saíram ou estão ainda saindo da invisibilidade a que estavam submetidas há séculos. Quem não se lembra do período da campanha eleitoral para presidência da república, em 2002, das referências que o então candidato Luís Inácio Lula da Silva fazia às quebradeiras de coco, exaltando suas formas de produzir e suas formas de cooperação?

No campo político, a categoria quebradeiras de coco babaçu tem tido um pleno reconhecimento. No campo de poder, esse reconhecimento tem se materializado, uma vez que a luta das quebradeiras de coco se constitui numa forma de interlocução com os aparatos burocráticos para a implantação de políticas públicas. Na esfera federal, as extrativistas fazem parte do Grupo de Trabalho do Ministério do Meio Ambiente e mais recentemente passaram a integrar a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Há uma articulação das instâncias de representação das quebradeiras de coco com organizações em nível nacional, como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), também no âmbito dos espaços do poder público como o Grupo de Trabalho Babaçu, criado pela Portaria Ministerial nº 275, de 29 de dezembro de 1998. Esse Grupo de Trabalho articula as extrativistas que estão em diferentes espaços, como: o MIQCB; a Secretaria de Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente; e a Secretaria da Mulher Trabalhadora Extrativista do CNS. Segundo a portaria ministerial que cria o GT Babaçu, esse grupo de trabalho tem por objetivo "promover, coordenar, apoiar e acompanhar a formulação e implementação de normas, instrumentos e ações ambientais às comunidades extrativistas de quebradeiras de coco e desenvolver estudos visando à formulação e implementação de programas ambientais que possam garantir o objetivo da sustentabilidade".

No ano de 2004, ocorreu a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais[1] com o objetivo de elaborar uma política nacional para as comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2006a, p. 23). Têm sido editados leis, decretos e portarias que passam a direcionar medidas que envolvem as extrativistas, a exemplo do Decreto que cria a Comissão de Comunidades Tradicionais, do ano de 2006, e mais recentemente o Decreto 6.040, que cria uma política direcionada às comunidades tradicionais[2].

A implementação de medidas decorrentes das políticas governamentais

---

1 A noção de "tradicional" passou a ser instituída na pauta oficial a partir da Constituição Federal de 1988, na qual aparece o termo "terras tradicionalmente ocupadas". No ano de 1992, através de portaria, é criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), ligado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Nessa situação, a incorporação de categorias ligadas à questão étnica nasce dentro da noção de ambientalismo. Recentemente, após a convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, a categoria étnico passa a ser instituída no plano governamental (UNESCO, 2005). Posteriormente, tal categoria ganhou espaço nas constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais (ALMEIDA, 2006a, p. 22).

2 Cf Decreto Presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, no qual as quebradeiras de coco babaçu são consideradas como integrando os "Povos e Comunidades Tradicionais". Elas têm assento na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que é responsável pela implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Consoante ao inciso III do artigo 3º, o significado de desenvolvimento sustentável corresponde ao uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo possibilidades para as gerações futuras.

direcionadas às quebradeiras de coco babaçu altera as percepções que vigoravam sobre as extrativistas e reordena sistemas relacionais de posição (NEVES, 2007, p. 3). São produzidos imaginários e sistemas de crenças que passam a valorizar esse modo específico de existir (NEVES, 2007, p. 3). A visão que a sociedade passa a construir sobre as extrativistas se modifica provavelmente com a visibilidade que os aparatos de poder e o próprio conhecimento científico, através dos produtores intelectuais que designei como específicos conferem a essa categoria.

O processo de transformação na forma de visão e divisão do mundo social principia no âmbito das instâncias de mobilização que positivam a categoria. Como me narrou uma entrevistada, dona Maria Adelina de Souza Chagas, coordenadora do MIQCB:

> *Quebradeira de coco nós sempre fomos e se dizíamos que éramos antes de movimento, só que antes do Movimento, se chegava alguém de fora no povoado, a gente escondia os cofinhos de coco. Hoje a gente faz questão de mostrar, de quebrar o coco* (Maria Adelina de Souza Chagas, E-nº 07).

Como entender esse processo de construção identitária? Tento compreendê-lo a partir de uma reflexão sobre os diferentes significados que a categoria sociopolítica quebradeira de coco babaçu vai adquirindo no campo político e acadêmico. O que está em jogo nessa construção é uma luta pela classificação do mundo social, que traz à tona uma determinada forma de existência coletiva, que, por si só, se contrapõe às pressões dos interesses industriais sobre seus direitos territoriais elementares.

5.1 Vínculos iniciais das lideranças com Igrejas e Sindicatos e os múltiplos pertencimentos

Assiste-se, a partir dos anos 1990, após décadas de intensos conflitos de terra no Maranhão, ao surgimento de instâncias de mobilização que atuam em redes e não podem mais ser definidas em termos de ocupação ou de categorias profissionais ou ainda pelo exercício de atividades econômicas consideradas análogas. O termo quebradeira de coco babaçu, que até então servia para designar uma atividade econômica, passa a ser utilizado como categoria política por líderes dessas "formas organizativas". Por ser uma categoria referida às mulheres, as "formas organizativas" que organizam as extrativistas passam a ter contato com agências de cooperação internacional que financiam projetos na área relativa aos critérios de gênero.

Deve-se à ação dessas agências a construção de categorias de uso difuso,

como "meio ambiente", "tecnologia socialmente apropriada", "desenvolvimento sustentado" e "gênero". São categorias externas que passam a ser incorporadas ao discurso das lideranças. Essa incorporação das categorias pelas líderes, como já foi dito, longe de ser um mero automatismo de linguagem, é fruto, ao contrário, de um processo de reconfiguração, ou seja, as situações com as quais as extrativistas se defrontam são relidas e readaptadas às especificidades das condições locais. São empregadas de acordo com as estratégias intrínsecas aos agentes de situações sociais diferenciadas. Nesse sentido, não anulam a luta contra os mecanismos de expropriação condicionados à implantação de grandes projetos, vinculados ao mercado de commodities. Tais empreendimentos estão investindo fortemente no desenvolvimento regional, sem considerar a existência de modos de produzir específicos e auto-sustentáveis, baseados no trabalho familiar, numa autonomia nas decisões econômicas e, sobretudo, na administração do tempo.

A construção da categoria sociopolítica quebradeira de coco revela uma mobilização constante por acesso à terra e por livre acesso às áreas de babaçuais, privatizadas a partir do incentivo governamental aos grandes projetos. Aponta, concomitantemente, para uma relação entre as instâncias de mobilização intrínsecas e a defesa de uma "racionalidade social" das famílias que se dedicam ao trabalho agrícola e ao extrativismo. As lideranças e os produtores intelectuais, que também fazem parte desse processo, têm tentado deslocar os termos em que a chamada "economia do babaçu" tem sido usualmente utilizada, notadamente nas interpretações científicas. O saber prático é, em decorrência, transformado numa expressão política de afirmação da identidade coletiva.

Os "intelectuais específicos" que pesquisam o tema possuem um compromisso com essas formas de luta e contribuem sobremaneira para uma visibilidade dos problemas sociais vivenciados pelas famílias e, inclusive, para o reconhecimento de tais problemas pelo poder público. Almeida (2006b, p. 4) interpreta a organização do que denomina sujeitos da ação ambiental, organizados em representações políticas específicas, como procedendo a uma "politização da natureza". Classifica-os como agentes sociais que, através de suas ações, tornam-se ativos e dinâmicos, invertendo a imobilização do "sujeito biologizado" e passivo, característico dos esquemas interpretativos de cunho evolucionista e das visões militantes que praticam o porta-vozismo[3].

Quando as extrativistas se referem à sua trajetória de luta, elas principiam a narrativa mencionando sua militância nas entidades confessionais da Igreja Católica e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Representam essas instituições como tendo um papel fundamental na sua formação política e no direcionamento das escolhas que orientam suas trajetórias. Assinalam que a principal reivindicação, quando tais instituições estavam à frente dos processos de mobilização, era a da luta pela terra. A totalidade das pautas de reivindicação

3 Para um aprofundamento dessa distinção, consultar as leituras críticas de P. Bourdieu ao conceito de "intelectual integral", de J. P. Sartre. Cf. Contrafogos (2001).

correspondia ao acesso a esse recurso básico. No momento atual, tais instituições prosseguem fazendo parte do processo de luta, entretanto, seu poder de mediação foi substancialmente reduzido. A noção de terra, por sua vez, foi tornada mais abrangente. A dimensão agrária dos conflitos se tornou profundamente marcada por fatores sócio-ambientais e étnicos: "O significado da terra incorporara mais e mais a noção de territórios e os fatores identitários correspondentes, delineando novas perspectivas de mobilização e meta"[4] (ALMEIDA, 2007, p. 16).

Nesse processo afirmativo, as quebradeiras de coco babaçu lutam também por uma maior participação das mulheres nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRS) e, em alguns municípios, elas ocupam o cargo de presidentes nos STRS, como a senhora Maria do Socorro Teixeira, do município de Praia Norte (TO). Mobilizam-se também para os cargos eletivos do poder municipal.

D. Nonata, quebradeira de coco de São Miguel do Tocantins, ao se referir à dinâmica das mobilizações no seu município, explicita que hoje está inserida em diferentes "formas organizativas" vinculadas ao Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), mas que a luta inicial foi pela terra. Afirma que sua luta é também pela melhoria das condições de vida de sua família e relativiza o argumento de que os sindicatos são espaços masculinos e os movimentos de extrativistas são espaços femininos, conforme o depoimento a seguir:

> *Hoje nós estamos nos movimentos sociais, no MIQCB, na ASMUBIP, mas a luta nasceu da terra (...) pode até ser que no sindicato tenha mais homens e no movimento de quebradeira tenha mais mulheres, só que a luta é só uma* (Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, E-nº 06).

O discurso das líderes não dissocia as mobilizações por sexo, nem por entidade sindical ou por movimento social. E é justamente nessa capacidade política de assimilar uma variedade de expressões organizativas numa mesma engrenagem mobilizatória que consiste um dos fundamentos do MIQCB.

Outra entrevistada, Dona Nice, afirma que foi sócia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no ano de 1992. Segundo seu depoimento, no início participavam dos STRS somente homens, as mulheres participavam mais dos movimentos da Igreja. Segundo dona Nice, é a partir dos anos 1990 que as mulheres começam a assumir a presidência de alguns sindicatos e a ter uma maior participação. Demarca que o início da participação nos STRS deve-se a dificuldades de acesso à terra e ao coco babaçu. Dona Nice foi eleita vereadora em Penalva, em 2004, e considera que a participação na política municipal,

4 Cf. Almeida, A. W. B. de. Terra e território: a dimensão étnica e ambiental dos conflitos agrários. In: Conflitos de terra no campo. Brasil, 2006. Goiânia, CPT, 2007.

não importa em que partido político, também consiste numa face do processo de mobilização encetado pelo MIQCB. Novamente se percebe que as líderes evitam explicitamente qualquer ato dissociativo. Utiliza tacitamente as vantagens políticas de uma ação em tudo plural.

O papel dos setores considerados progressistas da Igreja na formação das líderes é representado, entretanto, de maneira diferente pelas extrativistas. Do prisma de dona Nonata, a Igreja representou uma possibilidade de trabalhar com o que denomina de comunidade. Representa comunidade como os agrupamentos sociais de localidades nas quais a Igreja atua e desenvolve trabalhos. O acordo entre os seus integrantes residiria na solidariedade em torno de uma mesma crença religiosa. Na representação de Dona Nonata, não há qualquer dicotomia entre a militância nos STRS e aquela de cunho religioso, exercido no âmbito da Igreja Católica. Os padres também estavam nos sindicatos na região tocantina, consoante às entrevistas.

O depoimento abaixo, proferido por Dona Nonata, explicita o vínculo inicial e simultâneo com a Igreja e com o STR:

> *Olha, nós sempre, aqui sempre foi um lugar que todo mundo se envolvia, ajudava uns aos outros, todo mundo rezava junto, né, e as coisas de cultura, todo mundo fazia junto, e eu sempre fui envolvida assim na comunidade, desde pequena, eu gostava de ir para a Igreja rezar na Igreja, cantar, cantava bem. Eu graças a Deus sempre tive minha voz muito boa e aí, na Igreja, aquelas velhas colocavam aquelas meninas, que as meninas que cantavam com elas, e a gente tinha assim, tipo uma liderança, de ir lá, de buscar, de chamar o povo para fazer alguma coisa. Desde criança que sou assim. Depois que minha mãe tava nessa luta pela terra, criaram o Sindicato em 83, aí eu já fui sócia do Sindicato, comecei a me envolver, ia para reunião e peguei logo aquela responsabilidade de estar fazendo reunião nas comunidades da região. Eu ia junto com os diretores, anotava as coisas, e ia junto com dona Raimunda, aí a gente começou a criar núcleos dentro dos sindicatos para discutir a questão das mulheres* (Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, E-nº 06).

Por outro lado, para Dona Nice, a Igreja representou a possibilidade de uma formação política. Iniciou no que denomina movimento dos padres, no ano de 1975, quando participou de cursos de formação bíblica em Viana. Passou 16 anos diretamente ligada à Igreja e recebendo formação para atuar no que denomina comunidade. Passava cerca de oito dias nos cursos de formação, preparando sua atuação, e depois ia atuar na comunidade, incentivando principalmente as famílias a tirar os documentos e assegurar seus direitos básicos de cidadania. Nas palavras de Dona Nice, Foi na Igreja que comecei, ajudava as famílias a tirar documentos, foi importante a Igreja na minha formação.

A Pastoral da Criança também teve forte influência junto às mulheres, principalmente no que se refere à ação na área de saúde e alimentação. Foi a Pastoral da Criança que incentivou o consumo, por crianças e adultos, da chamada "multimistura", um produto feito com diversos ingredientes que serve para alimentação infantil. Em sua composição, o ingrediente que participa em maior quantidade é o mesocarpo de babaçu. Foi a Pastoral da Criança, vinculada à Igreja católica que resgatou o uso do mesocarpo de babaçu como fonte nutricional.

A trajetória de dona Eulália, da Baixada Maranhense, por sua vez, passou pela ação junto à Pastoral da Mulher: "A Pastoral da Mulher foi minha escola, fiquei muito conhecida nos lugares por onde passava".

A forma de atuação das entidades confessionais rivaliza com aquela preconizada pelo Estado e pelas agências multilaterais, sendo que o critério de gênero perpassa todas elas. E as narrativas das líderes do MIQCB não são dissociadas em relação a isso, pois elas insistem nas práticas de incorporar possíveis diferenças.

A influência da Igreja na trajetória política de dona Alaídes, vereadora de Lago do Junco, também merece destaque, por ser referida a todo o momento na entrevista que ela me concedeu. Aliás, o trabalho de campo mostrou que até hoje dona Alaídes profere palestras na Igreja e conduz cultos na ausência do padre. Minha estada em Ludovico coincidiu com o Domingo de Ramos. Dona Alaídes e suas filhas enfeitaram o povoado com folhas de palmeiras e flores, organizaram a procissão e, na hora da missa, foi dona Alaídes quem conduziu a palestra. A líder percebe a si mesma e é vista pelas demais famílias do povoado como conduzindo orientação religiosa e política. Não há, nessa situação, uma clivagem profunda entre a dimensão política e a atuação no plano religioso.

A influência da Igreja pode ser percebida também nas assembléias e reuniões de quebradeiras de coco em diferentes povoados, que sempre iniciam com uma missa ou uma oração. No Tocantins, a referência ao início de "formas organizativas" também laicas é a morte do Padre Josimo, clérigo assassinado por defender os trabalhadores em conflitos de terra na região do Bico do Papagaio, conforme explicita a senhora Nonata, que trabalhou diretamente com esse padre:

> *(...) aí veio a morte do Pe. Josimo. Com a morte do Pe. Josimo nós passamos a participar de muitas coisas fora, em Goiânia, em outros lugares. Aí a gente passou a abrir mais o horizonte de criar núcleos de mulheres na região, inclusive as primeiras reuniões dos núcleos eu participei junto com dona Raimunda. Eu que fazia os relatórios para ela, ela falava, eu relatava, eu fazia ofício, relatório, uma carta para fora, comecei a trabalhar no sindicato, fazer carteirinha no sindicado, eu tinha curso de datilografia lá em Belém, aí cheguei aqui e comecei a botar em prática essas coisas que eu aprendi por lá. Aí me envolvi na luta, que já tava a luta aí mesmo, minha mãe lutou tanto que eu já tive vontade de entrar (...) A ASMUBIP veio depois mas começou a partir daí. A partir da morte do Pe. Josimo, nós já comecemos a se reunir os núcleos de mulheres (...) para discutir a questão da mulher, de como nós podia se organizar. Tinha também as assinatura, que tinha, aí nós se envolvia muito naquelas coisas de tá fazendo essas assinaturas. No congresso para criar a nova constituição, né, nós se envolvemos também naquelas assinaturas para a nova constituição (...) aí a gente sentiu a necessidade de criar nossos núcleos de mulheres (...)* (Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, E-nº 06).

Mesmo a distinção entre laico e religioso deve ser relativizada, como assinala a entrevista acima citada. Não há uma temporalidade linear que afirme que o primeiro momento da mobilização é de fundo religioso e que é sempre sucedido por uma forma organizativa laica. As narrativas das líderes do MIQCB desfazem essa clivagem.

Os encontros das quebradeiras de coco sempre iniciam e encerram com uma oração ou cântico religioso. Há, inclusive, uma oração conhecida como Ave Maria das Quebradeiras, elaborada por dona Socorro Teixeira, presidente do STR de Praia Norte no Tocantins, reproduzida a seguir:

> Ave palmeira
> Que sofre desgraça

Malditos derruba,
Queima, devasta.
Bendito é teu fruto
Que serve de alimento
E o leito da terra,
Ainda dá sustento
Santa mãe brasileira,
Mãe de leite verdadeiro
Em sua hora derradeira,
Rogai por todas as quebradeiras!
(Maria do Socorro Teixeira Lima)

Atualmente, a utilização da categoria quebradeira de coco babaçu não aparece como incompatível com a participação em diferentes instâncias de organização política. Ao contrário, as entrevistadas conciliam a identidade de quebradeiras com outras formas de identificação.

Essas múltiplas e simultâneas formas de pertencimento a diferentes modalidades de organização foram percebidas desde o início da pesquisa, sendo que elas se refletem também no plano identitário. As entrevistadas, ao se assumirem como quebradeiras de coco, não deixam de ser quilombolas ou ainda trabalhadoras rurais, posseiras, ribeirinhas e artesãs. Em cada situação social, constroem a expressão plural, que traduz mais de um pertencimento e não estabelece uma relação necessária entre identidade e origem. Por exemplo, a senhora Dijé, coordenadora da ASSEMA e do MIQCB, apresenta-se nas reuniões como quebradeira de coco e quilombola.

Com relação aos diferentes papéis sociais ocupados, identifiquei que há extrativistas que são representantes de pelo menos seis organizações. Qualquer análise precisa considerar essa pluralidade de posições e os lugares a partir dos quais o discurso é proferido. A mesma extrativista pode proferir falas diferentes e aparentemente contraditórias, dependendo do lugar institucional a partir do qual esteja emitindo seu discurso. Muitas vezes, antes que as quebradeiras de coco profiram suas falas, elas explicitam: "estou falando enquanto...", e em seguida dizem a entidade ou associação que estão representando naquele momento. Apresento a seguir um levantamento que demonstra o que estou chamando de múltiplos pertencimentos:

Emília Alves Silva Rodrigues – sócia do STR de São Miguel (TO); que integra a executiva do regional do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA / TO); e integrante do MIQCB;

Maria Eulália M. Nunes – sócia da Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu do povoado de Ladeira, Cajari, município do Maranhão; integrante do MIQCB; sócia do STR de Cajari; líder da Pastoral da Criança; estudante; e membro da comunidade local da Igreja Católica;

Domingas de Fátima Freitas – integrante do MIQCB; sócia da associação de Jatobá Joca Marques (PI); sócia do STR;

Sebastiana Ferreira Costa e Silva – integrante do MIQCB; sócia da AMTRm; sócia da Cooperativa (COOPALJ); "PT de aço"; integrante da comunidade local da Igreja Católica;

Maria Querubina da Silva Neta – coordenadora do MIQCB; e dirigente do STR de Imperatriz (MA);

Maria Nice Machado Aires – integrante do CNS; sócia da ACONERUQ e da suplência da Cáritas; associada da FETRAF; vereadora pelo PT; presidente da Associação de Bairro Novo (Penalva-MA); integrante do MIQCB;

Raimunda Nonata Nunes Rodrigues – presidente da ASMUBIP; diretora regional da Federação dos Trabalhadores Rurais do Tocantins; integrante do STR de São Miguel; e integrante do MIQCB.

5.2 Estruturação das formas organizativas: a categoria quebradeira de coco babaçu como instrumento de ação coletiva

É a partir dos anos 1990, portanto, que "formas organizativas" plurais começam a se estruturar nas diferentes regiões de ocorrência dos babaçuais, transcendendo os STRS e as entidades confessionais. A pluralidade de pertencimentos reflete os efeitos expandidos da consolidação de sua existência coletiva através do MIQCB. Existiria, nesse sentido, uma hierarquia nos pertencimentos, mesmo que se procedesse a uma distinção teórica entre identidade e papel social.

A autodefinição como quebradeira de coco babaçu se apresenta como uma viga mestra, que vai incorporando de modo diverso os demais componentes identitários, que se alternam segundo os critérios de gênero, beneficiamento de amêndoa, faixa etária, fatores pedagógicos, "beneficiários da ação fundiária oficial" e associações de moradores. Há diferentes agrupamentos, designados, nesta pesquisa, como "formas organizativas", que incluem: associações, centros, cooperativa, clubes de mães, movimentos, grupos (de mulheres, de jovens) e comissão[5].

As "formas organizativas" que merecem destaque na construção da categoria sociopolítica quebradeira de coco babaçu são, pois, as seguintes: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA); Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR); Cooperativa de Trabalhadores Agroextrativistas de Lago do Junco (COOPALJ); Cooperativa de Trabalhadores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Centro Educacional

5 Durante o trabalho de campo, foram levantados: 18 associações, 10 cooperativas, 2 clubes, 3 centros, 2 comissões e 16 grupos, conforme apresento no anexo 3, sob o título "Mapeamento de organização política".

de Trabalhadores Rurais (CENTRUR); Centro de Educação Popular Esperantina, Piauí (CEPES); Associação das Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP) e Associação do Pequeno Agricultor (APA-TO). Ainda: Clubes de Mães de Morada Nova (MA), Grupo de Mulheres da Palestina (PA), Comissão de Mulheres de São Luiz Gonzaga (MA), Clube Agrícola de 7 Barracas (CASB-TO).

A ASSEMA foi fundada no ano de 1989 pelos dirigentes dos STRS de Lima Campos, Lago do Junco, São Luís Gonzaga do Maranhão e Esperantinópolis, após os processos de desapropriação levados a cabo pelos órgãos fundiários oficiais na região caracterizada como Médio Mearim Maranhense. Essas desapropriações foram acompanhadas de conflitos intensos na década de 1980. Atualmente, a ação dessa entidade gerou uma diversificação de temas e reivindicações, algumas das quais podiam ser encontradas nas pautas sindicais. Ela articula organizações que têm se destacado na implementação de projetos que investem em tecnologia social. É o caso da AMTR, que administra a fábrica de sabonete de Ludovico, uma fábrica de papel e uma farmácia com ervas naturais em São Manuel. É o caso também da Cooperativa de Trabalhadores Agroextrativistas de Lago do Junco, que extrai o óleo das amêndoas por um processo de prensagem e tem se consolidado como exportadora de óleo babaçu para outros países. E também da Cooperativa Agroextrativista de Esperantinópolis, que tem produzido mesocarpo de babaçu.

A ASSEMA não funciona somente como instrumento de representação de trabalhadores rurais em áreas de assentamento, como o nome sugere, mas como um espaço de articulação de entidades representativas desses trabalhadores, tais como cooperativas, associações, sindicatos de trabalhadores rurais e grupos de mulheres. Trata-se de um plano organizativo ou de uma associação que não tem um trabalho localizado, como outras existentes na área de ocorrência dos babaçuais, mas que propicia condições sociais de possibilidade para reforçar formas diferenciadas de representação.

A ASSEMA se constitui num espaço no qual se articulam diferentes identidades – quebradeiras de coco, trabalhadores rurais, extrativistas, quilombolas – assistidas pela instituição. É também mediadora e interlocutora de movimentos, agências e instituições governamentais e não-governamentais, funcionando enquanto instância de representação coletiva (GAIOSO, 2000, p. 82). Dentre os objetivos dessa entidade, que se constitui num lócus social entrecortado por diferentes planos de organização, articulando diversos movimentos sociais, destaca-se a ampliação dos canais de participação e pressão pela viabilização de projetos para as áreas desapropriadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela política agrária – INCRA e ITERMA.

É a partir dos anos 1990 que as extrativistas passam a se articular interestadualmente, criando o movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB). Essa articulação foi possível após o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, ocorrido no ano de 1991 em São Luís. O encontro foi articulado por entidades de assessoria, como a Federação

dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET), Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e Centro de Educação Popular Esperantina, Piauí (CEPES).

Os membros dessas entidades já vinham trabalhando com o tema babaçu, inclusive a SMMDH possuía um projeto intitulado Projeto Babaçu, que articulava as quebradeiras de coco da Baixada Maranhense. O objetivo principal desse encontro era a necessidade de troca de experiências entre as quebradeiras de coco e assessorias, a fim de encontrar uma forma de desenvolver ações coletivas que pudessem levar a mudanças no sistema de uso dos babaçuais, na comercialização e beneficiamento do coco, no papel da mulher na sociedade e mudanças descritas como econômicas, políticas e sociais (MAGALI, 1991, p. 9). Foram montadas oficinas com os seguintes temas: saúde e sexualidade; preservação e alternativas econômicas para o babaçu; educação; e conflitos agrários e violência.

Após sua criação, o MIQCB passou a articular as autodenominadas quebradeiras de coco babaçu, que estavam dispersas em torno de reivindicações comuns. Já havia um processo de mobilização e várias "formas organizativas" que precipitaram a organização das extrativistas no citado movimento. O fato de se constituir num movimento sem formalização dos sócios, sem exigências prévias de pertencimento ao quadro de membros, como o pagamento de taxas, e de utilizarem uma categoria de pertencimento relacionado a uma atividade praticada por aproximadamente 400 mil famílias confere a esse movimento o que poderíamos chamar de uma elasticidade dos critérios de admissão. Ou, conforme nos colocou a senhora Nice Machado Aires, "entra quem quer e permanece quem se sente explorado" (Nice Machado Aires, E-nº 17).

Há uma articulação entre essas "formas organizativas" consolidadas através do termo parcerias, que remete à existência de propostas e reivindicações comuns e de vínculos consolidados e permanentes entre as distintas organizações. As entrevistadas estabelecem uma diferença entre parceria e apoio. Apoio apontaria para a existência de vínculos de caráter instável, ou seja, não inclui laços de filiação, e as relações estão circunscritas a um momento específico, que pode ser a realização de um evento ou o apoio a um determinado projeto. As agências multilaterais, por exemplo, são classificadas como apoio, enquanto as organizações que compõem a rede de movimentos sociais da região são classificadas como parcerias.

Com a criação desse movimento, o tema extrativismo do babaçu saiu da esfera dos sindicatos e passou a ser discutido de maneira ampla por diversas "formas organizativas". Os temas discutidos, circunscritos a questões relacionadas ao preço das amêndoas, passam a incorporar tópicos relacionados à preservação das palmeiras, à reforma agrária, à aprovação das leis de livre acesso aos babaçuais, à regularização das reservas extrativistas, à tecnologia socialmente apropriada e à mudança nas relações de gênero, além de outras, definidas em doze linhas de ação que integram o planejamento do MIQCB.

Na regional conhecida como Imperatriz, destaca-se o centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU), fundado nos anos 1990. Essa entidade possui projetos de plantio e de comercialização de polpas de frutas e de implantação de experiências de beneficiamento, como as denominadas forrageiras. Esses projetos são voltados tanto para as áreas desapropriadas para fins de reforma agrária, quanto para áreas não desapropriadas. Sua ação articula temas referidos à comercialização da produção agrícola e extrativa e à preservação ambiental. Em Imperatriz, como em outras regionais, as associações locais e os STRs participam juntos das redes de entidades que compõem esses planos político-organizativos.

No Piauí, a primeira organização que congrega as quebradeiras de coco babaçu surgiu com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina, no ano de 1989. Trata-se do Centro de Educação Popular Esperantinense (CEPES), o qual aglutina as extrativistas que se colocaram contra a adulteração no peso das amêndoas de coco vendidas nos chamados barracões de coco e contra a obrigação que lhes era imposta de vender o coco somente para o pretenso proprietário da terra. No Piauí, os projetos de inovação tecnológica consistem basicamente em unidades de produção de azeite, que é a denominação atribuída ao óleo de babaçu. O CEPES articula associações como a Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco e Trabalhadoras da Microrregião do Baixo Parnaíba do Piauí. Essa associação viabilizou a unidade de produção de azeite em Jatobal, município de Joca Marques, composta de um forno, uma forrageira e um tacho para proceder ao chamado apuramento. Em Chapada da Limpeza, há uma unidade similar que se encontra atualmente desativada.

A Associação das Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP) foi criada no ano de 1983, a partir dos núcleos descritos como espaços políticos de discussão. Esses núcleos, inicialmente, estavam vinculados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Itaguatins, São Miguel e São Sebastião. Posteriormente, com a criação da ASMUBIP, os núcleos continuaram vinculados aos STRS e as mulheres desses núcleos passaram a se reunir para debater os temas relativos à sua própria associação. Os principais temas debatidos estavam relacionados, sobretudo, à saúde das mulheres e às questões descritas como de "gênero". Esses núcleos são referidos usualmente, embora não se tenha detectado qualquer registro que comprove sua existência. Para as extrativistas, isso se deve ao fato de eles não terem procedido, nesse período, a qualquer formalidade ou registro por escrito que assinale sua existência.

A já citada morte do Pe. Josimo, clérigo assassinado em 1986 em função da luta pela terra na região conhecida como Bico do Papagaio, é representada como marco para o início dos debates sobre "gênero" e "tecnologia socialmente apropriada". Conforme já foi mencionado, segundo dona Nonata, foi com a morte do Pe. Josimo que as mulheres passaram a se mobilizar à parte e a viajar para encontros classificados como só de mulheres[6]. Segundo seu depoimento,

6 As narrativas sublinham, de maneira recorrente, que os líderes sempre passam por uma formação.

> *Essa associação foi começada desde 83, até quando foi criada, desde que o Pe. Josimo morreu. Nós viajava para Goiânia para reunião só de mulheres e aí começou esse negócio de gênero. E foi assim, não tem como falar dessa prensa sem falar dessa luta.. Aí a ASMUBIP começou a partir daí, a partir da morte do Pe. Josimo, nós já começamos a se reunir em núcleos de mulheres porque a gente, nesse mesmo ano da morte do Pe. Josimo, nós fomos em um congresso em Goiânia, aí a partir desse seminário de mulher, aí começou a abrir assim aqueles horizontes da gente tá se reunindo, pois é, abrimos novos horizontes para criar um grupo de mulheres para discutir a questão da mulher, de como nós podia se organizar, formamos núcleos de mulheres a partir dos núcleos dos Sindicatos, que já existia* (Raimunda Nonata Nunes Rodrigues – E- nº 06).

Há uma proximidade geográfica entre o Maranhão e o Tocantins que permite, sem maiores dificuldades de transporte, a realização de eventos conjuntos. Para quem se encontra em Imperatriz (MA), basta atravessar o rio Tocantins, que separa os dois estados, viajar uns 20 quilômetros, para chegar ao município de São Miguel (TO), onde funciona a sede regional do MIQCB. Apesar da aludida proximidade geográfica, os problemas sociais são diferenciados e vividos de maneira distinta pelas extrativistas. Na regional de Imperatriz, o principal problema vivenciado atualmente é a busca de coco babaçu para alimentar as oito usinas de ferro gusa localizadas nas proximidades, no município de Açailândia. A procura por coco babaçu para a produção de carvão vegetal tem relação com a escassez de madeira nativa e com a necessidade de beneficiar o minério de ferro, transformando-o em ferro gusa.

O minério vem através da ferrovia, da serra dos Carajás, no Pará. Há carvoarias espalhadas por todas as regiões de atuação do MIQCB, que funcionam sem parar, produzindo carvão para alimentar essas siderúrgicas. Segundo relatos das entrevistadas, os cachos de babaçu estão sendo cortados ainda verdes e, por vezes, o carvão é feito no próprio lote das famílias que se dedicam à agricultura e

---

A saída temporária para fora do estado ou mesmo para o trabalho em garimpos pode favorecer um aprendizado que será reutilizado no âmbito da denominada luta. Dona Nonata, por exemplo, morou um período em Belém, onde aprendeu datilografia. Quando retornou, passou a ajudar na feitura das carteirinhas dos sócios dos sindicatos.

ao extrativismo. No Tocantins, a busca de carvão para as guseiras ocorre em menor escala, o que não diminui o caráter predatório da coleta do produto, principalmente para alimentar uma grande indústria de óleo da região, a Tobasa Bioindustrial de Babaçu S. A., que trabalha com subprodutos do babaçu. Essas transformações recentes, que evidenciam a força dos empreendimentos mineradores e correlatos, têm exigido estratégias diferenciadas de mobilização dessas diversas organizações de quebradeiras de coco face aos interesses empresariais.

Apesar de os problemas que afetam as regionais possuírem especificidades, há frentes de lutas que são comuns. Dentre elas, cabe citar a luta pelo livre acesso aos babaçuais e pela regularização das reservas extrativistas. Há três reservas extrativistas criadas nessa região no ano de 1992, mais precisamente no período da ECO 92: a Reserva Extrativista (RESEX) de Ciriaco, em Cidelândia (MA), pelo Decreto 534/92; a RESEX Mata Grande (MA), nos municípios de Davinópolis, Senador La Roque e João Lisboa, através do Decreto 532/92; e a RESEX Extremo Norte (TO), nos municípios de Sampaio, Carrasco Bonito e Augustinópolis. Dessas três, somente a primeira é regularizada, sendo que as demais se encontram completamente abandonadas pelo poder público. Durante o trabalho de campo nessas reservas, identifiquei inúmeros trabalhadores eventuais das carvoarias denominados localmente de catadores de coco, levando seus sacos, seus gadanhos e arrematando todo o coco da RESEX para alimentar as indústrias siderúrgicas e as fábricas de óleo vegetal.

O incentivo governamental a esses empreendimentos tem gerado conflitos de terra e trabalhistas na região ecológica dos babaçuais. Não é por outra razão que, com o surgimento das "novas formas organizativas" a partir dos anos 1990, as reivindicações se diversificaram e incorporaram outros temas, além da luta pela terra, acompanhando a complexidade dos antagonismos. A pressão dos empreendimentos industriais sobre as terras de babaçu levaram o MIQCB a colocar na sua pauta de reivindicações a luta contra a implantação dos denominados grandes projetos – siderúrgicos, de plantação de eucalipto e de soja, bem como projetos agropecuários.

De outra parte, as dirigentes do MIQCB chamam a atenção para o fato de simultaneamente se verem compelidas a organizar a produção das extrativistas, abrindo a discussão sobre a incorporação de inovações tecnológicas no processo produtivo. As "formas organizativas" citadas acima passaram a desenvolver experimentos com a valorização da tecnologia social – uma tecnologia que esteja de acordo com o interesse básico das famílias extrativistas. Face a essa situação social, as experiências tecnológicas se concentraram em localidades com um maior grau de mobilização. Essa discussão, que é apresentada como tendo sido introduzida por agências internacionais de cooperação técnica, de certo modo já estava incorporada no discurso das extrativistas. A explicitação da possibilidade desse tipo de inovação tecnológica como viável para o extrativismo de babaçu leva à incorporação da categoria quebradeira de coco babaçu pelo discurso dos novos

mediadores, quais sejam: técnicos de ONGs, de assessorias governamentais e de agências financiadoras desse tipo de projeto.

Esses mencionados projetos possuem como características elementares a de serem financiados para uma forma organizativa extrativista, a conciliação com o trabalho agrícola, o fortalecimento de associações que pressupõem a institucionalização dos sócios e a não implantação das máquinas de quebrar coco babaçu, consideradas inadequadas e recusadas de maneira explícita pelas lideranças do MIQCB. De acordo com as formulações das dirigentes do MIQCB, nessas experiências os lucros não são apropriados de forma privada, como numa empresa. Ao contrário, cada uma das diferentes "formas organizativas" é que deverá elaborar regras adequadas de divisão dos lucros entre os sócios. As atividades que engendram o funcionamento desses projetos são sempre descritas pelas entrevistadas como agroextrativistas.

O papel dos "intelectuais específicos" na descrição dos processos de expropriação identificados a partir dos estudos em torno da implantação dos grandes projetos aparece como dispositivo que fundamenta as reivindicações das extrativistas. Um exemplo pode ser verificado a partir da legenda do mapa que acompanha o livro "Guerra ecológica nos babaçuais", reproduzido a seguir:

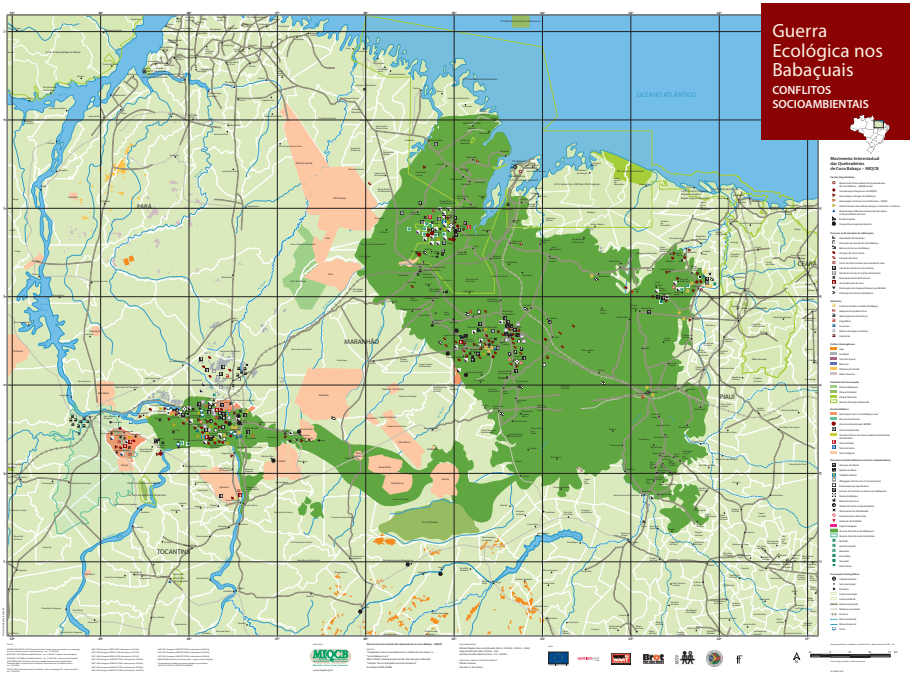


Figura 4: Mapa Guerra Ecológica dos Babaçuais.
Fonte: Almeida, Alfredo et al (2005, p. 1).

Os itens descritos privilegiam relações sociais e tipos de antagonismo que compõem uma etnografia da região ecológica dos babaçuais. Participei de todo o trabalho de campo, tanto na etapa do survey quanto na de aprofundamento das descrições. Tal etnografia se apóia numa observação participante que se deu de modo intensivo. A despeito disso, essas técnicas de observação direta exigem uma aproximação crítica que se convencionou denominar "presente etnográfico", detendo-se tão somente numa série de situações sociais de conflito[7].

Pode-se afirmar que essas formas organizativas estabelecem fronteiras diferenciadas daquelas definidas, administrativamente, no interior dos aparatos burocráticos. O mapa aqui apresentado foi produzido a partir da representação dos conflitos que as quebradeiras de coco babaçu, dirigentes do MIQCB consideram mais relevantes. Ele contempla as seguintes situações: movimentos sociais, associações, clubes e grupos de mulheres. Inclui também as associações de reservas extrativistas, as comissões, os grupos de estudo, as organizações não-governamentais de apoio às quebradeiras de coco, as escolas-família e as cooperativas agroextrativistas. Inclui ainda fatos pertinentes ao processo de devastação dos babaçuais, entre os quais incluímos: as derrubadas de palmeiras; as situações de produção de carvão do coco babaçu; a compra do coco inteiro e da casca do babaçu; o corte do cacho da palmeira para venda do coco; venda de carvão do coco inteiro; venda de carvão do cacho da palmeira; envenenamento de pindovas (palmeiras pequenas); arrendamento do coco; destruição dos campos naturais por búfalos; e a produção de carvão de madeira.

Quanto às estratégias empresariais localizadas a partir do uso do GPS e das próprias informações no decorrer do trabalho de campo, cataloguei as seguintes: as indústrias de óleo e sabão; as máquinas de quebrar coco; as siderúrgicas de ferro gusa; os frigoríficos; os curtumes; as fábricas de papel e celulose; e as cerâmicas. Além disso, com base em imagens de satélite, completamos a descrição etnográfica da região, assinalando as áreas dos chamados cultivos homogêneos, que incluem a soja, o eucalipto, a cana-de-açúcar, a mamona, a palmeira de dendê e grãos diversos. A plotagem das unidades de conservação – reservas biológicas, parques estaduais e nacionais e áreas de proteção ambiental – completa a relação dos elementos relevantes, segundo as líderes do MIQCB, para compor um quadro descritivo da região ecológica de incidência do MIQCB.

7 Para uma discussão dessa noção de "presente etnográfico", consulte-se: CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Org. de José Reginaldo S. Gonçalves. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002, p. 22-30.

CAPÍTULO 6: DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL E ARTICULAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

No trabalho de campo que realizei, pude observar que a visibilidade da categoria quebradeira de coco babaçu obscurece aspectos relevantes da organização social das famílias. Um desses aspectos refere-se às regras que disciplinam o trabalho familiar, notadamente a divisão sexual do trabalho. Outro aspecto obscurecido diz respeito à articulação entre diferentes atividades econômicas. Mesmo nos estudos acadêmicos mais recentes, verifica-se uma tendência de enfatizar o extrativismo de maneira absoluta. Ora ele aparece como ocupação, ora como atividade agrícola, deslocando as extrativistas e aparentemente isolando-as de suas unidades de produção familiar. É como se a atividade extrativa do babaçu por si só garantisse a reprodução das famílias. Os homens e, conseqüentemente, a atividade agrícola perdem visibilidade e têm sua importância negligenciada.

O trabalho de campo me levou à percepção de que as atividades econômicas que garantem o sustento das famílias compreendem, prioritariamente, o trabalho na agricultura e o extrativismo vegetal. Em algumas situações, essas atividades são complementadas com a pesca, a criação de animais, a caça e pequenas atividades comerciais. As tarefas agrícolas e extrativas obedecem a etapas circunscritas aos períodos chuvosos e de seca, que poderiam ser sistematizados num calendário específico de atividades, as quais, por sua vez, articulam-se com a divisão do trabalho entre os que compõem a unidade familiar.

Apesar de os entrevistados afirmarem que se orientam pelo "tempo das chuvas" e da estiagem, as etapas são explicadas por eles a partir de uma seqüência de tarefas que se estruturam de forma tal que a próxima etapa só é realizada após um certo condicionante, que tanto pode ser a chuva ou a seca quanto o término de uma atividade que viabiliza a continuação da outra. A noção de atividade acessória mostra-se inadequada para o entendimento da articulação entre as atividades econômicas. Há uma complementaridade e uma interdependência mútua entre as diferentes atividades. E o extrativismo de babaçu pode ser entendido com mais rigor a partir da descrição dessas etapas que constituem o calendário.

Em Bairro Novo, localizado no município de Penalva (MA), que foi a segunda área de realização do trabalho de campo, pude observar que as famílias se dedicam também à pesca de campo durante todo o ano. Trata-se de uma atividade permanente, alheia à sazonalidade.

Nessa situação social, as famílias foram expulsas das terras que já habitavam, secularmente, em função da venda de terras públicas para os pecuaristas, criadores de búfalo. São famílias descendentes de escravos, que trabalharam nos engenhos de cana-de-açúcar da região, durante o século XIX1. As famílias que moram

1 A distribuição dos engenhos por essa região da Baixada remete às reformas pombalinas, de 1755-

atualmente em Bairro Novo permaneceram nos povoados de origem até os anos oitenta do século passado, quando o incentivo à pecuária, concedido pelo poder público, obrigou-as a sair dos antigos povoados e se deslocarem para o Bairro Novo. Povoados inteiros desapareceram, ou, nas palavras dos entrevistados, viraram fazenda. Há pequenas extensões de terra cercadas por fazendas, onde algumas famílias ainda permanecem. Há outras famílias que residem dentro das áreas pretendidas pelas fazendas, mantendo uma tensão social constante.

Os entrevistados representam toda essa extensão onde se localizam as fazendas, inclusive as chamadas pontas de terra e o próprio Bairro Novo, como uma terra só e estão reivindicando a desapropriação de toda essa área como pertencente à Reserva Extrativista Enseada da Mata. Embora, à primeira vista, Bairro Novo se assemelhe a uma área periférica da cidade de Penalva, as relações das famílias com a sede do município são reduzidas. Os vínculos mais efetivos ocorrem nos povoados abandonados, que hoje se encontram nos limites das fazendas. Essas observações me levaram a relativizar o dualismo rural / urbano e a considerar essa construção social, designada como uma terra só, uma situação de territorialidade específica, na qual o grupo se percebe como efetivamente referido a uma extensão contínua e indivisível.

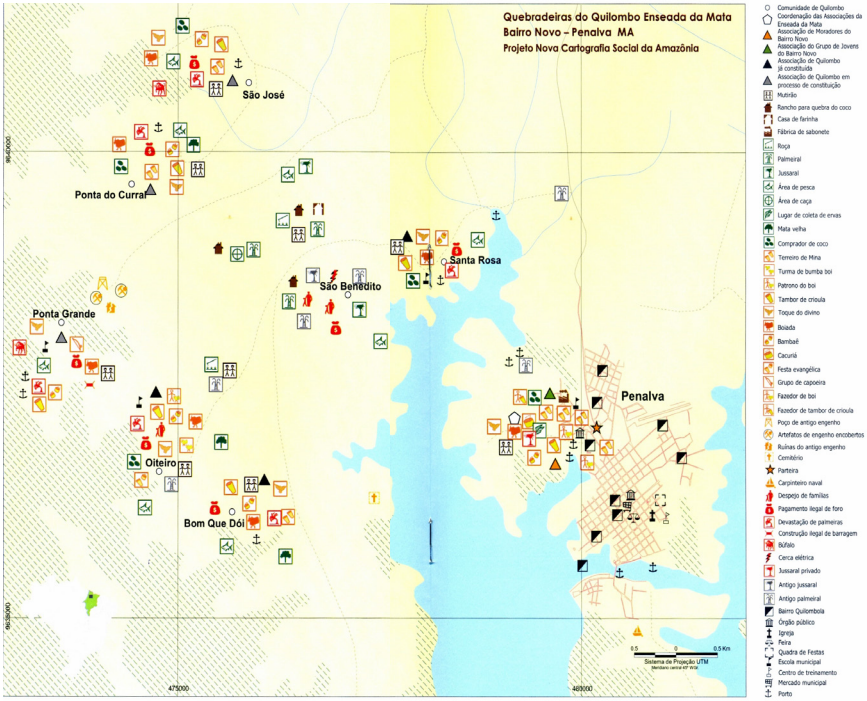


Figura 5: Mapa Enseada da Mata
Fonte: Fascículo Quebradeiras de Coco do Quilombo Enseada da Mata. PNCSA.

56, que foram estudadas por Wagner Berno de Almeida em: Os quilombolas e a base de foguetes de Alcântara. Vol. I. Brasília: MMA, 2006c, p. 67-69.

Essa área de uso comum conhecida como Enseada da Mata é constituída por um conjunto de povoados – Bom que Dói, Ponta do Curral, Santa Rosa, São Benedito, Outeiro, São José, São Miguel, Beira do Lago e Jacuíca – localizados à beira do Lago de Penalva. São povoados antigos, onde é possível constatar a existência de ruínas de antigos engenhos de cana-de-açúcar. Visitei, em Bom que Dói, um cemitério com mais de 220 anos. Os moradores dizem que o cemitério está imprensado por fazendas.

Essas famílias extrativistas continuam plantando seus roçados, coletando e quebrando coco babaçu nos antigos povoados, apesar de residirem numa área próxima à sede de Penalva. À primeira vista, essa área parece pertencer ao que o plano diretor da cidade classifica como zona urbana. As famílias, ao se deslocarem para Bairro Novo, reproduziram, em certa medida, as relações de reciprocidade positiva travadas nos povoados originais, incluindo os serviços na manutenção dos limites étnicos. Os moradores dos antigos povoados permaneceram vizinhos no Bairro Novo e reproduzem as relações de solidariedade e cooperação simples mantidas anteriormente. Eles também representam o Bairro Novo como estando nos limites da Enseada da Mata. Seguem depoimentos de dois entrevistados – seu Felipe e a senhora Lucirene –, ambos explicitando a representação do Bairro Novo como fazendo parte do que consideram o território de Enseada da Mata:

> *O Bairro Novo não está na sede de Penalva, é muito triste, alguém falou que nem sabia que estava acontecendo dessa forma e às vezes a gente se acha tão preocupado da gente estar aqui e dizer que esse bairro não está no mapa, mais se pensar bem é uma forma de alegrar a gente, de fazer outro mapa, nós não saímos da Enseada da Mata, nós não saímos não, nós corremos todos para uma cabeceira, e fizemos um povoado e ficamos oprimidos aqui, onde está o melhor nós deixamos e corremos para uma cabeceira na área da Enseada da Mata e ficamos, fizemos um povoado e ficamos oprimidos aqui, para nós ir buscar o que nós precisa está aqui tão longe, né, ficou para os fazendeiros, né, eles têm todo o conforto, nós corremos para cá e ficamos sentindo falta de muita coisa lá, nosso serviço lá ficou longe, sentimos a falta mesmo da nossa água boa mesmo, da nossa água boa, lá tá todo o conforto, nós criávamos nossos animais, nossas galinhas, nossos porcos, ficamos sem poder criar (Felipe Barbosa dos Santos, Oficina realizada*

> *em Bairro Novo, Penalva, MA).*
> *Bairro Novo surgiu através das pessoas que vieram do interior, né, que foi, que a gente veio para ver se melhorava mais a situação das pessoas que lá já estava sendo tomado, os fazendeiros já estavam cercando as áreas todas e a gente não tinha aquela orientação, né, então a gente saiu. Viemos pra cá, a maioria das famílias que moram aqui vieram foi de lá, lá eles começaram a cercar as áreas, plantar capim, onde as pessoas botavam as roças, fizeram derrubadas. Isso aí a gente pensou que ia melhorar aqui era mato, é a mata da Enseada, agora antes chamava Retiro. Isso aí a gente pensou que ia melhorar, aqui era mato, é a mata* (Lucirene Mota Silva, E- nº 26).

O município de Penalva se localiza na Baixada Ocidental Maranhense, que se constitui numa área de ocupação antiga, donde a existência de práticas religiosas e manifestações culturais como: terreiros de mina; terecô; bambaê; Divino Espírito Santo; tambor de crioula, chamado de Festa de São Benedito; Bumba-Meu-Boi. Nessa região, predominam campos naturais que secam no "verão" e inundam no "inverno" (estação chuvosa), tornando-se propícios para a criação dos búfalos, animais considerados predatórios pelas famílias extrativistas, por invadirem e destruírem as áreas de plantio conhecidas como roçados, inviabilizando assim o uso dos babaçuais da beira-campo. Segue o mapa que elaborei no projeto Nova Cartografia Social da região de Enseada da Mata, a partir das técnicas de observação direta utilizadas no decorrer do trabalho de campo.

As minhas observações me levaram a argumentar que as famílias possuem vínculos de parentesco que extrapolam os limites dos povoados que compõem o território da Enseada da Mata. As festas reúnem famílias de vários desses povoados, a exemplo da festa de boiada, que ocorre no mês de junho, tornando-os "um só povoado" no dizer de dona Nice.

As festas orientam o calendário agrícola e extrativo. Durante o verão, quando as atividades agrícolas diminuem, há maior disponibilidade de produtos agrícolas colhidos e, portanto, as festas são mais comuns. Determinadas atividades nos roçados só são realizadas após algumas festas, pois, caso contrário, a produção pode ficar prejudicada. Enfim, separar em instâncias diferentes cada um dos elementos da vida dessas famílias é perder de vista a riqueza das práticas e representações que apontam para sua organização social familiar. Não há como separar exatamente o econômico do social nessa sociedade, até porque são os costumes que orientam o consumo e, portanto, o desenvolvimento das próprias

atividades econômicas. As famílias que moram em Bairro Novo se deslocam todos os dias para coletar babaçu e realizar as tarefas nos roçados. No verão, percorrem o caminho a pé. No inverno, quando os campos naturais estão cheios, as famílias atravessam o campo numa canoa cedida pela prefeitura.

O acesso à terra e ao babaçual se dá mediante o pagamento do aforamento ao pretenso proprietário, fixado em três alqueires por linha, ou seja, precisam repassar 30 quilos da produção de arroz por cada vinte e cinco metros plantados. No caso do babaçu, há impedimentos para que entrem nos cocais. A justificativa dada pelo fazendeiro é que a casca do coco pode ferir os cascos das reses. Em verdade, foi possível constatar que os rebanhos bovinos estão se expandindo na área e os cercamentos começam a ser feitos com cerca elétrica. Os homens coletam o coco nas áreas de fazenda, por vezes às escondidas, para em seguida transportá-los até o Bairro Novo, onde, posteriormente, as mulheres o quebram. Essas práticas, clandestinas aos olhos do pretenso proprietário, evidenciam uma situação de risco permanente, dificultando, inclusive, a realização de entrevistas mais detidas sobre a questão.

No Bairro Novo, a divisão social do trabalho depende da composição da unidade familiar. Apesar da predominância dos homens nas atividades agrícolas e das mulheres nas atividades extrativas, essa divisão não é exclusiva nem absoluta. As mulheres participam do plantio e da colheita do arroz e os homens coletam e transportam o coco das áreas de fazendas para os quintais das casas. Já a pesca, praticada em Bairro Novo, é uma atividade eminentemente masculina, como assinalam as entrevistas.

Em Bairro Novo, durante o trabalho de campo, fiquei hospedada na casa da senhora Nice Machado Aires. Dona Nice, separada, possui oito filhos, dos quais três moram com ela. Eleita vereadora na última eleição, possui popularidade na cidade e principalmente no Bairro Novo. Já foi coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e atualmente é coordenadora regional do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ). No Bairro Novo, é presidente da Associação de Moradores. Diante dos diferentes cargos que ocupa e funções que desempenha, essa líder tem dificuldades de trabalhar permanentemente na roça e no extrativismo. Apesar de possuir uma remuneração fixa, a atividade de implantação dos roçados é considerada como um dos pilares para a reprodução da sua família. A família possui uma roça de quatro linhas que fica sob a responsabilidade dos dois filhos solteiros, que ainda residem com ela. Ela paga "diárias" para trabalhadores nos momentos mais difíceis do trabalho agrícola, no denominado broque e na colheita, suprindo a ausência masculina adulta.

Em Bairro Novo, os membros das unidades familiares se dividem entre as atividades agrícolas, extrativas e de pesca, todas as quais estão circunscritas a um calendário específico, que obedece aos ciclos representados sazonalmente como verão e inverno.

Embora tenha relativizado anteriormente essa sazonalidade, recupero-a aqui para efeito de exposição de maneira combinada com o ciclo de festas e com as ocorrências de conflitos sociais que fazem do território da Enseada da Mata um local de tensão constante.

CALENDÁRIO DE VERÃO

Meses	Roça de inverno ou de Janeiro	Roça de verão ou Rocinha	Babaçu	Pesca	Festas	Conflitos
Julho	Colheita do arroz, milho seco	Plantio do feijão, mandioca, feijão, milho de verão e melancia	(Quebra nos ranchos da Enseada da Mata, coco bom de quebrar) S A F R A	(Campos rasos, maior variedade de peixes) P E S C A N O M E I O	Bambaê, tambor de crioula (todo verão Santana	(campos cercados, impedi-mentos) F O R T E
Agosto	Abate da mandioca	1° capina			4– São Benedito 16 – São Roque (Bairro Novo) 30 – Santa Rosa (comemorada duas vezes no ano, em Santa Rosa) 31 – São Raimundo (Bairro Novo)	
Setembro	Abate da mandioca	Colheita do milho 2° capina			7 de setembro 29 – São Miguel	
Outubro	Roçando (preparando o terreno)	Abate da mandioca da rocinha antiga			8 – São José (em São José) 12- Santa Rosa (Bairro Novo)	
Novembro	Roçando (queimando/coivara e cercando)	Não tem serviço			Bambaê, tambor de crioula (todo verão)	
Dezembro	Roçando (queimando e limpando)	Não tem serviço			3 e 4 – Santa Bárbara 13 – Santa Luzia (Bairro Novo) 18 – N. Senhora das Graças (Ponta do Curral)	

Figura 6: Calendário de Verão
Fonte: CARVALHO MARTINS (2007, p.5)

realizada em Bairro Novo, reflaiva

CALENDÁRIO DE INVERNO

Meses	Roça de inverno ou de janeiro	Roça de verão ou Rocinha	Babaçu	Pesca	Festas	Conflitos
Janeiro	Plantio arroz, mandioca, milho, melancia, pepino, maxixe, vinagreira e abóbora	3° capina	(quebra em casa; coco lameado, coleta difícil) E N T R E S S A F R A	(campos cheios, peixes pretos) P E S C A N A B E I R A D A	20 – São Sebastião	O campo vira água Passagem F R A C O
Fevereiro	1° capina				3 – São Brás	
Março	Colhe no final do Mês milho verde, maxixe, vinagreira, pepino	Abate da mandioca			Quaresma	
Abril	Abate (colhe) a mandioca da roça de inverno do ano anterior 2° capina	Abate da mandioca			Quaresma	
Maio	3° capina Colhe arroz, milho, quiabo e abóbora	Roçando (preparando o terreno para plantio)			Início do período festivo 1° e 2° ascensão (boiada, bambaê, tambor de crioula e procissão de barcos) 31 – Santa Maria	
Junho	Colheita de arroz e do milho maduro	Plantio de feijão, mandioca, milho de verão e melancia			São João – Turma do Boi	

8 Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos

Figura 7: Calendário de Inverno.
Fonte: CARVALHO MARTINS (2007, p.58).

Os homens quebram coco em situações classificadas como de peleja, ou seja, momentos onde a família tem dificuldade em assegurar sua reprodução física. O trabalho dos homens na atividade extrativa, no período da entressafra, varia de região para região[2].

Em Penalva, presenciei, entretanto, homens quebrando coco entre os meses de fevereiro e julho, que correspondem à entressafra. Nesse período, o preço de mercado da amêndoa de babaçu está mais elevado. Durante esses meses, os homens se dedicam também à quebra, principalmente, quando se encontram no momento de capina do roçado, período em que a colheita ainda não foi feita. É nesse período que precisam comprar alimentos para o dia-a-dia do consumo familiar, pois a produção estocada do ano anterior já terá sido consumida[3].

Outra modalidade de trabalho dos homens que foi verificada refere-se à coleta do coco, principalmente no período do inverno. Esse trabalho é classificado como ajuda, em função de a quebra de coco ser uma atividade tipicamente feminina. Só em casos extremos o homem a pratica, donde a inexistência de uma categoria específica para classificar o homem que quebra coco ou para nomear essa tarefa eventual e condicionada por momentos de escassez de recursos alimentares.

Outra situação na qual verifiquei que os homens quebram coco refere-se ao trabalho de campo em terras indígenas próximas aos povoados onde residem as quebradeiras de coco do Tocantins. Na área indígena Apynajé, os homens têm familiaridade no trato do coco, ajudam a catá-lo para venda e quebram com muita freqüência. Observei essa situação antes do ingresso formal no curso de doutorado, quando visitei a área juntamente com um índio que havia participado da reunião das quebradeiras de coco, por ocasião da discussão de um projeto a ser financiado por uma agência de cooperação técnica internacional.

Com propósito de síntese, posso afirmar que, externamente, no domínio público, quem ganha visibilidade são as extrativistas autodesignadas como quebradeiras de coco babaçu. Os investimentos dos mediadores conduzem, inclusive, a essa interpretação e a essa visibilidade. Os vínculos familiares, entretanto, fundamentam-se numa divisão interna do trabalho familiar. Quando se trata dessa economia, os vínculos possuem relevância em função da própria atividade econômica, que incorpora o trabalho de todos os membros na unidade de produção familiar (SHANIN, 1979, p. 57). Dessa maneira, não há como

---

2 Consultar os anexos do livro ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MESQUITA, Benjamin Alvino; ABREU, Helciane de Fátima et al. Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB-GERUR, 2000.

3 Outra situação em que presenciei homens quebrando coco foi no sistema barracão, em Lago da Pedra. O sistema barracão há um intermediário que arrenda uma fazenda e contrata mulheres e homens que não possuem acesso às áreas de babaçuais para quebrar coco. As amêndoas são vendidas a um preço considerado baixo, e as cascas são fornecidas sem qualquer remuneração ao intermediário. Quando estivemos em Lago da Pedra, o preço do quilo da amêndoa estava fixado em R$ 0,55 e as cascas eram repassadas de graça ao intermediário, que possui um caminhão que transporta as cascas para uma área de produção de carvão vegetal, a COSIMA.

estudar as quebradeiras de coco babaçu sem considerar os homens, os filhos e os pais das líderes entrevistadas.

Um trabalho antropológico que permanecesse preso à rede de relações estabelecidas no processo de construção da categoria política quebradeira de coco babaçu não daria conta das especificidades que ocorrem no quotidiano e no âmbito das relações familiares. Conseqüentemente, o caráter de construção da própria categoria em análise não seria contemplado. A atividade extrativa não existe por si só. Há diferentes planos sociais de conciliação do trabalho agrícola com o extrativismo e, por vezes, uma dispersão em relação ao lugar de produção. Essa dispersão ocorre em função da saída de membros das unidades familiares, que se submetem as formas de assalariamento temporário para garantir a reprodução.

CAPÍTULO 7:TECNOLOGIA E RACIONALIDADE SOCIAL

> A la meme époque, des ethnographes anglo-saxons tells que E. B Taylor dans sés Researches into the early History of Mankind (1865) et surtout Lewis Morgan dans Ancient Society (1877) donnérent une classification historique des sociétés d'aprés leur niveau technique (...) Le stade inférieur de la sauvagerie coincide rait avec l'apparition du langage et une subsistance basée sur la cueillette des fruits, bougeons et graines consommés crus; pas de population actuelle connue à ce stade. La technologie science humaine" – Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques (HAUDRICOURT, 1987, p. 58).

A noção de tecnologia cultural presente nos estudos etnológicos rejeita a separação entre o aspecto técnico, o econômico e o ritual, considerando que somente a etnografia permite a percepção, por parte dos pesquisadores, dessa indissociabilidade. Se, nas sociedades modernas, torna-se relativamente fácil separar esses aspectos, o mesmo não ocorre nas sociedades com uma divisão social do trabalho em menor escala. O trabalho de campo sistemático permite perceber a inter-relação entre os vários elementos da vida social do grupo e perceber a técnica como expressão de relações sociais. A esse respeito, para Marcel Mauss, o fato etnográfico deve ser considerado como um fenômeno social total, sem uma nítida separação entre o econômico e o técnico (MAUSS apud HAUDRICOURT, 1987). Ou, nas palavras de Haudricourt,

> il est bien évident que dans nos sociétés complexes modernes il est beaucoup plus facile d'isoler une activité technique d'une activité économique ou religieuse que parmi des populations appartenant à des sociétés moins différenciées. Il est naturellement impossible d'étudier les activités techniques sans les relier étroitement aux activités rituelles ou magiques avec lesquelles elles se confondent dans beaucoup de sociétés (HAUDRICOURT, 1987, p. 57).

Nesse sentido, quando se observam os artefatos produzidos a partir de uma tecnologia expostos num museu, pouco se pode saber sobre a forma como foram produzidos e seus diferentes usos. Os objetos aparecem por si sós, sem referências às relações sociais que envolvem sua produção e seu uso.

Em consonância com o que foi dito acima, pretendo, com este capítulo, apresentar a discussão sobre a tecnologia, a partir, inicialmente, dos conflitos entre os interesses empresariais, que investem na implementação das chamadas máquinas de quebrar coco, e os interesses das famílias que se dedicam ao extrativismo e têm implementado experiências centradas na tecnologia.

Recorro aos autores "colecionistas" já referidos, a fim de demonstrar que suas análises se centravam na classificação dos grupos sociais e a partir dos instrumentos utilizados por eles na transformação da natureza. Para tais autores, o grau de evolução dos grupos correspondia a determinado nível tecnológico. Em seguida, reflito sobre a atualização desses princípios evolucionistas pelas políticas governamentais e como os projetos que investem na viabilização das máquinas de quebrar coco entram em choque com a representação das extrativistas.

7.1 O campo de disputas em torno da tecnologia

Têm-se interesses divergentes em torno do significado de tecnologia, que podem ser interpretados, em última instância, como uma luta entre formas de classificação. De um lado, um saber de pretensão científica, apoiado numa suposta racionalidade e em métodos quantitativos, com projeção estatística, que confere uma autoridade serial às argumentações[1]. De outro lado, o "saber local", traduzido em práticas adquiridas através da experiência e de uma atualização constante dos saberes práticos2.

Por aproximadamente um século, de 1890 à última década do século XX, as propostas voltadas para o beneficiamento do babaçu estiveram atreladas principalmente aos propósitos e projetos da iniciativa privada e estavam centradas na invenção de uma máquina que pudesse separar a amêndoa do coquilho de sua casca, tradicionalmente retirada com o uso do machado. Desse coquilho, retira-se a amêndoa, da qual é possível produzir, por um processo de prensagem, um óleo vegetal bem denso e viscoso, o "óleo de babaçu", utilizado largamente para fins comestíveis e na indústria de cosméticos. O Maranhão se destacou na exportação desse óleo e de outros subprodutos do babaçu, durante décadas inteiras. A circulação desse produto num mercado monopolizado pelas indústrias privadas

1 Sob esse prisma, a tecnologia se tornou uma espécie de superlativo erudito e pedante de técnica, como afirma F. Sigaut (1986, p. 32) no prefácio à obra HAUDRICOURT, André-Georges. La technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Édtions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987 .

2 Sobre essa disputa no plano da produção de conhecimentos, consultar Almeida (2006b, p. 21) (b) Nas palavras do autor: "Enfim, nós estamos vivendo hoje uma disputa no plano dos conhecimentos, e isso interfere, primeiro, nas formas como as tecnologias são incorporadas pelos grupos". As tecnologias são incorporadas em diferentes graus e de maneira diferenciada, e o que mede isso ou o condiciona, conforme a proposta deste seminário, pode ser o fator étnico enquanto organizativo (BARTH, 2000, p. 40) e a identidade coletiva objetivada em movimentos sociais como no caso do MIQCB.

evidenciou uma estreita ligação entre os grandes imóveis rurais, classificados pelo INCRA como "latifúndios por extensão" ou por "exploração", e as indústrias saboeiras e de óleos vegetais.

Após a quebra manual do coco, as amêndoas eram vendidas a intermediários, que, por sua vez, as repassavam às indústrias de processamento, as quais prensavam o óleo e exportavam toda a produção. O principal argumento justificador da necessidade de invenção de uma máquina de quebrar coco baseava-se no princípio da racionalização da produção, a partir de uma oferta regular de amêndoas, que permitisse uma produção de óleo vegetal em escala industrial e por parte dos empresários, bem como de um planejamento por parte do poder público. Os projetos de invenção de uma máquina de quebrar coco, perseguidos com mais regularidade desde o período das primeiras exportações de óleo de babaçu para a Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial, continuam, todavia, recebendo incentivos governamentais até o presente. Tais projetos devem-se notadamente à necessidade dos empresários de ampliar a capacidade produtiva, prescindindo das extrativistas responsáveis pela quebra do coquilho e da cadeia de intermediação.

Posso dizer que dois aspectos perpassam a "produção burocrática" e gerencial, já referida quando tratei dos "intervencionistas": a necessidade de inventar uma máquina de quebrar coco e aquela de melhorar a eficácia dos bens de capital e equipamentos já existentes. É como se, durante todas essas décadas de investimentos governamentais sucessivos, o objetivo principal da ação oficial, ou seja, a substituição do trabalho manual pelo trabalho mecanizado, constituísse um ideal a ser atingido. Esse processo de construção de categorias designativas do extrativismo e das extrativistas aparece associado a um menosprezo à atividade manual, interpretada como atrasada.

Consultando-se a documentação, verifica-se que são inúmeros os modelos de máquinas de quebrar coco produzidas. Eles perfazem atualmente um total de aproximadamente 450 patentes registradas no Instituto de Proteção Intelectual (IPI). Todo esse investimento governamental resultou na existência de inúmeros "cemitérios de máquinas", espalhados pelo interior do estado em áreas onde outrora o babaçu era aproveitado em escala industrial. A literatura catalogada aponta recorrentemente para noções como "cemitérios de máquinas" e "decadência da economia do babaçu". Tal literatura assinala como principal motivo da chamada "crise da economia do babaçu", que resultou no fechamento de inúmeras fábricas de óleos vegetais nos anos 1970, a ineficácia do sistema de mecanização até então adotado.

Ao fazer referência aos aspectos históricos da economia do babaçu, não pretendo reconstruir encadeamentos no sentido de buscar continuidades. Ao contrário, busco entender o fundamento do sistema de relações sociais que se estabelece em torno da discussão sobre tecnologia. A produção bibliográfica sobre o tema, pelo menos a que se produziu até a última metade do século passado, imobiliza o olhar para as representações das extrativistas, como se elas estivessem

atreladas a um passado que deve ser superado. Como se elas representassem um estágio de uma evolução tecnológica em andamento. Importa discutir a tecnologia, mostrando que esse discurso se mantém contemporaneamente com todo vigor, mesmo tendo mudado de roupagem e se confrontado com outros saberes que sempre estiveram subordinados e que começam a se fazer presentes agora, a partir da organização das extrativistas em movimentos sociais. Durante aproximadamente um século, o processo de exploração do babaçu ocorreu sem grandes alterações.

Para os teóricos das "estratégias empresariais", a tecnologia é o método de fazer ou saber como fazer, requerendo pelo menos três componentes elementares: informação sobre o modo de empregá-lo e certa compreensão dele[3]. Quando pensada para a transformação do coco babaçu, a inovação tecnológica tem, entretanto, prescindido do saber das extrativistas, que tradicionalmente extraem a amêndoa do coco. As iniciativas dessa ordem se opõem à capacidade das organizações das extrativistas de criarem suas próprias competências técnicas e gerenciais, evidenciando uma situação de antagonismos sociais.

A partir da segunda metade dos anos 80 do século passado, paralelamente aos incentivos governamentais direcionados para os grandes e médios empreendimentos, surgiram formas específicas de organização das extrativistas. Mediante tal processo, ocorre uma diversificação dos modelos tecnológicos até então propostos e passam a entrar em cena novas possibilidades de utilização do babaçu. Com isso, tem-se o advento de novas relações sociais que permitem o rompimento do monopólio em torno da tecnologia centrada na invenção de máquinas de quebrar coco. Novos modelos tecnológicos são destinados às "formas organizativas". A categoria quebradeira de coco babaçu ganha visibilidade e se instaura um conflito em torno do tipo de tecnologia considerado adequado e em torno das formas de classificação do extrativismo e das extrativistas.

A organização das extrativistas ocorreu paralelamente à predominância dos empreendimentos empresariais. Atualmente, ainda há empresas operando com a comercialização do óleo e de outros subprodutos do babaçu e os chamados "núcleos de compra", ou seja, povoados que fornecem amêndoas para essas empresas. O subproduto principal utilizado pelas indústrias é o óleo de babaçu, retirado das amêndoas por um processo de prensagem. Em termos de mecanização, predominam as denominadas prensas, equipamentos adquiridos prontos no mercado e que servem para prensar não somente as amêndoas de babaçu, mas também o amendoim, a soja e outros produtos. A literatura que trata do babaçu faz referência às prensas como pioneiras no processo tecnológico.

No entanto, paralelamente a essa forma de produção, marcada por uma profunda exploração das extrativistas, vão se formando outras, nas quais as extrativistas passam a estar à frente do processo, dominando as diferentes

3 ARIFFIN, Norlela e FIGUEIREDO, Paulo N. Institucionalização de competências tecnológicas. Rio de Janeiro: Editora FGU, 2003.

etapas produtivas. A viabilização dessas experiências só foi possível, segundo as entrevistadas (Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, E – nº 6; Sebastiana Ferreira Costa e Silva, E – nº 9), em função do que denomina luta. Essas organizações se aglutinam em frentes de luta diversas, incluindo em suas propostas categorias como preservação ambiental, "equidade de gênero", livre acesso às áreas de babaçuais e inserção no mercado solidário. São categorias construídas em outros contextos e que aparecem como condição para a aprovação de projetos.

Nesse contexto de construção de propostas diversas, inclui-se a reivindicação por uma tecnologia socialmente apropriada, ou seja, que supostamente atenda aos interesses das extrativistas e se distancie dos interesses meramente empresariais. Começam a se implantar iniciativas tecnológicas diversas, a partir do apoio de organizações internacionais e multilaterais, que financiam projetos para esses segmentos classificados genericamente por tais organismos como pobres. Esses projetos propiciam certa autonomia aos segmentos aglutinados em formas organizativas específicas, que investem na construção e compra de equipamentos para o beneficiamento da produção extrativa.

Eu poderia pensar, se incorporasse ao meu discurso a visão das líderes e dos mediadores, que estávamos diante de uma situação inversa à que ocorreu no período da revolução industrial. No início da revolução industrial, a forma de luta dos operários centrava-se na quebra das máquinas. No caso das extrativistas, elas interpretam a construção de máquinas como forma de se contrapor ao modelo imposto por políticas governamentais responsáveis por propostas que investem unicamente na substituição do trabalho das quebradeiras de coco babaçu pela quebra mecanizada do coquilho.

No âmbito desse saber militante, não prevalece, ao contrário da suposição dos planejadores, uma recusa às máquinas de maneira definitiva, conforme nos colocou uma das entrevistadas:

> *Nós somos a favor de vários tipos de máquinas e o fato de usarmos o machado não significa que não queremos máquinas. O que não queremos é um único modelo para todas as comunidades porque cada comunidade é de um jeito. Mesmo a máquina de quebrar coco, se nós tivermos um domínio sobre elas e elas quebrarem bem como nós, nós podemos até aceitar. O problema é como a coisa tá sendo feita pelo governo, um monte de máquina parada aí* (Maria de Jesus Fereira Bringela, d. Dijé, anotação nº3).

Os projetos que extraem diretamente a amêndoa do coco remetem sempre a uma discussão mais ampla que a dos mecanismos de inserção dos produtos

no mercado. Incorporam uma mobilização por políticas governamentais que estejam em consonância com o que denominam diversidade social. Contrastam sobremaneira a passagem dessas extrativistas da condição de fornecedores de amêndoa para a condição de exportadores de produtos manufaturados. Nesse processo de transformação, registra-se a montagem de experiências dirigidas pelas extrativistas e que passam a investir na invenção de outros equipamentos que possam processar os chamados subprodutos do babaçu. Essas experiências de inovação tecnológica, canalizadas para os grupos sociais por uma de suas formas organizativas, incluem a invenção de equipamentos de fabricação artesanal, como as pequenas prensas, as espinhas de peixe, os sacadores ou empurradores e os cortadores.

As denominadas pequenas prensas são compradas diretamente no mercado de máquinas e adaptadas regionalmente por um metalúrgico às condições da produção em escala menor que aquelas das indústrias. Nesse processo de adaptação, há uma série de reuniões para debate sobre as adaptações necessárias, que reúnem os metalúrgicos, as quebradeiras de coco e assessores responsáveis pelos programas na área de produção. Na região ecológica dos babaçuais, há duas prensas: uma na Associação das Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP), no estado de Tocantins, e outra na Cooperativa de Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COOPALJ), no estado do Maranhão. O inventor dessas máquinas é o senhor Arlem, morador de Bacabal.

As espinhas de peixes são adaptações para facilitar a retirada do mesocarpo de babaçu. Foram inventadas por um senhor de Centro do Coroatá e aperfeiçoadas por um metalúrgico conhecido como Antônio, que as implantou nos núcleos de produção de mesocarpo de Esperantinópolis (MA). Compreendem facões presos por uma estrutura de madeira que executam o trabalho de descascar o coco. Quando descascado, o mesocarpo se desprende com facilidade e sobram as amêndoas, que são quebradas posteriormente. Para que esse processo ocorra de maneira satisfatória, o coco precisa estar seco. Daí a dificuldade em produzir mesocarpo no período chuvoso, que corresponde aos meses de dezembro a maio, aproximadamente.

Já os sacadores e cortadores foram observados em Ludovico, localizado no município de Lago do Junco (MA), na fábrica de sabonetes gerenciada pela Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR). Após a feitura da massa que compõe o sabonete, essa é colocada em canos PVC. Após algumas horas, a massa seca. O cano contendo a massa é posto numa espécie de mesa. O sacador empurra a massa já seca que será cortada pelo denominado cortador, manipulado pelas próprias mulheres, e formará os sabonetes.

Há ainda a utilização de equipamentos adquiridos nas praças de mercado como as forrageiras e prensas, que são adaptados às condições locais de produção. Tais projetos não pressupõem o custo de transferência de tecnologia. Apostam na criatividade local e possuem financiamento de agências multilaterais e de

organizações não-governamentais internacionais e, em menor escala e mais recentemente, de órgãos governamentais federais, como o Ministério do Meio Ambiente. São pequenos projetos de tecnologia simples, que investem na fabricação de máquinas montadas por metalúrgicos dos próprios municípios, a partir de uma interação direta com as extrativistas. Os agentes financiadores possuem critérios universais que são combinados com as especificidades das diferentes regiões. Dentre esses critérios, aparecem as noções operacionais de "associativismo", "parceria" e "comunidade". As extrativistas imprimem a sua marca própria na execução de tais projetos, aproveitam os recursos naturais disponíveis e conciliam essas experiências com a atividade agrícola essencial à sua posição social.

Tais experiências quebram com o monopólio da discussão tecnológica de domínio exclusivo de especialistas, antes restrita ao âmbito governamental e empresarial. Elas são interpretadas pelos técnicos e assessores das diversas expressões organizativas como diversificando as possibilidades de comercialização de subprodutos do babaçu (Valdener Miranda, anotação n° 7). Em decorrência, têm surgido novas propostas tecnológicas que resultam na produção de subprodutos como o mesocarpo, o sabão, o sabonete, o artesanato, as essências corporais e aromáticas, além de outros.

São projetos que visam fortalecer institucionalmente as mulheres extrativistas. Entretanto, o produto desse trabalho é familiar e, embora a visibilidade esteja na mulher, o homem está presente nessa economia de base familiar. Quem produz maior visibilidade das mulheres são as agências internacionais de cooperação técnico-científica e aquelas de financiamento de projetos. O homem também tem um papel relevante na garantia da reprodução física do grupo, em função do trabalho nas áreas de cultivo, mais conhecidas como roças.

Não posso restringir a predominância de formas de mobilização às áreas desapropriadas. Há integrantes dessas formas organizativas que se encontram mobilizados, ainda que não tenham acesso à terra. Entretanto, em muitas áreas cujas integrantes acionam a identidade de quebradeiras de coco babaçu, registram-se conflitos agrários em áreas que já foram desapropriadas. Nesses conflitos, os homens tiveram e têm papel fundamental. A situação do acesso à terra está, todavia, garantida, em algumas áreas, em função das desapropriações. Nessas situações, designadas como áreas de assentamento, a dificuldade, por vezes, é em função da escassez do coco babaçu. O conflito parece ocorrer em algumas áreas em que há escassez de coco ou em que a quantidade de coco disponível no assentamento se mostra insuficiente.

O fato de o coco babaçu se encontrar concentrado em parcelas de terra ou em determinados lotes e não se constituir em área de uso comum agrava o problema. Nesses casos, o conflito se manifesta em função das dificuldades de acesso ao coco babaçu, proporcionando uma maior visibilidade à ação das mulheres. Não há como entender essa visibilidade das mulheres sem considerar as transformações

no plano político-organizativo. Essas transformações incluem a reivindicação de uma identidade coletiva objetivada num determinado movimento social. Assim, no caso em análise, são as autodenominadas quebradeiras de coco babaçu que se destacam como implementadoras e organizadoras do processo produtivo.

Se, até os anos 1990, o discurso empresarial era uniforme e reconhecido como verdadeiro, com a emergência dessa identidade coletiva formam-se redes de organizações que passam a questionar o modelo único tecnológico e a reivindicar, junto a aparatos governamentais, propostas mais coadunadas com as condições reais de existência das mulheres extrativistas. Há uma construção da categoria quebradeira de coco babaçu e de quadros institucionais específicos, com legitimidade para redefinir significados (NEVES, 2007, p. 2). A categoria quebradeira de coco é positivada e, conseqüentemente, o modelo de implementação de máquinas de quebrar coco babaçu passou a ser duramente questionado. Outras possibilidades de investimento são vislumbradas, principalmente com a entrada em cena de projetos de agências multilaterais direcionados para a chamada "erradicação da pobreza" ou para o fortalecimento institucional de "comunidades".

As categorias incorporadas ao discurso daquelas que se autodesignam como quebradeiras de coco são reconhecidas como dignas de investimento. Principalmente as categorias "preservação ambiental" e "tecnologia socialmente apropriada".

Disseminaram-se, desse modo, experiências de montagem de pequenas fábricas, dirigidas pelas extrativistas, que são simultaneamente as líderes desses movimentos sociais e que passam a planejar, juntamente com metalúrgicos locais, mecânicos e técnicos em motores e máquinas, experimentos que possam beneficiar o babaçu e colocar mais agilmente os seus subprodutos no mercado. Nessas experiências, não há um direcionamento para a substituição da quebra manual, nem tampouco uma mecanização descolada das condições concretas de extração artesanal.

As extrativistas responsáveis pela quebra do coquilho trazem esses experimentos para a discussão política. O resultado é que se configura, nesse contexto de organização das extrativistas, um campo de disputas em torno do tipo de tecnologia adequada ao extrativismo. A tomada de posição das líderes em relação à tecnologia é marcada por discursos que possuem certa uniformidade, ao negarem o processo tecnológico considerado em si mesmo e de maneira isolada. Elas não se colocam contra a tecnologia e defendem, ao contrário, uma tecnologia classificada como socialmente apropriada e que permita a manutenção das suas condições de existência. Perfilam-se contrárias às máquinas de quebrar coco por considerá-las inadequadas à retirada dos subprodutos para uso familiar e por causar danos à sua reprodução física e social.

Opõem-se interesses divergentes. De um lado, um saber de pretensão científica, apoiado numa suposta racionalidade e em métodos quantitativos, com projeção estatística, que conferem uma autoridade às argumentações; e de outro,

o "saber local", traduzido em práticas adquiridas através da experiência e de uma atualização constante dos saberes práticos. As líderes que incorporam a categoria "gênero" consideram que, ademais, qualquer um pode operar a máquina, inclusive os homens, que se acham mais voltados para as lides agrícolas.

Nas palavras de uma líder, a senhora Sebastiana Ferreira Costa e Silva (E – n° 9), não haveria problemas se esses homens fossem seus companheiros. O problema seria se fossem os classificados funcionários de empresários, introduzindo uma forma de assalariamento desorganizadora da economia de base familiar. Esse depoimento mostra que a oposição é com a perspectiva empresarial. A participação da mulher nas formas organizativas pode ser interpretada como fortalecedora da família, como endossadora da mobilização política das mulheres, donde não haver problemas de o companheiro saber fazer o que elas fazem ou irão fazer.

A hegemonia de categorias estigmatizantes, produzidas entre os anos 1930 e 1980, relaciona-se à não construção de formas de classificação opostas, que rivalizem com as existentes. O tema tecnologia deve ser entendido como possuindo relevância nos debates, apesar das posições diferenciadas. Em relação ao tema tecnologia, prevalece um processo de construção de um consenso no dissenso (BOURDIEU, 1968, p. 90). Há diferentes posições, defendidas via formações discursivas diversas e, no entanto, há algo em comum: o reconhecimento do tema como relevante. Em outras palavras, a despeito das divergências de posição quanto ao tema, os atores sociais são instados a reconhecer o tema da tecnologia como um problema pertinente a ser discutido nas pautas oficiais e nos contatos com o aparato burocrático.

As variações do sentido atribuído ao tema estão relacionadas às posições ocupadas no jogo. No âmbito empresarial, a categoria tecnologia possui uma proximidade com noções como desenvolvimento e progresso, enquanto, no âmbito da mobilização política, os princípios de classificação referentes à forma de interpretar não dispensam o debate sobre o acesso a políticas governamentais e a uma relativização da tecnologia como relacionada a um aparato de instrumentos complexos de serem operados, remetidos à noção de máquina. No âmbito das formas organizativas que operam com critérios políticos organizativos, há uma tendência à homogeneização da representação, já que o tema tecnologia é discutido amplamente e de forma coletiva.

Para equacionar as forças e dispô-las em cena, pode-se dizer que, de um lado, temos os proprietários e gerentes de empresas privadas, que processam industrialmente o óleo de babaçu. Desde o início do século passado, suas iniciativas contam com subsídios governamentais destinados à aquisição de máquinas de quebrar coco. Objetivam imprimir o que chamam de uma "racionalidade na produção", a partir da eliminação da dependência na aquisição de amêndoas de extrativistas que praticam a quebra manual. A implementação dessas máquinas garantiria idealmente, ao setor empresarial, uma regularidade da produção e uma

maior previsibilidade da oferta do principal produto exportado pelas empresas privadas: o óleo de babaçu.

De outro lado, há os planejadores e implementadores dos projetos governamentais, que precisam adequar suas políticas à mudanças dos critérios definidos pelas agências multilaterais e passam a incentivar a criação de associações que rivalizam com aquelas formas organizativas referidas ao processo de luta pela terra. Esse incentivo deve-se à necessidade de viabilizar os projetos, centrados na implantação de "máquinas de quebrar coco" para associações que, por vezes, são criadas somente para receber tais projetos. Há ainda, como linha auxiliar, os inventores das máquinas, que buscam incentivos creditícios junto a bancos públicos para conseguir aperfeiçoar seus inventos sempre pensados em escala industrial.

Não obstante essa multiplicidade de interesses, vale frisar que as extrativistas também não se constituem em categoria homogênea. Há as que detêm os meios de produção, dentre os quais a terra, e conciliam, juntamente com suas famílias, a atividade extrativa com a agrícola. E há as famílias despossuídas de terra e de acesso ao babaçu. As famílias que vivem nessa situação pagam renda em áreas de fazenda e se submetem às relações de exploração para retirar o babaçu como quebra de meia. Nessa modalidade de exploração, a metade das amêndoas quebradas e as cascas são repassadas ao pretenso proprietário da terra. Outra modalidade de exploração, presenciada em Igarapé Grande (MA), Lago dos Rodrigues (MA) e Bernardo do Mearim, é a classificada como roço da solta nas fazendas de gado. Nessa situação, as famílias, para coletar o babaçu, são obrigadas a retirar todo o mato da área através da capina. Posteriormente, o fazendeiro planta capim para alimentação bovina nessa área roçada pelas famílias. É um contra-serviço: "babaçu em troca de roço da solta" (dona Celestina, anotação nº 12).

Para as líderes, a atividade de quebrar coco se articula com uma luta coletiva pelo reconhecimento de um determinado saber em constante ameaça de ser expropriado por projetos de mecanização que substituam a quebra manual. Essas entrevistadas se colocam a favor da tecnologia, entendida como um aperfeiçoamento técnico que possa aumentar a produtividade e agregar valor ao produto. Entretanto, dentre as propostas já apresentadas, defendem a manutenção da quebra manual. Posteriormente, centrei as observações nas famílias. Entrevistei homens e mulheres de unidades domésticas e pude entrevistar extrativistas que não estavam inseridas nos denominados movimentos sociais. Pude perceber as contradições e dificuldades vivenciadas pelas líderes em conciliar o trabalho político com a vida doméstica.

As máquinas de quebrar coco propostas por políticas governamentais e que atendem aos interesses empresariais de inventores e do mercado de máquinas são interpretadas como colocando em xeque um saber tradicional. Tal saber concerne a um domínio predominantemente feminino, relacionado às práticas de retirar a amêndoa do coco e a uma técnica secular.

7.2 Representação das extrativistas ligadas ao MIQCB em relação à quebra manual e mecânica do coco babaçu

> *Esse negócio de beneficiamento de babaçu é importante, só que às vezes é tanta proposta que a gente se perde, agora uma coisa é certa, nós queremos continuar como quebradeiras de coco e disso nós não abre mão* (Diolinda Reis, E- nº 12).
>
> *Não tem máquina que quebre nosso coco, logo os cocos são diferentes, tem uns com 2, uns com 3 e até com 6 amêndoas. A máquina é para quando é tudo igualzinho e nossos cocos só nós mesmas para quebrar, pois cada coco é de um jeito. Nisso a natureza ajudou nós, fez os cocos assim pra nós não deixar nunca de ser quebradeira* (Diolinda Reis, E- nº 12).

As citações acima explicitam que, de um lado, para a antropologia, por um longo período de tempo, a evolução dos povos esteve atrelada ao tipo de tecnologia empregada na transformação da natureza. Segundo essa interpretação, quanto mais desenvolvida a técnica, maior grau de desenvolvimento o grupo social possuía. A descrição da atividade material dos homens recebeu nos trabalhos etnográficos a denominação de "vida material". De outro, apresento a representação das extrativistas que consideram a quebra manual como mais eficaz, e apropriada às suas condições materiais de existência, comparada à quebra mecânica. Isso pode sugerir, à primeira vista, uma recusa do que é considerado como avançado ou civilizado. Pode ser lido também como uma persistência do atraso.

Nos depoimentos coletados no decorrer do trabalho de campo, aparecem diferentes representações sobre as técnicas utilizadas no processo de trabalho, com diferenciações entre a quebra manual e a quebra mecânica do coquilho. Há representações diversas segundo a posição das entrevistadas. As líderes do MIQCB que integram sua coordenação enfatizam a importância da quebra manual para a manutenção da reprodução face aos projetos governamentais que incorporam a lógica da racionalidade econômica. As demais líderes positivam a quebra manual, ressaltando os aspectos cotidianos do trabalho. Explicitam que os instrumentos de trabalho são fabricados nos próprios povoados. Ressaltam a importância de as crianças aprenderem o ofício e distinguem descritivamente os diferentes instrumentos utilizados na quebra de coco.

A representação sobre o extrativismo babaçu das extrativistas vinculadas mais diretamente às "formas organizativas" apresenta uma homogeneidade relacionada a processos de formação política similares adquiridos via participação e debates em encontros, seminários, fóruns e reuniões. Verifica-se a incorporação

de categorias impostas pelo discurso oficial e por aquele das agências multilaterais e de cooperação técnico-científica internacional, tais como: "desenvolvimento sustentável", "gênero", "diversidade" e "tecnologia socialmente apropriada". Entretanto, não se trata de uma mera repetição ou de uma repetição mecânica. Ao contrário, essas categorias passam por intermediação e são incorporadas a um sistema de representações próprio, que também intervém no seu significado. As extrativistas que se autodesignam quebradeiras de coco babaçu classificam esse conhecimento como saber. Dona Querubina, coordenadora do Regional de Imperatriz, classifica essa modalidade de percepção como um saber da natureza que está intimamente associado à prática extrativista, seja na escolha do coco a ser selecionado para a quebra, seja na maneira de quebrá-lo.

Essa noção de saber estaria de acordo com a concepção desenvolvida por Michel Foucault, que considera que o saber pode ser definido como um espaço no qual o sujeito toma posição para falar dos objetos de que se ocupará seu discurso. É um campo de coordenação e subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, definem-se, aplicam-se e transformam-se. Finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2004, p. 204).

Para as extrativistas não diretamente vinculadas às "formas organizativas", a quebra manual de coco faculta às mulheres o aprendizado de um ofício que não está dissociado de um cálculo econômico familiar. Elas possuem uma representação dessa atividade como possuindo relevância no repasse de um saber que garante a reprodução da vida social.

Em áreas de ocupação antiga, como na Baixada Maranhense, presenciei uma situação específica relacionada à inserção do instrumento de quebra do coquilho – o machado – em práticas religiosas e rituais. A representação das extrativistas sobre esse instrumento, no plano religioso, abre as portas ao entendimento de aspectos da vida social dessas famílias, que nem sempre se manifestam de forma evidente e ajudam a relativizar as concepções relacionadas, estritamente, ao que posso designar como "plano econômico".

As quebradeiras de coco babaçu, que não se constituem em líderes, ressaltam freqüentemente que seus instrumentos de trabalho nos roçados e no extrativismo são feitos, em algumas situações, no próprio povoado. São objetos particulares e, inclusive no caso da atividade extrativa, as crianças possuem os seus próprios instrumentos adequados à sua capacidade muscular e ao tamanho de seus membros inferiores e superiores. São instrumentos que, mesmo considerados atrasados e emperrando o crescimento dessa economia, têm demonstrado, ao longo do tempo, uma eficácia consoante à racionalidade específica desses agentes sociais.

Em relação principalmente ao instrumento principal de quebra do coco, o machado, eliminá-lo e implementar as máquinas de quebrar coco significa, para as líderes das "formas organizativas", suprimir a sua autonomia diante dos fatores

e dos produtos do trabalho.

Ao ressaltarem que detêm o saber sobre a confecção dos diferentes instrumentos utilizados para a prática do extrativismo e o trabalho nos roçados, pretendem ressaltar que, além de proprietários dos meios de produção, têm a técnica e o saber para produzir seus instrumentos de trabalho. Esse saber, ameaçado de expropriação por projetos oficiais que investem no assalariamento, é valorizado nas entrevistas. Demonstram, nesse contexto, que possuem o controle do saber, o controle do acesso, do ritmo e da intensidade do trabalho. Esse saber é ressaltado porque ele é parte do jogo de investimentos e de gestão na manutenção e controle dos meios de produção.

O que está em jogo, na defesa de uma técnica que privilegia a quebra manual, é a luta contra a expropriação causada pela implantação das chamadas máquinas de quebrar coco, as quais, ao substituírem o trabalho das mulheres, submete as famílias a uma perda de autonomia no processo produtivo. As famílias querem continuar proprietárias dos meios de produção e prosseguir detendo o conhecimento sobre essa técnica que possibilita a sua reprodução a partir de uma forma de produzir não submetida a uma jornada de trabalho regular ditada pelos donos dos meios de produção.

Ao defenderem a técnica manual, as mulheres extrativistas se colocam contrárias aos projetos oficiais e privados, que investem na eliminação do trabalho familiar, e passam a valorizar mais o saber que detêm a respeito do manejo desses instrumentos. Esse efeito contrastante caracteriza as situações de conflito e indiretamente reforça os elementos constituintes da identidade coletiva objetivada em movimento social.

As extrativistas ligadas ao MIQCB possuem informações em relação às políticas governamentais que viabilizaram a implantação das chamadas máquinas de quebrar coco. Elas questionam esses projetos e os classificam como um desperdício, ou, nas palavras de dona Maria de Jesus Bingelo, "como uma forma de colocar dinheiro fora".

Nos projetos já financiados, nas áreas onde predomina a rede de organizações das extrativistas, a máquina de quebrar coco nunca foi implantada. Os projetos tecnológicos financiados por agências internacionais de fomento viabilizam para as formas organizativas um recurso que permite às líderes das associações extrativistas a criação de máquinas apropriadas, juntamente com metalúrgicos locais. Mesmo as prensas e forrageiras adquiridas prontas no mercado são adaptadas às condições locais.

O que leva as extrativistas a rejeitarem as máquinas de quebrar coco é o fato de nunca ter sido viabilizado um tipo de máquina capaz de ter a mesma eficácia que a quebra manual. A seguir, apresento o quadro onde condensei as representações das extrativistas vinculadas às associações e cooperativas a respeito da quebra manual e da quebra mecânica:

REPRESENTAÇÃO DAS EXTRATIVISTAS	
QUEBRA MANUAL	**QUEBRA MECÂNICA**
A amêndoa sai inteira	A amêndoa sai quebrada
Podem quebrar no local de coleta	Precisam carregar o coco até o local onde a máquina está instalada
O mesocarpo sai limpo e pode ser transformado em mingau para a alimentação das crianças	O mesocarpo sai misturado, serve somente para dar aos animais.
Somente as mulheres sabem quebrar com o machado	Qualquer pessoa pode operar a máquina
Aproveitamento integral do babaçu	Prioridade à produção de carvão
Podem produzir a quantidade adequada aos seus cálculos econômicos	A máquina pode ter uma produtividade superior aos cálculos econômicos das famílias
Respeito às leis do babaçu livre	Violação das leis de livre acesso

Quadro 9: Representação das extrativistas vinculadas a formas organizativas sobre a quebra manual do coco babaçu e a quebra mecânica (E- nº 05-09 e 11-14).

De acordo com o quadro acima, elaborado a partir das entrevistas realizadas durante a pesquisa, verifiquei que os subprodutos oriundos da denominada máquina de quebrar coco babaçu não são apropriados para o uso doméstico. Além disso, alteram profundamente as relações das extrativistas com os recursos naturais, dificultando a conciliação entre o trabalho agrícola e o extrativo. Em outras palavras, as técnicas manuais supõem o contato direto das mulheres com a natureza, com a matéria, enquanto as máquinas as privam, de mais a mais, desse contato. O contato direto assegura uma seleção mais criteriosa dos coquilhos e um ritmo diferenciado de quebra, que acompanha o formato, a consistência e o tamanho dos frutos de babaçu, os quais, por serem nativos, são extremamente diferentes entre si.

O fato de a amêndoa não sair inteira, e sim quebrada e misturada à casca, impossibilita a feitura do azeite, utilizado largamente na alimentação das famílias. O mesocarpo processado pela referida máquina é classificado como inapropriado para a alimentação. Deixa de ser visto como farinha por sair misturado às cascas, servindo somente para a alimentação de pequenos animais.

A forma tradicional de retirar o mesocarpo, manualmente, permite que ele saia sem restos de casca, ou seja, limpo, e possa ser dado às crianças pequenas como complemento alimentar. Essa massa retirada é utilizada ainda para a feitura de remédios para a cura de gastrite.

Com a máquina, a quantidade de mesocarpo produzida aumenta consideravelmente. Entretanto, segundo entrevista com a senhora Maria da Paz, do povoado Olho d'Água das Guaribas, em Itapecuru Mirim, no ano de 2001, não adianta a produção ser maior se não serve para alimentação das pessoas (Maria da Paz, anotação nº 11). Nesse período, toda a produção de mesocarpo havia sido levada pelos técnicos planejadores do projeto, sem que tivesse havido

remuneração das famílias que trabalharam na sua retirada. A justificativa dos planejadores é que procurariam mercado para esses produtos em outras unidades da federação.

Em setembro de 2006, em encontro quilombola realizado no município de Itapecuru Mirim, extrativistas do povoado Olho d'Água das Guaribas vendiam o sabão produzido com o óleo vegetal extraído pela máquina. Por vezes, as extrativistas ligadas ao MIQCB afirmaram que esse sabão está competindo com o sabonete que possui a marca de Babaçu Livre, produzido por elas na fábrica de Ludovico, em Lago do Junco. Nesse caso, presenciam-se situações onde o produto é aparentemente o mesmo, no entanto, a forma de produzi-lo é qualitativamente distinta. No primeiro caso, há incentivo ao arrendamento de babaçuais localizados em terras particulares, já que o babaçu presente nas "áreas de assentamento" é insuficiente para manter a máquina funcionando regularmente. No segundo caso, o sabonete de babaçu é produzido de acordo com os princípios preconizados pela lei de livre acesso, que permite a livre retirada do coco de áreas privadas.

Aliás, a escassez de coco babaçu nas "áreas de assentamento" no estado do Maranhão aparece com freqüência nos pronunciamentos. Os "antagonismos" com fazendeiros em função do acesso à terra foram resolvidos por algumas famílias através das desapropriações. Entretanto, esse conflito se modifica e passa a existir em razão da escassez de coco nos "assentamentos". Nessa reconfiguração do conflito, as mulheres ganham maior visibilidade, em comparação aos homens. A luta pelo livre acesso aos babaçuais é associada diretamente às mulheres, apesar do papel fundamental dos homens na economia de base familiar. Parece uma contradição que esses projetos que investem em máquinas de quebrar coco sejam implantados justamente nessas áreas desapropriadas, nas quais, importa repetir, há escassez de babaçu, pois prevalecem nelas pastagens degradadas, efeito dos desmatamentos.

Um outro problema refere-se à potencialidade de produção e o custo da referida máquina. Segundo o subprojeto intitulado "Unidades Demonstrativas de Aproveitamento Integral do Coco Babaçu em Comunidades Rurais do Município de Bequimão", a meta de cada unidade é processar quatro toneladas de coco por dia e trabalhar em média 25 dias / mês, o que equivaleria a uma produção mensal de 100 toneladas de amêndoas de coco. Cada família produziria 300 quilos por dia, o que equivaleria a 2.400 quilos por mês (FRAZÃO, 2001, p. 10). O preço total do projeto seria de UU$ 251.930,00 (FRAZÃO, 1998, p. 13). O produto seria vendido pelas famílias diretamente vinculadas ao projeto. O problema apontado pelas famílias refere-se à impossibilidade de conciliar esse ritmo de trabalho com o trabalho agrícola.

Segundo dona Maria Nice Machado Aires, essas máquinas de quebrar coco são viabilizadas em áreas de assentamento onde as quebradeiras de coco estão desmobilizadas. Segundo a informante, nessas áreas, "as mulheres são massas de manobra para enriquecer cada vez mais os empresários, eleger os políticos sem

princípio e alimentar as siderúrgicas" (Nice Machado Aires, E- nº 17).

No povoado Olho d'Água das Guaribas, em Itapecuru, há fornos do lado de fora da estrutura montada para abrigo da máquina de quebrar coco babaçu. Tais fornos são destinados a carbonizar as cascas do coco babaçu, que, em seguida, são vendidas para as siderúrgicas[4].

---

4 Atualmente, o setor siderúrgico é composto por 18 siderúrgicas funcionado com grande capacidade de produção nos estados do Maranhão e Pará. No Maranhão, as siderúrgicas estão localizadas no município de Açailândia e no Pará, principalmente no município de Marabá. Presencia-se um redirecionamento nas estratégias empresariais com vistas à produção de ferro gusa que levam técnicos e proprietários das siderúrgicas a incorporarem em seu discurso noções como responsabilidade social, preservação do meio ambiente e relações dignas de trabalho. Trata-se de uma alternativa encontrada para que as atividades predatórias possam continuar ocorrendo face às pressões colocadas por agências internacionais e à atuação do aparelho governamental através de órgãos responsáveis pela área do meio ambiente e dos direitos trabalhistas, assim como em razão da pressão dos movimentos sociais. Descortinam-se, por detrás do discurso, situações de continuidade, como: envolvimento de grandes grupos econômicos com produção voltada para o abastecimento do mercado externo; estabelecimento em locais com facilidade de transporte, mão-de-obra barata e abundância de matéria-prima necessária para a feitura do carvão vegetal. A cadeia produtiva do ferro gusa passou a incorporar outros agentes sociais além dos já existentes em função da escassez de recursos naturais, principalmente do carvão vegetal frente à abundância de minério de ferro da Serra dos Carajás. Após mais de 20 anos de exploração dos recursos naturais, presencia-se uma impossibilidade nas possibilidades de continuidade da exploração em função dos danos ambientais. Tal impossibilidade, difícil de ser admitida por aqueles que exploram esses recursos, deve-se à abundância de minério de ferro em relação à escassez do carvão vegetal. O coco babaçu passou a ser visto como uma alternativa para a produção de carvão vegetal, seja a partir da queima do coco inteiro, seja a partir do carvão da casca. Há regiões, como Imperatriz, em que os pequenos proprietários e posseiros estão arrendando terras para a produção de carvão do coco. Os cachos da palmeira de babaçu estão sendo arrancados ainda verdes no município de Imperatriz e adjacências. Os próprios estudos sobre a viabilidade do babaçu apontam para uma reorientação na hierarquia dos subprodutos, com destaque principal para a produção de carvão. Um exemplo é o estudo encomendado pelo governo do estado ao grupo Pensa, ligado à USP e cuja referência à viabilidade econômica do coco babaçu parece atrelada à produção de carvão vegetal. Há autores como Rocha Neto, empresário e ex-secretário da Indústria e Comércio, que defendem uma re-hierarquização dos subprodutos do babaçu, com o epicarpo, que serve para produção do carvão, ocupando o topo da hierarquia (ROCHA NETO, 1985, p. 8-13). Esse autor propõe a criação dos denominados Pólos Integrados de Babaçu, com inspiração nos pólos petroquímicos. Considerando essa escassez de carvão, os projetos de implantação das máquinas de quebrar coco nas denominadas comunidades figuram como mais uma possibilidade em conseguir carvão a preço barato para alimentar as siderúrgicas. Há denúncias de trabalho escravo nas carvoarias, áreas de fazenda arrendadas nas quais são montados os fornos conhecidos como rabo quente, com a predominância de doenças pulmonares. Quando estávamos realizando o trabalho de campo, em março de 2005, identificamos na sede do município de Imperatriz a criação de uma organização não-governamental intitulada Carvão Cidadão. Essa organização aglutina os donos das principais siderúrgicas que, para não serem responsabilizados pelas situações de trabalho escravo nas carvoarias, estão comprando o carvão somente das carvoarias legais. Trata-se de uma estratégia empresarial que consiste em acionar um discurso ecológico e contra a violação de direitos humanos que contrasta com as suas práticas. Segundo a coordenadora do MIQCB, nesse município só existem carvoarias porque existem siderúrgicas e as siderúrgicas possuem responsabilidades pelas carvoarias. A argumentação de que as siderúrgicas estão realizando

Com a implantação dos projetos de máquinas de quebrar coco babaçu, o saber das extrativistas seria expropriado, já que a máquina pode ser operada por qualquer pessoa que seja submetida ao treinamento oferecido por técnicos do projeto. A forma tradicional de quebrar coco com o machado e entre os babaçuais também se modifica, já que os cocos passam a ser transportados para os povoados em animais de carga. No depoimento a seguir, a senhora Diolinda Reis, conhecida como Dió, elabora uma representação cética em relação ao uso das máquinas de quebrar coco babaçu:

> *Porque o homem tudo ele inventa, mas, olha, eu vou te falar uma coisa, tá pra nascer ainda quem faz uma máquina pra quebrar o coco porque a máquina para mim, a máquina de quebrar o coco é o machado, minha irmã, porque o coco, o coco babaçu ele tem muitas amêndoas dentro e máquina daquelas que já vi, tendo experiência, vendo as máquinas digo – não tem condição. Faz é destruir o coco. Esmaga. É uma zoada. Não tem no mundo quem suporte, não tem ouvido que agüente aquela zoada e não tem, não tem porque o coco a gente parte ele assim e tem que quebrar é no machado mesmo. E poderá ser, poderá ter um dia que tenha um mecânico que faça uma máquina para quebrar o coco, mas é preciso que ele tenha muita inteligência para isso, só que até agora, eu não acho que teve* (Diolinda Reis, E- nº 12).

7.3 A máquina de quebrar coco associada à impossibilidade dos diferentes usos do babaçu

Para as extrativistas vinculadas a unidades de mobilização, a máquina de quebrar coco representa uma ameaça a uma produção diversificada do babaçu. Os subprodutos ficam reduzidos a carvão, óleo não comestível e mesocarpo para ração animal, produtos que podem ser utilizados tão somente por empresários em seus empreendimentos industriais. Para a unidade de produção familiar, esses produtos são inadequados ao uso. Podem somente gerar uma relação de assalariamento por

replantio precisa ser revista, já que o carvão produzido nas suas plantações de eucalipto se mostra insuficiente para a manutenção da atividade no ritmo necessário para beneficiar todo o minério oriundo da Serra dos Carajás. Além disso, as áreas com plantio de eucalipto necessitam de um longo tempo para regeneração do solo e a saída para manter a produção tem sido devastar áreas com floresta nativa para implantar o replantio de eucalipto. Essa prática tem gerado a desertificação de vastas porções de terra. As fazendas de eucalipto localizadas nas áreas das empresas não abastecem sequer metade do carvão empregado pelas siderúrgicas. A outra parte do carvão advém das sobras de madeiras das serrarias e do carvão do coco inteiro do babaçu ou das cascas.

produção que classificam como uma renda, que exige o trabalho da família em tempo integral, mas é considerada insuficiente para sua reprodução.

Quem se debruçar apenas sobre a literatura oficial e/ou oficiosa dos anos 1950 sequer tomará conhecimento das inúmeras utilizações do babaçu pelas próprias extrativistas, cujas unidades familiares são classificadas, genericamente, como "pobres". Para essas famílias, entretanto, o babaçu se constitui em fonte primordial de sobrevivência e são constantes as referências, nas falas dessas famílias, às palmeiras como mães das crianças. Expressões como "nós fomos criados com o leite do babaçu" ou mesmo "criei meus filhos com a quebra do coco" são recorrentes nas regiões de ocorrência dos babaçuais. Nas narrativas, os autores dão destaque a uma natureza dadivosa, que supre e ampara as famílias.

Das palhas do babaçu, as famílias constroem suas casas, cobrindo-as ou mesmo construindo o que chamaríamos de paredes. Em algumas localidades, tecem, com a palha, as chamadas esteiras e delas fazem portas e janelas, além de as colocarem no chão para que possam servir como assento. Das palhas, fazem ainda abanos, que servem para avivar o fogo, haja vista que poucas famílias possuem fogão e cozinham em fornos e nos chamados fogareiros. Fazem ainda, das palhas, cestos, chamados em algumas regiões de pacarás, selas para jumentos e cofos, para colocação da produção agrícola. Das cascas, fazem carvão para uso doméstico e fumaça para espantar mosquito. Das amêndoas, chamadas localmente de emendas, retiram leite e azeite, que serve para temperar a comida, fazer bolo e também preparam sabão, sabonete e sabão em pó.

A sobra do babaçu que serviu para fazer o azeite é chamada torta e serve de ração para os animais, que são criados em pequenas quantidades nos quintais das casas. Da entrecasca, retiram a chamada massa, conhecida cientificamente como mesocarpo, que serve para fazer mingau para crianças ou como remédio para doenças as mais variadas ou ainda como "rouge" para embelezar o rosto (esse uso nos foi relatado pela senhora Querubina, de Imperatriz). Nesse caso, o mesocarpo ou massa é aplicado diretamente no rosto e, segundo elas, evita que a pele fique oleosa.

Dessa rápida descrição, onde aparecem somente algumas utilidades do babaçu para as famílias extrativistas, vemos a relevância do uso doméstico desse produto. É essa atividade que, conciliada com a agrícola, permite a reprodução das unidades de produção familiares. Há uma interdependência da atividade agrícola com a extrativa e uma divisão de trabalho entre os membros dessas unidades produtivas que varia de acordo com a composição familiar, número e idade dos filhos e acesso aos recursos (CHAYANOV, 1981).

Os homens possuem uma função essencial nas unidades produtivas. Aliás, um dos aspectos da construção da categoria quebradeira de coco é o obscurecimento, de certa maneira, do papel dos membros masculinos dessas unidades de produção. A produção dessa crença é reproduzida de diferentes maneiras. O trabalho de campo permitiu revê-la. Primeiro, porque nem todas

as extrativistas estão inseridas em unidades de mobilização. Segundo, porque, mesmo as mulheres que estão inseridas nas formas organizativas, não vivem fora de relações familiares. Elas nem sempre conseguem reproduzir, no plano doméstico, as práticas consideradas adequadas nas relações do que convencionaram, por imposição das agências financiadoras, denominar relações de gênero.

As extrativistas vinculadas ao movimento representam o seu saber como associado à quebra de coco e a outros domínios, dentre os quais os usos do produto como remédio, principalmente o mesocarpo e a feitura de artefatos de palhas. Das palhas se fazem abanos, quibanos, cofos, esteiras, pacarás e enfeites. Em assembléia geral da ASMUBIP, a senhora Socorro Teixeira, presidente do STR de Praia Norte (TO) proferiu uma palestra sobre os diferentes usos do babaçu. Segue a relação por ela apresentada:

> 1. Produtos do babaçu – fruta, palha grossa, palha fina, talo grosso, talo fina, tronco, olho da palha, cunca, mangará;
>
> Palha fina – ração para animal e revestimento de paredes de casas;
>
> Palha grossa – coberta de casas, paredes, piso, forro, esteiras;
>
> Talo fino – cesto, peneiras, vassouras;
>
> Talo grosso – quibano, jacá, peneiro, cerca e móveis;
>
> Tronco – papel e adubo;
>
> Mesocarpo – bolo, chocolate, vitamina, corante, álcool, mingau, compensado; remédio para gastrite;
>
> Amêndoa – óleo, leite, torta para animal;
>
> Olho da palha – chapéu, cofo, esteira, abano, parede, piso, forro.
>
> 2. Óleo – sabão, sabonete, sabão em pó, detergente, shampoo, batom, amaciante de roupa, hidratante;
>
> Azeite – para febre nas crianças.
>
> Leite – para temperar comida;
>
> Casca – brinco, anel, colar, carvão, bolsa, cinto, caneteiro.
>
> No momento do debate, apareceram outros usos, como a utilização do mesocarpo misturado com açúcar para cicatrizar e mesocarpo com água para curar diarréia.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os estudos realizados na área ecológica dos babaçuais, deparei-me com mudanças de significado na forma de interpretar as situações de antagonismos sociais e classificar os agentes sociais que realizam, com seus grupos familiares, a atividade extrativa do babaçu, combinada com os tratos agrícolas.

O termo "primitivo", empregado pelos "colecionistas", é representativo de uma forma de classificação que tem como referência os denominados "civilizados". Já o termo "caboclo", empregado comumente pelos autores que designei de "intervencionistas", remete a uma possível integração, dos que assim são classificados, ao mercado capitalista. Há, nesse sentido, uma certa relativização da noção de "isolados", adjetivo empregado usualmente pelos autores que denominei de "colecionistas".

Outra mudança de significado das análises é a passagem do termo "camponeses", enquanto noção prática designativa de grupos empiricamente observáveis, para um termo de autodesignação das extrativistas, qual seja: quebradeira de coco babaçu. A incorporação dos termos de autodesignação pelos pesquisadores denota uma valorização do saber das famílias e dos elementos identitários associados às formas de mobilização política.

Foi possível constatar, também, que as formas de classificação formuladas pelos autores representativos do campo intelectual, até os anos 1970, fazem referências constantes à necessidade de implementação de uma tecnologia que pudesse incrementar a produtividade dessas famílias, incidindo numa valorização exclusiva da racionalidade econômica em detrimento da racionalidade social.

Em decorrência, analisei a racionalidade social das famílias, passível de ser percebida em função da posição que ocupo nesse campo intelectual. Reflito, nesse contexto, sobre as formas de mobilização das extrativistas contra a expropriação. Elas se expressam inicialmente através de estruturas consideradas mais permanentes, como os sindicatos e a Igreja, e posteriormente passam a se vincular a formas organizativas com múltiplos pertencimentos. O trabalho contribui para a análise da divisão do trabalho no âmbito da unidade de produção familiar e finalmente apresenta contribuições sobre o conflito que se instala em torno do tema tecnologia. De um lado, temos os empresários, que defendem uma tecnologia que aumente a produção, e de outro as famílias extrativistas, que defendem uma tecnologia social que possa, inclusive, ser conciliada com a mobilização política e com os trabalhos agrícolas.

O uso de categorias como primitivo e "caboclos" no plano científico fundamenta, de certa forma, as intervenções governamentais que investem numa tecnologia centrada em interesses empresariais. O uso dessas categorias, aparentemente superadas, é atualizado e aparece freqüentemente no discurso dos representantes de agências governamentais ou empresariais. Esses discursos tomam como referência a noção de "desenvolvimento econômico", de "racionalidade"

e de "rentabilidade". Há uma atualização velada dos princípios evolucionistas, através de formulações externas e que corroboram para a produção / reprodução de estereótipos sobre as extrativistas designadas como quebradeiras de coco babaçu. No centro dessas formulações, encontra-se a referência à "tecnologia" como válvula de escape ao atraso. A tecnologia do prisma oficial é tornada um problema a ser resolvido.

No primeiro capítulo, reflito sobre o quadro institucional que proporciona a construção das teorias que valorizam o quadro natural e a descrição das características físicas dos grupos sociais. São os autores que chamei de colecionistas que se dedicaram ao recolhimento do maior número possível de artefatos, a fim de serem classificados de acordo com a origem e o estágio evolutivo dos grupos.

No segundo capítulo, tomei a produção dos autores que produzem com o objetivo de subsidiar a implantação de projetos governamentais direcionados para a "economia do babaçu". Designei-os como intervencionistas, já que se trata de uma produção que visa integrar a economia do babaçu aos circuitos de mercado nacional e internacional. Prevalece, nessa forma de intervenção, uma noção de "desenvolvimento" atrelada à visão segundo a qual somente com a implantação de um tipo de tecnologia que elimine por completo qualquer forma de trabalho artesanal será possível a ascensão econômica para um estágio considerado "mais avançado".

As formações discursivas construídas posteriormente são marcadas por uma ênfase nos conflitos sociais e, posteriormente, na valorização das formas de mobilização das extrativistas. Essas construções teóricas invertem o esquema clássico que associa desenvolvimento tecnológico a estágio evolutivo dos povos e passa a centrar as análises nas formas organizativas e nas experiências tecnológicas administradas pelas líderes.

Nos capítulos seguintes, dedico-me a uma análise da racionalidade social das famílias que se dedicam ao extrativismo, conciliando-o com a atividade agrícola. Demonstro a constituição das organizações de mobilização das extrativistas e a articulação que existe entre elas e as experiências de implantação de tecnologia. Demonstro que o debate em torno do tema tecnologia adequada aos interesses das extrativistas surge com a própria mobilização das extrativistas e também com a ação das agências de cooperação internacional que financiam projetos na área de "fortalecimento institucional".

Essas agências propiciam a criação de um quadro institucional com competência técnica e a formação de um campo de mediação composto de agentes com critérios de saber específico, com convicções ideológicas próprias, designados como "assessores", "técnicos" e "consultores" de diferentes áreas de conhecimento. Entretanto, os agentes sociais empenhados em implantar essas tecnologias culturais não reproduzem de forma automática os esquemas impostos pelas agências. Eles criam e recriam os mecanismos de conciliação da mobilização política com a implantação das experiências com tecnologia.

Demonstro o conflito existente em torno da discussão tecnológica entre, de um lado, os empresários, aliados do poder público, e, de outro, as extrativistas inseridas nas frentes de luta. Além disso, reflito em que medida as políticas governamentais atualizam procedimentos evolucionistas cunhados no século passado.

As representações sociais elaboradas pelas extrativistas em relação às técnicas utilizadas no extrativismo invertem de certa forma os esquemas cunhados no campo científico e operacionalizados pelas políticas governamentais. O machado, interpretado como símbolo do "atraso" e da "primitividade", é positivado pelas extrativistas e eleito como símbolo de afirmação de sua identidade.

Com base nesses resultados parciais, desenhados nos capítulos apresentados, posso afirmar que a noção de "primitivo" e as práticas etnocêntricas relacionadas a essa concepção estão se atualizando. As extrativistas buscam revertê-las e pretendem, também, ampliar as frentes de diálogo com o poder público, com o objetivo de verem reconhecida a racionalidade social que apregoam ao aproveitamento de produtos e subprodutos do coco babaçu.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. Fróes. **Na terra das palmeiras.** Estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A contribuição dos Antoninos para a História do Maranhão. In: **Revista de Geografia e História**, nº. *2.* São Luís, 1974.

_____. **A ideologia da decadência:** leitura antropológica e uma história da agricultura do Maranhão. São Luís: IPES, 1983.

_____. Terra e território: a dimensão étnica e ambiental dos conflitos agrários. In: **Conflitos de terra no campo**, Brasil, 2006. Goiânia: CPT, 2007.

_____. **Os quilombolas e a base de foguetes de Alcântara**. Vol. I. Brasília: MMA, 2006c.

_____. **Biologismo, geografismo e dualismos:** notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. Mimeo. Manaus: UFAM, 2006b.

_____. Alfredo Wagner Berno de. Diálogos entre Marx e Darwin na periferia. Jornal. In: **O Globo**, 2004

_____. **Quebradeiras de coco babaçu:** identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995). São Luís: A.W.B. ALMEIDA / MIQCB, 1995.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006a

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MESQUITA, Benjamin Alvino; ARAUJO, Helciane de Fátima *et al.* **Economia do babaçu:** levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB-GERUR, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI NETO; Joaquim, MARTINS; Cynthia C. **Guerra ecológica nos babaçuais:** o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de *commodities* e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Balaios Typografia, 2005.

ANTUNES, Marta Oliveira. **O caminho do empoderamento na superação da pobreza:** o caso das *quebradeiras de coco babaçu* e trabalhadores(as) rurais da área de atuação da ASSEMA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: CPDA, 2002.

_____. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: ALVES, Margarida. **I coletânea de estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, 2005.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu *et al*. **Tipiti:** o Maranhão além das máscaras. Julho **(POR QUE ESTE "JULHO" AQUI???)**. São Luís, 2002.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato:** estudo das representações de uma liderança sobre as formas de solidariedade, assumidas por "camponeses" na chamada Pré-Amazônia Maranhense. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, São Luís: 2000.

ARIFFIN, Norlela; FIGUEIREDO, Paulo N. **Institucionalização de competências tecnológicas**. Rio de Janeiro: Editora FGU, 2003.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALDUS, Herbert. Discurso presidencial na VI reunião brasileira de antropologia. In: **Revista do Museu Paulista**. Nova Série, vol. XIV. São Paulo, 1963.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: TOMKE, Lask (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Contracapa, 2000, p. 25-67.

BECKER, Maria da Conceição de; MELLO FILHO, Denizart M. Ensaio de tipologia lítica brasileira. In: **Revista do Museu Paulista**. Nova série, vol. XIV. São Paulo: 1963.

BELLO FILHO, W. B. **História do planejamento econômico no Maranhão:** uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.

BONDAR, Gregório. O que é babaçu? In: **Boletim da Associação Comercial do Maranhão**. Ano III. n°. 41, São Luís, agosto 1952a.

_____. O que é babaçu? In: **Boletim da Associação Comercial do Maranhão**. Ano III. n°. 42, São Luís, setembro 1952a.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

_____. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. *et al*. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p.105-143.

_____. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica: Paula Montero. São Paulo, Brasiliense, 2004, p. 188-206.

_____. **Contrafogos 2:** por um movimento social europeu. Trad. André Teles. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 2001a.

_____. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. O conhecimento pelo corpo. In: **Meditações pascalianas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b, p. 157-194.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Oeiras: Celta Editora, 1983.

MARTINS, Cynthia Carvalho *et al*. ***Quebradeiras de coco babaçu* do quilombo Enseada da Mata**. Fascículo 14 do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. São Luís, 2007.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os deslocamentos como categoria de análise – agricultura e garimpo na lógica camponesa**. São Luis: UFMA / MPP, 2000.

MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; SHIRAISHI NETO Joaquim; MENDES, Ana Carolina M. ***Quebradeiras de coco babaçu* do Piauí**. Fascículo 1 do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos. São Luís: 2005.

_____. ***Quebradeiras de coco babaçu* do Mearim**. Fascículo 2 do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos. São Luís: 2005.

_____. ***Quebradeiras de coco babaçu* do Tocantins**. Fascículo 3 do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos. São Luís: 2005. **(IDEM!!!)**

_____. ***Quebradeiras de coco babaçu* da Baixada Maranhense**. Fascículo 4 do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos. São Luís: 2005. **(IDEM!!!)**

_____. ***Quebradeiras de coco babaçu* do Pará**. Fascículo 5 do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos. São Luís: 2005. **(IDEM!!!)**

_____. ***Quebradeiras de coco babaçu* de Imperatriz**. Fascículo 6 do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos. São Luís, 2005. **(IDEM!!!)**

FARIA, Luiz de Castro. **Antropologia:** duas ciências. Notas para uma história da antropologia no Brasil. Organizadores: Alfredo Wagner Berno de Almeida & Heloísa Maria Bertol Domingues. Rio de Janeiro: CNPQ / MAST, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick et al. Objeto sociológico e problema social. In: **Iniciação à prática sociológica**. São Paulo: Editora Vozes, 1998, p. 59-106.

CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi *et al*. Objeto sociológico e problema social. In: **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998, p. 59-106.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: **A questão agrária**, São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 134-163.

DAMATTA, Roberto. **Mito e anti-mito entre os Timbira:** mito e linguagem sócia. Rio de Janeiro: 1970.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

ESTERCI, Neide. Formação do Campesinato em Pedreiras (MA). In: **Revista Fipes**, São Luís: 1976

FARIA, Luiz de Castro. **Antropologia –** escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: EDUFF, 1999.

_____. **Antropologia** – escritos exumados, espaços circunscritos – tempos soltos **1**. Niterói: EDUFF, 1998.

_____. **Antropologia –** espetáculo e excelência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora Tempo Brasileiro, 1993.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Do espaço doméstico ao espaço público –** lutas das *quebradeiras de coco babaçu* no Maranhão. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. Belém: 2005, 198 p.

_____. Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público: Lutas das *quebradeiras de coco babaçu* no Maranhão. In: Margarida Alves – **II Coletânea sobre Estudos Rurais e gênero**. Org. Ellen Woortmann *et al*. Brasília: MDA, 2007, p. 59-76

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos: Manuel Barros da Motta Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Arqueologia do saber**. Trad. Luís Felipe Beata Neves. 5. ed Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Grall, 1979.

FRAZÃO, José Mário. **Simulação de modelos agroecológicos de intervenção em áreas de babaçu e planejamento de uma agricultura sustentável para o município de São Domingos do Maranhão**. Dissertação apresentada a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Curso de Mestrado em Agroecologia. São Luís: 1998.

FRAZER, James George. O escopo da antropologia social. In: CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural:** textos de Morgan, Tylor e Frazer. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005, p.101 – 127.

GAIOSO, Aryolimar Vasconcelos. **Molibilização e mediação:** análise sobre a formação de uma entidade de assessoria e mobilização em áreas com projetos de assentamento – ASSEMA. Dissertação defendida no mestrado de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2000, p. 180.

GALVÃO. Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959. Comunicação apresentada à IV Reunião Brasileira de Antropologia, julho de 1959, Curitiba. In: **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Belém: 1960, p. 6- 41.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Biblioteca Tempo Universitário 9. Rio de Janeiro: GB Brasil, 1968.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRS, 2002.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 1987.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; GARCIA JR., Afrânio Raul. **Trabalho familiar e campesinato**. América Latina. nº 1/2, ano 14, jan./jun. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1971, p.10-20.

HOBSBAWN. Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUPER, Adam. The invention of primitive society: transformations of an illusion. In: **The idea of primitive society**. London and New York: Routledge, 1991, p. 1-14.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A campanha da produção**. São Luís: 2004.

LAGO, Maria Regina Teixeira. **Babaçu Livre e roças orgânicas:** a luta das *quebradeiras de coco babaçu* do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. Dissertação defendida no Núcleo de Estudos Integrados sobre agricultura familiar. Belém: 2002, 118 p.

LEITE, Edgard *et al*. Exposição do Conselho Nacional de Economia. In: **Babaçu, economia a organizar**. Rio de Janeiro, 1952.

LEITE, Eliane. Machado de pedra no Maranhão. In: NUNES, Izaurina Maria de Azevedo (org.).**Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003, p. 325-328.

LIMA NETO, E. José de. **O associativismo em áreas de babaçuais:** a experiência das organizações de trabalhadores rurais no município de Lago do Junco-MA, associadas à ASSEMA. Dissertação de mestrado apresentada ao CPDA. Rio de Janeiro: 2007.

LIMA, Olavo Correia. **Pré-história maranhense**. São Luís: Edição da Gráfica Escolar S. A., 1989.

LOPES, Aurilu Torrente. **A criação de uma nova ferramenta de trabalho para a quebra de coco de babaçu na comunidade de Ludovico, Estado do Maranhão**. Monografia de graduação apresentado à faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Presbiteriana Mackenzie na área de Desenho Industrial. São Paulo, 2003, 105p.

LOPES, Raimundo. **Antropogeografia**. Publicações avulsas do Museu Nacional, n° 18, Rio de Janeiro: 1956.

_____. **Os Tupis dos Gurupi**. Atlas del XXV Congreso Interamericano. La Plata: 1932.

_____. Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n° 2. Rio de Janeiro: 1938, p. 150-186.

_____. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

LOPES, José Sérgio Leite *et al* (org.). **A ambientalização dos conflitos sociais:** participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: NUAP / Ed. Relume & Dumará, 2004.

LOWIE. **Historia de la etnologia**. Versión de Paul Kirchhoff. México: Fondo de Cultura Econômica, 1974.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARESCA. Sylvain. Proprietés sociales des dirigeants agricoles. In: **La représentation de la paysannerie** (195-276). Paris: Minuit, 1983.

MATONTI, Fredérique; POUPEAU, Franck. Le capital militante crises politiques et reconversions: mai 68. In: **Actes de la recherche em sciences sociales**, n. 158, juin 2005. Paris: Seuil, 2005.

MEIRELES. Mário. **História do comércio do Maranhão – 1612-1895**. Vol. 4. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, Edição Fac-Similar, 1992.

MESQUITA. Benjamim Alvino de. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-1980). In: **Revista de Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, julho/

dezembro de 1998.

_____. **A transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado:** ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000. Tese de doutoramento em Economia defendido na Universidade de Paris III, 2006.

MORGAN, Lewis. A sociedade antiga. In: CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural:** textos de Morgan, Tylor e Frazer. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p.41-66.

MOURÃO, Laís. **O pão da terra**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, do Rio de Janeiro: 1975.

MOURÃO, Laís; ALMEIDA, Alfredo Wagner. Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo. In: **Pesquisa antropológica**. Brasília: 1974.

MUSSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. In: **Revista dos Tribunais**. São Paulo: Vértice Ed, ANPOCS, 1988.

LIMA NETO, E. José de. **Pesquisador e ator:** uma reflexão sobre o processo de trabalho / pesquisa junto a uma organização de trabalhadores rurais no Maranhão. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar:** quantos ancoradouros. Mimeo. Niterói: 2007, 50p.

NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. In: Boletim Rede Amazônia, n.1, Amazônia, 2003, p. 47-59.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Apinayé**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983 (Ed. original 1939).

NUNES PEREIRA. **A Casa das Minas –** o culto dos voduns jeje no Maranhão. Petrópolis: Vozes, 1979 (Ed. original 1947).

NUNES PEREIRA **Curt Nimuendajú, síntese de uma vida e uma obra**. Belém: MPEG, 1946.

NUNES, Patrícia M. Portela. **Medicina, poder e produção intelectual**. São Luís: UFMA-PROIN-CS, 2000.

PAXECO, Fran. **O comércio do Maranhão**. São Luís, 1903.

PINTO, Roquette. **Rondônia**. Brasiliana: Biblioteca Pedagógica Brasileira, v. 3, 1938.

PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX:** espetáculos da transformação sócio-cultural. Aspectos Sociais da Industrialização. Alemanha: 1979.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORRO, N. S. M. **Rupture and resistance:** gender relations and life trajectories in the babaçu palm forests of Brazil. A dissertation presented to the graduate school of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, Gainesville, 2002, 364 p.

_____. **Povos & pueblos – lidando com a globalização**: as lutas do povo extrativista pela vida nas florestas da Bolívia, Brasil e Peru. São Luís: MIQCB, 2004.

_____. **Changes in peasant perceptions of development and conservations**. Dissertação de mestrado. Gainesville, FL. University of Florida, 1997.

PORRO, Roberto. **Palms, pastures and swidden fields:** political ecological trajectories and socio-natural transformations in peasant communities in Maranhão, Brazil. A dissertation presented to the graduate school of the University of Florida in partial fullfillment of the requeriments for the degree of doctor of philosophy. University of Florida, 2002.

PORTO, Maria José Fernandes. **Estudo preliminar de dispositivo de quebra e caracterização dos parâmetros físicos do coco babaçu**. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Dissertação de mestrado profissional apresentado à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica. São Luís: 2004, 61 p.

RÊGO, Josoaldo Lima. **Pensando o conceito de região no caso do processo de mobilização política do Movimento Interestadual das *Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB)**. Monografia de conclusão do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, setembro, 2004. 98 p.

ROCHA NETO, Pedro Dantas. PIB – uma alternativa moderna e competente. In: **Revista Rural**, 1985, São Luís, Edição 3, p. 8-13.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1979.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Leis do Babaçu Livre:** práticas jurídicas das *quebradeiras de coco babaçu* e normas correlatas. Manaus: PPGSCA-UFAM / Fundação Ford, 2006.

_____. **O direito das minorias – passagem do "invisível" real para o "visível" formal?** Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. 237p.

SILVA, Miguel Henrique Pereira da. **Estudo sobre as cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues**. Dissertação defendida no mestrado de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2000.

SOARES, Luís Eduardo. **Campesinato:** ideologia e política: Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

TAYLOR, Edgard. A Ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural:** textos de Morgan, Tylor e Frazer. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar,2005, p. 67-100.

VALVERDE, Orlando. Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. In: **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4. out / dez, 1957, p.381-419.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato:** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **Frentes de expansão e estrutura agrária** – estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. **Os índios Tenetherara:** uma cultura em transição. Rio de Janeiro: MEC / Serviço Documentação, 1961.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder** – contribuições de Eric R. Wolf, Bela

Feldman-bianco & Gustavo Lins Ribeiro (org.). Trad. Pedro Maia Soares. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Editora da Unicamp, 2003, p. 225-268.

OUTROS DOCUMENTOS (JORNAIS, RELATÓRIOS E PROJETOS)

ACTIONAID; WAR ON WANT. **Projeto de Fortalecimento Institucional do MIQCB**. MIQCB: São Luís, 2002.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO. **Boletim da Associação Comercial do Maranhão**. Ano III, n. 36, São Luís, março 1952.

_____. **Boletim da Associação Comercial do Maranhão**. Ano III, n. 37, São Luís, abril 1952.

_____. **Boletim da Associação Comercial do Maranhão**. Ano III, n. 38, São Luís, maio 1952.

_____. **Boletim da Associação Comercial do Maranhão.** Ano III, n. 44, São Luís, dezembro 1952.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO (ASSEMA). **Relatório do Grupo de Trabalho para extração de óleos vegetais**. Lago do Junco, 26 a 29 de julho de 1994. 22p.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO (ASSEMA). MOVIMENTO INTERESTADUAL DE *QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU*. Nota de esclarecimento. São Luís: setembro 2001. 2 p.

ASW. **Projeto de intercâmbio entre Médio Mearim e Baixada Maranhense**. MIQCB: São Luís, 2002.

AXIXÁ DO TOCANTINS (TO). Lei nº 306, de 20 de outubro de 2003, "dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de Axixá do Tocantins e dá outras providências". Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins, 2003.

BRASIL. Decreto de 27 de dezembro de 2004, "cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências". Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (Retirado do site www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-

2006/2004/Dmn/Dnn10408.htm).

_____. Decreto nº 532, de 20 de maio de 1992, cria a reserva extrativista da Mata Grande. **Meio Ambiente (Legislações)**. Dispositivos da Constituição Federal, Atos Internacionais, Código Florestal, Código de Mineração e Legislação Federal. Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 1996.

_____. Decreto nº 534, de 20 de maio de 1992, cria a reserva extrativista do Ciriaco. **Meio Ambiente (Legislações)**. Dispositivos da Constituição Federal, Atos Internacionais, Código Florestal, Código de Mineração e Legislação Federal. Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 1996.

_____. Decreto nº 535, de 20 de maio de 1992, cria a reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins. **Meio Ambiente (Legislações)**. Dispositivos da Constituição Federal, Atos Internacionais, Código Florestal, Código de Mineração e Legislação Federal. Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 1996.

BURITI DO TOCANTINS. Projeto de Lei nº 058/2003, de 11 de agosto de 2003, "dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins e dá outras providências". Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins, 2003.

Decreto nº 10.408, de 10 de abril de 2005, "cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências". **DOU**. Edição nº 249, de 28/12/2004. Seção 1. Atos do Poder Executivo.

DOCUMENTOS OFICIAIS (Leis, Decretos e outros)

ESPERANTINÓPOLIS (MA). Projeto de Lei nº 255/99, de 13 de dezembro de 1999, "dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Esperantinópolis, Estado do Maranhão, e dá outras providências". Prefeitura Municipal de Esperantinópolis, 1999.

FAKT. **Extracción descentral de aceite de productos amazônicos babaçu y castaña de Brasil**. Realizado para BAZ – Asesor temporario para la Amazônia de PPM y CESE. São Luís: agosto de 1994. 15 p.

FAO. **Projeto para viabilização de forrageiras no sudeste do Pará**. São Luís: MIQCB, 2002.

FRAZÃO, José Mário. **Projeto quebra coco:** alternativas econômicas para agricultura familiar assentadas em áreas de ecossistemas de babaçuais. Estudo de viabilidade econômica. Governo do Estado do Maranhão: São Luís, fevereiro 2001.

FUNDAÇÃO INSTITUTO ADMINISTRAÇÃO. **Reorganização do agronegócio do babaçu no Estado do Maranhão**. São Luís, 2000.

IMPERATRIZ (MA). Lei Ordinária nº 1.084, de 2003, "dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Imperatriz, e dá outras providências". Prefeitura Municipal de Imperatriz, 2003.

LAGO DO JUNCO (MA). Emenda nº 01/2002, ao Projeto de Lei nº 01/2002, de 14 de junho de 2002, "dispõe-se sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no Município de Lago do Junco, Estado do Maranhão e dá outras providências". Prefeitura Municipal de Lago do Junco, 2002.

LAGO DOS RODRIGUES (MA). Lei nº 32, de 3 de setembro de 1999, "dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Lago dos Rodrigues, Estado do Maranhão, e dá outras providências". Prefeitura Municipal de Lago dos Rodrigues, 1999.

MAGALI, S. *et al*. **Relatório do I Encontro Interestadual das *Quebradeiras de Coco Babaçu* (**MIQCB), São Luís, 1991, 29p.

Maria Adelina de Sousa Chagas, coordenadora geral do MIQCB. **(O QUE FAZ O NOME DESTA PESSOA AQUI???)**

MIC / SIT. **Mapeamento e levantamento do potencial das ocorrências de babaçuais (estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás)**. Brasília: MIC / SIT, 1982.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. **Sub projeto: Unidades Demonstrativas de Aproveitamento Integral do Coco Babaçu em Comunidades Rurais no Município de Bequimão (MA).** Proponente: Instituto do Homem. São Luís, fevereiro, 1998, 38 p.

MIQCB. **Carta das *quebradeiras de coco babaçu***. São Luís: MIQCB, dezembro de 2004, 20p.

_____. **Pindova – Informativo Bimensal do MIQCB**. Ano N. 1,

fevereiro / março de 2005.

_____. **Relatório do II Encontro Interestadual das *Quebradeiras de Coco Babaçu***, Teresina. Teresina, 1993.

_____. **Relatório do IV Encontro Interestadual das *Quebradeiras de Coco Babaçu***, Imperatriz, 2001.

MONTEIRO, S. R; MARTINS, C.; MENDES, A. C. M.; FIGUEIREDO, L. **Relatório do V Encontro Interestadual das *Quebradeiras de Coco Babaçu***. São Luis, 2005.

PRAIA NORTE (TO). Lei nº 49, de 20 de outubro de 2003, "dispõe sobre a proibição de queimadas desenfreadas, a derrubada de palmeiras de babaçu e sobre a preservação da área ribeirinha no município de Praia Norte e dá outras providências". Prefeitura Municipal de Praia Norte, 2003.

SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA (PA). Lei nº 934, de 30 de novembro de 2004, "dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, e dá outras providências". Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia, 2004.

SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO (MA). Lei nº 319, de 14 de setembro de 2001, "dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de São Luís Gonzaga do Maranhão, Estado do Maranhão, e dá outras providências". Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga, 2001.

SÃO MIGUEL DO TOCANTINS (TO). Lei nº 05/2005, de 9 de maio de 2005, "dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de São Miguel do Tocantins, Estado do Tocantins e dá outras providências". Prefeitura Municipal de São Miguel, 2005.

SHIRAISHI NETO, J.; MESQUITA, B.; ARAÚJO, H.; MARTINS, C. Carvalho. **Diagnóstico da situação socioeconômica das reservas extrativistas de Mata Grande, Ciriaco (MA) e Extremo Norte (TO)**. São Luís, 2003, mimeo.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. "Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das Expressões Culturais". Paris, 20 de outubro de 2005.